

Luiz Augusto de Queiróz Ablas

Vera Lúcia Fava

**Análise inter-regional da dinâmica espacial do
desenvolvimento brasileiro**

**FIPE
Brasília
1984**



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REBATIMENTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES ATÉ A DÉCADA DOS SESSENTA	5
2.1. Introdução	6
2.2. Da Segunda Metade do Século XIX à Grande Depressão ...	8
2.3. Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial	28
2.4. Do Pós-Guerra ao Final da Década dos Sessenta	44
2.5. Considerações Finais	71
3. A DINÂMICA ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: A PROMOÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES	73
× 3.1. Introdução	74
3.2. Migração Interestadual na Década dos Setenta	79
× 3.3. Organização Espacial das Atividades Produtivas	88
3.4. O Comércio Interestadual no Período de 1974 a 1981 ...	107
3.5. Análise do Comércio Internacional por Estados Brasileiros	194
3.5.1. A Legislação Referente à Promoção de Exportações	195
3.5.2. As Implicações Espaciais da Política de Promoção às Exportações e a Distribuição de seus Benefícios	200

4. O COMÉRCIO EXTERIOR COMO MECANISMO DE AJUSTE DO COMÉRCIO ENTRE ESTADOS	236
5. CANAIS DE SÍNTESE E CONCLUSÕES	243
6. BIBLIOGRAFIA	247
7. ANEXOS	252



1. INTRODUÇÃO

O presente projeto se constitui na continuação e no aprofundamento das análises efetuadas em uma primeira fase desenvolvida durante o ano de 1983 e que tinha por objetivo amplo a compreensão global do processo de desenvolvimento brasileiro no que diz respeito aos seus aspectos espaciais. O destaque da do anteriormente privilegiou o inter-relacionamento das diversas "economias regionais" identificáveis pela diferenciação nas suas respectivas estruturas produtivas.

Como já foi detalhado na primeira fase, a compreensão do problema parte do entendimento do processo de desenvolvimento brasileiro, que se encontra na origem da atual ocupação do território nacional, e que se caracteriza por um processo rápido de industrialização que pode ser dividido, grosso modo, em 3 etapas. A primeira refere-se à já conhecida etapa inicial de substituição de importações no período entre 1929 e 1939. A segunda etapa abre-se com os problemas de estrangulamento externo que se segue à segunda guerra mundial, época em que se assistiu a uma entrada expressiva de capitais multinacionais que permitiu o aprofundamento quase ao seu limite do processo substitutivo de importações característico da primeira etapa. Finalmente, após 1964, a economia brasileira caracteriza-se por um claro movimento de internacionalização refletida no volume crescente de exportações de produtos industriais e uma integração, também crescente, do Brasil na economia mundial.

Do ponto de vista espacial, esse processo de desenvolvimento apareceu sob a forma de um "adensamento" das regiões mais industrializadas e urbanizadas, por um lado e de uma ocupação mais efetiva da fronteira agrícola brasileira, por outro. Como resultado, criaram-se condições para o surgimento ou a consolidação das estruturas produtivas de algumas regiões, definindo-se mais claramente o seu papel simultâneo no processo global de crescimento.

Na tentativa de caracterizar as principais linhas desse processo e definir os aspectos relevantes do inter-relacionamento entre as economias regionais brasileiras, o esforço ini-

cial de pesquisa desenvolvido na primeira etapa deste projeto concentrou-se nos movimentos populacionais das últimas décadas, consubstanciados nos saldos migratórios, bem como nos movimentos de mercadorias, sintetizados através do saldo das balanças de comércio interestadual.

Tanto o movimento de pessoas quanto de mercadorias acham-se intensamente associados à forma de organização espacial da produção. Portanto, a compreensão de ambos reside total ou parcialmente na compreensão dos elementos determinantes da referida organização.

As análises conduzidas nessa parte levaram à constatação de que o processo de desenvolvimento nacional continua a se fazer de uma forma concentradora o que debilita, de certa forma, vastas porções do território nacional nas quais o processo não chega a penetrar mais profundamente. Em razão da própria estratégia de pesquisa assim o exigir, nessa etapa cobriram-se, prioritariamente, alguns aspectos deixando-se, para uma etapa posterior, a sua complementação. Dessa forma, algumas características relevantes do processo deixaram de ser detectadas pela análise. Por exemplo, o caráter superavitário da balança comercial de algumas áreas (regiões brasileiras) com relação ao resto do mundo (comércio internacional) não pôde ser adequadamente tratado.

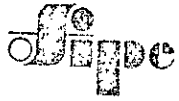
Paralelamente, a análise da inter-relação entre o processo de substituição de importações e a configuração espacial resultante de tal processo mostrou-se insuficiente para a compreensão global do problema.

Dessa forma, na fase final da pesquisa buscou-se perseguir alguns objetivos precisos visando a sanar algumas dessas lacunas bem como abrir a análise visando à compreensão mais global do tema como um todo. Um primeiro objetivo nesta etapa refere-se à ligação entre os movimentos detectados anteriormente e o processo de desenvolvimento brasileiro dominado, como foi dito anteriormente, pela substituição de importações, inicialmente e pela promoção de exportações no período mais recen

te. O período de análise que se pretende cobrir inicia-se na década dos quarenta, quando o processo de substituição de importação passa a ser dominante, e adentrará pela década dos oitenta até o ano em que houver informações disponíveis. A fim de bem compreender esse período será preciso que a análise retroceda até meados do século passado. Esses aspectos serão tratados ao longo do Capítulo 2 do presente relatório.

Nos anos subsequentes, até a época atual, a ênfase recai sobre a promoção das exportações. Inicialmente vista como elemento de suma importância na estratégia de crescimento do País, ela assume agora papel crucial face ao elevado endividamento externo brasileiro. Assim sendo, no que diz respeito a estes anos, grande parte do esforço de pesquisa centrou-se na análise da política de promoção de exportação e seus rebatimentos espaciais, conforme é destacado no Capítulo 3.

No capítulo seguinte, de número 4, e como um objetivo complementar de pesquisa, buscou-se analisar o comércio dos diversos estados brasileiros com relação ao exterior (comércio internacional), ampliando-se, conseqüentemente, as considerações sobre os mecanismos de ajustamento descritos e analisados, parcialmente, no relatório da primeira fase da pesquisa.



2. REBATIMENTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO
DE IMPORTAÇÕES ATÉ A DÉCADA DOS SESSENTA

2.1. Introdução

Um dos objetivos desta pesquisa consiste na identificação dos rebatimentos espaciais do processo de desenvolvimento da economia brasileira, caracterizado pela substituição de importações. O período de análise previsto inicia-se na década dos quarenta, época em que o processo de substituição de importações é dominante.

Todavia, para que se possa compreender melhor o que ocorre neste período, a fim de se ter uma visão mais completa da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, convém retroceder no tempo e analisar como evoluiu a ocupação do território brasileiro desde época bem anterior aos anos quarenta.

Na década dos quarenta inicia-se a chamada segunda etapa do processo de substituição de importações. A primeira está compreendida entre os anos de 1929 a 1939.

Na verdade, o ano de 1929 é frequentemente apontado como o marco a partir do qual o Brasil deixa de ter uma economia essencialmente exportadora de bens primários, para entrar na fase de crescente industrialização. Esta transformação, processada sob a "égide" da Grande Depressão, tem, evidentemente, antecedentes importantes que não podem ser negligenciados na medida em que explicam como ocorreu essa transformação e porque ela foi espacialmente concentrada. A busca destes antecedentes faz com que se volte ao século XIX, até 1870 aproximadamente.

Esta será então, a época inicial de análise. É evidente que um estudo detalhado de período de tempo tão longo foge ao escopo deste trabalho. O que se pretende é realçar os aspectos que são de especial interesse para o entendimento do processo de ocupação do território brasileiro.

O período que cobre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século seguinte será analisado na

segunda seção deste capítulo. É neste período que se encontram as condicionantes e a origem do processo de industrialização no Brasil e os próprios antecedentes da concentração da atividade industrial.

A terceira seção será dedicada à análise das transformações ocorridas no período que abrange a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, destacando-se entre elas as implicações do processo de substituição de importações.

A última seção destina-se ao estudo do pós-guerra até 1970, quando o processo de substituição de importações adquiriu novas características.

2.2. Da Segunda Metade do Século XIX à "Grande Depressão"

Estudos relativos a épocas anteriores ao período em questão indicam que ao longo dos cem anos compreendidos entre 1770 e 1870 houve pouca alteração na estrutura de ocupação espacial do território brasileiro (Graham e Merrick, 1981). A população estava concentrada no litoral, do Nordeste ao Sudeste, em função sobretudo da atividade primário-exportadora que caracterizava a economia brasileira de então.

No ano de 1872, o Brasil tinha pouco mais de 9,9 milhões de habitantes cuja distribuição ao longo do território nacional pode ser observada na Tabela 1. Como se pode constatar, as regiões Nordeste e Sudeste detinham quase 90% da população total. Os estados – então províncias – mais populosos eram Minas Gerais e Bahia, com 20,5% e 13,7% da população total, respectivamente. Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo detinham parcelas populacionais não muito distintas, oscilando entre 7,3% e 8,5%. As demais regiões brasileiras representavam então grandes vazios demográficos.

Este quadro populacional começou a se alterar a partir de então em virtude, sobretudo, de fatores econômicos tais como a expansão da economia cafeeira no Sudeste e a estagnação das exportações de açúcar e algodão no Nordeste, fatores estes que serão objeto de análise posteriormente.

Os deslocamentos internos da população nativa bem como a migração interna e internacional dos estrangeiros encontram-se expressos na Tabela 2 e referem-se ao período de 1872 a 1920. Como os censos demográficos realizados ao longo do mes-

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO
REGIÕES E ESTADOS
1872

REGIÃO/ESTADO	POPULAÇÃO	
	(EM 1.000 HAB.)	(EM %)
<u>Norte</u>	333	3,4
- Pará	275	2,8
<u>Nordeste</u>	4.639	46,7
- Maranhão	359	3,6
- Ceará	722	7,3
- Pernambuco	842	8,5
- Alagoas	348	3,5
- Bahia	1.360	13,7
<u>Sudeste</u>	4.017	40,5
- Minas Gerais	2.040	20,5
- Rio de Janeiro	783	7,9
- São Paulo	837	8,4
<u>Sul</u>	721	7,3
- Rio Grande do Sul	435	4,4
<u>Centro-Oeste</u>	221	2,2
BRASIL	9.931	100,0

FONTE: Censo Demográfico de 1872.

mo não coletaram informações sobre migração, os saldos migratórios de cada estado brasileiro tiveram que ser estimados⁽¹⁾. Conseqüentemente, não se conhece com exatidão o padrão inter-estadual de migração.

O período entre os censos de 1872 a 1890 foi marcado por expressiva migração líquida negativa nos estados do Nordeste. Na maior parte deles, o saldo migratório do período em questão foi superior a 10% dos habitantes existentes em 1872. Além de razões de natureza econômica, apontou-se como causa de tão elevada migração do Nordeste para outras regiões, a ocorrência de rigorosas secas no período 1877-1890. Grande parte destes migrantes deve ter se dirigido para Minas Gerais, São Paulo e Sul do Brasil, notadamente para o Rio Grande do Sul.

Na década subsequente, a situação modificou-se substancialmente no que diz respeito ao Nordeste. Exceção feita ao Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, todos os estados desta região apresentaram saldo migratório positivo. O Norte surgiu como região de atração de migrantes, o que se deveu à intensificação da exploração da borracha na bacia amazônica.

Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram importante migração líquida negativa, o que se atribui, em grande parte, à fuga dos antigos escravos das decadentes plantações de café do Vale do Paraíba, após sua libertação oficial em 1888. Os destinos prováveis destes migrantes foram Guanabara e São Paulo.

Os estados do Sul que haviam sido receptores líquidos de migrantes no período anterior passaram à situação oposta na década dos noventa. Os estados do Centro-Oeste continuaram a ter participação pouco expressiva na realocação da população brasileira em fins do século XIX.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a região Norte continuou a absorver parcela significativa de migrantes prova-

(1) Os valores contidos na Tabela 2 foram obtidos por Graham e Hollanda através do método dos Índices de Sobrevivência Global (Graham e Hollanda, 1984).

velmente originários do Nordeste. Deve também ter ocorrido dentro desta última região, certa redistribuição populacional. Bahia e Minas Gerais registraram elevados saldos migratórios negativos, uma parte dos quais deve ter sido absorvida pelos estados do Sul e do Centro-Oeste. Rio de Janeiro e São Paulo receberam um fluxo relativamente pequeno de migrantes.

A migração interna e internacional de estrangeiros foi no período em análise de suma importância para a região Sudeste, notadamente, para São Paulo que se transformou no centro dinâmico da economia brasileira. As informações que dão base a esta afirmação também estão na Tabela 2.

De 1872 a 1890, a imigração era ainda pouco expressiva. O saldo migratório interno e internacional de estrangeiros foi pequeno se comparado ao total de brasileiros que migraram ao longo destes anos. De 1890 a 1920, a situação inverteu-se em virtude do aumento extraordinário do afluxo de imigrantes que se dirigiram basicamente para as regiões Sul e Sudeste. Nas demais regiões do Brasil, a imigração foi, ao menos quantitativamente, pouco relevante. Grande parte da imigração teve como destino o Estado de São Paulo: a entrada líquida de imigrantes chegou a quase 400.000 de 1890 à 1900 e a aproximadamente 375.000 nas duas décadas subsequentes, contra apenas 162.570 nativos, ficando, pois, evidenciado o papel predominante dos imigrantes na constituição da força de trabalho neste estado.

Outros dois estados que receberam um grande número de imigrantes, se bem que muito inferior ao de São Paulo, foram Guanabara e Rio Grande do Sul, nesta ordem. Nota-se, ainda nestes estados, uma entrada líquida de nativos inferior à entrada de migrantes em pouco mais de 10%.

Em linhas gerais, foi este o padrão de ocupação do território brasileiro de 1872 a 1920. Quais os fatores responsáveis pela ocorrência dos mesmos? Para se responder ao menos

TABELA 2
MIGRAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL LÍQUIDA NO BRASIL - 1872/1920

ESTADOS	1872-1890		1890-1900		1900-1920		1872-1920	
	NATIVOS	ESTRANGEIROS	NATIVOS	ESTRANGEIROS	NATIVOS	ESTRANGEIROS	NATIVOS	ESTRANGEIROS
Amazonas	35.536	1.399	57.679	-697	17.874	12.633	111.089	15.535
Pará	-31.791	-990	55.701	-972	91.948	17.867	41.784	15.905
Maranhão	-36.705	-2.893	5.598	435	26.546	855	-6.761	1.605
Piauí	-24.259	-252	15.795	77	-2.877	291	-11.541	116
Ceará	-135.752	-644	-72.140	412	-71.204	275	-179.096	43
Rio G. do Norte	-32.051	-1.216	-23.325	53	33.310	194	-22.693	969
Paraíba	-44.706	-433	-29.099	191	44.594	350	-9.211	88
Pernambuco	-74.274	-7.087	133	1.991	68.885	7.060	-40.256	1.964
Alagoas	11.510	-2.142	51.893	376	-71.567	131	1.856	1.655
Sergipe	-2.240	-1.536	22.702	107	-52.058	291	-31.596	-1.138
Bahia	-7.157	8.342	40.552	-11.696	-153.815	3.495	-120.420	141
Minas Gerais	98.769	8.323	-93.185	51.606	-230.097	19.257	-224.513	79.186
Espirito Santo	8.271	-192	3.231	18.043	41.615	4.486	53.117	22.337
Rio de Janeiro	-64.270	-55.689	-97.347	35.857	3.283	14.460	-158.334	5.372
Guarabara	63.469	68.338	81.631	56.126	47.432	88.590	192.532	213.054
São Paulo	72.649	46.767	70.997	597.928	18.924	374.250	162.570	818.945
Paraná	24.896	2.042	-18.215	33.933	35.417	25.854	42.098	61.829
Santa Catarina	31.045	-5.831	-33.717	23.402	40.604	10.356	37.932	27.927
Rio G. do Sul	100.083	1.156	-45.157	98.113	69.993	42.627	124.919	141.896
Goiás	1.670	-205	4.925	35	25.250	1.441	31.845	1.271
Mato Grosso	5.896	-317	3.445	9.894	15.864	11.497	25.205	21.074
BRASIL	{+453.794}	56.940	{+412.282}	715.209	{+581.339}	659.044	-	1.411.193
	{-453.778}		{-412.185}		{-581.618}			

FONTE: GRAHAM e HOLLANDA (1984).

em parte a esta questão, é necessário observar a situação da economia das diversas regiões e estados do Brasil, o que permitirá compreender também porque ao final deste período o desenvolvimento brasileiro já se mostrava altamente concentrado na região Sudeste, notadamente no Estado de São Paulo.

Iniciando pelo Norte, o elevado saldo migratório observado nesta região deveu-se, como já foi dito, à fase áurea da economia da borracha. O aumento do preço internacional da borracha fez com que sua extração na Amazônia se tornasse atraente e se expandisse consideravelmente a partir de 1870, atingindo o auge entre 1830 e 1910.

O volume de recursos obtidos através da exportação da borracha durante o período de 1870 a 1920 foi considerável, equivalendo a cerca de 45% do valor das exportações de café. Apesar de elevado, ele não propiciou um desenvolvimento contínuo da região. A razão disto está basicamente associada à organização da atividade extrativa que então se estabeleceu. O "aviamento" foi a forma básica desta atividade. "Consistia e consiste esse sistema numa cadeia de agentes cujo primeiro elo (o maior e mais poderoso) é representado pelas grandes casas exportadoras que concedem crédito (aviam) a intermediários menores, emprestando-lhes dinheiro e adiantando meios de subsistência e bens de produção (os rudimentares instrumentos auxiliares da produção da borracha). Os médios e pequenos intermediários, por sua vez, "repassam o crédito recebido (e, portanto, são ao mesmo tempo aviados e aviadores) aos últimos elos dessa cadeia, que são exatamente os produtores diretos da atividade extrativa. Estes últimos constituem genuinamente os aviados (Cano, 195, p. 89-90).

Havia, portanto, um grande número de intermediários, o que implicava em grande divisão do lucro. Os grandes exportadores, que ficavam com a maior parte do mesmo, não se preocupavam em aplicá-lo em atividades produtivas, destinando-os, ao contrário, a construções de alto padrão em plena selva e à importação de bens de luxo.

Os pequenos elos da cadeia referida, quais sejam, os produtores, encontravam-se, pela própria natureza de suas atividades, dispersos na floresta, o que impediu que através deles surgisse uma agricultura comercial de alimentos. Até estes eram, portanto, importados.

Uma economia como esta, apoiada única e exclusivamente na exportação da borracha, não teria estrutura para sobreviver sem ela. Assim, quando sobreveio, na década dos vinte, a crise da borracha, a região Norte entrou em decadência, trazendo muito migrantes nordestinos de volta a sua região de origem.

A região Sul, conforme já mencionado, aumentou sua participação na distribuição da população total durante o período de 1872 a 1920, graças à entrada líquida de aproximadamente 267.000 pessoas entre nativos e estrangeiros. Este aumento da população não se deu em função de expansão de atividades voltadas para exportação tal como estava ocorrendo no Norte e no Sudeste.

Na realidade, desde o século XVIII esta região se ocupava em abastecer o mercado interno de alimentos: a zona de mineração, primeiramente, e depois, no século XIX, a zona cafeeira. Ao invés de latifúndios, predominavam as pequenas e médias propriedades. É provável que a disponibilidade de terras que permitiu a formação destas propriedades tenha sido o elemento de atração dos migrantes, ficando-lhes facultado a exploração da agricultura comercial ou a agricultura de subsistência.

Seu desempenho econômico foi, em boa parte do período em análise, prejudicado pela concorrência externa e interna. Dentro do país, o primeiro estado a lhe fazer frente foi Minas Gerais e depois o próprio Estado de São Paulo pois a economia paulista se diversificou e produziu grande parte dos alimentos então necessários. O alto custo de transporte acabou obrigando o Sul a se "isolar", em parte, da região Sudeste.

Face a estes problemas e ao estágio ainda preliminar de organização de sua estrutura produtiva, a região Sul não apresentava condições de ter um desenvolvimento com dinâmica interna própria.

Posteriormente, com a imposição de restrições à importação de alimentos e com a melhoria do sistema de transportes esta região foi beneficiada. A proximidade ao centro dinâmico do Sudeste, cuja demanda por alimentos era crescente, a existência de uma estrutura produtiva capaz de responder aos estímulos da demanda, as condições climáticas favoráveis fizeram com que o Sul assumisse em período posterior, posição de destaque como fornecedor de alimentos e matérias-primas.

A economia do Nordeste, desde os tempos coloniais, girava em torno de atividades primário-exportadoras. Em 1870, o algodão e o açúcar eram os principais produtos de exportação. Seus preços, entretanto, vinham sofrendo sucessivas quedas ao longo do século XIX. Além disso, tornava-se cada vez mais difícil manter a participação física das exportações brasileiras no mercado internacional.

O açúcar enfrentava a concorrência da crescente produção do açúcar de beterraba e da produção cubana no que diz respeito ao mercado norte-americano. A produção de Cuba foi ampliada graças à construção de estradas de ferro junto às plantações, o que facilitava o transporte do produto obtido. No Nordeste, a ausência de uma topografia plana tornava tal recurso economicamente inviável. Por outro lado, a instalação de usinas centrais que poderiam elevar a produtividade nordestina, encontrou como barreira a estrutura altamente concentrada da posse da terra e a tenacidade dos proprietários em manter tal concentração (Denslow, 1978).

O algodão, por sua vez, teria que enfrentar a expansão da produção norte-americana e a de outros países, expansão es

ta que se dava a níveis de eficiência mais elevados. O algodão de fio longo, cuja produção encontrava as condições naturais ideais no Nordeste brasileiro, deixou de apresentar vantagens sobre o algodão de fio curto com a invenção da descaroçadora de serra. Como este era mais barato que aquele, reduziu-se ainda mais a procura pelo algodão nordestino.

Assim sendo, tanto o algodão quanto o açúcar tiveram que buscar internamente sua demanda. No caso do algodão, 60% de sua produção em fins do século XIX era absorvida pelo mercado interno.

A decadência da economia açucareira e algodoeira do Nordeste é bastante discutida na literatura. Leff (1972), por exemplo, argumenta que a existência de uma única taxa cambial no Brasil teria sido a responsável por tal decadência. Diz o autor que como a taxa cambial era fixada em função do café que apresentava produtividade superior e que encontrava condições de demanda altamente favoráveis, ela estaria sobrevalorizada, reduzindo a competitividade do açúcar e do algodão no mercado internacional. Tal argumentação é refutada com propriedade por Denslow (1978) e Cano (1981). Se o café tornava ou não a taxa supervalorizada é questão que não deve levar à subestimação do fato de que a concorrência sofrida pelo Nordeste advinha do confronto entre sua produtividade praticamente estagnada e a crescente eficiência dos outros centros produtores. Seria possível vencer este problema sem lançar mão do recurso da desvalorização cambial?

A ausência ou não-adoção de alternativas a esta economia primário-exportadora é evidente no Nordeste e está associada à estrutura de posse da terra e às relações de produção decorrentes que garantiram a sobrevivência de sua economia decadente. A seguinte citação de Graham e Merrick elucida esta colocação: "O ajuste ao declínio nas fortunas da economia de exportação recaiu muito mais pesadamente sobre o proletariado rural do que sobre os produtores. A falta de oportunidades de

emprego nas áreas urbanas e a falta de alternativas de culturas comerciais, ou de meios promissores de subsistência nas áreas de desbravamento, limitaram as opções para o uso dessa crescente base populacional. (...) Na década de 1880, esse crescimento populacional ante as limitadas oportunidades de emprego e a ausência de terras livres (para atividades de subsistência) reduziu os salários reais do trabalho não escravo em proporções suficientes para permitir aos fazendeiros a substituição de grande número de escravos por essa massa de colonos e parceiros de base rural e que não dispunha de terras muito antes da abolição. Os padrões tradicionais de controle paternalista da mão-de-obra e o domínio da hierarquia do açúcar continuaram tão fortes no período posterior à abolição quanto o eram antes dela, enquanto as condições de vida da população rural se agravaram consideravelmente" (Graham e Merrick, 1981, p. 112).

Portanto, desde antes da abolição, a mão-de-obra empregada no Nordeste era livre, mas as relações de produção quase não se modificaram na prática. Mesmo em períodos favoráveis à exportação dos produtos da região, o trabalho "servil" se manteve o que impediu o surgimento de um mercado interno de consumo capaz de dinamizar e diversificar a economia nordestina.

Na região Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, ocorria, no período em análise, rápida expansão da economia cafeeira. A evolução da estrutura produtiva, que então se observa, transformou São Paulo no estado mais dinâmico do Brasil. Começa aí o processo de concentração econômica que se acentua nas décadas subsequentes.

Antes do café, o desempenho econômico de São Paulo era inexpressivo face a outros estados brasileiros que desenvolviam atividades primário-exportadoras. A cafeicultura alterou profundamente este quadro. A princípio, a importância de São

Paulo mesmo na produção do café era moderada. Até o início da década dos setenta, este Estado produzia apenas 16% do café brasileiro. O deslocamento da produção em direção ao Oeste Paulista permitiu a obtenção de níveis crescentes de produto, o que se deveu à qualidade do solo e à utilização de técnicas mais eficientes que as empregadas na região do Vale do Paraíba. Em 1885, São Paulo já produzia 40% do café ao país.

As condições favoráveis no mercado internacional estimulavam a expansão da produção. As terras mais férteis, distantes do litoral, puderam ser cultivadas em virtude da eliminação do problema de transporte, o que se deu através da construção de ferrovias. A iniciativa de tal construção partiu basicamente dos produtores de café, com recursos deles próprios. Assim é que, em 1910, das vinte ferrovias que havia em São Paulo, dezesseis eram de propriedade nacional privada. Das quatro restantes, uma era de capital estrangeiro, outra do governo estadual e duas do governo federal. A ferrovia era, então, empreendimento de alta lucratividade, o que não ocorria nas demais regiões do País.

Há dois pontos importantes acerca da economia cafeeira de São Paulo que merecem ser destacados pois a eles está fortemente associado o processo de concentração econômica neste Estado. O primeiro deles diz respeito à introdução de relações capitalistas na produção do café. O segundo refere-se à diversificação de atividades econômicas a partir da cafeicultura.

A mão-de-obra escrava, utilizada em todas as atividades primário-exportadoras que haviam sido desenvolvidas até então, foi também, inicialmente, empregada na cafeicultura. Todavia, esta nova atividade de exportação não poderia se expandir com base no trabalho escravo, uma vez que este se tornava cada vez mais escasso em virtude da proibição do tráfico de escravos. Teve, portanto, que ser utilizada a mão-de-obra livre, o que não implica necessariamente no estabelecimento de relação de trabalho de caráter capitalista, haja vista a situação observada no Nordeste de então.

A mão-de-obra não-escrava que São Paulo utilizou foi fundamentalmente de origem estrangeira. Conforme já se observou, a entrada líquida de estrangeiros em São Paulo no período de 1890 a 1920 foi bastante elevada. Essa imigração foi inicialmente subsidiada pelo governo federal e, a partir de 1877, pelo governo do Estado.

A parceria, o colonato e o assalariamento propriamente dito eram relações de trabalho alternativas vigentes na economia cafeeira. Tanto a primeira quanto a segunda permitiam aos trabalhadores o cultivo de alimentos o que contribuía para a elevação de sua renda real (monetária e não-monetária). Além da possibilidade de obtenção desta renda em espécie, a participação da mão-de-obra na distribuição da renda monetária derivada do café era razoável, conforme revelam os dados contidos na Tabela 3. Segundo Cano, "os maiores apropriadores da renda cafeeira foram, além do fazendeiro, a mão-de-obra (que com isso ampliaria o mercado para bens de consumo simples) e o próprio Estado" (Cano, 1981, p. 81).

Esta participação do trabalhador na distribuição da renda gerada foi fundamental para a consecução de certa desconcentração da posse da terra. A disponibilidade de terras muito férteis levava os cafeicultores a deixarem de cultivar aquelas cujo rendimento estava declinando. Ao transferirem-se para as terras mais férteis, os fazendeiros vendiam as terras "velhas". O nível não elevado do preço destas terras e a possibilidade de fracioná-las tornavam-nas acessíveis aos colonos que então as adquiriam e passavam à categoria de pequenos proprietários. Todo este processo foi de grande importância para a formação e consolidação de um mercado interno de consumo de bens e serviços que seriam paulatinamente produzidos no próprio Estado de São Paulo.

A diversificação que começou a se processar em sua economia ocorreu dentro e fora da agricultura.

Na agricultura, a produção de alimentos é o ponto a destacar. Tradicionalmente, as regiões brasileiras engajadas em

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DE UMA SACA DE CAFÉ BENEFICIADO

ELEMENTO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Mão-de-Obra na fazenda	19,1
Beneficiamento e Ensaque	5,1
Carretos, embarques e reensaque	4,6
Frete ferroviário (Jaú a Santos)	3,4
Comissões, corretagens e despesas cambiais	5,5
Sacaria nova para exportação	2,3
Tributos estaduais	13,5
Transporte e outras despesas entre Santos e Nova York .	7,7
Resultado bruto para o fazendeiro ^(*)	38,8
Preço da saca de café, CIF, Nova York	100,0

FONTE: CANO (1981), Tabela 7, pg. 82.

(*) "Da renda apropriada pelo fazendeiro deve-se deduzir a parcela de juros sobre empréstimos tomados pelos fazendeiros aos bancos ou aos comissários, e se esses juros pudessem ser estimados às taxas de 10 a 12% sobre os custos calculados, essa parcela de juros representaria cerca de 7% do preço final do café, diminuindo assim a aparentemente grande concentração de renda pelo fazendeiro, da qual, na realidade, ainda se deveria deduzir as depreciações dos ativos finos do café e os juros decorrentes de eventuais financiamentos obtidos para a inversão da propriedade cafeeira". (pg.81-82).

atividades de exportação não se preocupavam com a produção interna de alimentos que eram, portanto, importados em grande parte. A predominância do colonato na economia cafeeira começou a alterar este quadro. Conforme já mencionado, era permitido ao colono o cultivo de outros produtos que não o café. Os alimentos eram então produzidos e se houvesse excedente, ele poderia ser comercializado desde que, evidentemente, existisse demanda para o mesmo. Esta demanda existia e era crescente pois a expansão da produção do café levava à expansão de atividades de caráter não-agrícola a elas associadas tais como comércio e produção de certos insumos, atividades estas que se desenvolviam em áreas urbanas que necessitavam da produção de alimentos da área rural.

Com o crescimento desta demanda urbana, posteriormente, acelerado pela expansão da atividade industrial e pela migração rural-urbana em épocas de crise na cafeicultura, a produção de alimentos passou a ser feita independentemente do café, ou seja, havia propriedades exclusivamente voltadas para o cultivo de alimentos, muitas delas formadas sobre as terras "velhas" já referidas. A elevação da proteção tarifária em 1905, que encareceu os alimentos importados, contribuiu também para a diversificação da agricultura paulista. Outro fato que caminhou na mesma direção foi a intensificação da imigração japonesa a partir de 1908, imigração esta que se engajou predominantemente na produção de alimentos, sobretudo hortifrutigranjeiros.

Além da diversificação observada dentro da agricultura, a economia paulista passou por uma diversificação setorial, ou seja, a indústria assume importância crescente na produção do Estado.

A formação e expansão da indústria paulista desde fins do século XIX até a Grande Depressão está intimamente associada à atividade cafeeira. Ela gerou direta e indiretamente, condições imprescindíveis ao desenvolvimento industrial de São Paulo.

Embora a aplicação de recursos na indústria não tenha sido exclusividade dos fazendeiros do café, a participação deles foi de extrema importância. Segundo informações disponíveis, levantadas por Bandeira Júnior, metade da mão-de-obra empregada na indústria em 1901, trabalhava em fábricas pertencentes aos fazendeiros (Cano, 1981). Comerciantes imigrantes, o próprio sistema bancário e os importadores também investiram na indústria, embora não caiba a estes últimos o papel de vanguarda que Dean⁽¹⁾ lhes atribui.

Muito mais que gerar recursos passíveis de serem investidos na indústria, a atividade cafeeira gerava divisas, indispensáveis à formação da indústria que em sua fase inicial requer a importação de bens de produção e, eventualmente, de alguns insumos.

Outro ponto a favorecer o desenvolvimento industrial era a disponibilidade da mão-de-obra. Do grande afluxo de imigrantes atraídos pelo café, uma parcela acabava ficando na área urbana e engajando-se na atividade industrial. A partir dos últimos anos do século XIX, juntou-se a essa mão-de-obra aquela proveniente da área rural: de 1898 a 1907, a crise cafeeira provocou uma corrente migratória rural-urbana. A suspensão do plantio de novos cafezais até 1910 acentuou-se este processo. Assim, a indústria pôde se expandir sem ter de enfrentar problema de escassez de mão-de-obra. A ocupação de mulheres e menores que se tornou prática comum no início do século XX aumentou ainda mais a disponibilidade de braços para a indústria. Face a esta relativa abundância de mão-de-obra e graças à crescente produção interna de alimentos já referida, os salários pagos na indústria paulista eram baixos, inclusive inferiores aos observados em outros estados.

Elemento adicional em favor da indústria foi a política protecionista que, apesar de ter primordialmente objetivos fiscalistas, acabou de fato protegendo a indústria nascente.

(1) DEAN (1971).

Evidentemente, todos estes fatores de estímulo à indústria, teriam sido inócuos se não houvesse um mercado interno capaz de absover a produção. Este mercado, teve origem na própria atividade cafeeira e se expandiu à medida que se expandiam a agricultura, a indústria e as demais atividades da economia paulista. A política de valorização do café, implementada pelo governo na época de superprodução, teve papel relevante na manutenção do poder aquisitivo de certo segmento deste mercado interno. Apesar disto, não se deve superestimá-la a ponto de afirmar que São Paulo pôde expandir seu processo de acumulação graças a ela e que as demais regiões brasileiras permaneceram "atrasadas" porque não contaram com "o respaldo de um poder político que resultasse em medidas de política econômica favorável aos seus interesses" (CME-PIMES-UFPE, 1978b, pp. 34-35). Os elementos até aqui apresentados, tanto a respeito de São Paulo quanto de outros estados, são suficientes para demonstrar que as disparidades internas ao Brasil não podem ser atribuídas apenas a este tipo de fator.

A concentração da indústria no Estado de São Paulo começa a se processar logo no início deste século, sendo que a "gênese do capital industrial em São Paulo", segundo Cano, remonta a fins do século passado, mais precisamente entre 1881 e 1894. As empresas industriais fundadas nesta época representaram 50% do capital total recenseado em 1907. Se considerada apenas a indústria têxtil, este valor sobe para 60% (Cano, 1981, Tabela 7, p. 142).

Em 1907, primeiro ano para o qual se dispõe de informações censitárias sobre a indústria, a produção industrial de São Paulo correspondia a quase 16% do total do Brasil, conforme se pode observar na Tabela 4 que apresenta também a produção percentual de outros estados e regiões do país. Chama a atenção nesta tabela, a produção substancialmente maior do então Estado da Guanabara. Esta supremacia inicial da Guanabara estava associada ao fato dela contar com o mercado da econo-

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO
REGIÕES E ESTADOS
1907 - 1939

REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)		
	1907	1919	1939
Norte	4,3	1,3	1,1
Nordeste	16,7	16,1	10,4
- MA, PI	1,1	1,0	0,3
- CE, RN, PB, AL, SE	4,8	5,5	3,9
- Pernambuco	7,4	6,8	4,8
- Bahia	3,4	2,8	1,4
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5
Espírito Santo	0,1	0,7	0,4
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0
Guanabara	30,2	20,8	17,0
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Paraná	4,5	3,2	2,2
Santa Catarina	1,9	1,9	1,8
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4
Brasil-SP	84,1	68,5	54,6
BRASIL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Industrial de 1907, 1920, 1940 e 1950.

mia cafeeira do Vale do Paraíba e de Minas Gerais, além do próprio Estado de São Paulo, em parte. Mas aquela antiga área de produção de café entrou em declínio, a produção industrial paulista se expandiu, e a falta de um dinamismo interno capaz de sustentar um processo continuado do crescente desenvolvimento de sua indústria fez com que a Guanabara perdesse sua supremacia ao longo do tempo. Em 1919, ela já havia reduzido sua participação na produção industrial brasileira para 20%.

Outro ponto que merece comentário é a aparente semelhança de produção industrial relativa do Nordeste, Rio Grande do Sul e São Paulo no ano de 1907. Esta semelhança pode levar à conclusão de que as indústrias destas três localidades eram igualmente fortes e dinâmicas. Existe, porém, uma diferença fundamental entre elas. Tanto o Nordeste quanto o Rio Grande do Sul tinham uma indústria altamente especializada na produção de um número reduzidíssimo de bens, e para a qual contavam com vantagens comparativas naturais. É o caso do açúcar e do sal para o Nordeste e do charque e da banha para este Estado sulino. Eles não apresentavam, portanto, uma indústria diversificada e dependente em grande parte do mercado de consumo local tal como ocorria em São Paulo. Daí este Estado ter quase dobrado sua participação na produção industrial brasileira de 1907 a 1919, enquanto o Nordeste manteve sua posição inalterada, e o Rio Grande do Sul perdeu mais de dois pontos percentuais.

A diversificação e também a concentração da produção em São Paulo segundo os ramos industriais pode ser visualizada na Tabela 5. Em quase todos eles a produção paulista se faz presente. Em 1907, a concentração industrial em São Paulo começou a se manifestar em alguns ramos: papel, minerais não-metálicos, têxtil e vestuário. Em 1919, esta concentração acentuou-se substancialmente, havendo apenas dois ramos com produção inferior a 20% do total nacional. Embora não tenha sido feito o recenseamento relativo aos anos 20, e não se disponha, portanto, de amplas informações sobre esse período, sabe-se que a concentração industrial em São Paulo aumentou.

TABELA 5

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

RAMOS	CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO (%) (a)		
	1907	1919	1939
Minerais Não Metálicos	30,4	50,1	43,8
Metalúrgica	-	45,4	41,4
Mecânica	19,8	-	73,0
Mat.Elét. e de Comunic.	-	-	67,5
Mat. de Transporte	3,9	54,6	87,1
Madeira	10,5	22,1	31,0
Mobiliário	12,0	27,5	42,4
Papel	37,8	48,0	47,3
Borracha	-	25,9	33,6
Couros e Peles	14,6	32,1	29,0
Química	-	30,9	61,2
Farmacêutica	11,5	12,7	23,2
Perf., sabões e Velas	3,8	25,8	38,6
Têxtil	26,3	36,6	60,6
Vestuário	22,0	38,0	44,9
Alimentar	9,9	26,0	33,0
Bebidas	12,7	34,1	37,6
Fumo	0,9	14,7	34,4
Editorial e Gráfica	-	-	39,4
Diversas	11,5	24,2	50,8
TOTAL	15,9	31,5	45,4

FONTE: CANO (1981), Tabela 29, pg. 241.

(a) Porcentagem do Valor Bruto da Produção Industrial de São Paulo em relação ao total do Brasil.

Na década de 1920, "a indústria de São Paulo dá um novo "grande salto", desta vez não apenas quantitativo mas também qualitativo, ao implantar — ainda que precoce e incipientemente — um pequeno compartimento produtor de bens de capital e de insumos mais complexos, diversificando, também, em certa medida, a sua produção de bens de consumo (a têxtil, principalmente). É nesse período (1920 a 1928) que a indústria paulista cresce (em termos reais) à taxa média anual de 6,6% enquanto que a do resto do país apresentava um crescimento bastante inferior em torno de 1,4%. Ese período foi, portanto, altamente significativo para a indústria paulista, ao lhe preparar o terreno" para a conquista do mercado nacional, principalmente após a grande depressão" (Cano, 1981, p. 254).

Efetivamente, foi só a partir da década dos trinta que a produção paulista penetrou de forma acentuada nos demais estados brasileiros.

Durante as três décadas iniciais do século XX, São Paulo apresentou, inclusive, um saldo negativo no comércio com o resto do Brasil, saldo este da ordem de 1,7 milhões de contos de réis. Em contrapartida, obteve um saldo positivo de 12,0 milhões de contos de réis no comércio exterior ao passo que o resto do Brasil teve um déficit de 1,5 milhões de contos de réis. Portanto, o início do processo de industrialização e de concentração industrial de São Paulo não ocorreu às expensas da transferência de recursos dos demais estados do país e, sim, graças às características dinâmicas de sua economia.

2.3. Da "Grande Depressão" à Segunda Guerra Mundial

O período compreendido entre o início da "Grande Depressão" e o final da Segunda Guerra Mundial é caracterizado por significativas alterações no processo de ocupação do território brasileiro.

As estatísticas disponíveis acerca dos movimentos populacionais não cobrem exatamente este período de pouco mais de uma década e meia. Dada a ausência de informações censitárias sobre os anos vinte, só é possível avaliar as migrações ocorridas entre 1920 e 1940 e não apenas entre 1930 e 1940. Por outro lado, as informações posteriores, cobrem o período de mais uma década — até 1950 — ultrapassando, portanto, o fim do período em questão. Apesar desta limitação, pode-se inferir, a partir dos dados existentes, o que ocorreu durante este período.

A Tabela 6 traz as informações básicas para tal inferência. O primeiro ponto a ser destacado é o substancial aumento dos deslocamentos de brasileiros natos. Este aumento deve ter ocorrido sobretudo na década dos trinta. Ao menos para São Paulo isto é verdadeiro pois segundo informações do Serviço de Imigração e Colonização do Estado, mais de 320.000 imigrantes nativos entraram no estado durante o período de 1934, a 1940.

Em linhas gerais, observou-se, de 1920 a 1940, um certo esvaziamento da Região Norte e saldos migratórios e expressivos para o sul da região Nordeste, notadamente Pernambuco, Alagoas e Bahia, e para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. São Paulo absorveu em termos líquidos mais de 400.000



TABELA 6
MIGRAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL LÍQUIDA NO BRASIL
1920/50

ESTADO	1920/40		1940/50	
	NATIVOS	ESTRANGEIROS	NATIVOS	ESTRANGEIROS
Acre	-18.763	-870	6.344	49
Amazonas	-22.459	-2.058	-23.862	-506
Pará	-150.027	-802	-51.255	140
Maranhão	42.135	455	5.100	1
Piauí	-20.037	47	-25.120	15
Ceará	89.474	874	-36.843	12
Rio G. do Norte	23.728	249	-16.037	52
Paraíba	45.789	545	-81.174	-28
Pernambuco	-74.649	-55	-14.522	55
Alagoas	-168.830	119	-98.070	-4
Sergipe	-39.453	75	-40.163	-18
Bahia	-233.130	1.955	-135.512	1.588
Minas Gerais	-608.455	5.174	-601.788	885
Espírito Santo	55.750	3.357	-46.230	-480
Rio de Janeiro	-112.274	13.691	-19.122	9.382
Guanabara	268.936	95.675	345.352	30.434
São Paulo	432.862	341.688	362.270	75.251
Paraná	121.795	51.499	342.263	25.729
Santa Catarina	88.807	15.249	4.089	122
Rio G. do Sul	181.573	32.866	13.515	-2.205
Goiás	50.366	1.470	91.831	1.518
Mato Grosso	47.002	5.747	-2.251	1.464
BRASIL	(+1.448.215) (-1.448.077)	544.759	(+1.170.764) (-1.171.760)	143.455

FONTE: GRAHAM e HOLLANDA (1984).

migrantes. Houve uma entrada líquida também significativa no então Estado da Guanabara e nos estados da região Sul.

No que concerne à imigração, houve ainda um ingresso considerável o que se deve, porém, muito mais ao que se sucedeu nos anos vinte do que nos anos trinta quando se passou a fixar quotas para a entrada de estrangeiros no Brasil.

Na década dos quarenta, continuaram as migrações oriundas de Minas Gerais e do sul do Nordeste e todos os demais estados desta região, exceção feita ao Maranhão, também apresentaram saldos migratórios negativos. Em contrapartida, São Paulo e Guanabara mantiveram-se na posição de importantes destinos de migração. O acontecimento novo foi o maciço afluxo de migrantes para o Paraná — quase 350.000 pessoas. O Estado de Goiás recebeu também um volume razoável: mais de 90.000 migrantes. Estes dois últimos movimentos refletem o processo de expansão da fronteira agrícola, que atingiu nas duas décadas posteriores, o Estado de Mato Grosso.

A imigração nos anos quarenta foi menos relevante ainda, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos: houve uma migração líquida de pouco mais de 140.000 estrangeiros contra um deslocamento de mais de um milhão de brasileiros.

Evidentemente, os deslocamentos populacionais observados estão associados a fatores de natureza econômica.

O citado esvaziamento da região Norte foi consequência direta da decadência da exploração da borracha, que ocorreu nos anos vinte. Na ausência de outras atividades capazes de dinamizar a economia da região, esta entrou em retrocesso e a mão-de-obra que havia para lá migrado nas décadas anteriores, procedente em sua maioria, do Nordeste, retornou a sua região de origem.

Os movimentos migratórios em direção aos Estados da Guanabara e São Paulo estão relacionados à expansão do emprego industrial e, especificamente no que diz respeito a São Paulo, ao aumento da oferta de trabalho na agricultura.

A ocorrência da "Grande Depressão" reduziu drasticamente a capacidade de importação da economia brasileira, dada a dificuldade de colocação no mercado exterior, dos produtos até então exportados pelo Brasil. Ao período de lenta recuperação da economia mundial durante a década dos trinta, sucedeu-se a Segunda Guerra Mundial. Ficou então aberto o caminho para que se buscasse produzir internamente os bens que eram importados, ou seja, para se substituir importações.

Nessa fase, foi de especial importância a existência de um setor industrial que, apesar de incipiente, propiciou os bens para a produção interna de manufaturados. Conforme já visto anteriormente, este setor industrial achava-se na época basicamente concentrado no Estado de São Paulo e, em menor escala, na Guanabara.

Não se pode também deixar de mencionar o papel desempenhado pelo governo que, ao comprar o excedente da produção cafeeira que não encontrava colocação no mercado externo, manteve o nível de renda do segmento da economia dependente do café, concentrado uma vez mais, no Estado de São Paulo.

Pode-se dizer que durante o período que vai de 1930 a 1947 a internacionalização da economia brasileira cedeu lugar a sua nacionalização. Durante este período, seja em razão da crise internacional inicialmente, seja pela desorganização das economias dos países envolvidos na guerra em um segundo momento, houve uma clara mudança nas variáveis incentivadoras do desenvolvimento, as quais passam das atividades ligadas à exportação ao atendimento de uma demanda interna crescente. Com isso, o grau de dependência da economia brasileira com relação ao exterior cai substancialmente, cedendo lugar a uma possibilidade maior de crescimento da produção interna com base no próprio mercado de consumo pré-existente.

Durante esse período, foram substituídos inicialmente os produtos de consumo não-duráveis, ou seja, aqueles produtos de pouca elaboração industrial, intensivos em mão-de-obra e

que servem ao consumo direto da população. Enquadram-se nessa classificação, todas as formas de alimentos semi-elaborados, sapatos, vestuário de uma forma geral, móveis, etc.

As características assumidas pelas importações brasileiras no período analisado confirmam essa afirmação e introduzem outras informações relevantes para a compreensão do processo.

TABELA 7

ÍNDICES DE *QUANTUM* DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR
GRUPOS RELEVANTES DE BENS
1929-1948

Grupos de Bens	1929	1931	1937-38	1948
- Bens de consumo	100	30	57	121
Duráveis	100	12	67	154
Não-duráveis	100	43	51	99
- Combustíveis e lubrificantes	100	65	94	181
- Matérias-primas e produtos intermediários	100	64	93	81
Metálicos	100	28	72	60
Não-metálicos	100	75	100	87
- Bens de capital	100	20	72	116
- Total	100	46	81	106

FONTE: Tavares (1972).

Da observação dos dados da Tabela 7 é fácil verificar a queda acentuada sofrida pelas importações durante a crise e a sua recuperação posterior. Em apenas dois anos (de 1929 a 1931), o *quantum* de importações atinge um nível equivalente a menos da metade do valor obtido no primeiro ano. Essa queda é muito

mais acentuada para os bens de consumo e de capital e menos notória para os combustíveis e lubrificantes e matérias-primas e produtos intermediários. Esses itens, de uma forma geral, são mais resistentes a quedas significativas pois visam a atender à demanda da própria indústria nascente.

No período de recuperação da crise (1937-38) pode-se notar uma elevação em praticamente todos os itens da pauta de importações, sem chegar a atingir, no entanto, os níveis pre-valecentes, antes da crise.

A análise por grandes grupos deixa mais claro o processo de substituição de importações ocorrido no período. O grupo de bens de consumo, dividido em duráveis e não-duráveis, indica que uma parcela significativa da produção destes últimos foi substituída durante o período em análise. Nos dois pontos extremos do período (1929 e 1948) praticamente as importações de bens de consumo não-duráveis atingem o mesmo nível apesar de, no ano de 1948, a economia brasileira haver atingido um patamar de desenvolvimento claramente superior ao do início da década de 30. No intervalo que permeia esses dois anos, o *quantum* de importação deste item se mantém, até 1937-38, em aproximadamente 50% do valor verificado em 1929.

No que diz respeito às importações de bens de consumo duráveis, verifica-se que estas sofreram uma significativa queda no início do período atingindo em 1931 valor equivalente a 12% daquele observado em 1929. No entanto, a sua recuperação posterior é violenta até atingir um patamar cerca de 50% superior àquele verificado antes da crise.

O processo de substituição de importações não é aparente para os bens de consumo como um todo e menos ainda para os bens de consumo duráveis. O que ocorreu na realidade no período foi uma substituição entre os tipos de bens de consumo duráveis dentro do grupo. O consumo desses bens sofreu no período uma diversificação relativamente grande o que fez com que o *quantum* de importações aumentasse significativamente. Em

1948, a participação dos eletrodomésticos nas importações desse grupo refletem tal diversificação, visto que esses produtos não estavam presentes nas importações durante a década de 30.

O grupo de combustíveis e lubrificantes apresenta maior rigidez em termos de importações em razão de sua essencialidade com relação ao funcionamento da economia nacional. Além disso, quando a recuperação do nível de atividades é retomado, essas importações aumentam significativamente. Esse é um item de difícil substituição em razão da dificuldade de produção interna derivada da pequena disponibilidade de petróleo no Brasil.

As matérias-primas e produtos intermediários, da mesma forma que o grupo anterior, também apresentam rigidez significativa para baixo na primeira parte do período em análise (os níveis de 1929 e 1957-38 são praticamente comparáveis). No período seguinte, entretanto, época em que prevaleceu um crescimento do nível de atividade interno, houve uma clara substituição de importações fazendo com que o item como um todo caísse para praticamente 80% do valor de 1929. A substituição é praticamente visível para os produtos metálicos cujas importações equivalem em 1948 a apenas 60% do valor atingido em 1929. Isso se deve, em grande parte, à produção siderúrgica nacional cuja implantação se fez paulatinamente desde o início do século, acentuando-se em maior escala com a implantação de Volta Redonda durante a Segunda Guerra.

Quanto aos bens de capital, observa-se, da mesma forma que os bens de consumo duráveis, uma queda significativa entre 1929 e 1931 seguido de uma recuperação que atinge, em 1948, nível 10% superior ao de 1929. Embora tenha havido substituição de bens de capital, particularmente equipamentos agrícolas e material ferroviário, é incontestável que, com a aceleração do processo de industrialização, as importações desses itens tenham se elevado na segunda parte do período considerado.

Em resumo, pode-se dizer que o período compreendido entre 1929 e 1945 tenha se caracterizado pela substituição basicamente de produtos de consumo não-duráveis e matérias-primas de uma forma geral, com maior ênfase nas matérias-primas metálicas devido à vocação natural do país com relação à siderurgia em razão da disponibilidade de insumos para essa indústria.

Ao mesmo tempo, na medida em que o nível interno de renda se elevava, o mercado de bens de consumo tendeu a se diversificar abrindo caminho para o aumento das importações de bens de consumo duráveis os quais irão se constituir na base do processo de substituição de importações no período seguinte (1948 a 1961).

Este processo de substituição de importação alterou a composição da produção industrial brasileira. A Tabela 8 ilustra este ponto. Nela pode-se observar a distribuição percentual do valor bruto da produção nos anos de 1907, 1919 e 1939, segundo os ramos industriais.

Considerando inicialmente a parte relativa ao Estado de São Paulo, nota-se aumento expressivo da importância relativa dos seguintes ramos: metalúrgica, material de transporte e química. O ramo têxtil manteve sua participação elevada no valor da produção industrial. O ramo de alimentos teve sua participação reduzida em 1939 relativamente a 1919 mas ainda assim continua a ser o segundo em valor, respondendo por quase 23% do produto industrial total.

O comportamento do Brasil, exclusive São Paulo, apresenta algumas diferenças em relação a este Estado. Agora o ramo de alimentos aparece como o principal, respondendo por quase 38,7% do valor bruto da produção de 1939, valor pouco inferior ao observado em 1919. O ramo têxtil aparece agora em segundo lugar, porém com um percentual bem inferior ao observado para São Paulo. O ramo químico teve também sua importância ampliada no caso do Brasil, mas a um ritmo menor, e material de transporte apresentou queda em seu valor relativo, contrariamente ao que se havia constatado para o estado paulista.

TABELA 8
ESTRUTURA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
[% DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO]

RAMOS	SÃO PAULO			BRASIL-SÃO PAULO		
	1907	1919	1939	1907	1919	1939
Minerais Não Metálicos	6,2	4,0	3,6	2,7	1,9	3,8
Metalúrgica	-	-	5,8	-	2,6	6,8
Mecânica	6,7	4,7	1,7	5,1	-	0,5
Mat.Elét. e de Comunic.	-	-	1,4	-	-	0,6
Material de Transporte	0,5	2,1	5,7	2,6	0,8	0,7
Madeira	2,9	2,8	1,9	4,6	4,6	3,6
Mobiliário	1,2	1,1	1,5	1,7	1,4	1,7
Papel	1,8	1,8	1,8	0,6	0,9	1,7
Borracha	-	0,1	0,4	0,0	0,1	0,7
Couros e Peles	2,8	2,4	1,2	3,0	2,3	2,5
Químicas	-	2,0	7,2	-	2,0	3,8
Farmacêutica	5,2	0,3	0,8	4,7	1,0	2,4
Perf., Sabões e Velas	0,8	2,1	1,8	3,9	2,7	2,3
Têxtil	38,7	29,3	30,8	20,5	23,3	16,7
Vestuário	10,7	9,3	4,6	7,2	7,0	4,7
Alimentar	19,4	30,7	22,9	33,5	40,3	38,7
Bebidas	4,0	4,7	2,3	5,2	4,2	3,0
Fumo	0,1	1,6	1,3	3,2	4,1	2,1
Editorial e Gráfica	-	-	2,3	-	-	2,9
Diversas	1,0	0,6	1,0	1,5	0,8	0,8
Não Especificado	-	0,4	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CANO (1981), Tabela 58, pg. 295.

Paralelamente à alteração na composição da produção industrial do Brasil, o processo de substituição de importações verificado nos anos trinta acentuou a concentração industrial em São Paulo, o que se deve basicamente ao fato de, nas décadas anteriores, ter se formado neste Estado uma estrutura industrial que pôde ser intensamente explorada quando o Brasil deixou de importar uma série de produtos e ainda, ao fato de se localizar neste Estado um considerável mercado consumidor, ligado à atividade cafeeira e à própria atividade industrial. Retomando os dados contidos na Tabela 5, este processo de concentração pode ser facilmente constatado. A produção de São Paulo é, em grande parte dos ramos, superior a 40% da produção brasileira e atinge participações bastante elevadas no caso de materiais de transporte (87,1%), mecânica (73,0%), química (61,2%) e têxtil (60,6%).

Este desempenho garantiu ao Estado no ano de 1939 um produto industrial cujo valor correspondia a 45,4% do total brasileiro. Em 1919, o valor correspondente era 31,5%. Este aumento da participação paulista acarretou decréscimo na participação de todos os demais estados, exclusive Minas Gerais cuja produção percentual passou de 5,6% em 1919 para 6,5% em 1939 (vide Tabela 4). Segundo Cano, esta "exceção mineira" deve-se: "a) à crescente articulação de sua economia agrícola com o mercado nacional; b) pela expansão cafeeira que se dá na década de 1920, certamente contribuindo na expansão industrial desse estado; c) porém, o maior destaque para a expansão industrial mineira entre 1919 e 1939 é o que se refere à notável expansão de sua indústria metalúrgica, a qual, participando em 1919 com apenas 2,3% do valor da produção industrial desse estado, cresceria para 23,3% em 1939, tendo o seu valor de produção aumentado em mais de 60 vezes, enquanto que os demais ramos industriais desse estado aumentavam em menos de cinco vezes. Grande parte dessa expansão, sem dúvida alguma, estaria vinculada de forma complementar à expansão de

São Paulo, a partir de meados da década de 1920" (Cano, 1981, p. 255, grifo nosso).

O crescimento nominal da produção industrial de São Paulo no período de 1919 a 1939 foi de 604%. Para Minas Gerais, o valor correspondente foi 467% e o Estado da Guanabara que no início do século XX apresentava o maior produto industrial, apresenta taxa de crescimento de 298%. A taxa média brasileira foi de 389%.

Todo este aumento da produção industrial resultante fundamentalmente da intensificação da utilização de capacidade produtiva já instalada, resultou em grande absorção de mão-de-obra.

Em São Paulo, além da considerável expansão do emprego industrial, a atividade agrícola continuou a absorver mão-de-obra pois embora a exportação de café estivesse dificultada, outros produtos passaram a ser cultivados com importância crescente. Foi o caso do algodão, cuja demanda interna acompanhava a expansão da indústria têxtil, bem como o de alguns alimentos. A Tabela 9 apresenta evidências a este respeito.

Desenvolvimento agrícola significativo apresentou também o Paraná durante os anos quarenta, época em que, conforme já visto, houve uma maciça entrada de imigrantes neste Estado. A migração líquida deste período representou quase 30% da população paranaense de 1940.

Colaborou diretamente para a ocorrência desta migração, o empreendimento de uma firma de capital privado inglês — a Companhia de Terras do Norte do Paraná. Esta empresa adquiriu do Estado extensas áreas de terra que foram depois divididas e vendidas a terceiros. Deste processo resultaram basicamente propriedades pequenas, de 40 hectares aproximadamente, o que propiciou o surgimento de uma classe média de proprietários rurais no Paraná. Depois da Segunda Guerra Mundial, a colonização paranaense foi intensificada ao passar para a responsabilidade de uma empresa nacional.



TABELA 9
 EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGRO-INDUSTRIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO
 (1.000 TONELADAS)

MÉDIAS ANUAIS	AÇÚCAR	ALGODÃO PLUMA	ARROZ COM CASCA	BATATA INGLESA	FARINHA DE MANDIOCA	FELJÃO	MILHO	VINHO (1.000.000 L)
1901 a 1903	13,8	1,8	28,8	-	-	41,6	422,6	0,5
1904 a 1906	15,9	2,8	60,2	-	-	83,1	478,2	1,3
1907 a 1909	-	4,3	-	-	-	-	-	-
1910 a 1912 (a)	24,8	5,8	107,1	-	-	97,5	619,6	1,5
1913 a 1915 (b)	27,8	6,2	72,3	33,1	-	112,8	595,8	1,7
1916 a 1918	29,4	10,8	152,1	-	-	177,1	735,4	-
1919 a 1921 (c)	31,8	30,7	275,0	40,7	-	212,5	1.009,3	1,6
1922 a 1924 (d)	33,8	17,4	175,3	-	-	78,9	788,0	2,3
1925 a 1927 (e)	30,6	17,3	267,3	66,1	41,5	194,7	981,8	2,8
1928 a 1930	69,8	6,1	345,9	65,8	60,1	217,7	950,6	3,3
1931 a 1933	114,4	22,0	537,1	160,2	79,8	229,8	1.419,2	3,8
1934 a 1936	138,8	128,6	547,3	114,5	69,9	189,0	1.208,6	4,4
1937 a 1939 (f)	158,8	241,4	400,5	90,2	84,0	177,7	1.298,9	6,0
1940 a 1942	172,0	323,7	400,3	49,4	-	109,8	741,2	-
1943 a 1945 (g)	221,3	362,3	600,8	175,0	-	154,1	1.026,7	7,3

FORNTE: CANO (1981), Tabela 6, pg. 61.

Mais da metade dos migrantes que entraram no Paraná na década dos quarenta era oriunda do Estado de São Paulo. A experiência destes migrantes em atividades agrícolas e a excelente qualidade do solo paranaense viabilizavam o surgimento de uma importante oferta de produtos agrícolas. A proximidade com o mais significativo mercado interno de consumo, localizado no Estado de São Paulo gerava uma demanda potencial pelos produtos do Paraná. Resultou daí o efetivo sucesso do empreendimento agrícola deste Estado, reforçado ainda mais pelo cultivo de alguns produtos destinados à exportação.

Em Goiás, outro estado que absorveu um número razoável de migrantes no período 1940-1950, a ocupação se fazia, sob a intervenção do governo. Diferentemente do que ocorreu no Paraná, predominou a migração de origem mineira e nordestina. A propriedade da terra ficou altamente concentrada: as fazendas com área superior a 500 hectares ocupavam mais de 70% da área agrícola do Estado. Distante dos mais importantes mercados consumidores internos e não direcionada para a exportação, a agricultura de Goiás não teve o desempenho apresentado pelo Paraná.

Para finalizar esta seção que se iniciou com a avaliação do deslocamento de pessoas dentro do Brasil, serão feitos alguns comentários sobre o grau de integração econômica das diversas regiões do País, representada agora pelo movimento de mercadorias, ou seja, pelo comércio interno.

As informações que servirão de base para tais comentários encontram-se na Tabela 10 e referem-se ao comércio interestadual por vias internas no ano de 1943. Não foi, portanto, considerado o comércio por cabotagem. Sabe-se, porém, que neste ano, cerca de 80% do comércio interestadual era feito por vias internas.

Nota-se claramente a partir destas informações de comércio interno, a frágil integração entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. A região Norte, na verdade, apresenta um fluxo de

TABELA 10
 COMÉRCIO INTERESTADUAL POR VIAS INTERNAS
 1943
 Cr\$ 1.000,00
 (VALORES CORRENTES)

REGIÕES E ESTADOS DE PROCEDÊNCIA	REGIÕES DE DESTINO				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
<u>Norte</u>	(82,5)	8,2	23,9	-	18,6
- Rondônia	-	-	-	-	-
- Acre	81,9	-	-	-	-
- Amazonas	-	-	-	-	16,7
- Rio Branco	-	-	-	-	-
- Pará	0,6	8,2	23,9	-	1,9
- Amapá	-	-	-	-	-
<u>Nordeste</u>	7,8	(1.406,6)	59,5	1,2	1,3
- Maranhão	1,4	37,9	-	-	0,2
- Piauí	-	19,2	-	-	-
- Ceará	3,5	139,0	4,9	0,2	-
- Rio G. do Norte	-	18,2	-	-	-
- Paraíba	-	235,8	1,6	-	-
- Pernambuco	0,2	659,1	10,9	-	0,3
- Alagoas	1,6	118,9	1,7	0,5	-
- Sergipe	0,1	90,9	3,7	0,1	-
- Bahia	1,0	87,6	36,7	0,4	0,8
<u>Sudeste</u>	32,6	245,6	(12.750,1)	981,1	511,5
- Minas Gerais	0,3	98,8	3.637,6	12,4	93,2
- Espírito Santo	-	-	102,2	-	-
- Rio de Janeiro	2,1	22,5	1.379,4	16,4	2,5
- Guanabara	30,2	123,9	3.718,0	122,4	39,7
- São Paulo	-	-	3.912,9	829,9	376,1
<u>Sul</u>	2,3	8,3	911,4	(312,0)	1,9
- Paraná	0,4	0,6	426,9	112,2	1,4
- Santa Catarina	1,5	5,0	177,2	105,2	-
- Rio G. do Sul	0,4	2,7	307,3	94,6	0,5
<u>Centro-Oeste</u>	20,6	22,6	365,3	1,6	(0,7)
- Mato Grosso	17,4	4,7	137,8	1,6	0,3
- Goiás	3,2	17,9	227,5	-	0,4

FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1946.

comércio bastante inexpressivo. No Nordeste, o comércio intra-regional é substancialmente mais relevante que o intercâmbio inter-regional: o volume comercializado internamente nesta região chega a ser vinte vezes o valor exportado para as outras regiões.

O Sudeste assemelha-se ao Nordeste no que diz respeito à superioridade do valor transacionado dentro da própria região relativamente ao volume de comércio inter-regional. Aliás, o valor das transações intra-regionais do Sudeste supera em muito os observados nas demais regiões, ficando evidenciado uma vez mais o caráter dinâmico e concentrador desta região liderada pelo Estado de São Paulo.

As regiões Sul e Centro-Oeste distinguem-se do Nordeste e do Sudeste pelo fato de apresentarem um comércio inter-regional muito mais expressivo que o intra-regional. Este é praticamente nulo no Centro-Oeste. Quase a totalidade do fluxo de comércio destas regiões tem como destino o Sudeste, o que denota o efeito polarizador desta região sobre as outras duas, particularmente sobre o Sul. A integração do Paraná com a economia paulista já havia sido mencionada quando se comentou o processo de colonização neste estado, e está em perfeita consonância com os resultados ora observados.

Apesar de não ter sido muito expressivo, o comércio inter-regional propiciara, já em 1943, ganhos líquidos para a região Sudeste, a única a apresentar saldo positivo no comércio interno: foram Cr\$ 410 mil contra saldos negativos de Cr\$ 12,6 mil para o Norte, Cr\$ 214,5 mil para o Nordeste, Cr\$ 60,3 mil para o Sul e Cr\$ 123,2 mil para o Centro-Oeste. O Nordeste teve, portanto, o maior déficit comercial interno, muito embora tenha tido um reduzido fluxo de comércio, só superior ao da região Norte.

O Estado de São Paulo teve, em 1943, um superavit no comércio interno com o resto do Brasil, da ordem de Cr\$ 2.104 mil. Deste total, 75% resultou do comércio por via interna e os 25% restantes, do comércio por cabotagem.

No período que abrangeu a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial houve, enfim, uma acentuação da concentração econômica iniciada nas décadas anteriores. O Estado de São Paulo manteve sua posição hegemônica e, através de seu crescimento, começou a estimular o Estado de Minas Gerais, dentro do próprio Sudeste, bem como a região Sul, notadamente o Estado do Paraná, iniciando-se então um processo de integração econômica de São Paulo e sua "periferia", processo este que se acentuou nas décadas posteriores.

2.4. Do Pós-Guerra ao Final da Década dos Sessenta

O estudo deste novo período que envolve pouco mais de duas décadas inicia-se também pela avaliação dos movimentos populacionais que nele ocorreram. Tendo em vista o reduzido fluxo de migração internacional, não mais se distinguirá os nativos dos imigrantes.

Na Tabela 11 pode-se observar o saldo migratório dos estados brasileiros na década dos cinquenta e na década dos sessenta.

Nos anos cinquenta acentuou-se substancialmente a migração oriunda do Nordeste. Excluindo o Maranhão, único estado nordestino e apresentar saldo migratório positivo, a migração líquida desta região foi de -2.039.024, o que equivale a 71% do movimento migratório do País. Na década anterior, os valores correspondentes foram -447.241 e 38%. Minas Gerais teve também uma elevada perda líquida de população que quase atingiu a casa dos 600.000 habitantes.

Os tradicionais receptores líquidos de migrantes — Guanabara e São Paulo — continuaram a apresentar saldos positivos consideráveis mas foram individualmente superados pelo Paraná que recebeu, em termos líquidos, mais de 900.000 migrantes, parte dos quais deve ter saído da própria região Sul, haja visto os valores negativos observados para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Rio de Janeiro que em quase todo o período de 1872 a 1950 caracterizou-se como um estado liberador de população, apresentou nos anos cinquenta razoável saldo migratório positivo.

TABELA 11
SALDO MIGRATÓRIO GLOBAL DOS ESTADOS BRASILEIROS
1950-1970

Estados	Saldo Migratório	
	1950-1960	1960-1970
- Acre	-2.584	-6.759
- Amazonas	1.535	-3.023
- Pará	11.633	29.583
- Maranhão	21.430	985
- Piauí	-157.603	-81.376
- Ceará	-330.739	-185.142
- Rio Grande do Norte	-133.723	-78.296
- Paraíba	-256.418	-215.469
- Pernambuco	-372.565	-227.140
- Alagoas	-182.636	-70.408
- Sergipe	-99.123	-62.720
- Bahia	-506.105	-290.748
- Minas Gerais	-593.386	-1.048.618
- Espírito Santo	44.739	-107.225
- Rio de Janeiro	195.842	598.160
- Guanabara	453.735	
- São Paulo	712.706	801.835
- Paraná	912.855	564.580
- Santa Catarina	-64.337	-91.991
- Rio Grande do Sul	-162.532	-278.914
- Goiás	259.310	477.424 ^(a)
- Mato Grosso	131.859	239.941
B R A S I L	+2.861.130	+5.370.963
	-2.861.151	-5.370.963
	(0)	(0)

FONTES: GRAHAM e HOLLANDA (1984) para 1950-1960 e ABLAS, RIZ-
ZIERI e MÜLLER (1983) para 1960-1970.

(a) Inclui saldo migratório do Distrito Federal que foi da or-
dem de 349.705 pessoas.

Os estados da região Centro-Oeste absorveram um saldo populacional positivo, fato que expressa a continuação do processo de ocupação da fronteira nesta região. No Norte, poucas alterações no quadro populacional são observadas.

Na década seguinte, este padrão de migração líquida se repetiu. Cabe ressaltar somente a elevada saída da população do Estado de Minas Gerais, a declinante entrada líquida de migrantes no Paraná, o contrário ocorrendo nos estados da Região Centro-Oeste. Destaque-se ainda neste último caso, a atração exercida pelo Distrito Federal que recebeu em termos líquidos quase 350.000 pessoas nos anos sessenta⁽¹⁾.

Os movimentos migratórios de nativos e estrangeiros observados no Brasil ao longo do período de 1872 a 1970, provocaram alterações na distribuição relativa da população entre regiões e estados. A Tabela 12 traz informações sobre estas alterações.

Comparando a situação apenas nos dois limites deste período, observa-se que a única região a perder população relativa foi o Nordeste. Nesta região, residia em 1872, quase a metade da população brasileira. Um século depois, sua participação na distribuição populacional ficou reduzida a 30%. Tal resultado não é surpreendente tendo em vista os grandes fluxos migratórios originários desta região e a pequena entrada de migrantes tanto nacionais quanto estrangeiros. Estagnação econômica, concentração da propriedade da terra, duas secas rigorosas e a existência de oportunidades de emprego em outras regiões, sobretudo no Sudeste, são fatores que explicam este fenômeno.

O Norte manteve sua participação relativa praticamente inalterada. A população que a região ganhou com o crescimento da economia da borracha foi perdida quando esta entrou em decadência, conforme já comentado anteriormente.

(1) Para maiores detalhes sobre o movimento migratório na década dos sessenta, consultar Ablas, Rizzieri e Müller (1983).

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

1872-1970

Região/Estado	1872	1900	1940	1970
NORTE	3,4	4,0	3,6	3,9
NORDESTE	46,7	38,7	35,0	30,0
- Ceará	7,27	4,87	5,07	4,36
- Pernambuco	8,47	6,76	6,52	5,16
- Bahia	13,99	12,15	9,50	7,49
SUDESTE	40,5	44,9	44,5	42,7
- Minas Gerais	20,54	20,61	16,34	11,49
- Rio de Janeiro (Com Guanabara)	10,65	9,96	8,76	8,99
- São Paulo	8,43	13,10	17,41	17,77
SUL	7,3	10,3	13,9	17,7
- Paraná	1,28	1,87	3,00	6,93
- Rio Grande do Sul	4,38	6,59	8,05	6,66
CENTRO-OESTE	2,2	2,1	3,1	5,5
- Goiás (Com Distrito Federal)	1,61	1,46	2,00	3,48
- Mato Grosso	0,60	0,68	1,05	1,60
Número Total de Habi- tantes	9.931	17.434	41.236	93.135

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos.

O Sudeste teve sua participação ampliada de 40,5% em 1872 para 42,7% em 1970, participação esta que chegou a 45% no meio do período. Desta forma, passou a ser a região mais populosa do Brasil.

A região Sul aumentou em dez pontos percentuais sua participação na distribuição da população ao longo do século considerado, o que se deve em grande parte ao desempenho do Estado do Paraná.

O Centro-Oeste, região de expansão de fronteira, abrigava em 1970, 5,5% da população brasileira em contraposição aos 2,2% de 1872. Com a continuação deste processo de expansão na década dos setenta, a importância da região Centro-Oeste certamente se ampliou.

No que diz respeito ao comportamento dos estados apresentados na tabela 12, há alguns pontos interessantes a destacar. Em primeiro lugar, observe-se a heterogeneidade dos estados da região Sudeste. Minas Gerais teve sua participação relativa reduzida quase pela metade de 1872 a 1970, redução esta decorrente de seus sucessivos e substanciais saldos migratórios negativos. O atual Estado do Rio de Janeiro também perdeu posição relativa, se bem que de forma menos acentuada. Em contraposição, São Paulo aumentou consideravelmente sua participação relativa que evoluiu de 8,43% em 1872 para 17,77% em 1970. Portanto, o aumento da população percentual residente na região Sudeste, há pouco mencionado, decorreu basicamente do comportamento do Estado de São Paulo. Cabe por fim ressaltar, no que diz respeito ao Sul, a maior contribuição do Paraná para o crescimento da população relativa desta região tal como mencionado anteriormente.

O período de 1950 a 1970 foi também palco de um intenso processo de migração rural-urbana que elevou substancialmente o grau de urbanização do País. Em 1950, a parcela da população brasileira que vivia em áreas urbanas era de apenas

36,2%. Em 1960, esta parcela se elevou para 45,3%. Em 1970 a população urbana superou a população rural: neste ano, cerca de 56% dos brasileiros viviam em cidades.

Simultaneamente a este processo de intensa urbanização, ocorreu no período de 1950 a 1970 uma acentuação do processo de industrialização impulsionado por novas etapas de substituição de importação. Mas nem em todas as localidades se verificou tal simultaneidade pois a industrialização não foi tão difusa quanto a urbanização. Assim, o fenômeno da concentração industrial que se iniciou nas primeiras décadas deste século acentuou-se em todas as fases de substituição de importação verificadas no Brasil até o ano de 1970.

A análise que segue tratará com mais detalhe deste ponto.

Alguns anos após o término da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1948, o processo de substituição de importação passa uma vez mais a ser dominante no cenário brasileiro.

O período que antecede esta etapa, ou seja, de 1945 a 1947, pode ser considerado para a economia brasileira como uma época de transição em que houve um alívio na capacidade de importar que retornou praticamente aos mesmos níveis de antes da crise. Com a recuperação da economia mundial, as exportações brasileiras aumentaram rapidamente e os termos de troca tornaram-se mais favoráveis para o Brasil. Apesar desta melhora na capacidade de importar e da existência de um saldo de divisas acumulado durante a Guerra, a política de liberalização das importações que então prevaleceu levou ao aparecimento dos primeiros déficits nas contas internas em 1948.

A partir desse ano, um controle cambial rígido, aliado a uma regulamentação quantitativa das importações — discriminatória contra os bens de consumo duráveis mas mantendo condições favoráveis para os bens intermediários e de capital — permitiu que se retomasse o processo de substituição de

importações em novas bases. Os bens duráveis, principalmente os aparelhos eletrodomésticos, foram então os elementos centrais de tal processo. Esta fase durou até 1954, aproximadamente, quando o País entrou em uma etapa de definição política e econômica que perdurou nos dois anos seguintes.

A fase de substituição de bens de consumo duráveis criou as condições mínimas para o crescimento que iria se observar a partir de 1956.

Convém, neste momento, abrir um parêntesis para frisar que até 1950 o desenvolvimento da indústria brasileira se deu praticamente sem o estímulo intencional do governo. Houve medidas que efetivamente colaboraram com a industrialização mas isto era simples decorrência da preocupação governamental com problemas relacionados ao café e ao balanço de pagamentos.

De 1951 a 1956, época que abrangeu o segundo governo de Getúlio Vargas e os demaís meses que antecederam a posse de Juscelino Kubitschek, nota-se certas preocupações com a industrialização. Aumentam os investimentos em infraestrutura e a participação do Governo em atividades produtivas. Em 1952 foi criado o BNDE que até 1956 financiou apenas obras de infraestrutura.

Mas foi só a partir do Plano de Metas (1956-1961) que a industrialização passou a ser considerada explicitamente pelo Governo como elemento fundamental para o crescimento econômico do País.

A fase de industrialização que então se iniciou teve como principal característica a elevação da participação do governo nos investimentos, sobretudo através da atuação do BNDE, e uma entrada acelerada de capitais estrangeiros propiciada pela Instrução 113 da extinta SUMOC. A substituição de bens de consumo duráveis levada a efeito anteriormente deixara transparecer a vulnerabilidade da economia brasileira com relação ao suprimento de alguns insumos básicos. Com a fina-

lidade de suprir essa lacuna foram definidas metas setoriais que levariam à instalação de indústrias financiadas por capital oficial. Os segmentos industriais que mereceram tratamento especial foram energia e transportes, insumos básicos (siderurgia, álcalis, cimento, metais não-ferrosos, celulose e papel de imprensa, borracha e fertilizantes), bens de capital (construção naval, mecânica e material elétrico pesado) e indústria automobilística.

Dessa forma, durante a vigência do Plano de Meta intensificou-se profundamente o processo de substituição de importações da economia brasileira, gerando um ritmo de crescimento mais acelerado do que o verificado no período anterior, quando

"tendeu a concentrar-se ainda mais em termos espaciais a atividade industrial do país, consolidando-se desta forma, no Centro-Sul, o núcleo dinâmico da economia brasileira. O Plano de Metas dá início, por assim dizer, a um novo conjunto de políticas que substitui a defesa dos interesses do café pela defesa dos interesses da indústria. Ambas ocorreram no Sudeste, uma vez que esta foi a única macroregião capaz de gerar um processo de industrialização substitutivo de importações a partir de uma economia primário-exportadora" (CME-PIMES/UFPE, 1978a p.119-20).

As informações que dão suporte a esta afirmação serão vistas posteriormente.

Enquanto o período de 1930 a 1945 se caracterizou por um processo de desenvolvimento voltado "para dentro" com uma significativa nacionalização do processo produtivo e do caráter das variáveis que conduzem o processo, na etapa que cobre o período de 1947 a 1961, nota-se uma fusão entre a nacionalização e a internacionalização da economia brasileira, sobretudo no período após 1956. O País impossibilitado de ampliar suas importações em razão da escassez de divisas abre um significativo "leque" de incentivos visando a atrair as empresas estrangeiras para dentro da economia. O sucesso des

sa política é amplamente conhecido e o seu resultado é simultaneamente uma menor dependência do exterior com relação à produção de um grande número de produtos até então importados e, ao mesmo tempo, um controle exercido do exterior sobre exatamente aqueles ramos que passaram a comandar o crescimento brasileiro. Assim a indústria que se instala no País nessa época é nacional na medida em que emprega mão-de-obra brasileira e compra insumos internamente atendendo também a um mercado interno e é internacional na medida em que a sua estratégia de produção e de crescimento respondem à lógica das empresas multinacionais aqui implantadas.

Em termos de modificação da estrutura produtiva nacional levada a efeito através do processo de substituição de importações no período de 1948 a 1961, os dados apresentados na Tabela 13 são extremamente significativos.

A observação da tabela conduz à conclusão de que o processo de substituição de importações é claro com relação aos produtos de consumo final cujo *quantum* de importações cai durante todo o período atingindo ao seu final praticamente a metade do valor base fixado em 1948. Essa queda é bastante significativa para os bens duráveis o que caracteriza o período em análise como um período de substituição de bens de consumo duráveis. Os não duráveis, cuja fase mais significativa de aumento da produção externa foi a que se encerrou com o final da 2a. Guerra Mundial, deve ter atingido o seu nível mínimo de importação no final da década dos quarenta.

Os combustíveis compõem um item de pauta de importação brasileira que se eleva mais rapidamente que as importações gerais, mostrando já desde essa época a grande dependência do País com relação à importação de petróleo.

Os produtos intermediários e os bens de capital, se analisados apenas no início e o final do período, têm comportamento praticamente idêntico ao do total das importações. Entretanto as respectivas flutuações apresentam intensidades

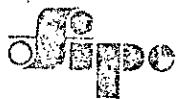


TABELA 13
 ÍNDICES DE QUANTUM DE IMPORTAÇÕES POR GRUPOS SIGNIFICATIVOS
 (1948 = 100)

Anos	Bens de Consumo Final		Combustíveis	Produtos Intermediários			Bens de Capital	Total
	Duráveis	Não-Duráveis		Metálicos	Não-Metálicos	Peças		
1948	100	100	100	100	100	100	100	100
1949	82	91	105	140	109	66	106	103
1950	69	88	127	157	138	82	125	120
1951	164	165	164	221	188	158	207	186
1952	101	162	181	189	160	122	236	179
1953	22	115	178	163	140	18	117	115
1954	24	131	214	319	182	73	135	153
1955	8	121	209	162	159	48	96	119
1956	8	121	217	144	149	62	84	115
1957	13	115	196	181	150	115	132	134
1958	15	82	219	137	145	173	116	131
1959	25	82	215	143	159	207	135	144
1960	16	107	246	173	180	106	127	145
1961	9	118	249	196	175	29	141	143

FONTE: TAVARES (1972).

distintas.

De uma forma geral, a série dos produtos intermediários oscila menos que a de bens de capital. Isso pode ser facilmente explicado pela necessidade de importações desse tipo em qualquer momento a fim de se manter o nível de atividade interno. Por outro lado as importações de bens de capital tendem a se retrair rapidamente nas ocasiões de crise e se expandir também rapidamente nas épocas de expansão da economia. Assim, pode-se facilmente detectar os anos de 1951 e 1952 e os anos do final da década dos 50 como anos de expansão generalizada, ficando clara a característica de crise nos anos de transição de 1955 e 1956.

Dos bens intermediários os únicos que apresentam sinais de substituição de importações segundo os dados analisados são as peças que se caracterizam por serem componentes da montagem dos bens de consumo duráveis, principalmente os eletrodomésticos.

Observando-se de uma maneira mais ampla o conjunto de dados apresentado pode-se concluir pela característica principal que dominou a economia brasileira e que se consubstancia no processo de substituição de importações. A queda generalizada das importações de bens de consumo duráveis e o crescimento paralelo das importações de bens intermediários e combustíveis, enquanto que as importações de bens de capital respondem em cada momento às necessidades de acumulação de capital de todo o sistema. Tais características são típicas de uma economia em crescimento segundo um modelo de substituição de importações.

No início da década de 60 a economia brasileira passou por um período de desaceleração de sua taxa de crescimento dando mostras de que o processo de substituição de importações que havia prevalecido na década anterior havia chegado a um ponto em que novas substituições de importação envolveriam um esforço muito maior principalmente no que se refere à

tecnologia necessária para a produção desses bens.

Não é claro, no entanto, que esse período de estagnação, quando a taxa de crescimento do PNB cai de 10,3% em 1961 para 5,3%, 1,5% e 2,4% em 1962, 1963 e 1964, respectivamente, tenha sido o resultado do esgotamento das possibilidades de substituir importações ou da inquietação político-social que prevaleceu nessa época. Sendo uma ou outra a causa, ou ambas em conjunto, o que fica claro é que uma situação de impasse permaneceu durante certo tempo, culminando com as mudanças políticas verificadas em 1964.

Após 1964, o ponto de vista dos novos governantes foi que, através do combate à inflação (da ordem de 100% ao ano) se encontraria o caminho para a recuperação econômica. Nessa direção, além de uma política clássica de contenção de preços houve uma preocupação em modernizar o sistema financeiro brasileiro a fim de maximizar a possibilidade de acumulação de poupança a ser utilizada nas etapas seguintes do crescimento econômico.

Dada esta idéia de automaticidade da retomada do crescimento uma vez sanado o problema inflacionário, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), delineado para o período de 1964 a 1966, não foi muito enfático e no que diz respeito à industrialização. Os ramos industriais prioritários permaneceram os mesmos do Plano de Metas, acrescidos do segmento têxtil e da extração de minerais.

Foi criada nesta época a Comissão de Desenvolvimento Industrial que depois se transformaria no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) que teve atuação limitada a princípio. É desta época, também, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Após o PAEG, que era fundamentalmente um programa de estabilização, voltado para a contenção do processo inflacionário, surgiu o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), para o período de 1968 a 1970, preocupado agora com o cresci-

mento industrial. Uma vez mais foi enfatizada a expansão dos ramos industriais ligados à produção de bens intermediários e de capital, mas foi também manifestada preocupação com a modernização e reorganização dos ramos tradicionais da indústria a fim de sanar os problemas de disparidade que ocorriam dentro do setor industrial.

A partir de 1969 o CDI passou a ter papel muito mais relevante na condução da política industrial. Foi durante a vigência do PED que começaram a se ampliar os incentivos à exportação de manufaturados, medida que, em princípio, favorece a indústria nacional.

Uma característica comum a todos estes planos e programas governamentais é a ausência de efetiva preocupação com a distribuição espacial das atividades industriais. Assim sendo, devem ter prevalecido os critérios "naturais" de localização, resultando em consequência a manutenção de grande concentração industrial em São Paulo e a tendência de expansão da indústria em sua "periferia" mais próxima.

A forma pela qual efetivamente evoluiu a distribuição da atividade industrial no Brasil desde o final da década dos quarenta até 1970, é analisada na seqüência desta seção.

O aspecto a ser considerado inicialmente é a evolução da estrutura industrial verificada em cada região do Brasil e em alguns de seus estados. A Tabela 14 apresenta as informações necessárias para isto. Nela consta a participação relativa de cada ramo industrial na composição do valor da transformação industrial gerado em cada unidade geográfica considerada, nos anos de 1950 e 1970.

Observando primeiramente o comportamento da região Norte, constata-se que tanto em 1950 quanto em 1970 sua estrutura industrial é pouco diversificada. Em 1950, por exemplo, cerca de 60% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Norte era proveniente de apenas quatro ramos: madeira, borracha, química farmacêutica e produtos alimentares. Tal situação se re-

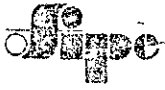


TABELA 14

ESTRUTURA INDUSTRIAL NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR RAMO DA INDÚSTRIA 1950-1970

Setor Industrial	Região		Norte		Nordeste		Bahia		Fernambuco		Centro-Ceste	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Extrativa Mineral	1,28	19,92	3,20	3,40	3,89	2,64	0,11	0,66	0,18	5,73		
Minerais Não-Metálicos	4,65	5,17	5,14	10,86	8,37	13,45	4,26	12,60	8,05	12,77		
Metalúrgica	2,46	2,08	1,65	4,33	1,89	4,85	2,65	5,15	0,13	7,33		
Mecânica	-	1,25	0,15	1,77	0,14	3,21	0,08	1,68	0,07	1,99		
Material Elétrico e Comunicações	-	0,51	0,00	2,44	0,00	2,14	-	4,71	-	0,56		
Material de Transportes	1,97	1,06	0,15	1,09	0,80	1,51	0,05	1,36	1,23	1,14		
Madeiras	12,67	10,05	1,07	1,56	1,87	2,93	0,81	0,74	5,25	8,39		
Mobiliário	1,24	1,42	0,56	1,80	0,99	1,98	0,40	1,70	1,75	2,01		
Papel e Papelão	0,06	0,50	0,45	0,81	0,37	0,27	0,77	1,54	-	0,37		
Borracha	10,92	3,91	0,04	0,32	0,25	0,37	-	0,39	0,71	1,52		
Couros e Peles	5,93	1,18	1,92	0,64	4,63	0,58	1,34	0,54	1,27	0,56		
Química Farmacêutica	13,17	-	5,41	-	3,63	-	3,54	-	8,97	-		
Química	-	12,70	-	14,15	-	29,92	-	7,48	-	1,35		
Produtos Farmacêuticos	-	-	-	0,42	-	0,50	-	0,76	-	-		
Perfumaria, Sabões e Velas	-	2,07	-	0,81	-	0,79	-	0,93	-	0,20		
Produtos e Matérias Plásticas	-	-	-	0,59	-	0,13	-	1,04	-	-		
Têxtil	5,10	9,25	33,17	12,54	15,81	4,18	34,32	12,41	0,94	4,55		
Vestuário e Calçados	3,35	0,83	1,75	3,63	2,60	1,29	1,68	3,55	3,00	1,48		
Óleo e Graxas Vegetais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Produtos Alimentares	23,67	16,31	36,67	28,08	38,61	19,31	42,67	26,46	62,45	46,63		
Bebidas	5,68	3,82	3,09	4,51	5,08	3,81	3,23	7,95	3,96	2,05		
Fumo	1,98	2,74	2,21	3,10	6,65	4,00	2,20	5,45	1,98	5,25		
Editorial e Gráfica	4,52	2,85	2,07	2,32	4,80	2,08	1,69	2,52	-	0,01		
Diversos	2,25	2,25	0,30	0,45	0,24	0,51	0,20	0,50	0,06	0,38		

TABELA 14

Continuação

Região	Sudeste		São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Sul		Rio Grande do Sul	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
	Sector Industrial	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	0,97	1,39	0,36	0,32	0,51	0,61	6,44	11,08	5,85	2,25	4,56	1,10
Extrativa Mineral	7,73	5,50	7,46	5,03	8,57	4,79	7,21	9,60	4,83	4,73	4,73	3,50
Minerais Não-Metálicos	10,97	12,62	9,46	10,46	11,89	13,06	19,44	29,86	5,41	7,40	7,51	10,55
Metalmúrgica	2,40	7,62	3,07	8,28	1,48	6,54	0,62	5,30	1,94	5,57	1,91	6,70
Mecânica	2,96	6,03	2,57	7,29	1,52	4,15	0,17	1,16	0,12	2,07	0,10	3,20
Material Elétrico e Comunicações	2,75	9,18	3,22	11,07	2,42	6,10	0,67	1,40	0,52	3,02	0,59	3,90
Material de Transportes	2,30	0,94	2,32	0,81	1,66	0,58	3,09	1,13	15,88	12,12	9,98	4,39
Madeiras	2,31	1,95	2,17	1,97	3,05	2,04	1,14	1,59	2,23	2,93	2,08	2,51
Mobiliário	2,30	2,52	2,56	2,87	2,18	2,08	0,98	0,91	3,13	3,65	1,34	1,50
Papel e Papelão	2,26	2,17	3,24	2,81	0,75	0,76	0,00	0,30	0,47	0,81	0,79	1,08
Ferracha	0,95	0,41	0,85	0,31	0,97	0,52	1,63	0,59	2,52	2,08	3,36	3,34
Couros e Peles	10,48	-	10,99	-	12,53	-	1,72	-	4,35	-	3,92	-
Química Farmacêutica	-	9,80	-	9,29	-	14,53	-	4,72	-	8,23	-	11,14
Química	-	4,03	-	3,85	-	5,42	-	0,30	-	0,47	-	0,49
Produtos Farmacêuticos	-	1,74	-	1,81	-	2,27	-	0,16	-	0,44	-	0,48
Perfumaria, Sabões e Velas	-	1,96	-	2,20	-	2,00	-	0,13	-	1,92	-	0,62
Produtos Matérias Plásticas	19,88	9,14	22,15	9,88	15,13	7,04	18,87	8,59	7,53	8,02	5,66	3,72
Têxtil	4,43	3,06	4,19	3,25	5,52	3,31	3,13	1,18	4,67	5,00	7,20	8,33
Vestuário e Calçados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Óleo e Graxas Vegetais	16,18	10,72	14,74	10,16	13,99	9,86	29,73	16,39	28,98	20,21	32,34	21,06
Produtos Alimentares	4,23	1,91	3,72	1,66	6,20	3,16	2,03	1,20	5,86	3,54	6,80	4,87
Bebidas	4,40	3,88	1,16	0,82	1,47	1,91	0,86	1,54	2,31	2,36	3,23	2,70
Fumo	1,21	1,09	3,58	3,31	7,94	7,01	1,88	1,98	1,95	1,69	2,72	2,67
Editorial e Gráfica	2,15	2,29	2,39	2,55	2,22	1,97	0,59	1,09	1,45	1,49	1,17	1,65
Diversos												

FONTE: FIDGE - Censos Industriais de 1950 e 1970.

pete em 1970, só que no lugar da borracha encontra-se a extração mineral. Este ramo, que representava apenas 1,28% do VTI de 1950, passa a fornecer quase 20% do VTI de 1970. Em situação oposta encontra-se a borracha, cuja participação relativa cai de 10,9% em 1950 para 3,9% em 1970. O ramo têxtil aumenta sua participação em pouco mais de quatro pontos percentuais, representado em 1970, mais de 9% do VTI. Já o ramo de alimentos perde sete pontos percentuais de 1950 a 1970, mas conserva ainda elevada participação na composição do VTI.

Em síntese, a indústria da região Norte alicerça-se sobre ramos tradicionais da indústria — têxtil e alimentos — e sobre ramos extremamente dependentes da disponibilidade de recursos naturais — extração mineral, madeira e química e borracha em 1950.

No Nordeste permanece a característica de pequena diversificação industrial. Em 1950, os ramos têxtil e alimentos representavam, sozinhos, quase 70% do VTI. Posteriormente, aumentou a importância de dois outros ramos — minerais não-metálicos e química. A indústria têxtil teve sua participação no VTI reduzida de 33,57% em 1950 para 12,54% em 1970 e os produtos alimentares perderam oito pontos percentuais em igual período. Depois de tais alterações, chegou-se à situação em que os quatro ramos citados respondiam por mais de 65% do VTI do Nordeste em 1970. Uma vez mais observa-se a concentração em ramos tradicionais ou associados à presença de recursos naturais.

Os dois estados mais industrializados do Nordeste, quais sejam, Bahia e Pernambuco, apresentam a concentração observada para a região como um todo embora haja em cada um certas especificidades que devem ser destacadas. A Bahia, que tinha como ramos mais importantes em 1950, minerais não-metálicos, têxtil e alimentos (63% do VTI), passa a ter no ramo químico, particularmente na petroquímica, o principal componente de sua estrutura industrial, respondendo em 1970, por 30% de seu VTI.

A indústria têxtil teve sua participação bastante reduzida de 1950 para 1970. Neste ano, os três ramos mais importantes — minerais não-metálicos, química e alimentos — tiveram um resultado de produção equivalente a 63% do VTI. Em Pernambuco, não se verifica tão acentuada elevação da participação do ramo químico: de zero em 1950, ela chega a 7,48% em 1970. Os ramos têxtil e alimentos que correspondiam a 77% do VTI de 1950, permanecem ainda como os mais importantes em 1970, juntamente com minerais não-metálicos, seguidos por bebidas e química. Juntos, estes cinco ramos representam 66% do VTI.

A região Centro-Oeste também apresenta estrutura industrial pouco diversificada. O ramo alimentar é de extrema importância o que está associado à natureza agropecuarista da região. Este ramo representava 62,45% do VTI de 1950 e 46,63% do VTI de 1970. Os outros ramos que apresentam alguma relevância são, uma vez mais, dependentes da dotação de recursos naturais. O primeiro deles, minerais não-metálicos, evoluiu de 8,05% do VTI de 1950 para 12,77% em 1970. O ramo madeireiro que representava 5,25% em 1950 teve sua participação aumentada em 3 pontos percentuais, enquanto o ramo químico perdeu mais de sete pontos percentuais, passando a representar apenas 1,35% do VTI de 1970.

Observe-se a seguir o comportamento da região Sudeste. Já em 1950 esta região apresentava maior diversificação industrial que as demais. Os quatro ramos mais importantes eram metalúrgica, química, têxtil e produtos alimentares, os quais correspondiam a 57,5% do VTI. De 1950 a 1970 aumentou o grau de diversificação, fato que também não se verificou nas demais regiões. Mecânica, materiais elétricos e comunicações e material de transporte foram ramos que tiveram suas participações relativas na composição do VTI ampliadas em mais de quatro pontos percentuais durante este período. Concomitantemente, dois ramos tradicionais — têxtil e alimentos — perderam vários pontos percentuais. Como resultado desta diversifica-

ção, os quatro principais ramos em 1970 geravam apenas 42% do VTI, contra os 57,5% de 1950.

A maior diversificação industrial observada na região Su deste está fundamentalmente associada à estrutura industrial de São Paulo e Rio de Janeiro. Minas Gerais apresenta razoável grau de especialização o que já se observava em 1950. Dois ramos tradicionais — têxtil e alimentos — e três associados à atividade de mineração — extração mineral, minerais não-metálicos e metalúrgica — responderam por 82% do VTI de 1950 e por 75% do VTI de 1970. Destaca-se nestes últimos a atuação de empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a USIMINAS.

O Estado do Rio de Janeiro tem estrutura industrial mais diversificada que a de Minas Gerais. Em 1950 seus três principais ramos industriais — química, têxtil e alimentos — corrrespondiam a 41,65% do VTI, valor que caiu para 37,45% em 1975, sendo o ramo têxtil substituído pela metalúrgica em termos de importância relativa.

São Paulo apresenta diversificação industrial ainda maior que a observada no Rio de Janeiro. Seus três ramos mais importantes em 1970 — metalúrgica, material de transporte e alimentos — respondiam por apenas 31,69% do VTI. A participação relativamente elevada dos ramos material de transporte e material elétrico na composição do produto industrial, não observada em nenhuma outra região ou estado, reflete a influência da indústria automobilística do Estado de São Paulo.

Finalmente, os dados relativos à região Sul revelam a importância de dois ramos industriais — madeira e alimentos — responsáveis por 45% do VTI de 1950 e por 33% do VTI de 1970. Ainda assim, sua indústria é menos concentrada que a das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e apresenta tendência bem mais acentuada a diversificação, conforme revelam os próprios dados da tabela em questão. Inclusive a redução da participação dos dois ramos mais importantes no VTI, que foi de

doze pontos percentuais no período de 1950 e 1970 ilustra bem este ponto.

No Rio Grande do Sul o grau de diversificação industrial é semelhante ao da região. O ramo de produtos alimentares é também o mais importante. Distingue-se, porém, da região como um todo, pela menor participação relativa do ramo madeireiro. Paralelamente, aparecem com maior relevância a metalúrgica, mecânica e química.

Esta análise individual da estrutura industrial das diversas regiões brasileiras permite antever para alguns ramos, sua concentração em termos espaciais. Mas, uma vez que ela não leva em conta as diferenças regionais de valor da produção de um mesmo ramo, torna-se impossível o delineamento da real distribuição relativa da atividade industrial no Brasil. Quando este ponto é considerado pode-se analisar a realidade sob nova perspectiva. Encontra-se na Tabela 15 esta nova dimensão do espectro da indústria brasileira. Ao invés dos ramos industriais, aparecem grupos de bens, resultados da agregação dos diversos itens de produção industrial, agregação esta feita pelo IPEA/IPLAN. Além da distribuição regional do valor da transformação industrial, encontram-se nesta tabela informações sobre pessoal ocupado e salários, todas relativas a dois instantes de tempo, quais sejam, os anos de 1959 e 1970.

Analisando inicialmente a distribuição espacial do VTI, nota-se uma grande concentração na região Sudeste o que, evidentemente, não é inesperado. Conforme visto anteriormente, os ramos associados à produção de bens de capital e bens de consumo duráveis localizam-se fundamentalmente no Sudeste, o que explica, portanto, o fato de encontrar-se nesta região mais de 90% do VTI relativo a este grupo de bens. O Sul apresenta uma pequena participação e a das demais regiões é praticamente nula.

No que diz respeito aos bens intermediários, a dotação de recursos naturais é elemento importante. E também, tal co-



TABELA 15

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL,
DO PESSOAL OCUPADO E DOS SALÁRIOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
POR GRUPOS DE BENS E REGIÕES BRASILEIRAS

1959 - 1970

GRUPOS E REGIÕES	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL		P. OCUPADO		SALÁRIOS	
	1959	1970	1959	1970	1959	1970
Ind. B. Capital e Bens de Consumo Duráveis	N	0,0	0,1	0,1	0,4	0,1
	NE	0,5	1,5	1,2	2,9	1,0
	SE	95,6	91,8	92,1	87,0	94,8
	S	3,8	6,4	6,4	9,4	4,1
	CO	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0
Ind. B. Intermediários	N	1,0	1,0	1,3	1,8	0,8
	NE	5,8	5,6	8,6	9,1	4,4
	SE	79,0	79,1	69,3	65,3	79,5
	S	13,5	13,6	19,7	22,0	14,7
	CO	0,6	0,7	1,1	1,7	0,6
Ind. B. Consumo Não Duráveis	N	1,1	1,0	1,1	1,7	0,8
	NE	9,8	7,8	16,1	13,0	9,2
	SE	74,1	76,9	68,4	68,0	77,5
	S	14,1	13,2	13,7	15,8	12,0
	CO	0,9	1,2	0,7	1,4	0,5
Ind. Transformação	N	0,9	0,8	1,0	1,5	0,7
	NE	6,9	5,7	11,9	10,0	6,2
	SE	79,2	80,7	71,4	70,4	81,0
	S	12,4	12,0	14,9	16,8	11,7
	CO	0,6	0,8	0,8	1,4	0,4

FONTE: Censos Industriais de 1960, 1970: agregação pelo IPEA/IPLAN

mo constatado, é ela a responsável pela preponderância de certos ramos na estrutura industrial das regiões que não o Sudeste. Por este motivo a concentração do VTI dos bens intermediários é menor que no caso dos bens duráveis e de capital. Apesar de menor, ela é ainda considerável, uma vez que quase 80% do VTI é gerado no Sudeste. O Sul aparece como a segunda região em importância na geração de tal valor e o Nordeste em terceiro. A participação do Norte e do Centro-Oeste permanece reduzida.

A situação da distribuição espacial do VTI dos bens de consumo não-duráveis é semelhante à dos bens intermediários. A menor concentração na região Sudeste deve-se agora ao fato de setores tradicionais como têxteis e alimentos serem relativamente mais importantes na geração do VTI de diversas regiões que não o Sudeste.

Para a indústria de transformação como um todo, observa-se que cerca de 80% do VTI decorre da atividade industrial do Sudeste.

Sob a perspectiva temporal, nota-se um pequeno sinal de desconcentração apenas no que diz respeito aos bens duráveis e de capital. A região que ganha mais pontos com esta alteração é o Sul. A distribuição espacial do VTI dos bens intermediários em 1970 é praticamente a mesma de 1959. No caso dos bens de consumo não-duráveis aumenta um pouco a concentração: a participação do Sudeste aumenta 2,8 pontos percentuais enquanto o Nordeste perde dois pontos e o Sul 0,9 pontos. Estes movimentos resultam num leve aumento da concentração da indústria de transformação como um todo.

A distribuição espacial do pessoal ocupado acompanha aproximadamente a distribuição do VTI. Ressalte-se apenas que a porcentagem de pessoal ocupado na região Sudeste é, para todos os grupos de bens, inferior à porcentagem do VTI, o que reflete a maior produtividade do trabalho nesta região quando comparada às demais.

A preponderância da região Sudeste na geração do valor da transformação industrial no Brasil decorre, sem dúvida alguma, do desempenho do Estado de São Paulo. Se o Sudeste respondia por 80,7% do VTI de 1970, São Paulo, sozinho, gerava 57,2% do VTI, ou seja, São Paulo era responsável por 70,9% do VTI da região a que pertence.

Esta concentração industrial em São Paulo que, conforme visto, já era elevada em 1939, continuou a crescer nos anos posteriores. É o que revelam os dados da Tabela 16. São Paulo gerava 45,4% do VTI em 1939. Este percentual evoluiu para 48,1 em 1950, 54,1 em 1960 e, finalmente, 58,1 em 1970. Ao mesmo tempo em que ele apresenta elevada produção relativa em ramos associados aos bens duráveis e de capital, tais como mecânica, material elétrico e material de transportes, tem também participação significativa na produção de bens de consumo não-duráveis: vestuário e calçados, setor têxtil e produtos alimentares. No que diz respeito aos bens intermediários é também significativa sua produção em ramos como metalúrgica, papel e papelão, borracha e química. Em apenas quatro ramos o VTI paulista é inferior a 40% do VTI do Brasil em 1970. Esta relativa auto-suficiência da economia de São Paulo no âmbito interno do País faz com que os resultados do comércio interestadual e inter-regional sejam altamente favoráveis, exportando internamente valores em geral superiores aos de suas importações.

Este comentário abre espaço para o tratamento de outro aspecto relevante para o entendimento do processo de distribuição espacial de pessoas e de atividades. Trata-se do inter-relacionamento comercial das diversas áreas do País.

A análise de comércio interno no período de 1950 a 1970 fica limitada pela disponibilidade de informações. Para a década dos cinquenta não há dados completos, restando, pois, centrar a atenção na década seguinte. Há estatísticas para dois anos: 1961 e 1969.

TABELA 16
EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO
1950 - 1970

RAMO	1950	1960	1970
Extrativa Mineral	9,5	8,7	9,9
Minerais Não Metálicos	50,8	50,5	49,9
Metalurgia	49,5	43,8	52,7
Mecânica	70,4	78,2	68,5
Material Elétrico	78,8	80,0	78,9
Material de Transportes	70,8	86,9	81,1
Madeira	27,0	20,6	18,8
Mobiliário	49,3	58,3	54,9
Papel e Papelão	55,7	59,8	65,2
Borracha	84,1	89,2	83,9
Couros e Peles	31,5	29,8	27,9
Química e Farmacêutica	57,7	64,5	59,1
Perfumaria, Sabões e Velas	-	47,9	68,3
Produtos Plásticos	-	51,3	68,3
Têxtil	55,3	57,2	61,7
Vestuário e Calçados	48,2	54,7	56,7
Produtos Alimentares	35,3	40,8	44,0
Bebidas	41,2	46,4	41,7
Fumo	39,9	38,3	36,5
Editorial e Gráfica	41,6	50,4	52,5
Diversos	61,6	70,9	70,5
TOTAL	48,1	54,1	58,1

FONTE: FIBGE - Censos Industriais.

Na tabela 17, pode-se observar as informações sobre o comércio interestadual por vias internas ocorrido em 1961. Ressalte-se a ausência de dados para o Estado de Minas Gerais. Se se comparar estas informações às aquelas contidas na tabela 10, relativas ao ano de 1943, constatar-se-á que houve aumento do intercâmbio regional.

O Norte, que anteriormente apresentava comércio inter-regional bastante inferior ao intra-regional, inverteu esta situação e em 1961 a maior parte de suas exportações destinavam-se ao Nordeste e ao Sudeste, nesta ordem, e suas importações provinham destas mesmas regiões, sobretudo da última. O intercâmbio com o Sul e o Centro-Oeste era bastante inexpressivo.

A região Nordeste que também se achava pouco integrada comercialmente às demais regiões ampliou seu comércio inter-regional, mas o intra-regional ainda era predominante. Nesta ampliação o destaque fica para o Sudeste, tanto no que diz respeito às importações quanto no que se refere às exportações.

Também o Sudeste abriu-se mais ao comércio inter-regional, mantendo, porém, o comércio intra-regional mais elevado. Seu maior parceiro de comércio continuou a ser o Sul: 65% de suas exportações e 72% de suas importações estavam associadas a esta região. Ao Nordeste, o segundo parceiro em importância, destinavam-se 26% de suas exportações inter-regionais e dele provinham 17% de suas importações. São Paulo exportava para o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste mais que os outros estados do Sudeste juntos.

As regiões Sul e Centro-Oeste mantiveram as mesmas características de 1943: comércio inter-regional sensivelmente superior ao intra-regional e integração comercial quase que exclusiva com o Sudeste.

No cômputo final dos saldos de comércio, somente o Sudeste apresentou valor positivo, tal como ocorrera em 1943. Mas

TABELA 17
 COMÉRCIO INTERESTADUAL POR VIAS INTERNAS
 1961
 Cr\$ 1.000,00
 (Valores Correntes)

Regiões e Estados de Procedência	Regiões de Destino				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
NORTE	(376,7)	884,5	662,7	5,6	53,0
↳ Rondônia	100,0	0	228,2	-	0,5
↳ Acre	9,4	-	1,5	-	3,9
↳ Amazonas	7,0	2,9	161,5	1,0	0
↳ Rio Branco	1,0	-	13,1	-	-
↳ Pará	249,7	381,0	248,1	4,6	48,6
↳ Amapá	9,6	0,6	10,3	-	-
NORDESTE	1.404,3	(61.631,4)	27.196,8	2.468,3	303,0
↳ Maranhão	105,9	2.004,1	863,0	10,0	5,3
↳ Piauí ⁽¹⁾	7,2	1.781,3	965,3	7,2	13,6
↳ Ceará	393,5	4.159,8	2.781,7	139,6	30,3
↳ Rio Grande do Norte	70,9	1.699,0	410,0	52,1	22,4
↳ Paraíba	50,9	6.182,1	4.127,4	151,2	13,2
↳ Pernambuco	617,2	31.518,6	7.413,7	735,2	155,2
↳ Alagoas ⁽¹⁾	60,9	6.302,4	1.658,0	5,7	0,4
↳ Sergipe	44,1	2.436,3	1.270,6	154,0	19,5
↳ Bahia	53,7	5.547,8	7.707,1	1.213,3	43,1
UDESTE ⁽²⁾	4.145,5	54.681,7	(377.395,6)	135.346,9	15.540,4
↳ Minas Gerais
↳ Espírito Santo	0,8	173,2	7.150,5	237,3	13,1
↳ Rio de Janeiro	722,9	4.026,7	62.074,7	6.717,3	361,3
↳ Guanabara	1.613,8	17.470,4	125.982,8	13.856,3	3.902,6
↳ São Paulo	1.808,0	33.011,4	182.187,6	114.536,0	11.263,4
SUL	526,8	4.952,0	114.488,3	(34.201,3)	1.406,7
↳ Paraná	94,4	486,1	47.134,5	10.514,2	399,4
↳ Santa Catarina	125,4	1.193,6	17.246,1	8.443,8	317,7
↳ Rio Grande do Sul	307,0	3.272,3	50.107,7	15.243,3	689,6
CENTRO-OESTE	117,1	373,7	16.451,2	186,8	(949,1)
↳ Mato Grosso ⁽¹⁾	-	108,6	6.396,1	114,8	9,7
↳ Goiás	117,1	265,1	10.055,1	72,0	939,4

Fonte: CME-PIMES-UFPE (1978c), Tabela 5, p. 43.

1) Dados de 1962.

2) Exclusive exportação de Minas Gerais.

não se pode qualificar o resultado obtido pela região como altamente estimulados uma vez que ele corresponde a apenas 13% do comércio intra-regional do Sudeste.

O padrão do comércio interno em 1969 que se acha apresentado na Tabela 18, assemelha-se muito ao observado em 1961. O grau de integração comercial entre as diversas regiões permanece quase inalterado. Somente o Sudeste apresenta saldo positivo no intercâmbio inter-regional.

Em síntese, ao longo da década dos sessenta o volume mais expressivo do comércio continuou a ocorrer entre os estados da região mais dinâmica do País — o Sudeste. O Sul e o Centro-Oeste, mantiveram elevado grau de integração comercial com o Sudeste, numa clara indicação da difusão dos efeitos dinâmicos desta região em direção às áreas vizinhas. Ampliaram-se também as trocas do Sudeste com o Nordeste, o que reduziu o isolamento que caracterizava esta região no período anterior.

TABELA 18
COMÉRCIO INTERESTADUAL POR VIAS INTERNAS E POR CABOTAGEM

1969
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

Regiões e Estados de Procedência	Regiões de Destino				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
NORTE	(161.076)	61.427	156.629	19.212	8.165
Rondônia	13.297	250	30.608	105	1.718
Acre	25.953	-	1.297	-	-
Amazonas	35.778	4.983	37.755	3.724	455
Rio Branco	28	-	-	-	-
Pará	83.257	55.569	84.147	15.382	5.992
Amapá	2.763	225	2.821	-	-
NORDESTE	149.740	(1.942.684)	855.499	87.542	19.729
Maranhão	9.130	62.385	95.343	789	5.864
Piauí	985	72.701	24.849	187	302
Ceará	35.957	147.319	72.081	4.414	1.600
Rio Grande do Norte	4.793	55.588	72.328	13.372	1.396
Paraíba	5.724	122.441	66.817	12.052	865
Pernambuco	60.817	879.904	151.479	13.807	5.709
Alagoas	16.142	149.588	34.522	3.888	907
Sergipe	763	53.515	38.640	3.909	1.031
Bahia	15.429	399.223	299.440	35.120	2.055
SUDESTE	515.344	2.908.829	(14.632.982)	4.339.673	1.351.518
Minas Gerais	34.631	324.120	2.524.957	158.493	364.491
Espírito Santo	395	30.944	280.273	7.607	982
Rio de Janeiro	4.356	44.571	746.847	60.035	5.717
Guanabara	173.094	709.965	4.289.769	686.887	174.612
São Paulo	302.868	1.794.226	6.791.136	3.426.651	805.816
SUL	55.218	403.774	4.529.232	(1.365.838)	99.677
Paraná	15.172	97.971	2.161.612	355.361	47.086
Santa Catarina	7.499	90.628	726.161	345.089	13.272
Rio Grande do Sul	32.547	215.174	1.641.459	665.388	39.319
CENTRO-OESTE	13.142	16.793	516.601	10.913	(58.016)
Mato Grosso	325	1	195.375	7.670	917
Goiás	12.817	16.792	321.226	3.243	57.099

FONTE: CME-PIMES-UFPE (1978c), Tabela 4, p. 49

2.5. Considerações Finais

O material contido neste capítulo, permitiu identificar importantes aspectos da evolução do processo de ocupação do território brasileiro.

Esta ocupação esteve, a princípio, estreitamente associada a fatores exógenos, em consequência do caráter essencialmente primário-exportador da economia brasileira. As áreas povoadas estavam muito mais articuladas com o exterior do que umas com as outras. Os deslocamentos populacionais internos, quando ocorriam, eram explicados pelos auge e declínios das áreas engajadas em atividades ligadas ao comércio exterior.

O café não deveria, em princípio, fugir deste esquema uma vez que também ele se constituía num produto agrícola destinado à exportação. Mas, em virtude de diversos fatores já apresentados, a economia primário-exportadora do café gerou paulatinamente uma base econômica interna com dinâmica própria de desenvolvimento. A expansão agrícola, comercial e industrial da área representada basicamente pelo Estado de São Paulo não foi acompanhada por importantes deslocamentos de nativos em direção à mesma. Coube à imigração estrangeira a preponderância na ocupação desta região ligada ao café.

Desta forma, passou a existir uma área que não desenvolveu atividades exclusivamente voltadas para o comércio externo, mas que também, a princípio, não se achava integrada a outras áreas do país.

A partir dos anos trinta, os deslocamentos populacionais internos assumiram importância crescente. A soma de fatores de expulsão e de atração, cujo peso relativo permanece ainda em discussão, provocou substancial migração do Nordeste em direção ao Centro-Sul, notadamente para São Paulo.

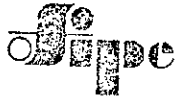
A integração econômica das regiões brasileiras, à parte estes movimentos populacionais, permaneceu pouco expressiva na década dos trinta. O processo de substituição de importações que então se desenvolvia resultou muito mais em aumento da concentração industrial em São Paulo do que em aumento do comércio inter-regional ou interestadual, o que se explica em parte pelo fato da demanda encontrar-se basicamente neste estado e, em parte, pelas dificuldades e pelo alto custo de transporte.

Com a ampliação das bases do processo de substituição de importações, com a melhoria do sistema de transporte e em virtude do próprio crescimento histórico da economia como um todo, observa-se um aumento gradativo da integração econômica das diversas áreas do País.

Esta integração verificou-se de início, entre São Paulo e os Estados mais próximos — os da própria região Sudeste e os do Sul. No prosseguimento da expansão do comércio interno foram envolvidos os estados do Centro-Oeste ainda em processo de ocupação, e na década dos sessenta também o Nordeste, região há muito ocupada, passou a ter um volume de comércio razoável com o Sudeste.

O crescimento do comércio interno tem, sem dúvida alguma, relevantes implicações sobre a distribuição espacial da atividade econômica e, conseqüentemente, sobre o processo de ocupação do território nacional.

Daí a preocupação em analisar, na seqüência desta pesquisa, a evolução recente do comércio interno entre os diversos estados brasileiros e avaliar, até onde as informações permitirem, as repercussões deste intercâmbio.



3. A DINÂMICA ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO
NO PERÍODO RECENTE: A PROMOÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES

3.1. Introdução

Nesta parte do trabalho buscar-se-á identificar as principais características da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro em período recente, cujo ano inicial é 1970.

Durante a década dos setenta, estiveram sucessivamente em vigor vários planos governamentais de desenvolvimento. O primeiro deles, denominado "Metas e Bases para a Ação do Governo" deveria se estender, em princípio, de 1970 a 1973. Mas, ainda em 1972, surgiu o I PND — Plano Nacional de Desenvolvimento, mantido até o final do governo Médice. Veio em seguida, o II PND cujo período de referência foi 1975-79. No final dos anos setenta foi definido o III PND, para vigorar de 1980 a 1985.

Em todos estes planos figuram como objetivos a implementação de uma nova etapa de substituição de importação, voltada para os bens de capital e insumos básicos, e a promoção de exportações. Encontra-se também explicitada nestes documentos a preocupação, pelo menos formal, com integração nacional e redução dos desequilíbrios regionais.

Conforme visto anteriormente, a substituição de importações, em particular, de bens duráveis e não-duráveis, constituiu-se em importante estímulo ao processo de industrialização brasileiro verificado até os anos cinquenta, o qual sempre se caracterizou por se encontrar altamente concentrado no Sudeste, mais especificamente em São Paulo.

De acordo com a seqüência natural do processo de industrialização via substituição de importações, os próximos produtos a substituir seriam os bens de capital. Ocorre, porém, que durante os anos sessenta não havia estímulo para a produção in

terna destes bens visto que eles poderiam ser adquiridos no mercado externo em condições bem mais vantajosas.

No plano "Metas e Bases para a Ação do Governo" propunha-se a inversão desta situação através da criação de incentivos à produção nacional de bens de capital. A mesma orientação permaneceu no I PND e observou-se no início da década dos setenta expressivo crescimento do setor de bens de capital, resultado que se deveu também à existência de conjuntura interna e externa favorável.

Quando o II PND entrou em vigência, o crescimento do setor de bens de capital já se encontrava em fase de desaceleração, em consequência da crise internacional e de problemas internos. Ainda assim, permanecia entre os principais objetivos do plano, a intensificação da substituição de importações (bens de capital e insumos básicos) para "corrigir desbalanceamentos na estrutura industrial e para poupar divisas", sendo esta última, uma necessidade crescente desde então.

No III PND surge, uma vez mais, entre os pontos centrais, a substituição de importações, mas agora a ênfase é explicitamente atribuída à produção nacional de substitutos do petróleo importado. Face à sub-utilização da capacidade interna de produção de máquinas e equipamentos, nota-se no III PND a preocupação em manter um nível mínimo de demanda para o setor de bens de capital, paralelamente à intenção das prioridades aos projetos industriais que substituem importações.

No que diz respeito ao outro objetivo comum aos quatro últimos planos governamentais de desenvolvimento, qual seja, a promoção de exportações, nota-se, tal como no caso da substituição de importações, que a manutenção do crescimento econômico era, de início, o fator gerador do incentivo ao aumento do volume exportado. Posteriormente, a preocupação com o Balanço de Pagamentos passa a ser a causa fundamental

Assim é que no plano "Metas e Bases para a Ação do Governo" justifica-se o estímulo à exportação de produtos manufatu-

rados para "superar as limitações do mercado interno ao desenvolvimento industrial e gerar divisas para assegurar a dinâmica de acumulação da própria indústria". No II PND preconiza-se o "impulso continuado às exportações que agora assumem importância na manutenção do relativo equilíbrio na situação global do Balanço de Pagamentos". Para tanto, determina-se o "fortalecimento de duas novas grandes categorias de exportação — manufaturados e minérios/produtos agrícolas não tradicionais". No III PND, coloca-se que a "imediata expansão das exportações de verá constituir uma tarefa de fundamental importância na ruptura do estrangulamento externo". Tanto a indústria quanto a agricultura são exortadas a contribuir para o aumento das exportações.

Paralelamente à consecução dos dois objetivos já mencionados, os planos governamentais em questão pretendiam promover a integração nacional e a redução dos desequilíbrios regionais. No primeiro deles, a expansão da fronteira agrícola seria a forma de obter tal integração. Programas especiais como o PIN eram elementos de destaque na consecução deste objetivo.

Na estratégia de integração nacional do II PND propunha-se a intensificação do comércio entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões estas vistas pelo Plano, como uma macro-região. Também o comércio bilateral desta macro-região com o Centro-Sul deveria ser incrementado, o mesmo devendo ocorrer com a transferência de capital e tecnologia desta região mais desenvolvida para os demais estados do País.

Esta maior integração seria viável, segundo o Plano, face à disponibilidade de sistema de transporte e comunicações.

Esperava-se também que as novas áreas integradas contribuissem de forma crescente para a produção interna, notadamente na agropecuária e na mineração, em decorrência de projetos já implantados ou em implantação.

A política industrial deveria ser utilizada para propiciar à indústria do Nordeste crescimento superior ao do resto

do País, reduzindo assim as disparidades entre esta região e o Centro-Sul. Resultaram daí projetos tais como o polo petroquímico da Bahia e o complexo mineral-petroquímico envolvendo Salvador, Aracaju e Maceió. Na Amazônia, o objetivo era consolidar o distrito industrial da Zona Franca.

No III PND, uma vez mais, atribui-se ênfase à integração nacional e ao melhor equilíbrio espacial do processo brasileiro de desenvolvimento, com redução das disparidades econômicas e de qualidade de vida entre regiões. As desigualdades regionais de renda seriam amenizadas em decorrência das próprias diretrizes de caráter nacional estabelecidas: "Tanto os investimentos públicos nos setores sociais quanto as atividades voltadas para a produção de bens primários — alimentos e substitutos do petróleo — poderão ser importantes instrumentos de elevação dos níveis de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas, notadamente no Nordeste".

Estas eram, em linhas gerais, importantes objetivos dos planos governamentais que deveriam orientar o desenvolvimento brasileiro a partir de 1970. Sabe-se, porém, que entre o plano e a realidade pode existir uma grande lacuna, e esta possibilidade faz surgir várias indagações. Teria, na verdade, ocorrido maior integração do território nacional com a concomitante redução das disparidades regionais? Os caminhos seguidos pelo desenvolvimento econômico teriam colaborado para a consecução de tais fins ou, ao contrário, seriam eles incompatíveis com os mesmos?

Espera-se, neste trabalho, obter resposta para algumas destas questões. Para tanto, serão consideradas, de início, as alterações na ocupação demográfica do território nacional ocorridos ao longo da década dos setenta. O segundo ponto consistirá em investigar se, durante este período, processou-se uma nova organização espacial das atividades produtivas, dos setores primário e secundário, especificamente, de tal forma a resultar um padrão de desenvolvimento econômico mais equilibrado em

termos de espaço. Na sequência, será avaliada a evolução da integração econômica de regiões e estados, representada pelos fluxos de comércio interno. Também, o comércio internacional será analisado tendo em vista que o destaque dada à política de promoção de exportações deve ter aberto aos estados brasileiros, maiores perspectivas de comércio com parceiros externos procurando-se ainda delimitar as implicações espaciais dessa política e a forma como cada estado da federação tem se beneficiado com essa nova situação.

3.2. Migração Interestadual na Década dos Setenta

A migração interestadual no Brasil, que cresceu em importância a partir dos anos trinta, mostrou-se ainda altamente significativa na década dos setenta. Nestes dez anos quase oito milhões de brasileiros deslocaram-se de um estado para outro pelo menos uma vez.

Como resultado de tais deslocamentos, processaram-se alterações na distribuição relativa da população ao longo do território nacional. Os dados contidos na Tabela 19 indicam o que ocorreu nas diversas regiões e estados brasileiros.

Os estados da Região Norte que na década anterior haviam recebido em termos líquidos cerca de vinte mil habitantes⁽¹⁾, terminaram a década dos setenta com um saldo migratório positivo de 520 mil pessoas, bastante superior, portanto, ao observado nos anos sessenta. O deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Norte é o principal elemento associado a tal comportamento.

Exceção feita ao Acre, todos os estados e territórios nordestinos foram receptores líquidos de migrantes. Mas apenas dois deles - Rondônia e Pará - tiveram juntos uma entrada líquida de quase 480 mil pessoas, cabendo, portanto, a todos os demais saldo positivo de apenas 40 mil migrantes.

O Nordeste, tradicional região de origem de migrantes, manteve esta característica na década dos setenta. O saldo migratório foi de mais de -1,8 milhões, contra -1,2 milhões nos anos sessenta. Quase 3 milhões de nordestinos deixaram seus estados, o que corresponde a quase 40% das saídas totais verificadas no Brasil durante o último período avaliado pelo

(1) Os saldos migratórios dos estados brasileiros, relativos à década dos sessenta, encontram-se na Tabela 11
40.

TABELA 19
MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTERESTADUAL (*)
1970-80

REGIÃO (**)/ESTADO	ENTRADA		SAÍDA		SALDO
	ABS.	%	ABS.	%	
NORTE	729.750	9,3	209.363	2,7	520.387
- Rondônia	262.750	3,4	16.648	0,2	246.102
- Acre	15.086	0,2	17.081	0,2	-1.995
- Amazonas	65.463	0,8	45.984	0,6	19.479
- Roraima	17.825	0,2	3.382	0,0	14.443
- Pará	347.307	4,4	117.121	1,5	230.186
- Amapá	21.319	0,3	9.147	0,1	12.172
NORDESTE	1.101.008	14,1	2.940.243	37,6	-1.839.235
- Maranhão	147.343	1,9	288.626	3,7	-141.283
- Piauí	74.338	1,0	213.413	2,7	-139.075
- Ceará	106.575	1,4	436.293	5,6	-329.718
- Rio Grande do Norte	75.957	1,0	150.439	1,9	-74.482
- Paraíba	89.723	1,2	339.736	4,3	-250.013
- Pernambuco	197.013	2,5	595.094	7,6	-398.081
- Alagoas	76.414	1,0	170.320	2,2	-93.906
- Fernando de Noronha	345	0,0	605	0,0	-260
- Sergipe	58.323	0,8	93.040	1,2	-34.717
- Bahia	274.977	3,5	652.677	8,3	-377.700
SUDESTE	4.021.733	51,4	2.323.054	29,7	1.698.679
- Minas Gerais	446.792	5,7	1.106.959	14,2	-660.167
- Espírito Santo	155.114	2,0	163.028	2,1	-7.914
- Rio de Janeiro	712.963	9,1	367.379	4,7	345.584
- São Paulo	2.706.864	34,6	685.688	8,8	2.021.176
SUL	679.604	8,7	1.629.061	20,8	-949.457
- Paraná	379.218	4,9	1.160.839	14,8	-781.621
- Santa Catarina	193.002	2,5	195.531	2,5	-2.529
- Rio Grande do Sul	107.384	1,4	272.691	3,5	-165.307
CENTRO-OESTE	1.290.684	16,5	721.058	9,2	569.626
- Mato Grosso do Sul	236.172	3,0	166.980	2,1	69.192
- Mato Grosso	278.462	3,6	100.627	1,3	177.835
- Goiás	309.474	4,0	323.929	4,1	-14.455
- Distrito Federal	466.576	5,9	129.522	1,7	337.054
BRASIL	7.822.779	100,0	7.822.779	100,0	0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980.

(*) Excluída a migração de origem internacional ou não especificada.

(**) Os valores apresentados para as regiões incluem os movimentos intra-regionais.

Censo. Todos os estados apresentaram saldo migratório negativo, inclusive o Maranhão que na década anterior havia sido receptor líquido de migrantes. Os estados que tiveram as maiores perdas de população foram, pela ordem, Pernambuco, Bahia e Ceará.

Os estados do Sudeste que haviam apresentado conjuntamente um saldo positivo de quase 250 mil migrantes na década dos sessenta, tiveram como valor correspondente na década em análise, quase 1,7 milhões de pessoas. Esta significativa elevação da entrada líquida de migrantes está em grande parte associada à redução da perda líquida de população por parte do Estado de Minas Gerais - 1.049 mil entre 1960 e 1970 e 660 mil na década seguinte - e ao aumento da entrada líquida de migrantes no Estado de São Paulo - 802 mil entre 1960 e 1970 e 2.021 mil nos anos setenta. Dos deslocamentos populacionais interestaduais totais ocorridos no Brasil, quase 35% tiveram como destino o Estado de São Paulo.

O Estado do Rio de Janeiro apresentou saldo migratório positivo de pouco mais de 345 mil pessoas, inferior ao observado na década dos sessenta que chegou a quase 600 mil. O Espírito Santo teve um pequeno saldo migratório negativo, reduzindo, em relação à década anterior, sua tendência de perda líquida de população.

O conjunto de estados da região Sul aparece com com saldo migratório negativo de quase um milhão de pessoas, contrastando com o saldo positivo de quase 200 mil pessoas na década dos sessenta. Esta alteração de comportamento deveu-se exclusivamente ao Paraná que de receptor líquido de migrantes (800 mil) passou para liberador líquido (950 mil) nos anos setenta. Santa Catarina e Rio Grande do Sul continuaram a apresentar saldo migratório negativo, embora menor, em termos absolutos, ao verificado na década dos sessenta.

Os três estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal man

tiveram, como um todo, a condição de receptores líquidos de migrantes. Porém, seu saldo migratório na década em análise foi menor que na anterior. A explicação para este fato está associada ao que ocorreu no Estado de Goiás, exclusive o Distrito Federal, que teve uma entrada líquida de quase 130 mil pessoas nos anos sessenta e, nos setenta apresentou perda líquida de população (quase 15 mil habitantes). Os demais estados da região bem como o Distrito Federal mantiveram seus saldos migratórios praticamente inalterados.

A direção dos fluxos migratórios mencionados encontra-se apresentada de forma sumária na Tabela 20 nela pode-se observar para cada região, estado e território, a distribuição percentual das entradas de migrantes segundo as regiões de origem e a distribuição das saídas segundo a região de destino. (1)

Observe-se inicialmente o que ocorreu na região Norte. Da "entrada" total de migrantes na região, 13,7% tiveram origem nela própria, ou seja, a migração intra-regional foi responsável por esta parcela de entrada. A maior porcentagem dos migrantes provém do Nordeste (31,9%). A segunda região de origem mais importante é o Centro-Oeste, seguindo-a o Sul e o Sudeste e, por fim, o Norte. Este comportamento que resulta da consideração conjunta dos estados nortistas não é, na verdade, representativo dos estados considerados individualmente. Rondônia, que recebeu um grande número de migrantes, apresenta como principais regiões de origem destes o Sul e o Centro-Oeste, destacando-se nelas os estados do Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Estas duas regiões forneceram quase 70% da migração para o Norte. Do Sudeste saiu mais 21%, notadamente do Estado de Minas Gerais. O Nordeste teve uma participação bastante reduzida. Já no Pará, cerca de 55% dos mi-

(1) A matriz completa de migrações interestaduais pode ser observada na Tabela 2.15 do Censo Demográfico de 1980 que se acha reproduzida no Anexo 1.



TABELA 20
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL
SEGUNDO REGIÃO DE ORIGEM E REGIÃO DE DESTINO
1970-80

REGIÃO/ESTADO	ENTRADA: REGIÃO DE ORIGEM					SAÍDA: REGIÃO DE DESTINO				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
NORTE	13,7	31,9	15,9	17,4	21,1	47,7	13,2	23,3	2,9	12,9
- Rondônia	7,3	5,4	20,6	37,8	28,9	32,6	5,8	23,5	8,8	29,3
- Acre	41,5	15,1	16,6	15,6	11,2	76,1	4,7	10,3	2,0	7,0
- Amazonas	51,7	24,4	14,6	4,9	4,4	57,7	11,5	18,9	2,4	9,5
- Roraima	34,1	50,0	4,4	6,5	5,0	52,0	11,3	16,8	7,1	12,8
- Para	4,8	54,5	14,0	6,0	20,8	39,1	16,8	28,1	2,3	13,7
- Amapá	83,6	11,3	3,1	1,0	1,0	80,1	5,3	10,2	1,4	3,1
NORDESTE	2,6	67,7	23,3	2,2	4,2	7,9	25,4	54,6	1,0	11,1
- Maranhão	6,7	73,6	7,9	1,6	10,2	42,5	16,9	16,5	0,3	23,9
- Piauí	1,7	86,6	6,5	0,6	4,7	7,2	41,9	27,8	0,3	22,7
- Ceará	6,8	66,3	20,1	2,4	4,5	10,5	26,3	48,6	1,2	13,4
- Rio Grande do Norte	2,6	72,3	19,8	1,1	4,2	4,3	32,4	50,3	0,8	12,2
- Paraíba	1,3	71,8	22,1	1,2	3,7	1,6	33,3	55,9	0,6	8,7
- Pernambuco	1,4	69,0	25,0	2,4	2,2	1,4	29,0	64,3	1,0	4,3
- Alagoas	0,4	80,0	15,8	2,5	1,3	1,0	37,5	57,1	1,5	2,9
- Fernando de Noronha	-	93,3	5,2	-	1,5	2,3	64,3	14,2	2,7	16,5
- Sergipe	0,5	74,2	20,4	3,2	1,7	0,9	35,0	59,4	1,7	3,0
- Bahia	1,0	51,7	40,4	3,2	3,7	4,0	9,4	74,5	1,4	10,7
SUDESTE	1,2	39,9	33,0	19,9	6,0	5,0	11,1	57,1	8,4	18,4
- Minas Gerais	1,2	14,5	56,1	10,3	17,9	4,0	4,5	71,2	2,9	17,5
- Espírito Santo	1,0	16,3	77,2	3,4	2,1	20,6	10,2	63,3	1,6	4,4
- Rio de Janeiro	3,1	49,4	39,3	5,1	5,2	3,3	18,7	54,3	6,7	17,0
- São Paulo	0,8	43,0	25,0	26,3	5,0	4,0	17,9	34,5	19,8	23,8
SUL	0,9	4,4	28,8	61,6	4,3	7,8	1,5	49,2	25,7	15,9
- Paraná	0,8	5,9	38,8	48,6	5,9	9,9	1,4	62,4	8,5	17,8
- Santa Catarina	0,4	1,3	11,7	85,2	1,4	2,4	1,0	14,0	76,2	6,4
- Rio Grande do Sul	1,9	4,4	24,3	65,3	4,1	2,6	2,4	17,8	62,9	14,4
CENTRO-OESTE	2,1	25,3	33,1	20,0	19,5	23,4	6,4	33,2	4,1	34,9
- Mato Grosso do Sul	0,8	5,6	36,9	49,3	7,4	18,6	3,0	46,0	9,8	22,5
- Mato Grosso	2,2	3,0	24,6	42,7	25,5	47,1	2,0	22,7	4,0	24,3
- Goiás	2,9	32,8	38,1	2,9	23,3	22,0	6,7	29,1	1,5	40,7
- Distrito Federal	2,1	42,4	33,0	3,0	19,5	3,3	13,7	35,3	3,3	44,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1980.

grantes eram provenientes do Nordeste, em particular, do Maranhão. Outros 21% saíram do Centro-Oeste, sendo, agora, Goiás o estado que mais se destaca como fornecedor de migrantes. No Sudeste, de onde saiu 14% da migração em direção a Rondônia, Minas Gerais foi uma vez mais o estado com maior saída de população. O Sul e o Norte forneceram os quase 11% restantes. Os outros estados e os territórios do Norte que receberam um número reduzido de migrantes, apresentaram como principal região de procedência destes ou o próprio Norte ou o Nordeste, estando na primeira situação Acre, Amazonas e Amapá e, na segunda, Roraima.

No que diz respeito à população que deixou estados e territórios do Norte, observa-se que a maior parte da mesma permaneceu nesta região. Convém assinalar que tal observação não se aplica com a mesma ênfase aos estados de Rondônia e Pará. Isto porque, embora o Norte seja, também nestes casos, a região que recebeu a maior parcela de migrantes saída destes estados, esta parcela é bem inferior à observada para os demais estados. Como importantes regiões de destino surgem o Sudeste (SP) e o Centro-Oeste (MT) no caso de Rondônia e o Sudeste (RJ e SP) e o Nordeste (MA e CE) no caso do Pará.

Quando se observa a entrada de migrantes nos estados do Nordeste, constata-se que a migração intra-regional é extremamente importante. Quase 70% do total de entrada nestes estados era proveniente da própria região nordestina. Considerando cada estado individualmente, esta porcentagem oscila de 51,7% (Bahia) a 93,3% (Fernando de Noronha). A segunda região de origem mais importante é o Sudeste, de onde provém 23,3% do total de entradas nos estados nordestinos. Os percentuais correspondentes relativos a cada estado situam-se, em geral, entre 15 e 25%. As exceções são a Bahia, com 40,4% e Maranhão, Piauí e Alagoas com valores inferiores a 10%. Das 257 mil pessoas que saíram do Sudeste em direção ao Nordeste, cerca de 123 mil estavam em São Paulo e quase 69 mil no Rio de Janeiro.

O destino dos migrantes que saem do Nordeste, como se sabe, é fundamentalmente o Sudeste. Na década dos setenta, 55% deles dirigiram-se para esta região. A segunda região de destino é o próprio Nordeste, com 25,4%. Em terceiro lugar vem o Centro-Oeste, o que se deve basicamente às entradas no Distrito Federal. Individualmente, a maior parte dos estados mantém este padrão de comportamento. O Maranhão distingue-se pela elevada porcentagem de migrantes que se dirigiram para o Norte, notadamente para o Pará, conforme já foi assinalado.

Nos estados do Sudeste, tomados globalmente, 40% das entradas tiveram como origem o Nordeste, 33% o próprio Sudeste e 20% o Sul. Analisando os estados separadamente nota-se que a migração nordestina tem maior peso apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Espírito Santo as entradas, não muito expressivas, provêm basicamente do Sudeste. Minas Gerais é responsável por metade das entradas totais no estado capixaba. Em Minas, 61% da imigração total teve origem em São Paulo (34%), Rio de Janeiro (14%) e Goiás (13%). O Estado de São Paulo recebeu na década dos setenta um total superior a 2.700 mil migrantes. Deste contingente, 1.163 mil vieram do Nordeste, 555 mil de Minas Gerais e 667 mil do Paraná. No Rio de Janeiro, além dos migrantes nordestinos, destacaram-se os do Sudeste, provenientes, em grande parte, de Minas.

O destino de 57% das pessoas que saem de estados do Sudeste são outros estados da própria região, segundo o padrão que se acabou de relatar. O Centro-Oeste e o Nordeste aparecem como outras regiões de destino. No caso de São Paulo, o Sul também aparece como alternativa, o que se deve basicamente à migração em direção ao Paraná. O Norte tem maior significância apenas no que diz respeito ao Espírito Santo, e Rondônia é o destino principal desta migração.

No Sul, as entradas são em sua maior parte causadas por migração intra-regional (61,6%). O Sudeste aparece em segundo lugar. As demais regiões fornecem parcela pouco expressiva de migrantes.

No que diz respeito às saídas de população do Sul, os três estados não apresentaram comportamento uniforme. No Paraná 62,4% dos migrantes buscaram os estados do Sudeste, São Paulo basicamente, e 17,8% o Centro-Oeste, quase que exclusivamente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os migrantes originários de Santa Catarina apresentaram forte tendência a se concentrar na própria região Sul (76,2%) ou no Sudeste (14%), buscando em sua maioria, neste último caso, o estado de São Paulo. Os migrantes do Rio Grande do Sul tiveram comportamento semelhante aos de Santa Catarina, a menos de terem buscado mais acentuadamente os estados do Centro-Oeste (MT e MS).

Analisando finalmente os estados do Centro-Oeste, constata-se que a entrada de migrantes provenientes do Nordeste é de maior importância apenas para Goiás e Distrito Federal e a do Sul, ao contrário, é relevante somente para os dois outros estados da região. O Sudeste é a região com maior homogeneidade de participação nas entradas dos três estados e do Distrito Federal. Só que a migração proveniente de Minas dirige-se basicamente a Goiás e ao Distrito Federal, a do Rio de Janeiro a este último, enquanto a de São Paulo concentra-se no Mato Grosso do Sul e, em segundo lugar, no Mato Grosso.

Dos movimentos totais de saída, 34,9% ocorreram no âmbito interno do Centro-Oeste, outros 33,2% dirigiram-se ao Sudeste e 21,4% ao Norte. O Nordeste teve alguma relevância como região de destino apenas para os migrantes que saíram do Distrito Federal. Quase metade das saídas da região tiveram origem em Goiás e seus principais destinos foram o Distrito Federal (27%), Pará (20%) e Minas Gerais (18%).

Em síntese, os resultados censitários sobre a migração na década dos setenta permitiram identificar as regiões receptoras líquidas de migrantes e as liberadoras líquidas de migrantes. Contudo, o comportamento dos estados que compõem cada região nem sempre se mostrou homogêneo.

O Nordeste continua sendo a tradicional região expulsora

de população, característica que marcou todos os seus estados na última década. O destino principal desta migração foi ainda o Estado de São Paulo e, com menor ênfase, o Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Apenas o Maranhão fugiu a esta regra ao apresentar, como principal zona de destino o Estado de Rondônia. A migração intra-regional foi também considerável.

O Sul revelou-se ao final dos anos setenta como a nova região liberadora de população, basicamente em virtude da maciça migração originária do Paraná, cujo destino foi, em grande parte, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

O Centro-Oeste conservou a condição de receptor líquido de migrantes que havia se concretizado na década dos sessenta mas teve seu saldo migratório reduzido em virtude da saída de população do Estado de Goiás e da estabilidade dos saldos migratórios dos outros dois estados da região e do Distrito Federal, relativamente aos valores observados na década dos sessenta.

O Norte surgiu como importante região receptora de migrantes mas apenas Rondônia e Pará foram os responsáveis por saldos migratórios positivos de grande monta.

O grande receptor líquido de migrantes continua sendo o Sudeste, mais especificamente o Estado de São Paulo, cujo saldo migratório equivale a quase seis vezes o do Rio de Janeiro, segundo estado em importância como receptor líquido de população.

3.3. Organização Espacial das Atividades Produtivas

As preconizadas intenções de promover a integração nacional e reduzir as disparidades regionais de renda deveriam, se concretizadas, traduzir-se em uma nova distribuição espacial das atividades produtivas.

Pretende-se, nesta seção, verificar se isto efetivamente ocorreu nos setores primário e secundário da economia. Os indicadores tomados como base para tal verificação referem-se à distribuição do valor da produção agropecuária e do valor da transformação industrial e provêm dos Censos Econômicos de 1970 e 1980.

As alterações ocorridas na distribuição inter e intra-regional do valor da produção agropecuária podem ser observadas na Tabela 21.

As modificações relativamente mais importante estão associadas à expansão da fronteira agrícola. Tanto assim que as duas regiões que tiveram sua participação relativa aumentada foram o Norte e o Centro-Oeste. O ganho maior foi obtido por esta última: 3,1 pontos percentuais divididos entre os três estados da região. Também o pessoal ocupado aumentou em termos relativos no Centro-Oeste, conforme se pode constatar na mesma Tabela 21, só que agora o ganho foi de apenas 1,1 pontos percentuais, o que reflete a predominância da pecuária e de grandes propriedades na região. No Norte, a situação é inversa: a participação no valor da produção passou de 3,1 para 3,8%, enquanto a referente ao pessoal ocupado evoluiu de 5,3 para 8,4%. Convém observar que o aumento da importância da região Norte na geração do produto da agropecuária deve-se exclusivamente a Rondônia e Pará, estados que, conforme se viu anteriormente, receberam considerável contingente de migrantes na década dos setenta.

TABELA 21

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, E DO PESSOAL OCUPADO NOS SETORES-1970-80

(Em %)

Região/Estado	Agropecuária				Indústria			
	Valor da Produção		Pessoal Ocupado		Valor das Transformações Industriais		Pessoal Ocupado	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
NORTE	3,1	3,8	5,3	8,4	<u>1,0</u>	<u>2,6</u>	1,5	2,6
- Rondônia	0,2	0,4	0,1	0,8	0,0	0,1	0,1	0,2
- Acre	0,4	0,2	0,4	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
- Amazonas	1,0	0,8	1,6	2,2	0,3	1,5	0,4	1,0
- Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
- Pará	1,4	2,3	3,1	4,8	0,4	0,8	0,9	1,3
- Amapá	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
NORDESTE	18,3	17,3	43,1	44,1	<u>5,8</u>	<u>8,1</u>	10,2	11,1
- Maranhão	2,1	1,9	6,7	7,9	0,2	0,2	0,4	0,5
- Piauí	0,8	0,7	3,0	3,7	0,1	0,1	0,3	0,3
- Ceará	1,9	1,9	5,8	5,1	0,7	0,8	1,5	1,9
- Rio Grande do Norte	0,7	0,8	1,8	2,0	0,3	0,4	0,6	0,9
- Paraíba	1,4	1,2	3,3	3,1	0,3	0,4	0,7	0,9
- Pernambuco	3,2	3,1	6,4	5,8	2,1	1,9	3,3	2,7
- Alagoas	1,5	1,6	2,5	2,6	0,4	0,4	0,7	0,8
- Fernando de Noronha	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
- Sergipe	0,7	0,6	1,5	1,4	0,1	0,2	0,4	0,4
- Bahia	6,1	5,7	12,1	12,6	1,5	3,6	2,2	2,7
SUDESTE	<u>37,3</u>	<u>35,7</u>	22,5	20,4	<u>80,3</u>	<u>72,2</u>	69,7	64,6
- Minas Gerais	12,0	12,8	11,3	10,8	7,1	8,2	7,6	8,2
- Espírito Santo	1,8	1,9	1,7	1,7	0,5	1,2	0,9	1,1
- Rio de Janeiro	2,6	1,9	1,5	1,4	15,5	10,4	13,3	9,6
- São Paulo	20,8	19,0	8,1	6,5	57,2	52,4	48,0	45,7
SUL	33,8	32,6	23,8	20,8	<u>12,0</u>	<u>15,7</u>	16,9	19,4
- Paraná	12,4	12,6	11,3	8,5	3,0	4,3	4,2	4,7
- Santa Catarina	4,9	5,7	4,4	4,0	2,7	4,2	4,4	5,5
- Rio Grande do Sul	16,6	14,3	8,2	8,3	6,3	7,2	8,3	9,2
CENTRO-OESTE	7,5	10,6	5,3	6,4	<u>0,8</u>	<u>1,4</u>	1,4	2,3
- Mato Grosso do Sul	3,2	3,5	2,1	1,1	0,3	0,3	0,5	0,5
- Mato Grosso	-	1,7	-	1,5	-	0,2	-	0,4
- Goiás	4,2	5,3	3,1	3,7	0,4	0,7	0,7	1,1
- Distrito Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários e Industriais de 1970 e 1980.

As demais regiões do País tiveram suas participações relativas no valor da produção, levemente reduzidas, mantendo o Sudeste a posição de principal produtor, seguido pelo Sul. Observando a situação intra-regional, constata-se grande homogeneidade no Nordeste, onde quase todos os estados perderam pontos percentuais no que diz respeito ao valor da produção. Já no que se refere ao pessoal ocupado, vários deles tiveram sua participação relativa aumentada, o mesmo ocorrendo com o Nordeste quando considerado como um todo. No Sudeste, Minas Gerais aumentou sua participação relativa no valor da produção mas reduziu a relativa ao pessoal ocupado. Situação semelhante registrou-se no Paraná e em Santa Catarina.

Em síntese, as alterações ocorridas na distribuição da produção agropecuária ao longo da década dos setenta foram, em grande parte, ocasionadas pela expansão da fronteira agrícola. Mas seu impacto não foi, durante o período em questão, suficiente para tirar da posição de liderança o Sudeste e o Sul e, dentro destas regiões, os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, embora a importância relativa dos mesmos tenha sofrido pequena redução. Juntos, estes quatro estados geraram 61,8% do valor da produção agropecuária de 1970 e, em 1980, o valor correspondente passou para 58,7%.

A situação no setor secundário considerado globalmente, pode ser visualizada ainda na Tabela 21. O indicador utilizado neste caso é a distribuição percentual do valor da transformação industrial. Observando, de início, apenas os valores referentes às regiões, constata-se que, de 1970 para 1980, houve uma redução na participação relativa do Sudeste, em benefício de todas as demais regiões do País. A perda do Sudeste foi de 7,7 pontos percentuais. O maior ganho foi da região Sul: 3,7 pontos percentuais. Vêm depois o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste com ganhos de 2,3, 1,6 e 0,6 pontos percentuais, respectivamente.

Embora todas as regiões, excusive o Sudeste, tenham aumentado sua participação relativa na geração do produto industrial,

o mesmo nem sempre ocorreu a nível de estado. No Norte, os ganhos concentraram-se, quase totalmente no Amazonas e no Pará, sobretudo no primeiro. No Nordeste, a preponderância coube à Bahia que teve sua participação relativa aumentada em 2,1 pontos percentuais. Os demais estados da região, quando conseguiram ganho, este não passou de 0,1 pontos percentuais. No Sul e no Centro-Oeste, todos os estados tiveram sua participação relativa ampliada de forma não muito diferenciada. Convém ressaltar ainda que dentro do próprio Sudeste, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo distinguiram-se por haverem obtido ganhos de posição relativa, a despeito da perda global da região.

Constata-se, enfim, que no aspecto referente ao valor da transformação industrial, houve certa desconcentração espacial que não se processou, todavia, de forma abrangente ao longo de todo o território nacional. Na verdade, o que ocorreu foi a redução da importância relativa dos estados mais industrializados, São Paulo e Rio de Janeiro, face principalmente ao aumento da participação dos outros estados do Sudeste, do Sul e do estado nordestino mais próximo do Sudeste, qual seja, a Bahia.

Observando agora a distribuição espacial do pessoal ocupado, nota-se que a parcela concentrada no Sudeste é menor que aquela relativa ao valor da transformação industrial, ocorrendo o inverso nas demais regiões. Ou seja, é maior a concentração do valor da transformação industrial que a de pessoal ocupado. Por outro lado, constata-se que a relativa desconcentração espacial do valor da transformação industrial ocorrida de 1970 para 1980, foi em termos percentuais, mais acentuada que a desconcentração do pessoal ocupado. Tomando, por exemplo, o caso do Sudeste, o que se verifica é que a perda de 7,7 pontos percentuais na geração do valor da transformação industrial correspondeu uma perda de 5,1 pontos percentuais na distribuição do pessoal ocupado. O Nordeste, que passou a gerar 2,3 pontos percentuais adicionais do valor da transformação industrial, absorveu apenas 0,9 pontos percentuais a mais do pessoal ocupado. No Sul,

os valores correspondentes foram 3,7 e 2,5 pontos percentuais, o que indica ser seu comportamento semelhante ao do Nordeste. A nível de estado, observa-se esta situação em grande número deles, em especial, naqueles que tiveram os maiores aumentos de participação na geração do valor da transformação industrial.

Para a melhor compreensão das alterações que se processaram na distribuição espacial da produção industrial ao longo da década dos setenta, serão considerados individualmente os diversos gêneros da indústria. As informações a eles referentes encontram-se na Tabela 22.

O primeiro gênero analisado é extração de minerais. A localização desta atividade tem, evidentemente, como fator determinante, a disponibilidade de recursos naturais, e sua viabilização do ponto de vista econômico está associada à existência de demanda. A conjugação destes dois fatores explica a elevada concentração da atividade extrativa no Sudeste. Minas Gerais era, em 1970, o principal produtor de minérios do País, situação que não se alterou em 1980, embora sua produção relativa tenha caído cerca de 10 pontos percentuais. Parte desta redução é explicada pelo expressivo aumento da produção do Espírito Santo. Assim, observa-se que ao final dos anos setenta, os estados mais importantes em termos de extração de minerais encontram-se na região de maior concentração industrial, que é, portanto, onde se localiza a demanda interna de maior expressão.

No que diz respeito às outras regiões brasileiras, o aspecto mais importante a ressaltar é o aumento da participação relativa do Norte e do Centro-Oeste, região de exploração mais recente. No Centro-Oeste, seus três estados foram conjuntamente responsáveis por um aumento de 4,6 pontos percentuais na distribuição da produção. No Norte, o aumento foi de 1,3 pontos mas é provável que o valor relativo a 1970 esteja superestimado, tendo em vista que a evolução observada nos estados de Rondônia e Pará sugere aumento de participação relativa maior do



(Tabela 22 - continuação)

Região/Estado	Química		Produtos Farmacêuticos e Veterinários		Perfumaria Sabões e Velas		Produtos de Matérias Plásticas		Têxtil		Vestuários, Calçados, etc.		Produtos Alimentares		Bebidas		Fumo		Editorial e Gráfica	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
NORTE	1,3	0,6	x	0,2	1,3	2,3	x	0,9	1,0	x	0,3	0,5	1,2	1,9	1,7	5,4	2,1	x	0,8	0,9
- Rondônia	-	x	-	-	-	x	-	-	-	x	x	x	0,0	0,1	0,0	0,0	-	-	0,0	0,1
- Acre	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	x	x	0,0	0,0	0,1	0,1	x	-	x	0,1
- Amazonas	1,2	0,4	-	x	-	x	-	0,8	0,4	1,6	0,1	0,1	0,4	0,4	0,6	1,9	x	x	0,3	0,2
- Roraima	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	x	x	-	-	x	0,0
- Pará	0,1	0,2	x	x	-	1,9	x	0,1	0,6	0,7	0,2	0,4	0,8	1,3	1,1	3,3	x	1,9	0,4	0,5
- Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	0,0	0,0	x	x	-	-	0,0	0,0
NORDESTE	8,4	14,8	0,7	1,6	3,2	x	1,9	x	8,0	13,7	6,3	8,8	12,4	13,5	11,6	12,2	14,0	x	3,7	5,4
- Maranhão	0,5	0,2	0,1	0,1	0,2	0,8	x	x	0,1	0,0	0,1	0,0	0,6	0,6	0,2	0,9	x	x	0,2	0,3
- Piauí	0,1	0,1	x	x	0,1	0,0	-	0,0	0,1	0,3	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	0,3	-	-	0,1	0,1
- Ceará	1,0	0,4	0,1	0,6	0,4	0,7	0,1	0,7	1,6	3,1	1,2	2,5	1,6	2,0	0,7	1,3	0,1	x	0,5	0,5
- Rio Grande do Norte	0,1	0,1	x	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	1,2	1,7	1,9	0,5	0,6	0,1	0,1	-	-	0,2	0,3
- Paraíba	0,2	0,2	x	x	0,1	0,3	0,2	1,2	1,2	1,8	0,2	0,4	0,7	0,6	0,2	0,6	x	x	0,2	0,3
- Pernambuco	1,6	1,6	0,5	0,3	1,3	1,7	1,2	3,9	2,9	3,2	2,2	2,5	4,3	4,4	7,5	5,3	9,0	x	1,5	2,3
- Alagoas	0,2	0,5	-	x	0,1	x	x	0,1	0,6	0,3	0,3	0,2	1,8	1,5	0,3	0,1	-	1,8	0,2	0,2
- Sergipe	0,0	0,0	x	x	0,1	0,1	-	0,1	0,4	0,9	0,0	0,2	0,4	0,5	0,0	0,3	x	0,3	0,1	0,1
- Bahia	4,7	11,8	0,0	0,1	0,8	2,0	0,1	0,6	0,7	2,9	0,6	0,7	2,3	3,0	2,6	3,4	4,9	3,8	0,9	1,4
SUDESTE	80,1	69,0	97,5	x	92,0	87,0	85,3	74,9	80,1	69,9	74,8	59,7	65,1	57,6	67,3	54,4	68,0	41,7	86,4	83,7
- Minas Gerais	3,4	4,6	0,7	1,5	0,7	1,0	0,5	1,7	6,5	8,1	2,6	4,5	8,8	8,7	3,7	5,5	8,6	17,7	3,9	4,3
- Espírito Santo	0,1	0,2	x	x	0,1	0,2	0,0	0,3	0,2	0,4	0,2	0,7	1,0	1,7	0,7	2,2	x	-	0,4	0,8
- Rio de Janeiro	22,5	9,9	24,9	28,2	22,8	16,3	16,4	13,3	11,7	7,8	15,4	12,1	11,3	7,6	21,1	12,4	22,6	2,0	29,6	28,5
- São Paulo	54,1	54,2	66,4	65,2	68,3	69,5	68,3	59,6	61,7	53,7	56,7	42,4	44,0	39,5	41,7	33,2	36,6	29,0	52,5	50,0
SUL	10,1	15,3	1,7	2,9	3,5	5,0	12,5	17,3	10,5	15,7	18,3	30,7	18,4	23,2	18,7	25,3	15,7	45,1	7,9	7,6
- Paraná	2,4	7,3	x	0,4	0,6	1,1	2,0	2,5	2,8	3,0	0,5	1,1	5,5	7,1	4,1	3,6	x	3,0	2,7	2,2
- Santa Catarina	0,5	1,2	x	0,5	0,9	0,5	8,4	9,9	5,1	7,4	1,0	10,6	2,9	5,2	1,3	2,1	x	10,6	0,6	1,1
- Rio Grande do Sul	7,2	6,8	0,9	2,1	2,1	3,4	2,1	4,9	2,6	3,3	16,8	19,0	10,0	11,0	13,4	19,6	13,1	31,6	4,6	4,3
CENTRO-OESTE	0,1	0,2	x	x	0,1	x	x	x	0,4	x	0,4	0,3	2,9	3,8	0,7	2,8	0,0	0,0	1,2	2,5
- Mato Grosso do Sul	0,0	0,1	-	-	0,0	x	x	x	0,1	x	0,1	0,0	0,9	0,8	0,2	0,2	-	-	0,2	0,3
- Mato Grosso	0,0	0,0	-	x	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,4	0,4	0,5	-	-	-	0,1	0,1
- Goiás	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	0,1	x	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	1,7	2,3	0,4	1,4	0,0	0,0	0,4	0,8
- Distrito Federal	0,0	0,0	x	-	0,0	x	-	x	0,0	-	0,0	0,0	0,2	0,3	0,2	0,6	-	-	0,6	1,3
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: FIRGE, Censos Industriais de 1970 e 1980.

(x) Resultado omitido a fim de evitar identificação do informante.

(1) Excluído o antigo Estado do Rio de Janeiro.

que o indicado. No Nordeste, o único estado a ampliar sua produção relativa foi a Bahia e, no Sul, nenhum estado logrou obter tal resultado.

Analisam-se, a seguir, os gêneros que compõem a denominada indústria de transformação. Minerais não-metálicos é o primeiro deles. Em 1970, o Sudeste gerava 76,5% do valor da transformação industrial (VTI) deste ramo, valor que caiu para 66,8% em 1980. Esta queda deveu-se ao que ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro uma vez que os dois outros estados da região tiveram sua importância relativa ampliada. Fora do Sudeste, os estados que apresentaram os maiores aumentos de participação no VTI foram Paraná, Santa Catarina, Goiás e Pará. Particularmente, no caso de Goiás, este fato reflete uma considerável elevação do peso dos minerais não-metálicos na produção industrial do estado. Em 1970, este gênero respondia por apenas 4% do valor da produção industrial de Goiás, participação que se elevou para 18% em 1980.

O ramo metalúrgico permaneceu altamente concentrado no Sudeste. São Paulo chegou, inclusive, a aumentar sua participação no VTI. O Rio de Janeiro foi o Estado que apresentou a maior perda de posição relativa. Nos demais estados, as alterações foram pequenas. Haja visto que os maiores ganhos, observados em Santa Catarina e Bahia, foram de apenas 1,2 e 1,1 pontos percentuais, respectivamente.

Situação muito semelhante verificou-se em relação à indústria mecânica. Mais de 80% do VTI ainda continua sendo gerado no Sudeste. Cabe ressaltar apenas que São Paulo teve sua participação relativa levemente reduzida e o Rio Grande do Sul teve ganho semelhante ao de Santa Catarina, pouco superior a um ponto percentual. O ganho da Bahia foi de 1,8 pontos.

A distribuição espacial da produção de materiais elétricas e de comunicações teve uma importante alteração no período em análise. Em 1970, mais de 90% do VTI deste ramo industrial

era gerado nos dois estados mais industrializados do Sudeste. Nesta época, o Amazonas não era responsável por mais de 0,1% deste VTI. Em 1980, esta parcela chegou a quase 13%. Certamente, o principal causador de tão substancial alteração foi o desenvolvimento do distrito industrial da Zona Franca. O que este Estado nortista ganhou em termos de posição relativa foi aproximadamente o que São Paulo perdeu. O Rio de Janeiro teve também sua participação no VTI reduzida, o contrário ocorrendo com Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Nos demais estados brasileiros, quando houve alteração, ela foi muito pouco significativa.

Materiais de transporte é o outro gênero de indústria que continua altamente concentrado no Sudeste. Em 1970, 94,3% de seu VTI era gerado nesta região e dez anos depois, o valor correspondente encontrava-se na marca dos 89,8%. Internamente à região observou-se redução na produção relativa de São Paulo e aumento nos outros três estados, sobretudo em Minas Gerais, em virtude do desenvolvimento de sua indústria automobilística. A perda de participação no VTI do ramo em questão, por parte do Sudeste como um todo, teve como contrapartida a melhoria da posição relativa de todos os estados do Sul e do Amazonas, principalmente.

Madeira é um dos dois ramos da indústria de transformação que não tem no Sudeste, em particular, em São Paulo, a geração da maior parcela de seu VTI. Dada a importância da proximidade da fonte de matéria-prima, a posição preponderante cabe aos estados do Sul, especialmente ao Paraná. Com a expansão da fronteira agrícola na década dos setenta, novas fontes passaram a ser exploradas, ganhando relevância a transformação da madeira no Pará, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também o Maranhão, Estado nordestino vizinho do Norte, teve sua participação no VTI ampliada.

A diminuição da concentração da produção de mobiliário ocorreu fundamentalmente no sentido Sudeste-Sul. A primeira re

gião perdeu entre 1970 e 1980, 18,3 pontos percentuais na participação no VTI deste gênero de indústria. A segunda ganhou, em igual período, 15,1 pontos percentuais. A diferença entre ambos os valores encontra-se distribuída entre o Amazonas, vários estados do Nordeste e os do Centro-Oeste.

No ramo de papel e papelão houve perda de posição relativa do Sudeste de cerca de 7 pontos percentuais e uma redistribuição intra-regional do VTI, com aumento da participação relativa de Minas Gerais e Espírito Santo. As demais regiões, exclusive o Centro-Oeste, apresentaram ganhos de 2 a 2,7 pontos percentuais. Destacam-se dentro delas, os estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Paraná e Santa Catarina. Observe-se, porém, que mais de 90% do ramo ainda é gerado no Sul e no Sudeste, sendo mais de 70% só nesta última região.

Os dados referentes à distribuição do VTI do ramo da borracha, apesar de incompletos, permitem inferir que a participação do Sudeste caiu de 91,2% em 1970 para aproximadamente 83% em 1980. Uma vez mais, Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram comportamento contrário ao de São Paulo e Rio de Janeiro, estados estes responsáveis pelo resultado global da região. Dentre as demais, a que logrou obter o maior aumento de participação no VTI foi a sulista, onde se destaca o Estado do Rio Grande do Sul.

A indústria de couros, peles e similares apresentou alterações na distribuição espacial de seu VTI devidas basicamente ao comportamento de dois estados: Rio de Janeiro, que teve sua participação reduzida em 8,3 pontos percentuais, e Rio Grande do Sul, cuja participação aumentou 7,5 pontos percentuais. Nas demais, as alterações não foram de grande relevância.

No ramo químico observa-se que a redução da parcela do VTI gerada no Sudeste, de 80,1 para 69,0%, deveu-se exclusivamente ao desempenho do Rio de Janeiro que perdeu mais de dez pontos percentuais na distribuição do VTI. Em contrapartida, ampliou-se em 7,1 pontos percentuais a participação da Bahia, ba

sicamente em decorrência da implantação do pelo petroquímico de Camaçari. Outro Estado com bom desempenho foi o Paraná, cujo valor correspondente foi de 4,9 pontos percentuais.

No que diz respeito aos produtos farmacêuticos e veterinários, a concentração no Sudeste, mais propriamente em São Paulo e Rio de Janeiro, é quase que total. Os sinais de desconcentração são ainda pouco visíveis e, dentro dos limites desta situação, o Estado que apresentou o maior aumento de participação relativa no VTI do ramo, foi o Rio de Janeiro.

Perfumaria, sabões e velas é outro gênero da indústria de transformação muito concentrado em São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado paulista aumentou sua participação no VTI de 68,3 para 69,5% durante a década dos setenta, período em que o segundo perdeu 6,5 pontos percentuais nesta participação, o que implicou em perda de posição relativa do Sudeste quando considerado como um todo: de 92,0% do VTI em 1970, para 87,0% em 1980. Das pequenas alterações observadas nos estados das outras regiões brasileiras, as maiores ocorreram no Rio Grande do Sul e na Bahia, estados que melhoraram sua posição relativa.

A produção de matérias plásticas passou, ao longo da década dos setenta, por certa desconcentração espacial. São Paulo teve sua participação no VTI reduzida de 68,3 para 59,6% e o Rio de Janeiro, segundo maior produtor, de 16,4 para 13,3%. Entre os estados que apresentaram, em contrapartida, ganhos de participação no VTI, os principais foram Rio Grande do Sul, Pernambuco, Santa Catarina e Minas Gerais, com ganhos de 2,8, 1,5 e 1,0 pontos percentuais, respectivamente.

Também no VTI da indústria têxtil, São Paulo e Rio de Janeiro, os principais estados produtores, tiveram suas participações reduzidas, embora mantenham a liderança, gerando, o primeiro, 53,7% do VTI e, o segundo, 7,8%. Ganharam posição relativa os próprios estados do Sudeste, particularmente, Minas Gerais, bem como todos os do Sul e vários do Nordeste, destacando-se entre estes o Ceará e a Bahia. A nível de região, o Nor-

deste teve agora ganho maior que o do Sul - 5,7 pontos percentuais contra 3,2 - ficando ambos, em 1980, com a mesma participação na geração do VTI do gênero têxtil.

No ramo de vestuários, calçados, etc., as alterações ocorridas nos estados do Sudeste tiveram exatamente a mesma direção das verificadas no ramo têxtil. Fora desta região, o destaque foi Santa Catarina que teve sua participação no VTI ampliada de 1,0 para 10,6% durante o período em questão. Tal desempenho, associado ao dos outros dois estados do Sul, garantiu à região aumento de 12,4 pontos percentuais, gerando, em 1980, 30,7% do VTI do ramo, que corresponde a cerca de metade da produção do Sudeste. O Nordeste teve ganho de 2,5 pontos percentuais, metade do qual concentrou-se no Ceará.

No que diz respeito à indústria de alimentos, todas as regiões aumentaram sua participação relativa no VTI, em detrimento do Sudeste. Uma vez mais, foi no Sul que se registrou o maior ganho, da ordem de 4,8 pontos percentuais distribuídos entre seus três estados. Vem, em seguida, o Nordeste com 1,1 pontos concentrados, em grande parte, na Bahia. O valor correspondente no Centro-Oeste foi 0,9, com preponderância de Goiás e no Norte foi 0,7, sendo 0,5 referente ao Pará. A correspondente perda do Sudeste fez com que sua participação no VTI passasse de 65,1 para 57,6%.

Também no ramo de bebidas todas as regiões, exclusive o Sudeste, aumentaram sua parcela na geração do VTI. A participação do Sul passou de 18,7 para 25,3%, resultado basicamente devido ao desempenho do Rio Grande do Sul. O Norte conseguiu aumentar sua participação em 3,7 pontos percentuais, dos quais, 2,2 decorrentes do desempenho do Pará e 1,3 do Amazonas. Todas as unidades do Centro-Oeste tiveram sua posição relativa melhorada. O Nordeste como um todo apresentou pequena variação.

No ramo do fumo, observa-se expressivo aumento da produção do Sul. Em 1970, esta região gerava 15,7% do VTI e, em 1980,

o valor correspondente chegou a 45,1%, em virtude, sobretudo, do que ocorreu no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. O Sudeste perdeu vários pontos apesar de Minas Gerais haver aumentado em 9,1 pontos percentuais sua participação no VTI. No que diz respeito ao Nordeste, embora os dados estejam incompletos, pode-se inferir que houve queda de posição relativa.

Finalmente, no que diz respeito ao gênero editorial e gráfica, ocorreu pouca alteração na distribuição espacial de sua produção, que ainda se encontra muito concentrada no Sudeste, mais especificamente em São Paulo e Rio de Janeiro, estados que geraram, respectivamente, 50 e 28,5% do VTI do ramo em 1980.

A análise a nível de gênero de indústria conduziu a conclusões, em geral, coincidentes com a observação feita anteriormente acerca das alterações na distribuição espacial do VTI global.

Na maior parte dos gêneros da indústria em que se verificou redução da participação relativa do Sudeste na geração do VTI, os aumentos correspondentes de participação concentraram-se basicamente nos estados da região Sul e na Bahia. Simultaneamente, constatou-se que a diminuição da concentração do VTI no Sudeste foi decorrente do comportamento de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que Minas Gerais e Espírito Santo aumentaram sua participação na geração do VTI de diversos gêneros industriais.

Assim sendo, a relativa desconcentração espacial da atividade industrial observada no período de 1970 a 1980 aparece como resultado natural do processo de expansão industrial do Sul-Sudeste (inclusive Bahia), a partir do centro mais dinâmico representado por São Paulo. As demais regiões do País não conseguiram melhorar significativamente sua posição relativa, mas muitos de seus estados puderam, pelo menos, manter sua participação na geração do VTI. Enfim, as disparidades especificamente relacionadas ao valor da transformação industrial reduziram-se entre Sudeste e Sul (mais Bahia), mas o mesmo não ocorreu entre estas duas e as demais regiões brasileiras.

3.4. O Comércio Interestadual no Período de 1974 a 1981

A integração econômica de regiões e estados brasileiros, avaliada sob a perspectiva do volume de comércio de mercadorias, aumentou substancialmente desde o início da década dos quarenta até período mais recente. De 1943 a 1981, o valor total das transações comerciais interestaduais, em cruzeiros constantes, cresceu quase 2.200%, conforme indicam os dados a seguir, referentes também a outros três anos do período 1943-1981.

Ano	Índice de Valor
1943	100,0
1961	300,7
1969	570,8
1975	1.026,1
1981	2.279,1

É evidente que a diversidade de procedimentos utilizados para mensurar o fluxo de comércio nestes vários anos impede que os resultados sejam plenamente comparáveis. Apesar disto, a tendência de crescimento do comércio interno é inegável. Tendo ainda bem presente essa limitação, procurou-se avaliar como evoluiu ao longo do tempo a relação entre o valor das mercadorias transacionadas e o Produto Interno Bruto do país. A disponibilidade de informações permitiu calcular a referida relação para os anos discriminados a seguir:

Ano	Valor das Transações/PIB (Em %)
1947	16,3
1961	21,1
1969	21,2
1974	17,1
1975	18,7
1976	33,5
1977	28,0
1978	30,0
1979	30,9
1980	32,9
1981	33,9

Os resultados obtidos indicam crescimento de quase cinco pontos percentuais na relação comércio/PIB entre os anos 1947 e 1961. Em 1969, a razão foi praticamente igual à de 1961 e caiu em 1974. Deste ano em diante, o fluxo interestadual de comércio passou a ser avaliado regularmente. Em 1976, o volume total de comércio interestadual publicado aumentou consideravelmente em relação ao do ano anterior, conforme se verá adiante, o que explica a elevação da relação comércio/PIB de 18,7% em 1975 para 33,5% em 1976. Não se sabe ao certo se o comércio interno cresceu efetivamente desta forma, se os valores dos dois anos anteriores estavam subestimados ou se o de 1976 estava superestimado. Ou ainda, se houve atuação conjunta destes três fatores, hipótese mais plausível quando se considera a evolução da relação em questão, de 1974 a 1981. De qualquer maneira, observa-se que a partir de 1977, o volume total de comércio interno como porcentagem do PIB mostrou-se regular e moderadamente crescente. Se se mantiver esta tendência, a integração econômica de regiões e estados brasileiros deve se tornar mais significativa.

Paralelamente à evolução das transações internas, ocorreram alterações na distribuição regional do valor de comércio. A Tabela 23 traz algumas informações a este respeito.

As regiões Norte e Centro-Oeste, embora ainda sejam as de menor peso no comércio interno, tiveram suas participações aumentadas de 1943 a 1981, tanto no que diz respeito às importações quanto no que diz respeito às exportações. Tomando por base este mesmo período, o maior incremento de participação no comércio interno foi obtido pelo Sul: do total de exportações, esta região fornecia 7% em 1943 e 21% em 1981, e absorvia 7,3% das importações de 1943 e 21% das relativas ao ano de 1981. Convém salientar, entretanto, que o aumento da integração econômica do Sul processou-se basicamente entre 1943 e 1961 e deu-se, conforme já visto, fundamentalmente entre esta região e o Sudeste.

O Nordeste teve, no tocante às exportações, participação não muito alterada: em 1943, ela era da ordem de 8,3%, evoluiu para 10,9% em 1961, e permaneceu na marca dos 9% em 1969 e 1981. Por outro lado, parcela das importações absorvida pela região passou de 9,5% em 1943 para 15% em 1981.

Como contrapartida do aumento da participação relativa de todas as demais regiões no comércio interno, o Sudeste teve a sua reduzida. Mesmo assim, continua sendo a região responsável por mais da metade do fluxo de comércio interno, gerando 66% das exportações e absorvendo 54% das importações interestaduais. Ressalte-se que a redução do percentual relativo às importações foi superior ao das exportações, o que contribui para ampliar sua condição superavitária na balança de comércio interno.

Outra tendência relevante revelada pelas informações da Tabela 23 refere-se ao comércio inter-regional *vis-à-vis* o comércio intra-regional. Os valores que estão entre parênteses e que correspondem a porcentagem das exportações ou importações

TABELA 23
 ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (M) E DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (X)
 INTERESTADUAIS NO BRASIL^(*)
 1943-1981
 (em %)

REGIÃO	1943		1961		1969		1981	
	X	M	X	M	X	M	X	M
Norte	0,7 (38)	0,8 (43)	0,2 (81)	0,8 (94)	1,0 (60)	2,6 (82)	3,0 (93)	4,0 (95)
Nordeste	8,3 (5)	9,5 (17)	10,9 (34)	14,3 (50)	9,0 (36)	15,6 (64)	9,0 (54)	15,0 (71)
Centro-Oeste	2,3 (99)	3,0 (99)	2,1 (95)	2,1 (95)	1,8 (91)	4,5 (96)	3,0 (86)	6,0 (93)
Sudeste	83,7 (12)	79,4 (9)	68,6 (36)	62,7 (30)	69,3 (38)	60,4 (29)	66,0 (48)	54,0 (38)
Sul	7,0 (75)	7,3 (76)	18,2 (78)	20,1 (80)	18,8 (79)	17,0 (77)	19,0 (77)	21,0 (79)

(*) Os valores entre parênteses referem-se à porcentagem das exportações ou importações inter-regionais calculadas sobre o total das exportações ou importações.

inter-regionais, calculadas sobre o total destas duas variáveis, indicam que o comércio entre estados de regiões diferentes tornou-se, em termos globais, cada vez mais frequente.

Conforme já comentado no capítulo anterior, as transações intra-regionais do Norte, Nordeste e Sudeste eram, na primeira metade do século, muito mais importantes que as transações inter-regionais, refletindo pequena integração entre estados de distintas regiões. A exceção a este padrão ocorria no Centro-Oeste e no Sul, regiões que, embora com volumes de comércio não elevados, mantinham intenso intercâmbio com os estados do Sudeste. O Centro-Oeste, em particular, chegou quase ao limite extremo em 1943, realizando entre seus estados apenas 1% de seu comércio inter-estadual total. As informações disponíveis para anos posteriores denotam aumento da importância do comércio intra-regional, resultado plausível tendo em vista o crescimento da região e os percentuais extremamente altos de comércio inter-regional registrados em 1943. O Sul, por sua vez, manteve aproximadamente constante a relação entre comércio inter-regional e comércio intra-regional./

Em contraposição, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste ampliaram consideravelmente seu volume de comércio inter-regional, relativamente ao intra-regional. Em 1981, exceção feita ao Sudeste, todas as regiões realizavam fora de seus limites geográficos mais da metade de suas transações comerciais. O Sudeste continua ainda a ter um comércio intra-regional mais importante que o inter-regional, sobretudo no que diz respeito a suas importações: 38% das mesmas provêm de fora da região ao passo que o valor correspondente para as exportações é 48%. Com todas as outras regiões acontece o inverso, ou seja, sua parcela de importações inter-regionais é maior que a de exportações, fato que se observa tanto em 1981 quanto nos anos anteriores, exceção feita ao Centro-Oeste onde em 1943 e 1961 ambas as parcelas são iguais.

Depois de avaliados alguns aspectos da tendência do comércio interestadual em anos que envolvem algumas décadas, a análise que segue restringir-se-á ao comportamento do comércio de mercadorias em período recente. Os anos a serem estudados vão de 1974 a 1981. Para os anos da década dos setenta anteriores a 1974 não se tem informações e, para os anos posteriores a 1981 estas ainda não se acham disponíveis.

Os dados que servirão de base para a análise a ser desenvolvida são aqueles publicados pela *Revista de Finanças Públicas*, do Ministério da Fazenda. Eles começaram a ser sistematizados a partir de 1974, tendo por base a "Guia de Informação e Apuração do ICM-GIA". Como este documento não é preenchido por todos os contribuintes, os dados com os quais se vai trabalhar são estimativas do real volume de comércio interestadual. As informações referentes ao comércio dos territórios só começaram a ser computadas em 1977.

As matrizes completas do comércio inter-estadual para os anos de 1974 a 1981, obtidas a partir destas fontes, encontram-se no Anexo 2. A Tabela 24, comentada a seguir, traz apenas o valor total de entradas (importações) e saídas (exportações) de cada região e estado e em cada ano do período em análise. Os valores estão expressos em milhões de cruzeiros de 1975. O deflator utilizado foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

A última linha da Tabela 24 mostra a evolução do valor total comercializado entre os estados do Brasil. Nota-se, em termos gerais, uma tendência de crescimento do valor real transacionado, embora não se trate de um crescimento monotônico. Conforme já mencionado, as informações disponíveis sugerem um sensível aumento do volume de comércio em 1976, relativamente a 1975, aumento esse da ordem de 95%. A que fatores atribuir tão expressivo crescimento do comércio é questão para a qual não se tem resposta objetiva.



Tabela 24
ENTRADAS (E) E SAÍDAS (S) DE MERCADORIAS, SEGUNDO REGIÕES, ESTADOS E TERRITÓRIOS BRASILEIROS
1974-81
(em Cr\$ milhões de 1975)

REGIÃO/ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	1.503,2	2.991,0	1.914,6	4.085,2	5.206,1	8.011,3	6.059,3	10.193,6	8.611,4	13.819,6	9.025,7	13.170,7	11.808,5	14.429,7	11.279,2	15.744,4
- AC	22,2	165,0	26,2	157,8	41,1	493,2	120,3	475,9	169,4	874,7	131,3	468,2	154,1	518,7	263,0	607,8
- AP	846,2	951,5	1.202,7	1.398,3	3.980,9	2.562,5	3.748,6	3.122,2	5.774,6	4.705,7	6.182,7	4.639,5	8.353,0	5.871,5	7.751,9	5.787,4
- PA	634,8	1.871,6	685,7	2.529,1	1.134,2	4.955,7	1.744,4	5.325,6	2.035,1	6.299,3	2.085,3	6.197,7	2.474,8	6.150,3	2.459,3	7.415,3
- AP	-	-	-	-	-	-	96,3	325,0	72,1	510,5	55,8	337,3	104,0	331,8	59,2	366,5
- RO	-	-	-	-	-	-	301,2	767,0	534,3	1.160,3	429,7	1.019,2	581,9	1.238,6	627,6	1.264,9
- RR	-	-	-	-	-	-	48,5	179,9	25,8	179,0	140,9	508,7	50,8	318,8	138,2	297,5
NORDESTE	15.906,8	25.737,5	17.478,7	30.088,4	24.804,2	57.100,1	27.677,2	53.114,6	34.570,0	61.621,8	34.202,9	56.567,5	59.453,2	59.136,1	40.601,6	64.494,4
- MA	270,8	1.358,6	221,4	1.546,9	865,5	2.904,0	905,9	2.398,5	1.033,2	3.279,5	1.547,8	3.061,8	1.139,6	5.543,5	988,8	3.591,9
- PI	417,5	1.080,9	443,2	1.098,4	790,4	2.042,4	738,9	1.978,8	1.114,5	2.411,2	974,8	2.997,3	1.024,3	2.412,0	802,6	2.528,6
- CE	1.971,4	3.495,7	1.902,0	3.635,0	3.872,4	7.759,4	2.712,2	6.765,1	4.086,8	8.135,7	3.564,7	7.679,0	4.089,9	7.935,1	3.978,5	8.221,3
- RN	695,1	1.402,8	718,6	1.424,9	1.896,4	2.891,7	1.275,8	2.705,2	2.047,5	3.445,9	1.772,4	3.046,5	1.651,5	3.495,9	1.851,6	3.983,0
- PB	1.453,7	1.916,5	1.295,3	1.846,6	3.894,8	5.918,5	1.773,3	3.357,3	3.071,1	4.910,4	2.530,1	3.963,3	2.760,9	4.212,7	2.237,6	4.484,2
- PE	5.805,7	6.891,7	6.528,5	8.799,0	4.546,4	15.085,1	9.591,9	13.761,6	10.564,1	15.092,4	8.516,8	13.639,6	10.073,8	14.036,9	13.149,9	16.310,2
- AL	716,5	1.536,0	899,6	1.894,2	1.059,9	3.119,7	1.319,4	3.398,7	1.561,0	3.190,7	1.378,0	2.772,3	1.515,8	3.172,7	2.100,4	4.319,0
- SE	841,0	884,0	344,2	1.083,2	742,0	2.602,5	1.228,4	2.219,9	1.511,9	2.533,6	1.140,1	2.896,0	1.028,8	2.658,4	1.049,3	3.905,0
- BA	4.216,4	7.171,0	5.124,5	8.752,2	7.316,4	16.776,9	8.127,9	10.493,4	9.573,4	18.613,5	13.121,2	16.355,2	16.093,8	16.829,4	14.535,2	17.535,9
- EN	-	-	-	-	-	-	3,5	55,6	4,6	18,8	57,1	56,6	75,1	38,5	17,6	49,4
CENTRO-OESTE	3.774,8	10.370,3	3.940,5	12.123,2	6.433,9	25.283,8	9.010,6	22.975,1	10.630,6	25.442,5	13.182,6	25.165,1	13.357,5	26.455,6	13.797,8	27.250,3
- MT	(835,5)	(2.985,8)	(902,0)	(3.429,7)	(1.727,9)	(8.009,4)	(3.659,1)	(7.454,8)	(4.636,6)	(8.435,7)	1.651,4	4.314,6	1.455,5	3.939,8	1.837,7	3.887,7
- MS	2.541,6	4.535,0	2.543,5	4.671,9	3.806,9	9.762,1	4.235,5	8.599,6	4.722,5	10.187,5	6.182,5	9.541,7	4.257,5	6.031,2	4.544,3	6.371,8
- GO	395,6	2.919,5	493,0	4.021,6	899,0	7.574,2	1.116,0	6.820,7	1.268,0	6.819,5	1.390,0	6.524,0	6.119,6	9.723,8	5.959,2	9.831,7
- DF	108.859,4	91.842,7	142.262,7	107.968,2	280.741,6	196.998,0	243.998,1	190.538,1	268.168,1	208.945,9	249.548,7	203.533,7	254.711,6	214.797,1	286.798,3	237.299,9
- MG	17.622,6	14.344,9	19.417,3	20.551,5	33.819,2	41.441,0	31.778,0	41.082,1	35.555,4	43.982,1	41.617,6	42.539,6	35.442,6	45.428,4	41.845,3	45.485,7
- ES	2.687,2	2.294,3	2.015,4	3.469,1	2.752,0	8.330,6	3.836,0	6.058,7	4.431,4	7.251,3	5.322,6	7.012,9	6.387,5	7.212,3	5.559,5	8.501,0
- RJ	30.424,1	26.991,0	32.923,1	33.859,3	50.371,0	61.901,3	51.604,1	55.854,5	53.781,1	58.000,1	46.334,5	54.241,0	51.879,1	56.761,6	57.958,5	61.955,8
- SP	58.725,4	49.212,5	87.908,9	50.088,3	193.799,3	85.324,2	186.769,4	85.842,9	174.400,1	99.712,3	184.073,9	99.740,2	170.992,3	105.394,8	181.436,9	133.977,4
SUL	33.383,1	32.567,0	31.118,8	42.450,3	66.605,5	96.398,0	59.545,8	69.457,7	68.184,1	80.534,4	73.453,7	80.776,7	74.680,4	89.172,8	84.470,3	92.148,2
- PR	10.119,9	12.289,8	8.486,8	17.087,5	21.449,3	49.527,4	23.726,8	27.535,1	25.256,4	31.054,5	28.359,7	32.078,7	27.648,2	34.830,6	38.373,1	40.139,5
- SC	7.495,2	6.489,1	7.297,2	7.763,8	21.738,6	15.807,5	11.157,5	14.547,2	14.046,2	16.754,5	14.736,4	16.817,2	16.021,6	18.870,8	16.080,4	18.445,2
- RS	15.768,0	13.838,9	15.333,8	17.599,0	23.417,5	31.063,1	24.659,5	27.375,5	28.181,2	32.525,5	30.446,2	31.850,8	31.010,6	35.471,5	29.416,7	33.473,5
TOTAL	163.508,6	196.715,3	196.715,3	383.791,2	346.279,1	390.164,3	379.213,6	405.991,2	436.947,2							

Limitações à parte, as informações da Tabela 24 são úteis para averiguar se as subidas e descidas do volume total do comércio estão ou não ocorrendo simultaneamente em todas as regiões e estados.

De 1974 para 1975, o valor total das transações interestaduais aumentou 20%. As importações de quase todos os estados elevaram-se. As exceções foram o Acre e a Paraíba, cujas importações sofreram pequenas reduções, inferiores a 5%. Do lado das exportações, houve diminuição nos valores de oito estados, sendo quatro do Nordeste (MA, CE, PB e SE) um do Sudeste (ES) e todos os estados do Sul. Goiás manteve suas exportações praticamente constantes.

Em 1976, a grande elevação do volume de comércio refletiu um aumento das importações de todos os estados e das exportações de quase todos, sendo agora Pernambuco a exceção, com redução de 30% no valor de suas exportações.

No ano seguinte registrou-se queda de 10% no valor total transacionado, mas este movimento de queda não se verificou em uma série de estados: dois do Norte (AC e PA), cinco do Nordeste (MA, PE, AL, SE e BA), em todo o Centro-Oeste, em dois do Sudeste (ES e RJ) e em dois do Sul (PR e RS). O fato de se encontrar tantos estados com exportações crescentes em contraste com um volume total de exportações decrescente pode ser compreendido se se atentar para o que ocorreu em São Paulo. Este Estado, que tem participação extremamente elevada no volume de transações interestaduais, teve suas exportações reduzidas em cerca de Cr\$ 37 bilhões e a redução no valor total das exportações foi de Cr\$ 37,5 bilhões. Portanto, esta última redução deveu-se, em grande parte, ao comportamento das exportações daquele Estado. Entre os demais, houve os que também tiveram suas exportações diminuídas, mas em magnitudes bem menores, e houve os estados já citados que aumentaram suas exportações de tal forma que aumentos e diminuições de exportação destes dois gru

pos praticamente se anularam. No que diz respeito às importações, os estados tiveram comportamento bem mais homogêneo, acompanhando a queda no volume total de comércio. Apresentaram comportamento diverso Amazonas, Pará, Alagoas e São Paulo, este último com uma pequena redução no valor importado.

Em 1978, o volume de comércio interestadual voltou a subir, apresentando, então, taxa de crescimento de quase 13%. Todos os estados tiveram seus valores de exportação elevados, não acontecendo o mesmo com os territórios do Amapá e Roraima. Os estados que acusaram redução em suas exportações foram Alagoas e Espírito Santo, além do território de Fernando de Noronha. Roraima e o Distrito Federal mantiveram suas importações praticamente constantes.

No ano de 1979, o valor total de comércio cai novamente — cerca de 3% — e o quadro se assemelha muito ao de 1977. Vários estados e territórios continuaram a ter exportações crescentes, entre eles, três do Norte (AM, PA e RR), três do Nordeste (MA, BA e FN), dois do Sudeste (MG e ES) e todos os do Sul e Centro-Oeste. São Paulo teve sua exportação reduzida em Cr\$ 20 bilhões contra Cr\$ 11 bilhões de queda nas exportações interestaduais totais. Também as importações cresceram em vários estados e territórios. Foram eles: RR, PI, SE, FN, MT, MS, PR, SC e o próprio Estado de São Paulo registrou uma pequena elevação.

A taxa de crescimento do volume total de comércio em 1980 foi de 6,5%. Apesar disto, sete estados exportaram valor inferior ao do ano anterior (MA, RN, SE, MT, GO, MG e PR), ocorrendo o mesmo em igual número de estados (e territórios), no que diz respeito às importações (PA, AP, RR, PI, SE, FN e MT).

Finalmente, em 1981, o comércio inter-estadual cresceu 8% mas doze unidades da Federação tiveram suas exportações reduzidas, nove das quais localizadas no Norte ou Nordeste (AM, PA, AP, MA, PI, CE, PB, BA e FN). As demais pertencem às outras três regiões do país (GO, ES e RS). Quedas nas importações foram registradas em cinco unidades (AM, RR, MT, SC e RS).

As informações contidas na Tabela 24 demonstraram, enfim, que os estados e territórios brasileiros não são homogêneos no que diz respeito à evolução de seu volume de comércio ano a ano, sobretudo no tocante às exportações.

Movimentos contrários, de expansão e redução, de exportações e importações podem alterar, ao longo do tempo, a participação relativa de cada estado no volume total de comércio. Adicionalmente, taxas diferenciadas de crescimento ou queda dos valores importados e exportados pelos estados individualmente, podem gerar o mesmo efeito.

Com o intuito de identificar estas possíveis alterações elaborou-se a Tabela 25 que contém para cada ano do período 1974-81, a participação percentual de regiões, estados e territórios no volume total de exportações ou saídas e de importações ou entradas.

Observando inicialmente a região Norte, constata-se que, apesar de pequena, sua participação no comércio interestadual apresentou crescimento de dois pontos percentuais, tanto no que diz respeito às importações quanto no que se refere às exportações. As responsáveis pela maior parte do comércio associado à região são Amazonas e Pará, cabendo aos demais estados e territórios participações inferiores a 0,5%, o que é representado pelo valor zero na Tabela 5. O Pará teve aumentado em um ponto percentual sua participação no total importado e exportado e o Amazonas apresentou igual resultado apenas no que tange à exportação.

A participação relativa do Nordeste no comércio interestadual apresentou oscilações ao longo do período 1974-81, sem mostrar tendência nem de crescimento nem de declínio. As importações da região flutuaram em torno de 15 e 16% do valor total transacionado. Sua participação no total exportado, variou de 6% a 10%. Esta maior oscilação do percentual de exportação sugere que o Nordeste encontra maiores dificuldades para man-



TABELA 25
BRASIL
ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	O	D	O	D	O	D	O	D
NORTE								
AC	1	2	1	2	4	3	3	4
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	1	1	1	1	1	2	1	2
AP	0	1	1	1	2	1	2	1
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	10	15	6	15	16	9	13	9
PE	0	1	0	0	1	0	1	0
CE	1	2	1	1	2	1	2	1
RN	0	1	0	1	1	0	1	0
PB	1	1	1	1	1	1	1	1
PI	4	3	4	3	4	2	4	3
AL	0	1	0	1	1	0	1	0
SE	0	1	0	1	1	0	1	0
BA	3	4	2	3	5	3	4	3
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE								
MT	2	6	2	3	7	3	7	3
MS	1	2	0	1	2	0	1	0
GO	2	3	1	2	3	2	3	2
DF	0	2	0	0	2	0	2	0
SUDESTE								
MG	67	56	73	55	54	66	53	56
ES	11	9	11	12	11	11	11	10
RJ	19	17	13	15	14	13	14	13
SP	36	29	50	25	25	41	42	42
SUL								
PR	20	20	17	20	21	19	22	19
SC	6	7	6	7	6	7	7	9
RS	5	4	4	3	4	4	4	4
	10	8	6	7	8	8	8	7

ter sua posição relativa como exportadora, seja por razões internas, seja por razões externas à região. Os estados que mais contribuíram para que o Nordeste apresentasse o comportamento mencionado foram Pernambuco e Bahia que são, também, os mais importantes em termos de volume de comércio. Pernambuco manteve constante sua participação no total importado, ao nível de 4%, mas no que diz respeito às exportações, sua participação variou de 1 a 4%, terminando o período com perda de um ponto percentual em relação ao valor de 1974. Seu pior desempenho ocorreu em 1976, quando teve suas exportações reduzidas apesar do substancial crescimento verificado no volume total de comércio. A Bahia, por sua vez, teve participação oscilando entre 2 e 4% no que diz respeito às exportações e entre 4 e 5% no que se refere às importações. Os demais estados da região tiveram suas participações praticamente constantes, conforme se pode constatar facilmente observando a Tabela 25.

A região Centro-Oeste gerava no início do período em análise, 2% das exportações inter-estaduais, evoluindo para 3% em 1977, valor este que se manteve até 1981. Sua participação no total de importações era de 6% em 1974, aumentou em um ponto percentual também em 1977 e em 1981 voltou ao nível dos 6%. Dentre as unidades que compõem esta região, o Distrito Federal manteve inalterada sua participação no comércio interestadual. O mesmo parece ter ocorrido no Mato Grosso, conforme sugerem os dados da Tabela 25, apesar dos dados não serem específicos a este novo estado até o ano de 1978. Mato Grosso do Sul aumentou em um ponto percentual sua participação no total de importações. Goiás teve sua participação nas exportações ora ao nível de 2% ora ao nível de 3%, enquanto a relativa às importações girou em torno de 1 e 2%, não sendo possível identificar qualquer tipo de tendência.

A região Sudeste é responsável por mais da metade do comércio inter-estadual, estando nela localizados os três maio-

res importadores e exportadores do comércio interno, quais sejam, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A importância relativa da região como exportadora atingiu o ponto máximo em 1976, ano em que ela gerou 73% das exportações interestaduais. Declinou em seguida e estabilizou-se ao nível de 66% a partir de 1979. No ano em que as exportações atingiram o ponto máximo, as importações atingiram o nível mínimo: 51%. No início do período, o valor correspondente foi 56% e, no final, 54%, valor observado também em 1978 e 1979. Os valores extremos dos percentuais referentes ao Sudeste foram devidos, em grande parte, ao que ocorreu em São Paulo, estado responsável por parcela substancial do comércio interestadual da região. As exportações paulistas apresentaram em 1974, nível bastante baixo em relação aos anos posteriores, o que talvez seja atribuível a problemas de subestimação. Elevaram-se, então, atingindo a marca dos 50% em 1976 e, a partir daí, declinaram. Nos dois últimos anos do período permaneceram ao nível de 42%. Suas exportações oscilaram, na maior parte dos anos, em torno de 25 e 26%. O Rio de Janeiro manteve, de 1979 a 1981, os mesmos percentuais, mas em níveis inferiores aos registrados no início do período: em 1974 este Estado gerava 19% das exportações e absorvia 17% das importações e, a partir de 1979, os valores correspondentes foram 13 e 14%. Minas Gerais apresentou oscilações, sem tendência. Sua participação nas exportações variou de 9 a 11% e, nas importações, de 9 a 12%. O Espírito Santo que tem pequena participação no comércio interestadual, manteve seu desempenho praticamente constante.

O Sul é a segunda região em importância em termos de volume de comércio interestadual. O Sul e o Sudeste juntos produzem mais de 80% das exportações e consomem mais de 70% das importações. Ao longo do período em análise, sua participação no valor transacionado sofreu várias flutuações mas não se pode falar em tendência nem de queda nem de elevação da mesma. Os

três estados da região tiveram aproximadamente este comportamento. Ressalte-se apenas uma aparente tendência de crescimento da participação das exportações do Paraná no final do período.

Em síntese, as informações disponíveis não indicaram a ocorrência de alterações muito expressivas na participação de regiões, estados e territórios no comércio interno do Brasil. Oscilações sem tendência, moderada tendência de queda ou de crescimento e manutenção da participação relativa no volume de transações interestaduais foram as quatro alternativas de desempenho identificadas. Não se deve subestimar, porém, a importância, para certas regiões e estados, de alterações que em termos globais são pouco significativas. Por exemplo, o aumento da participação do Amazonas no total das exportações em apenas um ponto percentual ao longo do período considerado pode ser considerada pequena mas significou para o Estado, a duplicação de suas exportações.

A análise até aqui desenvolvida baseou-se na evolução das exportações e importações, absolutas e relativas, das regiões e estados brasileiros considerados individualmente. Nada foi dito ainda a respeito das relações comerciais que existem entre estas unidades espaciais. Foi apenas comentado que as transações entre estados de regiões diferentes vêm assumindo importância crescente ao longo do tempo.

Na seqüência deste trabalho procurar-se-á avaliar exatamente o aspecto das inter-relações comerciais. As variáveis de interesse são a origem das importações e o destino das exportações de cada estado e território, bem como seus saldos do comércio.

Serão analisados inicialmente os estados da região Norte.

As informações relativas ao Acre estão contidas nas Tabelas 26 e 27. Pela Tabela 26 constata-se que o principal fornecedor de mercadorias para este estado foi São Paulo, de onde pro-



TABELA 26
 ACRE
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	24	5	18	4	16	11	23	51	11	28	17	50	13	42	12	21
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	21	5	15	4	15	1	14	13	10	9	11	13	10	3	9	5
PA	2	0	3	0	2	10	2	37	1	19	1	37	1	36	1	16
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	7	1	0	0	5	1	1	0	3	1
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	27	95	4	0	13	0	7	9	11	32	8	18	15	15	22	25
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	1	0	2	0	2	0	1	1	1	1	2	0	1	0	2	0
RN	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	23	0	1	0	0	0	3	5	6	2	2	1	3	1	1	2
AL	1	0	0	0	10	0	2	0	2	25	2	3	2	3	11	19
SS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	1	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0	0	0	1	0
FN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4
CENTRO-OESTE	4	0	5	0	3	0	2	0	1	0	2	0	3	0	3	0
MT	1	0	2	0	2	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	3	0	2	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
SUDESTE	39	0	65	95	58	65	57	33	72	38	60	24	55	41	57	52
MG	5	0	6	0	5	1	4	1	2	1	4	2	3	0	4	5
ES	5	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
RJ	7	0	12	0	7	0	7	0	5	0	8	0	6	0	6	0
SP	22	0	48	95	45	64	45	37	66	37	47	22	47	40	46	46
SUL	7	0	7	0	10	11	11	2	5	2	13	7	11	2	6	1
PR	2	0	2	0	2	0	5	0	1	0	4	1	3	1	2	0
SC	1	0	1	0	5	0	1	0	1	0	2	0	2	0	1	0
RS	4	0	5	0	3	11	4	2	3	2	7	6	5	1	3	0



TABELA 27
ACRE

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CR\$ MILHÖES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	-37.7	-27.6	-75.9	-48.4	-51.7	-15.4	-2.1	-19.1
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PA	-33.0	-22.2	-72.4	-51.4	-75.6	-36.5	-43.6	-62.3
AP	-3.9	-5.4	-3.5	34.8	23.7	42.2	42.4	35.3
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	-31.4	0.0	-22.7	-8.9	-12.4
				-0.3	0.0	-0.0	0.0	-0.1
NORDESTE								
PA	-23.1	-5.7	-62.7	-20.5	-36.1	-14.6	-59.9	-66.7
PI	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.0	0.2	-0.1	-0.8
CE	-1.5	-2.5	-7.6	-2.2	-11.3	-5.9	-1.6	0.5
RN	-1.2	-1.2	-1.5	-0.9	-1.4	-1.4	-0.9	-0.6
PE	-0.6	-0.5	-1.0	0.0	-0.0	-1.3	0.7	-2.3
AL	-37.2	-1.2	-1.8	9.0	-53.1	-10.2	-15.3	-3.9
SE	-1.4	0.0	-49.4	-7.7	28.9	0.2	-7.6	-14.4
BA	20.8	0.0	-0.7	-0.1	0.5	-0.8	0.4	-3.3
FN	-1.9	-0.2	-0.7	0.3	-1.0	5.0	-27.3	-31.8
	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SUDESTE								
MT	-6.0	-7.2	-14.3	-11.2	-9.7	-8.6	-17.4	-15.7
MS	-1.5	-3.0	-0.3	-5.1	-7.4	-1.3	-7.0	-7.3
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8	-2.0	-1.9
DF	-5.0	-3.7	-5.6	-4.7	0.0	-3.5	-3.7	-2.8
	-0.3	-0.5	-0.3	-1.4	-2.3	-1.6	-4.6	-3.7
SUDESTE								
MG	-54.3	-75.7	-263.2	-226.0	-565.7	-247.3	-229.5	-207.2
ES	-8.5	-9.8	-23.2	-18.8	-12.6	-16.7	-14.2	-11.8
RJ	-8.1	-0.6	-6.1	-0.5	0.1	0.4	-2.0	-2.7
SP	-11.2	-15.0	-34.9	-35.0	-41.6	-18.1	-30.2	-36.0
	-36.3	-50.1	-190.9	-172.5	-511.4	-190.2	-183.2	-157.3
SUL								
PR	-11.1	-11.4	-43.5	-43.7	-40.2	-50.9	-55.7	-35.5
SC	3.1	-2.4	0.1	-25.3	-10.1	-19.0	-16.0	-8.9
RS	-1.5	-1.2	-25.3	-6.9	-6.3	-11.2	-11.4	-5.9
TOTAL	-6.5	-7.4	-10.1	-16.6	-25.6	-23.7	-28.3	-20.8
	-142.8	-133.6	-452.1	-355.6	-705.3	-316.9	-384.7	-344.8

As informações relativas ao Amazonas encontram-se nas Tabelas 28 e 29. Observando inicialmente a primeira delas, nota-se facilmente predomínio das relações comerciais com o Sudeste. Em geral, mais de 80% do volume total do comércio do Amazonas é feito com esta região. Nela encontram-se seus dois principais parceiros comerciais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo feita com este último, mais da metade das transações. Ao contrário do que costuma ocorrer, a parcela das importações amazonenses originária de São Paulo foi, ao longo dos oitos anos em análise, menor que a parcela das exportações do Amazonas absorvida pelo estado paulista.

O restante do intercâmbio comercial foi dividido de forma mais ou menos homogênea entre estados do Norte, Nordeste e Sul. O comércio com o Centro-Oeste mostrou-se inexpressivo. No Norte, sobressai-se moderadamente o Pará e, no Nordeste, Pernambuco. No Sul, o principal parceiro é o Rio Grande do Sul.

Observando agora os saldos comerciais do Amazonas na Tabela 29, constata-se a existência de superávits com vários estados. No Norte, ocorreram saldos negativos apenas com o Pará, de 1974 a 1977 e em 1981, e com Rondônia em 1978. No Nordeste, os superávits ocorreram mais frequentemente com os estados menos distantes do Amazonas, quais sejam, Maranhão e Piauí, e com a Bahia. Os mais expressivos superávits comerciais do estado foram obtidos em relação a São Paulo, superávits estes superiores, em vários anos, ao saldo total de comércio que pode ser visto na última linha da tabela. Também com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, os saldos foram positivos a partir de 1976, tal como ocorreu com o resultado global de comércio do Amazonas.

O comércio do Pará não se mostra tão concentrado geograficamente quanto o do Amazonas. É o que revelam os dados da Tabela 30. Ainda assim, o parceiro predominante continua sendo São Paulo, sobretudo como fornecedor das importações do Pará. O segundo mais importante supridor de mercadorias para este es



TABELA 28

AMAZONAS

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	16	5	9	2	5	3	8	8	5	9	6	5	5	4	4	4
AC	0	4	0	2	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	15	1	9	0	5	1	6	2	3	4	3	3	2	2	1	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1
RR	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	1	0	0	0
NORDESTE	19	4	13	2	7	3	9	4	7	3	2	5	3	7	3	3
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	4	1	4	0	3	2	2	1	2	0	1	1	0	1	0	0
RN	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	3	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PE	11	1	5	1	1	1	3	0	2	1	1	1	2	3	2	2
AL	0	0	0	0	2	0	2	1	2	0	1	1	0	1	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	2	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
FN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO-OESTE	1	2	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	54	97	70	93	80	88	74	84	80	85	87	82	83	83	89	89
MG	6	0	0	0	3	0	3	1	2	1	4	2	2	2	1	1
ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	10	4	14	0	14	11	15	13	13	11	12	13	13	11	9	9
SP	31	33	56	84	63	77	56	70	65	74	55	69	77	69	73	73
SUL	11	2	7	3	8	4	8	4	6	3	4	7	3	5	3	3
PR	2	0	1	0	2	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SC	4	0	2	0	2	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0
RS	6	2	3	2	4	3	6	2	4	2	5	6	6	4	2	2

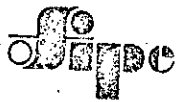


TABELA 29
 AMAZONAS
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	33.8	22.2	72.4	51.4	75.4	36.5	43.6	42.3
AM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PA	-138.3	-122.0	-91.3	-83.3	64.3	6.8	17.2	-24.2
AP	0.0	0.0	0.0	0.3	1.4	0.9	1.1	2.3
RC	0.0	0.0	0.0	6.5	-22.4	56.5	12.2	36.2
RR	0.0	0.0	0.0	53.3	85.9	65.2	71.4	72.9
NORDESTE								
MA	-142.5	-165.7	-14.4	-123.8	-153.5	-68.4	-129.2	-191.5
PI	1.3	0.2	-5.4	1.3	5.5	9.5	-0.7	14.9
CE	-32.5	-49.0	-2.7	2.7	5.4	4.7	5.7	7.5
RN	5.2	-3.6	-36.7	-37.3	-53.2	-43.9	-40.9	-61.1
PB	-24.9	-28.6	-3.1	-6.3	-5.2	-5.5	-4.7	-1.7
PE	-95.6	-83.2	-5.7	-5.5	-27.3	-14.1	-17.0	-3.0
AL	-1.2	-2.3	5.3	-40.5	-63.7	-24.0	-24.9	-18.2
SE	-0.3	-0.3	0.9	0.1	-0.6	-0.1	-4.0	2.4
BA	-2.5	-19.4	20.5	12.4	11.0	22.3	5.1	-21.8
EN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.0	0.0
C-OESTE								
MT	8.1	-16.3	5.4	-4.3	-2.2	-10.3	24.8	-19.0
MS	0.0	-1.1	2.6	1.3	-12.3	-5.2	15.0	-19.9
GO	7.5	-15.3	0.0	0.0	0.0	3.2	4.8	5.2
DF	0.3	0.1	-2.6	-12.5	5.4	-12.4	7.3	-13.6
SUDESTE								
MG	228.4	43.6	464.7	846.1	1008.9	1567.2	2557.6	2120.7
ES	-53.8	-1.9	-57.1	-70.1	-70.8	-106.2	-105.8	-71.8
RJ	-0.1	-1.5	3.2	0.9	5.2	2.3	2.8	16.1
SP	-121.5	238.1	71.2	26.3	6.6	227.3	324.3	85.1
SUL	403.9	238.1	1447.4	838.9	1127.8	1445.8	2336.4	2091.4
PR	-91.7	-57.4	-33.2	-121.9	-119.0	-111.4	-112.3	-77.3
SC	-12.9	-13.0	-17.3	-53.9	-14.5	-13.2	5.6	15.5
RS	-34.2	-24.9	-24.2	-20.8	-21.8	-23.2	-47.1	-30.0
TOTAL	-44.6	-19.5	16.4	-38.2	-82.7	-74.9	-76.8	-82.8
TOTAL	-108.7	-155.6	448.4	626.4	978.9	1543.2	2481.4	1962.5

tado é o Rio de Janeiro, o que, todavia, não é válido no que diz respeito à absorção de exportações. Sob este aspecto, Amazonas e Maranhão são os estados relevantes, embora se observe que a importância relativa de ambos vem descrevendo. Ainda no Norte, Amapá absorveu entre 5% e 6% das exportações do Pará e no Nordeste, Pernambuco apareceu em seguida ao Maranhão. O comércio com o Centro-Oeste foi feito basicamente através de Goiás e, no Sul, através do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Os saldos comerciais do Pará que, em termos globais, foram negativos ao longo de todo o período 1974-81, encontram-se na Tabela 31. Dentro de sua própria região, o Pará obteve saldos sempre positivos com Amapá, Rondônia e Roraima. Com o Acre, isto só se verificou de 1974 a 1976 e com o Amazonas, de 1974 a 1977, voltando a aparecer um pequeno saldo positivo em 1981. No Nordeste, superávits sistemáticos registraram-se apenas em relação ao Maranhão e ao Piauí. No Centro-Oeste, ocorreram também alguns saldos positivos com os dois Mato Grosso e com o Distrito Federal. Do intercâmbio com os estados do Sul e Sudeste só resultaram déficits. Do déficit total do Pará, São Paulo reteve parcelas superiores a 55% ao longo do período considerado, exceção feita ao ano de 1974 quando o valor correspondente foi 45%.

Para o Amapá, assim como para Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, só há informações a partir de 1977. Na Tabela 32 pode-se observar o intercâmbio comercial deste território com as demais unidades da Federação. Em termos gerais, pode-se dizer que parte expressiva do comércio ocorre entre o Amapá e quatro estados: Pará, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. A Bahia é importante como compradora dos produtos do Amapá e o Rio de Janeiro é importante como vendedor de mercadorias ao território. São Paulo e Pará destacam-se sob ambos os aspectos, embora se observe nos dois últimos anos do período em análise, queda substancial da absorção das exportações do Amapá por par



TABELA 31

PARA

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CFS MILHRES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	142.2	127.4	94.8	148.4	40.0	82.0	79.4	132.9
AM	3.9	5.4	3.5	-34.8	-23.7	-43.8	-48.4	-35.8
PA	138.3	122.0	91.3	83.3	-64.3	-6.8	-17.2	24.2
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
AR	0.0	0.0	0.0	88.2	105.7	112.7	102.8	105.6
RR	0.0	0.0	0.0	2.8	19.9	16.1	31.3	37.7
					2.4	3.6	1.0	1.2
NORDESTE								
MA	-172.1	-66.7	-70.4	-97.0	-207.6	-600.0	-390.7	-609.3
PI	15.7	117.2	93.6	105.9	45.0	89.3	68.3	62.0
CE	3.0	42.3	42.0	41.4	43.3	39.0	32.6	42.3
RN	-22.7	-56.4	-38.6	15.0	-48.2	-68.2	-114.3	-135.0
PB	-7.7	-9.3	-12.4	-7.4	-15.1	-168.7	-12.0	-0.5
PE	-13.9	-17.6	-102.0	-16.7	-48.7	-55.1	-43.2	-30.3
AL	-150.2	-122.2	-34.8	-213.0	-178.6	-305.6	-188.8	-330.1
SE	-1.3	-3.9	3.0	-3.5	-7.4	-6.9	-4.7	-12.8
SP	0.0	0.2	3.1	2.4	0.6	-0.4	-0.2	-3.5
BA	5.0	-17.0	-15.5	-11.1	-5.5	-125.1	-128.5	-201.3
PN	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	-0.0	0.0
C-OESTE								
MT	-96.1	-68.4	-148.5	15.0	49.4	-106.6	-66.0	-25.9
MS	2.1	1.3	-1.9	5.3	1.4	2.6	-6.1	-5.4
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-38.7	1.5	4.4
DF	-101.4	-91.8	-135.6	-46.2	-23.0	-58.6	-54.8	-37.3
	3.2	1.6	-11.1	55.4	71.0	5.0	-5.6	-7.6
SUDESTE								
MG	-1021.2	-1717.8	-3287.6	-3376.7	-3913.6	-2100.9	-3014.8	-4155.4
ES	-139.5	-154.7	-159.2	-169.7	-119.2	-213.0	-262.3	-402.5
RJ	-19.5	-21.8	-4.2	-9.7	-21.5	-7.5	-19.7	-6.9
SP	-207.0	-328.9	-734.1	-720.7	-723.4	-578.9	-582.7	-730.6
	-555.2	-1172.4	-2450.2	-2408.6	-3069.4	-2301.5	-2130.1	-3015.5
SUL								
PR	-89.5	-57.9	-255.7	-260.8	-232.2	-376.0	-201.5	-501.3
SC	-26.5	-29.1	-96.5	-116.5	-102.0	-138.7	-76.1	-107.7
RS	-29.9	-34.8	-67.4	-63.4	-44.4	-76.6	-65.2	-84.8
TOTAL	-33.2	-34.0	-55.8	-68.6	-85.8	-117.5	-136.2	-108.7
	-1236.8	-1243.4	-3771.8	-3579.2	-4264.2	-4112.3	-3675.5	-4979.1



TABELA 32
 AMAPA
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERVI : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	0	0	0	35	25	30	39	51
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	1
PA	0	0	0	34	24	30	38	30
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	0	0	0	5	41	27	11	12
HA	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	1	4	5	8	2
RN	0	0	0	0	1	2	1	0
PB	0	0	0	0	1	2	1	1
PE	0	0	0	2	1	5	1	3
AL	0	0	0	0	0	0	0	4
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	0	1	35	15	0	1
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO-OESTE	0	0	0	0	3	4	5	0
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	0	0	3	0	4	0	0
SUDESTE	0	0	0	54	30	35	45	52
MG	0	0	0	1	2	1	2	4
ES	0	0	0	0	0	0	0	1
RJ	0	0	0	11	0	7	10	0
SP	0	0	0	41	28	33	32	39
SUL	0	0	0	7	1	3	6	5
PR	0	0	0	3	0	1	2	2
SC	0	0	0	1	0	0	1	1
RS	0	0	0	2	1	1	3	3

te do Pará. O intercâmbio com o Centro-Oeste é pequeno e ocorre basicamente via exportação para o Distrito Federal. O comércio com o Sul não alcança proporções significativas salvo uma exceção apenas.

Este padrão de comércio garantiu ao Amapá a obtenção de superávits sistemáticos com a Bahia e o Distrito Federal. Com os outros parceiros importantes de comércio, o resultado foi sempre negativo, o mesmo ocorrendo, em geral, com relação aos parceiros menores. Como resultado final, a balança de comércio do Amapá foi deficitária em todos os anos do período 1977-81 (v. Tabela 33).

O intercâmbio comercial de Rondônia aparece expresso na Tabela 34. São Paulo destaca-se uma vez mais como o principal parceiro, exportando e importando parcelas consideráveis do volume total de transações deste estado nortista. O segundo parceiro é o Amazonas cujo papel mais importante é, em geral, o de absorvedor das exportações de Rondônia. Em 1977 e 1979, Minas Gerais foi também o destino de parcela razoável destas exportações, o mesmo ocorrendo com o Rio Grande do Sul em 1978. O intercâmbio com o Paraná cresceu em importância a partir de 1978, tanto no que diz respeito à venda quanto à aquisição de mercadorias de Rondônia, sendo, porém, este último tipo de transação relativamente mais importante que o primeiro. O comércio com o Nordeste e com o Centro-Oeste foi pouco expressivo.

Os saldos de comércio obtidos por Rondônia encontram-se na Tabela 35. Este estado conseguiu superávits com Minas Gerais e Rio Grande do Sul nos anos há pouco mencionados. No que diz respeito aos demais anos e estados do Sul e do Sudeste não houve mais resultado positivo, o mesmo ocorrendo em relação aos estados do Centro-Oeste. No Nordeste, Rondônia conseguiu superávits com a Bahia mas os valores decresceram ano a ano e acabaram por se tornar negativos em 1981. Dentro de sua própria região, Rondônia obteve saldos positivos no comércio com o Acre em quatro anos e com o Amazonas em 1978.



TABELA 53

AMAPA
SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CEN\$ MILHÖES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	0.0	0.0	0.0	-88.5	-107.1	-113.6	-109.9	-107.9
AC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
AM	0.0	0.0	0.0	-0.3	-1.4	-0.9	-1.1	-2.3
PA	0.0	0.0	0.0	-88.2	-105.7	-112.7	-108.6	-105.6
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NORDESTE	0.0	0.0	0.0	24.2	-2.0	-25.2	10.2	-11.2
MA	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	-0.0	-0.5	-0.3
PI	0.0	0.0	0.0	-0.2	-0.2	0.4	0.1	0.1
CE	0.0	0.0	0.0	0.7	-4.2	-22.9	-2.8	-5.6
RN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.6	-0.7	-0.2	-1.2
PB	0.0	0.0	0.0	-1.0	-2.5	-0.4	-1.8	-2.3
PE	0.0	0.0	0.0	-6.5	-4.7	-0.0	-5.1	-7.1
AL	0.0	0.0	0.0	-0.6	-0.4	-1.3	-0.6	-10.2
SE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.0	-0.0	0.2
BA	0.0	0.0	0.0	31.5	9.3	-0.1	22.1	15.1
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
C-OESTE	0.0	0.0	0.0	2.0	2.6	2.4	2.6	0.4
MT	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	0.0	0.0	0.0	-0.6	0.0	0.0	0.0	0.0
DF	0.0	0.0	0.0	2.5	2.6	2.5	2.8	-1.2
SUDESTE	0.0	0.0	0.0	-145.6	-319.1	-127.3	-47.7	-171.2
MG	0.0	0.0	0.0	-1.3	-1.3	-3.6	-7.5	-13.8
ES	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.1	-2.2	-1.4	-1.9
RJ	0.0	0.0	0.0	-36.9	-32.3	0.0	-34.8	-26.2
SP	0.0	0.0	0.0	-107.2	-282.7	-83.3	-6.8	-127.4
SUL	0.0	0.0	0.0	-20.7	-12.5	-17.8	5.9	-17.4
PR	0.0	0.0	0.0	-10.0	-1.5	-6.7	-3.4	-6.7
SC	0.0	0.0	0.0	-3.3	-4.2	-2.6	-3.2	-2.7
RS	0.0	0.0	0.0	-7.5	-0.7	-7.5	18.5	-8.0
TOTAL	0.0	0.0	0.0	-228.7	-438.5	-281.3	-137.8	-307.3

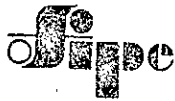


TABELA 34:

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 RONDONIA
 (EM PORCENTAGEM)

ESTADO / REGIAO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	0	0	0	0	0	0	28	9	8	17	13	11	12	19	11	15
AC	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	1	0	2
AM	0	0	0	0	0	0	16	7	6	17	9	7	10	18	9	10
PA	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	2	1	3	0	3	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	0	0	0	0	0	0	5	2	3	3	2	2	2	1	3	2
HA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	0	0	0	0	3	0	2	2	0	2	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	0	0	0	0	0	0	4	4	3	1	5	4	4	2	5	2
MT	0	0	0	0	0	0	2	2	3	1	2	1	2	2	2	1
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	2	3	1	0	1	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
SUDESTE	0	0	0	0	0	0	59	73	70	52	65	65	63	56	64	60
MG	0	0	0	0	0	0	12	4	4	7	4	19	5	2	3	2
ES	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	9	0	0	0	7	0
SP	0	0	0	0	0	0	60	60	68	44	53	40	53	54	54	57
SUL	0	0	0	0	0	0	11	9	9	27	16	20	19	22	18	23
PR	0	0	0	0	0	0	7	4	4	4	9	13	10	15	19	15
SC	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	3	2	2	3
RS	0	0	0	0	0	0	3	2	4	23	5	5	6	6	7	6



TABELA 35
 RORONIA
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHOES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	0.0	0.0	0.0	14.1	2.4	-49.9	-39.6	-61.5
AC	0.0	0.0	0.0	31.4	0.0	22.7	6.9	12.4
AM	0.0	0.0	0.0	-8.5	22.4	-56.5	-17.2	-36.2
PA	0.0	0.0	0.0	-3.8	-19.9	-16.1	-33.3	-37.7
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NOROESTE	0.0	0.0	0.0	1.0	-15.0	-14.5	-15.7	-23.8
MA	0.0	0.0	0.0	0.0	-2.2	0.1	-0.0	-0.0
PI	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.2	-0.9	-0.7	0.8
CE	0.0	0.0	0.0	-0.5	-12.2	-9.2	-8.5	-10.6
RN	0.0	0.0	0.0	-2.5	-1.8	-1.8	-2.7	-2.9
PR	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.5	-0.6	-0.7	-0.3
PE	0.0	0.0	0.0	-4.4	-6.0	-4.3	-4.7	-8.5
FE	0.0	0.0	0.0	-0.4	0.2	-1.2	-0.4	-4.2
AL	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.2	-0.3	0.9	-0.3
SF	0.0	0.0	0.0	9.8	8.0	4.4	1.2	-0.6
BA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
C-DESTE	0.0	0.0	0.0	-22.0	-27.3	-27.1	-36.0	-39.8
MT	0.0	0.0	0.0	-15.2	-24.6	-10.3	-16.1	-15.7
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-5.2	-5.5	-4.4
GO	0.0	0.0	0.0	-3.9	0.0	-7.2	-7.5	-19.3
DF	0.0	0.0	0.0	-0.9	-2.5	-4.5	-7.0	-0.4
SUDESTE	0.0	0.0	0.0	-385.6	-629.8	-414.4	-455.3	-435.4
MG	0.0	0.0	0.0	4.2	-6.7	40.9	-49.0	-30.2
ES	0.0	0.0	0.0	-4.1	4.5	-2.0	-2.2	-1.4
RJ	0.0	0.0	0.0	-53.9	-69.9	0.0	-66.5	-82.3
SP	0.0	0.0	0.0	-326.9	-558.1	-365.2	-337.7	-321.6
SUL	0.0	0.0	0.0	-73.2	43.7	-83.6	-110.1	-76.8
PR	0.0	0.0	0.0	-42.8	-24.3	-60.9	-29.4	-15.9
SC	0.0	0.0	0.0	-10.1	-9.2	-10.3	-22.6	-3.7
RS	0.0	0.0	0.0	-20.4	77.2	-32.4	-56.0	-57.2
TOTAL	0.0	0.0	0.0	-469.8	-626.0	-589.5	-656.7	-637.3

O padrão de comércio característico de Roraima acha-se representado na Tabela 36. Como se pode ver, a maior parte das transações deste território é feita com apenas quatro estados: Amazonas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo que os dois últimos têm importância maior a partir de 1979. A distribuição do comércio entre estes estados oscilou consideravelmente o que sugere a inexistência de relações mais ou menos sólidas de intercâmbio entre Roraima e estes estados. Em 1981, inclusive, chama a atenção o fato de 74% das exportações deste território terem se destinado exclusivamente a Santa Catarina, que é um estado que têm um comércio interestadual relativamente pequeno.

Através desta transação com Santa Catarina, Roraima logrou obter um saldo comercial positivo com este estado, conforme se pode constatar a partir da Tabela 37. Com os seus parceiros comerciais mais importantes, o resultado foi sempre deficitário. Do comércio com os demais parceiros conseguiu pequenos superávits esporádicos com o Acre, Ceará, Bahia, etc.

Esta breve análise do padrão de comércio dos estados e territórios da região Norte permitiu constatar que o padrão não é único, existindo características peculiares a cada uma destas unidades geográficas. Como característica comum, a mais evidente foi a grande participação de São Paulo no intercâmbio comercial dos estados do Norte⁽¹⁾.

Serão analisados a seguir, os estados do Nordeste.

O primeiro deles é o Maranhão cujo fluxo de comércio acha-se representado na Tabela 38. Parcela razoável das transações deste estado ocorre dentro do próprio Nordeste: em geral, entre 40 e 50% do total das mesmas. Predomina, porém, o intercâmbio

(1) As tabelas correspondentes às comentadas no texto, relativas à região Norte como um todo, bem como as referentes às demais regiões do Brasil encontram-se no Anexo 3.



TABELA 36
 RORAIMA
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981				
	E	S	E	S	E	S	E	S				
NORTE	0	0	0	41	37	41	21	15	23	25	27	5
AC	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	40	37	40	21	15	26	26	27	5
PA	0	0	0	2	0	1	0	0	1	1	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	0	0	0	2	4	5	9	1	3	5	4	1
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	1	3	1	1	1	3	2	0
RN	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	1	1	1	5	0	6	1	1	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	0	0	2	0	1	0	0	2	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	0	0	0	1	2	0	4	0	2	1	1	3
MT	0	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
SUDESTE	0	0	0	46	40	40	59	42	43	43	49	12
MG	0	0	0	3	2	2	3	1	1	2	2	1
ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	5	0	8	0	3	7	0	0	0
SP	0	0	0	37	33	30	56	39	34	41	38	3
SUL	0	0	0	11	17	14	7	65	12	24	19	73
PR	0	0	0	4	2	7	5	32	3	15	3	1
SC	0	0	0	3	5	1	0	1	1	1	2	74
RS	0	0	0	3	11	6	1	32	14	7	13	3



TABELA 37
ROFAIMA
SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	0.0	0.0	0.0	-55.8	-58.3	-68.9	-74.4	-74.0
AM	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0	0.0	0.1
PA	0.0	0.0	0.0	-53.3	-65.9	-65.2	-71.4	-72.9
AP	0.0	0.0	0.0	-2.8	-2.4	-3.3	-3.0	-1.2
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NORDESTE								
HE	0.0	0.0	0.0	-2.2	-5.8	-5.8	-24.1	-30.4
PI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.1	0.4	0.0
CE	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.3	-0.3	-0.2	0.0
RN	0.0	0.0	0.0	0.2	-5.5	-3.0	-2.7	-4.4
PB	0.0	0.0	0.0	-1.1	-0.7	-0.5	-0.9	-0.8
PE	0.0	0.0	0.0	-0.0	-1.0	-0.1	-0.2	-0.4
AL	0.0	0.0	0.0	-1.5	0.8	-1.1	-19.6	-3.5
SE	0.0	0.0	0.0	-0.2	0.3	-0.0	-1.5	-1.6
EA	0.0	0.0	0.0	-0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.5	0.2	0.4	0.6	0.2
C-CESTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MT	0.0	0.0	0.0	-0.2	0.9	1.4	-7.1	0.2
MS	0.0	0.0	0.0	0.4	1.0	0.0	-0.4	-0.5
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4	0.3	2.8
DF	0.0	0.0	0.0	-0.7	0.0	-0.2	0.1	-2.0
SUDESTE								
MG	0.0	0.0	0.0	-62.3	-56.1	-21.7	-114.5	-127.3
ES	0.0	0.0	0.0	-4.6	-2.6	0.0	-3.3	-5.0
RJ	0.0	0.0	0.0	-0.0	-0.0	0.0	-0.4	7.7
SP	0.0	0.0	0.0	-9.1	-14.3	0.0	-22.1	-24.3
SUL								
PR	0.0	0.0	0.0	-40.6	-39.1	-9.2	-88.7	-105.7
SC	0.0	0.0	0.0	-10.9	-22.9	-272.8	-47.8	52.3
RS	0.0	0.0	0.0	-7.1	-10.2	-152.9	-1.0	-7.6
TOTAL	0.0	0.0	0.0	-4.1	-1.6	-3.2	-1.9	95.3
	0.0	0.0	0.0	-131.4	-153.1	-116.8	-41.6	-35.5
	0.0	0.0	0.0			-367.9	-269.0	-159.3

com os estados mais próximos, quais sejam, o Piauí e Ceará. A outra parcela importante do comércio é feita com os estados do Sudeste, notadamente com São Paulo, estado fornecedor da maior parcela individual das importações do Maranhão. Dentro do Sudeste, o segundo estado em importância foi o Rio de Janeiro, muito embora tenham ocorrido oscilações em sua participação comercial. No Norte, destaca-se apenas o Pará no intercâmbio com o Maranhão. O comércio com o Centro-Oeste não foi expressivo, excluindo-se os dois primeiros anos do período, e se fez em grande parte, através de Goiás.

No cômputo geral, o comércio interestadual do Maranhão acarretou-lhe déficits ao longo de todo o período considerado, conforme mostram os dados da Tabela 39. Este estado só conseguiu alguns saldos positivos esporádicos com Acre, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

O Piauí, segundo Estado do Nordeste a ser avaliado, tem relações de comércio pouco difusas, tal como se pode depreender a partir dos dados da Tabela 40. Seus principais parceiros são o Maranhão, Ceará, Pernambuco e São Paulo. O primeiro deles é o mais importante absorvedor das exportações do Piauí. Aliás, suas exportações destinam-se, em sua maior parte, ao próprio Nordeste, embora se observe certa tendência de queda, com o conseqüente aumento da absorção das mesmas em estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. São Paulo destaca-se como o mais importante fornecedor de mercadorias para o Piauí: ao longo dos oitos anos em análise, de São Paulo saiu entre 30 e 40% das importações piauienses. Ceará e Pernambuco têm desempenho relevante tanto como absorvedor das exportações do Piauí quanto como fornecedor de suas importações.

Através deste padrão de comércio, o Piauí conseguiu superávits sistemáticos apenas com relação ao Maranhão, tal como indicam os dados da Tabela 41. O comércio com o Ceará e Pernambuco foi deficitário, salvo uma pequena exceção. O mesmo ocor-



TABELA 39
 PARANÁ
 SALDO DO COMÉRCIO INTERNO : 1974 e 1981
 (CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMÉRCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	-17.7	-117.4	-93.2	-107.2	-48.4	-54.7	-67.4	-75.8
AC	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.0	3.2	0.1	0.8
AM	-1.9	-0.2	5.4	-1.3	-5.5	-9.6	0.7	-14.9
PA	-15.7	-117.2	-93.6	-105.9	-45.0	-89.3	-68.3	-62.0
AP	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.1	0.0	0.5	0.3
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	-0.1	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.1	-0.4	0.0
NORDESTE	-734.3	-620.4	-1028.1	-565.0	-634.6	-407.4	-1061.4	-936.9
MA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PI	-248.8	-273.9	-321.9	-282.4	-412.9	-281.3	-344.7	-223.9
CC	-208.4	-171.1	-263.7	-133.0	-172.7	-185.7	-423.5	-277.8
RN	-11.7	-12.8	-9.5	-3.3	4.4	4.7	1.5	-2.3
PB	-56.8	-39.6	-409.0	-34.6	-117.6	-45.5	-33.2	-36.2
PE	-172.1	-118.1	-23.7	-157.9	-161.2	-55.9	-229.0	-329.8
AL	-6.6	-7.8	-12.6	-4.5	-9.0	-14.6	-12.6	-22.0
SP	-7.7	-3.9	-12.0	-14.2	-4.8	-9.1	-4.8	-7.3
BA	-22.8	-2.3	24.4	33.2	39.1	23.1	-9.8	-37.7
FN	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.0	0.0	-0.1	0.0
C-CESTE	6.7	-38.0	-33.4	-16.0	-6.6	-10.7	-16.9	-34.8
MT	0.0	0.0	-0.1	-1.3	-0.9	0.4	-1.0	1.5
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.8	0.0	-1.1
GO	3.5	-35.7	-28.5	-18.5	-9.5	-17.3	-15.7	-33.7
DF	3.2	-2.3	-4.8	3.8	3.8	7.0	-0.3	-1.5
SUDESTE	-292.0	-499.8	-784.0	-738.0	-1259.5	-890.1	-1118.0	-1421.7
MG	-19.1	-20.5	-28.3	10.9	9.9	3.0	-111.7	-136.8
ES	-6.1	-0.1	-1.0	1.2	0.8	-10.4	-11.7	-16.4
RJ	-106.1	-80.0	-16.6	-197.4	-137.9	-94.2	-135.8	-229.9
SP	-160.2	-381.2	-738.2	-582.5	-1132.4	-690.0	-958.9	-1038.7
SUL	-50.5	-44.9	-104.8	-66.4	-97.3	-114.4	-140.0	-126.8
PR	-10.1	-9.5	-28.7	-26.2	-25.9	-28.0	-27.4	-37.6
SC	-17.5	-16.5	-29.6	-14.4	-17.5	-40.0	-42.0	-34.3
RS	-32.8	-15.9	-46.5	-25.7	-53.5	-44.6	-70.6	-54.9
TOTAL	-1037.7	-1325.5	-2038.4	-1492.5	-2245.2	-1714.1	-2403.2	-2596.1

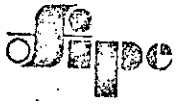


TABELA 40

PIAUI
 ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERESTADUAL : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	1	0	3	2	3	2	3	3
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	3	3	2	2	2	3
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	45	93	33	36	41	33	42	48
MA	2	64	6	55	9	7	3	8
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	24	14	18	14	16	12	16	17
RN	1	0	1	1	1	1	1	1
PB	1	0	7	1	2	1	2	1
PE	14	14	5	13	10	8	11	17
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	2	1	2	2	3	2	3	3
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	0	1	1	1	1	1	2	1
PY	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	1	1	1	1	1	1
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	50	6	52	10	50	46	46	41
MG	3	2	5	3	3	3	4	4
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	9	2	8	1	7	6	7	6
SP	36	2	39	5	40	36	35	30
SUL	4	0	6	2	5	18	7	7
PR	1	0	2	0	1	1	2	2
SC	2	0	2	1	2	2	3	2
RS	2	0	2	1	2	16	2	2



TABELA 71

PIAUI

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CR\$ MILHRES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	-4.3	-42.8	-44.6	-43.7	-47.5	-43.0	-35.8	-51.3
AM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5	-0.2	1.6	-0.5
AV	-1.3	-0.5	-2.7	-2.7	-5.4	-4.7	-5.7	-7.5
PA	-3.0	-42.3	-42.0	-41.4	-43.3	-39.0	-32.6	-42.3
AP	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2	-0.4	-0.1	-0.1
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.9	0.7	-0.8
RR	0.0	0.0	0.0	0.1	0.3	0.3	0.2	-0.0
NORDESTE								
MA	-100.6	-84.6	-103.3	-242.8	-64.8	-196.4	-207.3	-544.7
PA	248.8	273.9	321.6	262.4	412.9	281.3	346.7	223.9
PI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
CE	-200.1	-203.8	-251.3	-273.9	-238.0	-223.5	-230.0	-327.8
RN	-13.8	-19.7	-20.2	-13.2	-11.9	-15.7	-18.9	-13.8
PB	-34.7	-22.0	-126.1	-13.1	-41.5	-27.7	-34.1	-30.0
PE	-96.4	-100.1	8.1	-178.3	-147.6	-150.0	-244.4	-334.2
AL	-4.9	-8.6	-3.3	-5.1	-7.8	-7.5	-11.5	-9.9
SE	-2.7	-2.2	-6.2	-5.2	-8.0	-7.0	-8.5	-8.3
BA	-56.8	-61.1	-26.0	-18.7	-21.0	-17.4	-42.2	-53.1
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.2	-0.0
C-OESTE								
MT	-1.0	7.5	-7.4	9.1	-3.8	-8.5	-23.3	5.8
MS	0.0	3.2	0.5	6.1	2.0	0.8	-12.5	-0.6
RS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5	0.7	0.8
GO	-0.4	4.3	-5.4	5.5	-5.6	-5.6	-17.4	-11.8
DF	-0.6	-0.6	-2.6	-2.6	-0.7	-0.3	5.8	17.4
SUDESTE								
MG	-511.9	-484.1	-991.7	-856.5	-1078.5	-1271.0	-1003.3	-902.2
ES	-30.6	-12.9	-68.3	-44.4	-86.1	-83.4	-82.3	-92.5
RJ	-4.9	-3.5	-2.4	-4.8	-6.2	-9.9	-12.6	-9.2
SP	-97.7	-14.4	-101.8	-162.9	-139.5	-165.2	-153.4	-91.4
	-382.7	-383.3	-759.2	-644.3	-866.8	-1013.3	-754.9	-703.1
SUL								
PR	-45.5	-19.2	-104.0	-106.0	-102.1	-502.7	-118.1	-143.5
SC	-9.2	-9.1	-37.6	-41.9	-25.6	-27.9	-40.2	-45.0
RS	-17.7	-19.9	-30.2	-30.6	-31.9	-23.7	-35.0	-48.4
TOTAL	-18.7	-20.2	-30.2	-33.5	-44.6	-451.2	-42.0	-50.2
	-693.4	-613.2	-1251.9	-1239.9	-1296.6	-2022.5	-1387.8	-1636.0

reu em relação a São Paulo, estado que deteve, de 1974 a 1980, mais de 50% do déficit total do Piauí.

As informações relativas ao comércio interestadual do Ceará encontram-se na Tabela 42. Nota-se muitas semelhanças entre o padrão do Ceará e dos dois outros estados nordestinos já analisados. Os principais parceiros são Maranhão, Piauí, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo é o estado mais importante tanto como fonte das importações quanto como destino das exportações do Ceará, embora a primeira função seja relativamente mais significativa. Maranhão e Piauí são predominantemente absorvedores das exportações cearenses. O intercâmbio com o Centro-Oeste é pouco expressivo. No Norte, as compras do Pará apresentaram leve tendência de crescimento, o mesmo ocorrendo no Sul também no que diz respeito às vendas para o Ceará.

Os saldos de comércio obtidos por este estado estão expressos na Tabela 43. Exceção feita ao ano de 1977, o Ceará conseguiu superávits no intercâmbio com todos os estados e territórios da região Norte. No Nordeste, observaram-se superávits sistemáticos em relação ao Maranhão e ao Piauí. Com o Rio Grande do Norte só houve déficit em 1976. No Centro-Oeste, saldos positivos também foram obtidos junto ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Em contrapartida, os resultados do comércio com os estados do Sul e do Sudeste foram sempre negativos e seu peso foi tal que, no cômputo geral, a balança comercial do Ceará foi deficitária em todos os anos do período 1974-81.

Os principais parceiros comerciais do Rio Grande do Norte encontram-se uma vez mais no próprio Nordeste e no Sudeste. Seguindo a tendência a negociar com os estados mais próximos, a maior parte do comércio do Rio Grande do Norte no Nordeste foi com o Ceará, a Paraíba e Pernambuco, com fluxos relevantes de mercadorias tanto no sentido de entrada quanto de saída (v. Tabela 44). Em



TABELA 42

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERVO : 1974 -- 1981
 CCARA
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	C	E	S	E	S	E	S	E
NORTE								
AC	1	0	2	5	6	1	7	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	1	0	1	2	3	1	4	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	33	27	24	25	26	26	27	27
PE	3	13	2	12	9	3	14	1
CE	2	13	1	14	10	2	19	1
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	3	6	6	2	2	3	8	2
PI	3	5	7	5	4	3	4	3
PE	19	15	6	13	12	10	11	15
AL	1	1	0	0	1	1	1	1
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	2	2	2	3	5	3	4	4
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-CESITE								
MT	1	0	1	1	1	1	1	2
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	1	0	1	1	0	0	1	1
DF	0	0	0	1	1	1	0	1
SUDESTE								
MG	60	68	69	67	66	64	63	61
ES	7	5	7	5	5	7	4	6
RJ	0	0	1	0	0	0	0	0
SP	13	14	12	14	7	13	7	10
	40	48	47	48	24	44	20	45
SUL								
PR	5	5	5	5	4	8	7	8
SC	1	1	1	2	1	2	1	3
RS	2	2	2	2	2	2	2	2
	3	2	2	2	2	4	3	3



TABELA 43
CEPHA
SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CHZ MILHIES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	56.8	107.9	82.8	24.1	129.2	157.8	176.5	226.9
AM	1.5	2.5	7.6	2.2	11.3	9.9	7.4	10.3
AN	32.5	49.0	36.7	37.3	53.3	42.9	40.9	61.1
PA	22.7	56.4	38.4	-15.0	42.2	68.2	114.3	135.0
AP	0.0	0.0	0.0	-0.7	4.2	22.9	2.8	5.5
RO	0.0	0.0	0.0	0.5	12.3	9.8	8.5	10.6
RR	0.0	0.0	0.0	-0.2	5.5	3.0	2.7	4.4
NORDESTE								
MA	-8.8	50.0	257.7	-90.0	23.1	1.8	88.6	-102.4
PI	208.4	171.1	267.7	135.0	172.7	125.7	423.9	277.8
CE	200.5	203.0	251.3	273.9	238.2	223.5	288.0	327.8
RN	29.2	17.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PB	5.4	-10.1	-206.3	49.4	236.8	60.3	120.6	183.6
PE	-416.8	-336.7	-224.5	-12.1	-142.4	-24.4	-62.7	-111.2
AL	-23.5	1.2	231.6	-479.0	-550.5	-430.5	-531.4	-787.6
SE	-7.5	7.5	0.2	2.9	32.5	13.6	-0.7	9.0
BA	-4.1	15.9	-5.3	-60.6	36.7	-30.6	-145.1	-101.5
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.6	0.1	0.4
C-OESTE								
MT	-5.0	6.6	-12.8	-64.1	-60.1	-36.9	-26.6	-70.2
MS	5.5	4.3	8.6	3.1	11.2	11.8	10.5	3.9
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4.3	5.1	12.6
DF	-14.0	-1.9	-37.3	-13.7	-10.0	-12.5	-7.9	-12.1
	4.3	4.2	5.9	-53.4	-81.3	-40.5	-34.4	-74.7
SUDESTE								
MG	-148.1	-123.5	-3547.9	-3675.5	-3669.7	-3874.0	-3712.3	-3975.7
ES	-155.5	-123.3	-350.6	-219.3	-324.2	-359.0	-226.2	-326.0
RJ	-12.8	-8.7	-26.3	-2.0	-3.2	-16.4	-13.7	-1.8
SP	-230.7	-312.5	-572.8	-721.2	-773.4	-760.6	-764.2	-542.2
	-949.2	-1372.0	-2598.2	-2732.7	-2569.4	-2724.3	-2708.2	-3005.7
SUL								
PR	-119.0	-111.0	-260.6	-247.9	-251.6	-363.1	-271.5	-415.4
SC	-16.5	-1.7	-24.3	-93.8	-50.9	-103.3	-117.1	-136.8
RS	-21.2	-33.7	-85.0	-28.4	-37.5	-110.1	-61.3	-132.3
	-61.3	-75.6	-110.6	-125.6	-143.4	-149.7	-197.0	-144.4
TOTAL	-1524.4	-1743.0	-3867.0	-4052.9	-4049.0	-4114.3	-3845.2	-4242.7

termos individuais, São Paulo foi o mais representativo parceiro de comércio, sobretudo no que diz respeito ao fornecimento de importações para o Rio Grande do Norte. Ainda na região Sudeste, destacam-se as transações com o Rio de Janeiro. O intercâmbio com o Norte e o Centro-Oeste mostrou-se sempre pouco expressivo, a menos de uma elevada e isolada participação do Pará, no ano de 1979. Apesar da maior distância, o comércio com o Sul mostrou-se mais relevante que o estabelecido com estas duas regiões.

Na Tabela 45 estão os saldos comerciais do Rio Grande do Norte. Os resultados do intercâmbio, com a região Norte foram quase sempre positivos. O comércio com os principais parceiros do Nordeste foi deficitário. Com os demais estados da região, grande parte dos saldos foram positivos, o mesmo ocorrendo em relação ao Centro-Oeste. No Sul e Sudeste, os déficits foram predominantes. A soma de todos estes déficits e superávits resultou em saldos negativos para o Rio Grande do Norte ao longo de todo o período considerado.

O próximo estado a ser considerado é a Paraíba que tem seu padrão de comércio representado através da Tabela 46. Mais da metade das exportações do estado tiveram como destino o próprio Nordeste. No que diz respeito às importações, tiveram origem na região entre 43 e 51% das mesmas. Outra parcela importante do comércio esteve associada ao Sudeste, o que se deveu em grande parte ao Estado de São Paulo. No Nordeste, o parceiro que teve importância semelhante à de São Paulo foi Pernambuco. Destacaram-se ainda no Nordeste, os dois outros vizinhos da Paraíba, quais sejam, Rio Grande do Norte e Ceará, cujo papel mais significativo foi o de absorvedores das exportações paraibanas. Tal como ocorreu no caso do Rio Grande do Norte, o intercâmbio com o Norte e o Centro-Oeste foi pequeno, inferior ao estabelecido com o Sul.



TABELA 44

RIO GRANDE DO NORTE
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERVO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE																
AC	1	3	0	2	1	2	1	4	1	3	1	12	1	3	1	3
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
AP	0	2	0	2	0	1	1	3	1	2	1	1	1	2	1	2
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE																
MA	49	46	43	49	59	59	44	45	47	55	45	38	45	40	47	42
PI	0	2	0	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
CE	9	13	8	10	8	24	8	13	12	9	9	11	9	13	9	11
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	13	21	10	10	13	15	8	3	13	29	11	9	10	8	8	9
PE	25	12	22	14	11	11	24	13	21	9	19	10	23	11	25	12
AL	1	1	0	2	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1
SE	0	1	0	2	0	2	0	2	0	2	0	1	0	1	1	1
BA	1	6	1	7	1	3	3	5	2	4	3	4	4	4	3	5
PN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE																
MT	0	4	0	3	1	1	0	2	0	1	0	2	1	2	1	3
MS	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1
SUDESTE																
MG	43	40	51	37	33	55	47	42	44	36	47	40	45	40	43	41
RJ	3	3	2	4	2	2	2	4	3	3	4	5	4	4	4	4
ES	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1
RZ	11	6	10	5	10	11	10	10	9	7	10	7	8	8	7	8
SP	26	26	37	27	19	42	35	26	32	26	32	23	32	28	32	28
SUL																
PR	7	7	6	9	5	6	6	3	6	5	7	10	3	15	6	12
SC	1	3	1	4	1	1	3	3	2	2	1	3	2	3	2	3
RS	2	1	1	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	3	3	4
RS	4	3	4	3	2	2	3	3	3	1	4	4	4	4	3	5



TABELA 45

RIO GRANDE DO NORTE
SALDO DO COMERCIO INTERIO : 1974 - 1981
(CR\$ MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	3.7	14.1	17.1	28.7	23.7	178.6	21.9	7.8
AM	1.2	1.2	1.5	0.9	1.4	1.4	0.9	0.6
PA	-5.2	3.6	3.1	6.8	5.2	5.5	4.7	1.7
AP	7.7	9.3	12.4	17.4	15.1	168.7	12.0	0.5
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.6	0.7	0.8	1.2
RR	0.0	0.0	0.0	2.5	1.8	1.8	2.7	2.9
	0.0	0.0	0.0	1.1	0.7	0.5	0.9	0.8
NORDESTE								
MA	-269.3	-259.5	-58.3	-816.4	-532.5	-692.2	-929.1	-1190.0
PI	11.1	11.8	9.5	3.3	-4.4	-4.7	3.5	2.3
CE	13.0	-15.7	20.2	13.2	11.9	15.7	16.8	13.8
RN	-29.2	-17.3	208.3	-49.4	-236.8	-88.3	-120.6	-185.8
PB	9.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PE	-125.5	-76.4	-247.8	-113.2	164.2	-173.4	-219.7	-173.4
AL	-272.1	-217.5	-114.5	-475.7	-524.5	-413.1	-535.7	-796.6
SE	0.3	8.4	16.0	3.1	8.4	3.0	3.2	-5.2
SF	3.9	10.5	28.9	18.0	34.0	-2.0	-1.9	-8.4
BA	28.5	26.7	23.3	-15.7	8.3	-29.7	-74.6	-38.6
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	-0.0	0.0
C-OESTE								
MT	24.9	19.5	19.1	14.5	1.2	14.4	-0.9	12.3
MS	8.9	8.4	7.0	6.6	4.4	4.1	3.8	5.5
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.7	2.2	4.2
DF	10.8	6.8	7.6	4.1	-5.8	3.7	-6.3	-15.1
	5.2	4.3	4.5	3.8	2.8	3.9	-1.2	17.8
SUDESTE								
MG	-317.3	-465.5	-508.4	-745.3	-757.6	-718.9	-890.0	-1050.0
ES	-18.6	-8.9	-17.6	-0.4	-32.0	-31.6	-64.7	-86.1
RJ	-5.8	-9.4	-11.4	0.8	-8.1	-11.7	-2.7	-8.8
SP	-92.4	-108.1	-82.5	-140.2	-149.4	-185.9	-180.8	-137.1
	-206.8	-379.1	-476.9	-605.4	-568.1	-489.7	-655.8	-823.0
SUL								
PR	-50.1	-15.5	-74.8	-150.9	-97.0	-56.1	-46.3	-106.4
SC	3.6	18.8	-19.3	-38.4	-23.4	10.0	-18.5	-10.7
RS	-22.7	-3.0	-13.7	-26.2	-16.4	-16.8	-26.8	-59.6
TOTAL	-31.4	-31.7	-41.8	-48.3	-57.3	-49.4	-31.0	-36.2
	-707.7	-706.3	-1025.3	-1429.4	-1368.6	-1274.1	-1844.4	-2336.4



TABELA 46

PARAÍBA

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RH	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	48	59	31	43	52	61	51	53
PI	1	5	1	1	1	2	1	1
CE	7	8	5	4	4	5	4	4
RN	3	12	7	3	12	14	3	3
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	35	26	17	33	32	22	34	40
AL	2	2	0	1	1	1	1	1
SE	0	1	0	0	0	0	0	0
BA	1	3	1	2	2	5	7	4
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE								
MT	0	1	0	1	1	0	1	1
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	1	0	1	0	0	0	0
SUDESTE								
MG	43	34	45	48	40	29	32	37
ES	3	4	2	2	2	4	2	2
RJ	8	9	7	7	5	6	5	8
SP	32	22	37	38	33	17	31	29
SUL								
PR	0	3	22	8	7	5	3	7
SC	3	0	2	2	2	1	3	2
RS	2	1	14	1	2	1	2	2
RR	4	1	6	4	2	2	3	3

Os resultados do comércio interestadual da Paraíba estão na Tabela 47. Seu padrão de transação dentro do Nordeste permitiu-lhe obter superávits com dois de seus principais parceiros na região, quais sejam, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Com Pernambuco, os saldos só não foram negativos em 1976. O comércio com os demais estados nordestinos foi quase sempre favorável à Paraíba, verificando-se o mesmo em relação aos estados do Norte e do Centro-Oeste. No Sudeste, salvo os superávits registrados em relação a Minas Gerais de 1975 a 1978 e em relação ao Rio de Janeiro nos dois últimos anos do período, a balança de comércio da Paraíba foi sempre deficitária. Situação semelhante verificou-se no comércio com os estados do Sul. O resultado geral do comércio foi de déficit em todos os anos do período considerado.

A configuração do comércio interestadual de Pernambuco pode ser observada na Tabela 48. Nota-se claramente o predomínio de transação com estados do Nordeste e do Sudeste tal como ocorreu com todos os outros estados nordestinos já analisados. Ressalte-se, porém, que o Nordeste é muito mais importante como mercado para os produtos de Pernambuco do que como mercado fornecedor para este estado. Como se pode observar na tabela, do total de importações de Pernambuco, a parcela fornecida pelos estados do Nordeste oscilou em torno de 17 e 23%, ao passo que de 52 a 61% das exportações pernambucanas foram absorvidas pelos mesmos. As importações de Pernambuco são, em sua maior parte, adquiridas do Sudeste, com o predomínio absoluto de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro. No Nordeste, os principais compradores dos produtos de Pernambuco foram Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia. No que diz respeito às demais regiões, o menor volume de comércio ocorreu com o Centro-Oeste e o maior com o Sul.

Tendo em vista a natureza de seu comércio com os outros estados do Nordeste, Pernambuco conseguiu superávits através



TABELA 47

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 PAPAIBA
 (CRS MILHÈS DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1975	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	39.5	46.8	115.7	24.9	80.0	71.7	62.3	38.6
AC	0.6	0.6	1.0	0.0	0.0	1.3	-0.7	2.3
AM	24.9	28.6	5.7	5.5	27.3	14.1	17.0	3.0
PA	13.9	17.6	109.0	16.7	48.7	55.1	43.2	30.3
AP	0.0	0.0	0.0	1.0	2.5	0.4	1.8	2.3
RO	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.5	0.6	0.7	0.3
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.1	0.2	0.4
NORDESTE	-61.2	-224.7	1675.9	-441.3	-691.0	-655.7	-584.5	-1015.5
MA	56.8	39.6	409.0	34.6	317.6	45.5	31.2	36.2
PI	14.7	22.0	126.3	13.1	41.5	27.7	31.1	35.0
CC	-5.4	10.1	324.5	12.1	142.4	24.4	61.7	11.2
RN	125.5	76.4	247.8	113.2	-164.3	173.4	219.7	173.4
PR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PE	-289.0	-426.5	64.2	-708.5	-775.8	-751.0	-330.2	-1220.7
AL	1.7	1.5	302.2	16.5	29.4	15.9	34.3	64.9
SF	4.6	11.2	21.0	25.4	26.6	17.0	22.8	22.2
BA	29.9	11.0	280.1	52.4	90.4	-38.5	-162.6	-61.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	0.0	0.0
C-CESTE	12.4	21.5	11.5	-2.5	-20.0	1.5	7.6	0.9
PI	1.5	2.3	1.2	3.1	-9.4	0.9	1.3	0.9
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4	0.6	3.4
GO	2.1	5.5	2.2	6.0	-2.9	-1.0	-3.2	-6.8
DF	8.8	13.7	8.1	-11.5	-0.5	0.2	3.7	3.4
SUDESTE	-327.2	-341.6	-1168.5	-971.2	-1184.3	-1094.1	-749.2	-1117.6
MG	-4.9	16.4	13.7	34.7	35.4	-12.5	-0.5	-38.9
ES	-3.2	-4.7	-7.0	2.6	-2.6	-3.0	22.8	6.8
RJ	-18.0	-50.0	-111.1	-132.2	-75.2	-83.6	-25.2	-90.0
SP	-300.5	-304.5	-1061.2	-876.2	-1141.9	-954.9	-746.3	-995.4
SUL	-116.3	-52.3	-742.3	-193.1	-223.2	-156.6	-198.0	-153.1
PR	-51.7	6.1	-47.5	-71.0	-70.8	-64.0	-100.1	-64.2
SC	-11.1	-20.6	-194.3	-26.3	-71.0	-39.7	-39.4	-22.6
RS	-53.4	-77.8	-206.5	-95.8	-73.6	-52.9	-58.6	-46.4
TOTAL	-452.8	-550.3	-1113.7	-1584.0	-1830.3	-1633.2	-1251.8	-2246.7

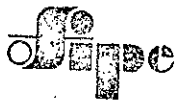


TABELA 48

PERNAMBUCO
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

ESTADO /	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
E S E	E S E	E S E	E S E	E S E	E S E	E S E	E S E	E S E
NORTE	0	0	1	1	1	1	2	1
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	1	0	1	0	1	0
PA	0	0	2	1	3	1	1	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	22	52	13	57	59	60	61	23
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
PT	1	1	2	2	2	2	3	0
CE	4	3	5	9	10	9	10	1
RN	1	1	1	1	1	1	1	2
PB	5	10	5	12	15	14	14	3
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	4	4	2	5	3	2	3	5
SE	1	1	0	1	1	2	1	1
BA	6	10	4	11	11	12	10	9
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	0	0	0	1	0	1	1	1
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	65	39	73	32	30	26	28	65
MG	7	7	5	5	6	7	6	7
ES	1	1	0	0	0	0	0	0
RJ	16	15	12	9	13	15	13	10
SP	42	51	55	54	51	47	47	48
SUL	12	9	9	5	9	7	11	10
PR	3	1	2	1	2	3	1	3
SC	2	2	0	2	3	3	1	3
RS	7	5	4	2	6	3	5	5

deste intercâmbio, exceção feita ao ano de 1976. Com os estados do Norte e do Centro-Oeste foi também possível obter saldos positivos na maior parte dos casos. Já o comércio com o Sul e o Sudeste foi, em geral, deficitário, o que acarretou a Pernambuco saldos globais de comércio negativos (v. Tabela 49).

Alagoas também tem, dentro do Nordeste, maior vínculo de comércio com os estados vizinhos — Pernambuco, Sergipe e Bahia — embora se note um enfraquecimento do intercâmbio com Sergipe ao longo do período considerado. É o que mostram os dados da Tabela 50. A importância da Bahia e, em menor grau, de Sergipe, é como mercado para as exportações de Alagoas. Já Pernambuco é importante também como fornecedor de mercadorias para este estado. Fora do Nordeste, São Paulo é o principal parceiro comercial de Alagoas, seguindo-o, embora a certa distância, o Rio de Janeiro. O intercâmbio com o Centro-Oeste foi bastante fraco. O Norte e o Sul tiveram participação inferior a 10% no volume total de transação de Alagoas.

Os saldos comerciais deste estado podem ser observados na Tabela 51. O comércio com seus principais parceiros nordestinos resultou em déficits no caso de Pernambuco e superávits no caso da Bahia ao longo de todo o período, e de Sergipe, de 1974 a 1979. Em geral, foram também positivos os saldos do comércio com o Norte e o Centro-Oeste. No que diz respeito ao Sudeste e ao Sul, o resultado foi negativo, assim como foi negativo o saldo geral da balança de comércio interno de Alagoas.

O padrão de comércio interestadual de Sergipe pode ser observado na Tabela 52. A maior parcela deste comércio é feita com estados do próprio Nordeste e do Sudeste. No Nordeste, a Bahia é o principal parceiro, vindo em seguida, Alagoas e Pernambuco. No Sudeste, o maior volume de transações é feito com São Paulo que é, inclusive, parceiro mais importante que a Bahia. O Rio de Janeiro destacou-se no comércio com Sergipe por sua função de fornecedor de mercadorias a este estado. O



TABELA 49

FERNAMBUCO

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 -- 1981
(CR\$ MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	37.2	1.2	1.8	9.6	53.1	10.2	15.3	3.9
AM	95.6	63.2	-7.3	50.2	25.4	16.0	51.7	110.5
PA	150.2	122.2	34.8	213.0	178.6	305.8	188.8	330.1
AP	0.0	0.0	0.0	5.5	4.7	0.0	5.1	7.1
RO	0.0	0.0	0.0	4.4	6.0	4.3	4.7	8.5
RR	0.0	0.0	0.0	1.3	-0.8	1.1	15.6	3.5
NORDESTE								
MA	1842.3	1910.7	-29.3	3033.5	3355.4	2456.9	2824.2	4268.1
PI	172.1	119.1	23.7	143.9	161.2	95.9	229.0	329.8
PE	96.4	100.1	-8.1	178.3	147.6	158.3	244.4	334.2
CE	416.8	376.7	-231.6	479.0	550.5	430.5	531.4	787.6
RN	272.1	217.9	114.5	475.7	524.5	413.1	535.7	796.6
PB	289.0	426.5	-64.2	708.5	775.6	721.0	830.2	1220.7
PR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
AL	323.6	359.2	349.6	599.2	672.2	531.1	786.1	800.3
SE	60.6	71.0	27.7	54.0	130.1	116.8	121.9	157.3
BA	211.6	285.2	-241.0	394.0	392.1	-12.4	-367.4	-159.9
FM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.6	0.1	3.6	1.3
C-CESTE								
MT	10.8	41.0	10.6	34.9	45.4	16.3	-30.7	83.8
MS	3.1	10.1	5.3	5.1	7.4	6.8	6.3	4.5
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0	-3.3	4.1
DF	0.4	10.8	-22.8	7.4	-10.7	-14.0	-29.8	-16.7
DF	7.4	20.1	28.3	22.5	40.8	4.7	-3.7	91.9
SUDESTE								
MG	-283.6	-3963.9	-9563.0	-6879.7	-7370.9	-7086.8	-6689.8	-7006.8
ES	-321.2	-428.9	-681.0	-457.2	-615.1	-759.3	720.9	-844.0
RJ	-20.3	1.6	-24.9	2.0	-5.3	-43.3	-36.5	-21.3
SP	-689.9	-677.6	-1521.5	-686.1	-1324.9	-1399.6	-1155.0	-953.4
SP	-1593.3	-2899.0	-7334.8	-5319.9	-5425.3	-4984.6	-4777.4	-5108.1
SUL								
PR	-538.6	-445.0	-586.8	-652.9	-825.3	-902.8	-1152.1	-999.0
SC	-149.0	-106.6	-254.3	-259.5	-217.1	-308.0	-405.5	-305.1
RS	-24.5	33.4	304.4	76.4	34.0	4.7	-339.5	-153.5
RS	-425.9	-372.6	-428.1	-473.7	-692.2	-592.0	-407.0	-540.5
TOTAL	-1086.1	-2270.5	-10539.6	-1169.7	-4528.3	-5172.8	-4762.3	-3190.3



TABELA 50

ALAGOAS
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	2	0	1	2	1	1	2
AL	0	0	0	0	1	0	0	1
AM	0	0	0	1	1	0	0	1
PA	0	1	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	50	68	32	43	64	43	53	73
PI	0	1	0	0	0	0	0	0
CE	1	3	2	1	2	2	2	3
PB	1	1	1	1	1	1	1	1
PE	4	4	4	2	3	2	2	3
AL	40	41	20	36	30	30	37	38
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	2	7	2	1	2	2	2	3
RN	4	11	3	16	4	6	11	21
C-CESTE								
MT	0	1	0	1	1	0	0	1
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	1
SUDESTE								
MG	45	27	52	50	45	42	40	42
ES	2	4	3	2	2	4	3	3
RJ	9	10	10	8	7	8	6	8
SP	24	35	13	40	35	35	31	31
SUL								
PR	4	4	2	5	6	7	6	5
SC	1	1	2	2	1	2	1	1
RS	1	1	1	0	1	1	1	1
FRS	3	2	1	3	2	4	3	3



TABELA 51

ALACOAS
SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CRS MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	3.9	6.2	41.1	53.0	42.2	31.3	40.0	58.4
AM	1.4	0.0	49.4	7.7	-28.5	-2.2	7.6	14.4
PA	1.2	2.3	-5.3	40.5	63.7	24.0	24.9	18.2
AP	1.3	3.8	-3.0	5.5	7.4	8.9	4.7	12.6
RO	0.0	0.0	0.0	0.6	0.4	1.3	0.8	10.2
RR	0.0	0.0	0.0	0.4	-0.3	1.2	0.4	1.2
	0.0	0.0	0.0	0.2	-0.1	0.0	1.5	1.6
NORDESTE								
MA	-243.0	-278.4	-18.4	-495.5	-502.2	-401.7	-565.4	-637.6
PI	6.6	7.8	12.6	6.6	9.0	14.6	12.6	22.0
PE	4.9	6.8	5.3	5.1	7.8	7.5	11.5	9.9
CE	23.5	-1.2	-39.0	-2.9	2.7	24.1	3.0	-1.7
RN	-0.3	-8.4	-16.0	-3.1	-8.4	-3.0	-3.1	5.2
PB	-1.7	-1.5	-102.2	-16.5	-29.4	-15.9	-34.8	6.0
PR	-323.6	-355.2	-349.6	-599.2	-672.2	-531.1	-784.1	-800.3
AL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SC	25.7	43.5	175.0	5.0	11.7	5.4	-1.7	-39.5
BA	21.9	24.0	197.5	111.5	176.6	96.7	132.2	154.1
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.0	-0.1
C-OCCSFE								
MT	5.5	8.3	1.2	6.5	7.8	3.4	7.6	-19.9
MS	0.8	3.6	0.7	0.7	0.8	0.1	-0.8	-0.6
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.5	0.1
DF	3.0	1.9	0.0	4.0	1.5	2.0	2.5	5.6
	1.8	2.6	0.5	1.8	5.4	3.0	5.3	-25.0
SUDESTE								
MG	-534.3	-591.1	-1640.9	-1495.4	-1034.6	-892.5	-889.3	-1475.5
ES	-20.3	-40.7	-70.7	-49.0	-42.0	-68.6	-66.0	-72.5
RJ	-2.6	1.1	-5.6	-2.4	-4.6	-0.3	-3.4	-3.6
SP	-75.4	-134.0	-280.3	-255.0	-180.5	-143.1	-141.4	-270.5
	-434.1	-509.5	-1483.9	-1189.1	-809.3	-674.4	-677.8	-1129.0
SUL								
PR	-51.6	-45.6	-142.9	-147.8	-142.8	-134.7	-148.8	-143.8
SC	-6.8	-5.4	-41.1	-55.5	-22.4	-28.7	-20.9	-20.4
RS	-11.0	-13.6	-33.7	-11.4	-39.3	-23.1	-38.5	-29.7
	-23.8	-26.6	-68.1	-80.9	-41.1	-82.9	-81.4	-93.6
TOTAL	-519.5	-994.6	-2059.9	-2079.3	-1629.7	-1594.2	-1656.9	-2218.5

padrão de comércio com as três outras regiões é semelhante ao observado no caso de Alagoas, semelhante, enfim, o que ocorreu em geral, com os estados do Nordeste.

Os saldos de comércio de Sergipe, apresentados na Tabela 53, foram negativos no que se refere a seus principais parceiros tanto no Sudeste quanto no Nordeste. Foi também deficitário o intercâmbio com o Sul. Os resultados positivos obtidos foram pequenos e não conseguiram impedir que o resultado global do comércio de Sergipe fosse sempre deficitário.

A Bahia, cujo padrão de comércio está expresso na Tabela 54, acha-se muito mais integrada comercialmente ao Sudeste que os demais estados nordestinos. Durante o período em análise, o que se observou, em geral, foi que mais de 70% do volume total de transações da Bahia foram feitas com estados do Sudeste. Considerando apenas São Paulo, esta parcela oscilou em torno de 50%. O Rio de Janeiro ocupou a segunda posição dentro da região e, Minas Gerais, a terceira. O Nordeste forneceu de 10 a 14% das importações da Bahia e absorveu parcelas de suas exportações que variaram de 17% a 23%. Pernambuco e Sergipe foram os estados que mais contribuíram para estes resultados.

O comércio com o Nordeste, como um todo, só lhe propiciou a obtenção de superávits nos três últimos anos do período, conforme revelam os dados da Tabela 55. Igualmente positivos foram os saldos do comércio com o Norte nestes três anos, além de outro observado em 1975. Com as demais regiões, o intercâmbio foi sempre deficitário e o resultado final da balança de comércio interno da Bahia foi negativo em todos os anos do período 1974-81.

O território de Fernando de Noronha não apresentou padrão de comércio muito regular ao longo dos cinco anos para os quais se dispõe de informações. Basta observar a Tabela 56 para constatar isto. Em 1977, 50% de suas importações eram provenientes do Rio de Janeiro. No ano seguinte, seu principal for-



TABELA 53

SERGIPE
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NOITE								
AC	-20.5	0.1	-1.3	-2.2	-0.5	1.6	3.0	4.5
AM	-20.5	0.0	0.7	0.1	-0.5	0.8	0.4	3.3
PA	0.3	0.3	-0.9	0.1	0.5	0.1	4.0	-2.4
AF	0.0	-0.2	-1.1	-2.4	-0.6	0.4	0.2	3.5
RD	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.0	0.0	-0.2
RR	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.2	0.3	-0.9	0.3
	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.0	-0.0	0.0
NORDESTE								
MA	-105.5	-359.7	-457.5	-370.9	-526.7	-754.6	-511.2	-523.3
PI	7.7	3.6	12.0	14.2	4.8	9.1	4.8	7.3
CE	2.7	2.2	6.2	5.2	8.0	7.0	8.5	6.3
RN	7.5	-7.5	-8.2	-2.9	-32.9	-13.8	0.7	-9.0
PB	-3.9	-10.5	-20.9	-18.0	-34.0	2.0	1.9	8.4
PE	-4.6	-11.2	-21.8	-25.4	-28.6	-17.0	-22.8	-22.2
AL	-60.6	-71.0	-27.7	-54.0	-130.1	-118.3	-124.9	-157.3
SC	-25.7	-43.5	-175.0	-5.0	-11.7	-5.4	1.7	30.5
SA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PA	-108.6	-222.0	-250.1	-284.9	-304.2	-555.3	-380.9	30.7
PR	0.0	0.0	0.0	-0.0	0.0	-0.1	-0.0	-0.0
C-CFSTE								
MT	-1.2	1.9	-5.1	4.6	2.8	-45.5	-7.6	4.5
MS	0.0	0.2	-1.3	-0.2	2.3	-0.3	-0.3	-0.3
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0	-10.5	5.5
DF	-2.1	1.5	-4.6	9.5	-0.5	-49.3	0.0	-2.0
	0.3	0.2	0.9	-4.7	1.4	1.2	3.1	1.3
SUDESTE								
MG	-701.3	-373.5	-1244.2	-515.7	-607.6	-953.1	-995.2	-1362.6
ES	-19.5	-38.7	-138.7	-25.6	-13.5	-108.5	-02.0	-183.3
RJ	-1.9	-5.0	9.4	5.2	-4.2	-180.5	-8.5	-6.7
SP	-21.9	-85.0	-334.1	-249.1	-231.5	-231.5	-209.7	-367.4
	-188.0	-214.8	-782.0	-246.2	-357.3	-344.3	-598.9	-796.6
SUL								
PR	-46.5	-37.8	-116.5	-107.3	92.3	-124.3	-116.8	-115.4
SC	-6.1	-2.8	-28.2	-35.3	-43.7	-50.9	-64.2	-24.8
RS	-12.5	-14.1	-36.3	-27.1	-59.5	-45.6	-32.0	-46.1
	-27.9	-20.9	-51.9	-40.9	195.4	-42.6	-20.6	-44.5
TOTAL	-534.6	-739.0	-1860.5	-991.5	-1039.7	-1517.9	-1631.0	-2043.7



TABELA 54

BAHIA
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE																
AC	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	3
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NOROESTE																
MA	13	20	12	17	10	21	12	22	13	20	21	13	21	14	23	23
PI	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CE	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
RN	1	2	1	1	1	2	1	3	1	2	1	1	2	1	1	2
PB	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1
PE	9	9	8	8	2	9	6	8	5	8	1	6	8	5	7	10
AL	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	1	2	1	3	2	2
SE	1	5	1	6	2	7	2	7	2	6	1	2	7	2	2	2
BA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE																
MT	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE																
MG	76	72	79	75	80	72	78	72	77	74	71	75	70	73	69	69
ES	12	6	12	6	9	7	7	7	8	5	6	11	5	10	5	5
RJ	1	2	1	1	1	5	2	5	2	5	4	2	4	2	3	3
SP	18	13	14	13	15	10	16	10	13	9	8	13	14	11	11	11
	45	52	52	54	55	51	52	51	54	54	53	48	52	49	50	50
SUL																
PR	9	7	8	5	10	5	9	4	9	4	5	11	6	11	8	8
SC	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	4	2	2
RS	6	4	5	3	6	3	5	3	5	3	3	5	2	3	1	2



TABELA 55

PARTE DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CRE MILHOES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	-0.6	16.6	-6.4	-43.5	-21.5	07.8	122.9	240.1
AM	1.9	0.2	0.7	-0.3	1.0	-9.8	27.3	31.8
PA	2.5	19.4	-20.5	-12.4	-11.0	-22.3	-9.1	21.8
AP	-5.0	17.0	15.5	11.1	5.9	125.1	128.5	201.3
RO	0.0	0.0	0.0	-31.6	-9.3	0.1	-22.1	-15.1
RR	0.0	0.0	0.0	-9.8	-8.0	-4.4	-1.2	0.6
	0.0	0.0	0.0	-0.5	-0.2	-0.4	-0.6	-0.2
NOROESTE								
MA	-139.6	-172.4	-102.8	-210.9	-418.8	628.1	1050.2	758.1
PI	22.8	2.3	-24.4	-33.2	-39.1	-23.1	9.3	37.7
CE	16.8	6.1	26.0	16.7	21.0	37.4	42.2	53.1
RN	4.1	-15.9	5.2	50.6	-36.7	30.6	145.1	101.5
PB	-28.5	-26.7	-23.1	15.7	-8.3	25.7	174.6	38.6
PE	-29.9	-11.0	-380.1	-52.4	-90.4	38.5	162.6	61.0
AL	-211.6	-265.2	241.0	-394.0	-392.1	12.4	367.4	159.8
SE	-21.9	-24.0	-197.5	-111.5	-175.6	-98.7	-132.2	-151.1
BA	108.6	222.0	250.1	284.3	304.3	598.3	350.9	-30.7
EA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.7	0.0	-0.3	8.3
C-OESTE								
MT	-7.2	-5.1	-11.9	-27.1	-91.8	-57.5	-27.7	-59.1
MS	2.1	2.6	4.0	-5.3	-25.7	-10.1	-11.9	-6.0
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-13.3	-2.4	-4.7
CC	-7.0	-17.3	-26.3	-19.1	-43.1	-28.3	-25.4	-26.6
DF	-2.3	9.6	10.4	-2.7	-22.9	-44.2	12.0	-24.7
SUDESTE								
MG	-2425.9	-3011.7	-8111.8	-6939.6	-7267.9	-2851.5	-1090.2	-2958.3
ES	-586.1	-690.6	-1066.1	-685.1	-869.9	-1132.7	-582.7	-1159.9
RJ	-24.8	32.1	133.8	71.4	26.0	145.7	218.8	111.0
SP	-739.0	-597.9	-1786.1	-1027.4	-1590.2	-1076.6	-754.8	-402.6
	-1076.1	-1325.3	-5453.4	-4492.5	-4835.8	-737.9	28.4	-1516.6
SUL								
PR	-381.2	-404.7	-1229.6	-1144.4	-1240.2	-1950.9	-790.7	-1321.5
SC	-29.7	-39.4	-146.8	-226.0	-173.4	-150.3	-142.2	-555.2
RS	-132.9	-125.4	-251.7	-305.1	-374.3	-259.0	-199.8	-301.2
TOTAL	-218.8	-210.9	-831.1	-553.3	-692.4	-601.7	-447.6	-485.1
	-2854.6	-3627.3	-9460.9	-8365.5	-9000.1	-3244.0	-735.5	-3350.7

necedor passou a ser São Paulo. Em 1979, foi a vez de Minas Gerais e, em 1980, novamente Minas Gerais junto com Pernambuco. Em 1981, houve quatro estados com importância não muito distinta no fornecimento de importações, a saber, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo. No que diz respeito às exportações do território, seus destinos são igualmente variáveis ao longo do tempo.

Através deste comércio irregular e de pequena magnitude, Fernando de Noronha conseguiu um resultado positivo em 1980, o que se deveu, em grande parte, ao superávit obtido junto ao Rio Grande do Sul. É o que se pode ver na Tabela 57. Observe-se, mais como curiosidade, que neste mesmo ano, Fernando de Noronha logrou obter um pequeno superávit através de seu comércio com o Estado de São Paulo.

Serão considerados a seguir, os estados do Centro-Oeste.

Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul só podem ser analisados separadamente a partir de 1979, dada a disponibilidade de informações. De 1974 a 1978, os dados são, portanto, relativos aos dois estados em conjunto e podem ser observados na Tabela 58. A predominância do intercâmbio destes dois estados com São Paulo é indiscutível. O Paraná surge, pela primeira vez nesta análise, como o segundo parceiro comercial. As transações com o Norte e o Nordeste são inexpressivas. É pequeno também o comércio com o outro estado do Centro-Oeste. Quando se considera os dois estados individualmente (os dados relativos ao Mato Grosso do Sul estão na Tabela 59), constata-se que o comércio do Mato Grosso do Sul concentra-se no Sul e no Sudeste de forma mais acentuada que o de Mato Grosso. O intercâmbio dentro do Centro-Oeste é mais importante para este estado que para aquele. Enquanto Mato Grosso obteve de 10 a 11% de suas importações na própria região, Mato Grosso do Sul adquiriu dela apenas 1 ou 2% das suas aquisições totais. No que diz respeito às exportações, 11 a 16% das relativas ao primei



TABELA 57

FERNANDO DE NORONHA
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CEN MILHES DE 1975)

PARCIIIO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.2	-0.0	0.0	0.0
AC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
AM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PA	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.2	-0.0	0.0	0.0
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NORDESTE	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.6	-2.0	-3.1	-9.7
PA	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	0.0
PI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.2	0.0
CE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.6	-0.1	-0.4
RN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.4	0.0	0.0
PB	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.4	0.0	0.0	0.0
PE	0.0	0.0	0.0	-0.5	-0.6	-0.7	-3.5	-1.3
AL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
SE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0
BA	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.7	-0.0	0.3	-2.3
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
C-OESTE	0.0	0.0	0.0	-1.1	0.0	0.6	-1.0	-3.1
MT	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.6
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.1	0.0
GO	0.0	0.0	0.0	-1.1	0.0	0.4	-2.1	0.0
DF	0.0	0.0	0.0	-0.0	0.0	0.1	-0.1	-3.7
SUDESTE	0.0	0.0	0.0	-29.2	-13.1	-24.1	-9.2	-19.0
MG	0.0	0.0	0.0	-6.5	-0.6	-14.7	-9.0	-6.7
ES	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.5	-0.3	-0.3	0.2
RJ	0.0	0.0	0.0	-17.9	-0.4	-1.2	-0.7	-6.4
SP	0.0	0.0	0.0	-4.0	-9.3	-6.2	0.8	-6.0
SUL	0.0	0.0	0.0	-1.1	-1.2	-14.0	45.9	0.0
PR	0.0	0.0	0.0	-0.1	-0.7	0.1	-0.2	-0.3
SC	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.0	-11.4	-0.3	-0.0
RS	0.0	0.0	0.0	-0.2	-0.5	-0.6	50.4	0.4
TOTAL	0.0	0.0	0.0	-32.1	-14.1	-39.5	36.6	-11.8



TABELA 58

MATO GROSSO

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

ESTADO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	2	1	3	1	4
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	1	0	1	0	0	1	1	2	1	1	2	1	1	3	1	2
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE	5	1	5	1	6	3	2	3	2	2	0	1	1	10	11	13
MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	4	1	5	1	3	3	1	3	2	0	5	11	4	4	2	5
DF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	3
SUDESTE	81	67	81	83	80	83	76	80	83	75	70	60	70	58	70	82
MG	6	3	7	3	5	2	4	4	4	4	8	13	7	7	8	9
ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	5	7	5	5	4	2	5	5	5	0	6	0	5	0	5	1
SP	70	77	68	74	71	79	67	72	74	71	55	47	58	48	57	51
SUL	13	11	13	15	15	9	21	16	14	22	18	21	13	25	17	20
PR	7	6	6	13	3	4	12	13	9	20	10	17	10	20	11	17
SC	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	2	1	1	1
RS	5	4	5	1	6	3	9	2	5	1	7	3	5	4	5	2

ro estado ficaram no Centro-Oeste. Para o segundo, os percentuais correspondentes foram 5 e 8%. O comércio com o Norte e o Nordeste foi sempre pequeno, notadamente no caso do Mato Grosso do Sul.

Os saldos de comércio destes dois estados encontram-se nas Tabelas 60 e 61. Até 1978, saldos positivos só foram obtidos através do comércio com alguns estados do Norte do Nordeste. De 1979 em diante, o quadro permanece praticamente inalterado para o Mato Grosso. Já o Mato Grosso do Sul conseguiu superávits no Centro-Oeste e através do comércio com o Paraná. Em termos globais, as balanças comerciais dos dois estados, tanto no período em que foram considerados conjuntamente quanto no outro, mostrou-se sempre deficitária.

Goiás, o último estado do Centro-Oeste, tem seu padrão de comércio interestadual representado na Tabela 62. O mais intenso fluxo de comércio deste estado ocorre com o Sudeste. São Paulo tem papel predominante neste intercâmbio e agora o estado que o segue em importância é Minas Gerais. A região Centro-Oeste é relativamente mais importante como absorvedora das exportações de Goiás do que como provedora de suas importações. O maior parceiro comercial de Goiás dentro de sua própria região é o Distrito Federal. No seu pequeno intercâmbio com o Norte predomina a participação do Pará. No comércio com o Sul, Paraná e Rio Grande do Sul encontram-se em posições não muito distintas.

Seus saldos comerciais, expressos na Tabela 63, foram sempre positivos junto ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apesar de os saldos com alguns estados destas regiões não terem sido sempre positivos. O intercâmbio com o Sul e o Sudeste foi deficitário em todos os anos do período 1974-81, ocorrendo o mesmo com o seu resultado comercial global.

O comércio interno do Distrito Federal pode ser observado através das informações da Tabela 64. A maior parte de suas im

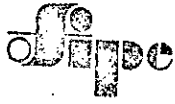


TABELA 60
 MATO GROSSO
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	-0.8	2.3	7.6	12.7	42.1	13.5	14.5	48.8
AM	1.5	3.0	8.3	5.1	7.4	1.5	7.0	7.3
PA	-0.3	1.1	-2.6	-1.3	12.3	5.2	-15.0	19.9
AP	-2.1	-1.2	1.0	-5.8	-1.4	-3.6	6.1	5.4
RO	0.0	0.0	0.0	-0.0	-0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	15.2	24.8	16.3	18.1	15.7
	0.0	0.0	0.0	-0.4	-1.0	-0.0	0.4	0.5
NORDESTE								
MA	-21.9	-35.5	-25.9	-17.8	7.4	-14.7	4.4	-9.4
PI	0.0	0.0	0.1	1.3	0.5	-0.4	1.0	-1.5
CE	0.0	-3.8	-0.5	-6.1	-2.6	-0.8	12.5	0.6
RN	-5.5	-4.3	-8.6	-3.1	-11.2	-11.8	-10.5	-3.9
PB	-8.9	-2.4	-7.0	-6.6	-4.4	-4.1	-7.8	-5.5
PE	-1.5	-2.3	-1.2	-3.1	9.4	-0.9	-1.3	-0.9
AL	-3.1	-10.1	-5.3	-5.1	-7.4	-6.8	-6.1	-4.5
SE	-0.2	-3.2	-0.7	-0.7	-0.8	-0.1	0.8	0.6
BA	0.0	-0.2	1.3	0.2	-2.2	0.3	0.1	0.3
PN	-2.1	-2.6	-4.0	5.3	25.7	10.1	11.9	6.0
	0.0	0.0	0.0	-0.0	0.0	-0.0	-0.1	-0.5
C-O-F-S-T-E								
MT	-124.4	-176.6	-235.6	-26.2	-147.0	-198.1	-224.2	-214.5
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-336.7	-331.2	-245.7
DF	-109.8	-165.0	-215.6	-10.6	-126.0	-44.6	-91.2	5.5
	-14.6	-31.6	-20.0	-15.6	-21.0	-18.7	-1.8	25.7
SUDESTE								
MG	-1620.6	-2022.3	-5010.2	-2825.5	-3497.6	-1993.6	-1948.2	-1596.7
ES	-159.6	-230.4	-326.3	-177.6	-137.0	-142.4	-146.1	-153.1
RJ	-2.8	-2.0	-7.1	-3.6	1.9	-5.2	-3.7	-6.2
SF	-92.4	-145.2	-323.3	-189.9	-383.3	-247.0	-203.5	-171.1
	-1165.8	-1644.7	-4353.5	-2474.4	-2975.5	-1569.0	-1594.8	-1266.3
SUL								
SUL	-284.5	-296.1	-1095.7	-838.8	-204.0	-430.5	-350.8	-278.3
PR	-160.1	-95.9	-550.7	-395.4	163.0	-151.6	-127.0	-98.7
SC	-20.8	-14.4	-87.8	-39.8	-31.4	-22.7	-48.1	-32.3
RS	-103.6	-135.9	-450.2	-606.9	-336.4	-256.2	-175.7	-147.2
TOTAL	-2552.3	-2527.7	-6261.5	-3595.7	-3799.1	-2592.2	-2504.2	-2050.0



TABELA 61

MATC GROSSO DO SUL
 SALDO DO COMERCIO INTERAO : 1974 - 1981
 (CRÉDITOS MILHARES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	61.0	0.0	-6.2
AC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8	2.0	1.9
AM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-3.2	-4.8	-5.2
PA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	58.7	-1.5	-4.4
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.0	-0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.2	5.5	4.4
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.4	-0.3	-2.8
NORDESTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.2	4.8	-27.8
MA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	1.1
PI	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.5	-0.7	-0.8
CE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-4.3	-5.1	-12.6
RN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-2.7	-3.2	-4.2
PB	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.4	-0.8	-3.4
PE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-5.0	3.3	-4.1
AL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.4	0.3	-0.1
SF	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-3.0	10.5	-5.3
BA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	15.3	2.4	4.7
PN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.1	0.0
C-CESTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	148.6	137.9	240.5
MT	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	136.7	131.2	245.7
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	10.6	6.5	-2.1
DF	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	2.2	-3.0
SUDESTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1419.4	-1778.3	-1847.0
MG	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-40.2	-82.8	-125.9
ES	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.5	-6.2	-2.9
RJ	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.3	-148.5	-106.6
SP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1377.1	-1550.8	-1611.6
SUL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	317.0	-138.9	-588.0
PR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	453.7	206.2	274.4
SC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-36.9	-5.4	-550.6
RS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-55.8	-339.7	-311.2
TOTAL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-896.0	-1771.7	-2228.4



TABELA 62

GOIAS
ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	1	5	1	3	1	2	1	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	5	0	1	0	1	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NOROESTE								
MA	2	4	2	5	2	6	2	2
PE	1	1	0	1	0	1	1	0
CE	0	1	0	1	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	1	1	1	1	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	1	0	1	0	1	0	0
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE								
MT	7	19	6	13	5	13	7	7
MS	0	5	0	2	0	4	1	1
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DR	6	14	5	10	5	9	6	6
SUDESTE								
MG	83	70	84	76	65	73	82	82
ES	20	12	15	26	12	27	12	14
RJ	7	6	7	4	6	7	7	8
SP	57	52	52	43	66	37	53	50
SUL								
PR	7	1	8	3	7	4	3	8
SC	1	0	2	2	3	2	3	3
RS	2	0	3	0	1	0	1	1
	4	1	3	1	2	2	1	3



TABELA 63

OCIAS
 SALDO DO COMERCIO INTERNC : 1974 - 1981
 (CRE MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	98.8	110.8	143.8	59.7	17.6	92.0	58.6	76.2
AM	5.0	2.7	5.6	4.7	0.0	3.5	3.7	2.8
PA	-7.6	15.3	2.6	12.5	23.0	12.4	-7.3	13.6
AP	101.4	91.8	135.6	46.2	0.0	58.5	54.8	37.3
RO	0.0	0.0	0.0	0.6	0.0	-0.0	0.2	1.2
PR	0.0	0.0	0.0	5.9	0.0	7.2	7.5	19.3
	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.0	0.3	-0.1	2.0
NORDESTE								
MA	4.5	24.1	115.2	16.0	66.2	126.9	105.6	119.2
PI	-3.5	35.7	28.5	18.5	9.3	17.3	15.7	33.7
CE	0.4	-4.3	5.4	-5.5	5.6	9.5	12.4	11.8
RN	14.8	1.9	37.3	13.7	10.0	12.5	7.9	12.1
PB	-10.8	-6.0	-7.6	-4.1	5.8	-3.7	6.8	15.1
PE	-2.1	-5.5	-2.2	-6.0	2.0	1.0	3.2	6.8
AL	-0.4	-10.8	22.8	-7.4	10.7	14.0	29.8	16.7
SE	-3.0	-1.9	0.0	-4.0	-1.5	-2.0	-2.5	-5.6
SP	2.1	-1.5	4.6	-9.5	0.9	49.3	-0.0	2.0
BA	7.0	17.3	26.2	19.1	43.1	29.3	25.4	26.6
FN	0.0	0.0	0.0	1.1	0.0	-0.4	2.1	-0.0
C-OESTE								
MT	190.1	583.1	350.2	29.3	69.0	46.1	193.0	78.9
MS	109.2	165.0	215.6	30.6	126.0	44.6	91.2	-5.5
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-10.9	-4.5	2.1
DF	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SP	90.3	212.1	134.6	18.7	-57.0	14.3	100.9	82.3
SUDESTE								
MG	-1594.5	-2416.4	-5798.2	-3797.4	-5113.7	-3135.3	-3451.8	-3609.8
ES	-595.0	-793.5	-871.3	-78.7	113.5	271.0	241.6	-113.6
RJ	-3.6	-2.7	0.1	-3.1	-0.3	-1069.9	-7.2	-2.3
SP	-147.9	-155.5	-283.1	-329.8	-836.9	-289.8	-579.4	-652.2
	-1248.1	-1414.7	-4704.0	-3195.8	-4390.0	-3139.5	-3105.2	-3841.7
SUL								
PR	-289.2	-230.0	-706.2	-681.7	-520.6	-480.9	-504.3	-537.1
SC	-45.3	-21.5	-157.8	-901.3	-230.2	-137.3	-123.8	-171.9
RS	-64.3	-68.0	-243.6	-88.9	-87.9	-105.9	-97.6	-109.7
TOTAL	-179.6	-170.5	-704.2	-111.5	-202.4	-217.0	-276.9	-255.6
TOTAL	-1590.3	-2170.4	-5095.2	-4584.1	-5465.0	-3359.2	-3684.2	-3872.5

portações teve origem na região Sudeste. São Paulo forneceu entre 45 e 56% das importações, o Rio de Janeiro, entre 14 e 19% e os valores correspondentes para Minas Gerais foram 9 e 14%. Disto resultou que no mínimo 76% e no máximo 83% das importações do Distrito Federal saíram do Sudeste. A absorção das exportações do Distrito Federal por parte dos estados desta região foi bem menor, variando de 30 a 44%, embora os níveis dos três últimos anos do período tenham se mostrado superiores aos do início. O comércio com os estados do Centro-Oeste, feito basicamente com Goiás, foi relativamente mais importante para o Distrito Federal no sentido de colocar no mercado da região, suas exportações. Nota-se, porém, que de 1974 a 1976, as parcelas destas exportações que permaneciam no próprio Centro-Oeste eram muito maiores que as observadas posteriormente. Isto deveu-se, em parte, às maiores aquisições relativas feitas pelo Sudeste e também pelo Nordeste, onde os principais compradores dos produtos do Distrito Federal foram Ceará, Pernambuco e Bahia. Em contrapartida, as vendas do Nordeste para a capital federal foram relativamente pequenas. O intercâmbio com o Norte foi pouco expressivo e ocorreu, em sua maior parte, com o Pará. O comércio com o Sul foi moderado e mais no sentido de aquisição de mercadorias da região do que de vendas para a mesma.

Os resultados obtidos pelo Distrito Federal através do comércio interno estão na Tabela 65. Apesar da região Centro-Oeste ter se mostrado, em termos relativos, mais importante como absorvedora das exportações do Distrito Federal do que como fornecedora das importações do mesmo, os saldos do comércio com a região foram quase sempre negativos. Isto se explica porque o valor de suas importações foi sempre muito superior, em termos absolutos, ao de suas exportações (vide Tabela 24). De maneira análoga explicam-se os déficits registrados em relação ao Nordeste e ao Norte. Segue ainda deste fato, que os saldos do co-



TABELA 64

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

ESTADO /	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
ESTADO	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	2	0	3	2	1	1	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	2	0	3	1	1	2	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	2	5	2	7	2	2	2	4
PI	0	1	0	1	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	1	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	4	0	3	0	0	0	0
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO-OESTE								
MT	12	76	8	59	7	43	11	41
MS	0	4	0	3	0	0	1	3
GO	12	72	8	55	7	40	10	38
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE								
MG	76	35	37	30	32	44	73	69
ES	13	11	13	13	10	14	12	13
RJ	17	12	13	6	17	2	0	5
SP	45	12	52	11	56	19	54	23
SUL								
PR	10	2	3	2	7	9	3	5
SC	2	1	1	1	2	3	1	1
RS	3	0	2	0	1	0	2	0
	5	0	2	0	3	4	2	3



TABELA 65

DISTRITO FEDERAL
SALDO DO COMERCIO INTERNO 1974 - 1981
(CRÉDITOS MILHARES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1975	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	3.2	-1.2	6.0	-61.6	-73.6	-5.6	26.9	1.1
AM	0.3	0.5	0.3	1.4	2.3	1.6	4.6	3.7
PA	-0.3	-0.1	-5.2	-6.9	-4.8	-4.2	2.4	-9.2
AP	3.2	-1.6	11.1	-55.4	-71.0	-5.0	8.6	7.6
RO	0.0	0.0	0.0	-2.5	-2.6	-2.3	-2.8	-1.6
RR	0.0	0.0	0.0	0.9	2.5	4.5	7.0	0.4
	0.0	0.0	0.0	0.7	0.1	-0.2	7.1	0.1
NORDESTE								
MA	-27.9	-51.8	-55.3	43.0	51.5	13.2	4.5	-2.1
PI	-3.2	2.3	4.8	-3.3	-3.8	-7.0	0.3	1.5
CE	0.6	0.8	2.6	2.6	0.7	0.3	-5.8	-17.4
RN	-6.3	-4.2	-9.9	53.4	81.3	40.5	34.4	74.7
PB	-5.2	-4.3	-4.5	-3.8	-2.8	-3.9	1.2	-17.8
PE	-8.8	-3.7	-8.3	11.5	8.5	-0.2	-8.7	-3.4
AL	-7.4	-20.1	-28.3	-22.5	-42.8	-4.7	3.7	-91.9
SE	-1.8	-2.6	-0.5	-1.8	-5.7	-1.0	-5.3	25.0
SC	-0.3	-0.2	-0.9	4.7	-1.4	-1.2	-3.3	-5.3
DF	2.3	-9.6	-10.4	2.7	22.9	44.2	-12.0	24.7
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.1	3.7
C-OSTE								
MT	-65.7	-206.5	-114.6	-3.1	78.0	1.3	-101.1	-105.0
MS	14.6	11.6	20.0	15.6	21.0	16.7	1.9	-25.7
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.2	-2.2	3.0
DF	-80.3	-218.1	-134.6	-18.7	57.0	-14.3	-100.8	-82.3
	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SUDESTE								
MG	-2100.6	-3010.0	-5740.9	-5248.7	-5155.5	-4595.1	-4674.4	-4804.3
ES	-345.7	-422.6	-834.3	-512.1	-544.1	-652.0	-525.7	-650.3
RJ	-11.7	-7.4	-10.2	-5.2	-1.2	-72.3	-1.7	1.5
SP	-654.3	-554.5	-1103.1	-1251.2	-1112.2	-826.5	-858.0	-1003.4
	-1292.9	-2059.5	-3793.3	-3480.2	-3498.0	-3303.6	-3283.0	-3151.9
SUL								
PR	-274.2	-327.1	-788.4	-434.3	-451.7	-548.4	-491.8	-401.1
SC	-55.9	-46.2	-144.2	-184.1	-156.2	-189.1	-153.1	-105.6
RS	-75.0	-52.4	-461.6	-73.7	-93.1	-132.3	-128.9	-108.4
	-143.4	-98.6	-182.7	-176.6	-202.4	-226.5	-208.8	-127.1
TOTAL	-2552.9	-3528.8	-6673.2	-5704.7	-5551.2	-5134.0	-5235.9	-5311.5

mércio com o Sudeste e com o Sul só poderiam ser negativos, e de magnitude elevada no que diz respeito à primeira destas regiões.

A análise do Sudeste será iniciada pelo Estado de Minas Gerais. Seu padrão de comércio interestadual está contido na Tabela 66. Este comércio acha-se bastante concentrado na própria região Sudeste. De seus estados saíram de 80 a 88% das importações de Minas Gerais e por eles foram adquiridos de 72 a 76% de suas exportações. São Paulo, uma vez mais, foi o parceiro mais importante, seguido pelo Rio de Janeiro. Das importações de Minas Gerais que não foram provenientes do Sudeste, a maior parte veio do Sul. Em termos de absorção de suas exportações encontra-se, também depois do Sudeste, o Nordeste, onde se destacam Pernambuco e Bahia. Vêm, em seguida, o Centro-Oeste e o Sul com participações semelhantes. No Centro-Oeste, o principal parceiro foi Goiás. O intercâmbio com o Norte foi inexpressivo.

Através deste comércio, Minas Gerais conseguiu, quase sempre, saldos positivos com todos os estados e territórios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É o que revelam os dados da Tabela 67. No Sudeste, Minas Gerais conseguiu superávit em relação ao Espírito Santo durante seis dos oito anos do período considerado, além de saldos positivos com São Paulo e Rio de Janeiro em 1974. No Sul houve apenas alguns saldos positivos no intercâmbio com o Paraná. Em termos globais, sua balança de comércio só não foi deficitária em 1974.

O comércio interestadual do Espírito Santo pode ser considerado ainda mais restrito ao Sudeste do que o de Minas Gerais. Isto porque as parcelas de suas exportações que têm como destino esta região são maiores que as observadas no caso anterior. O principal parceiro de comércio é São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e por Minas Gerais. A parte complementar do comércio do Espírito Santo é feita basicamente com o Nordeste,



TABELA 66

ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	1	0	1	0	1	0	2
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	1	0	1	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	1
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
BA	4	10	2	3	3	4	3	10
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	1	1	0	0	1	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	1	3	0	1	2	1	0	3
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	2	5	1	4	1	2	2	4
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-ESTE								
MT	3	0	2	3	4	5	4	7
MS	0	1	0	1	0	0	0	0
GO	2	5	1	3	3	4	3	3
DF	0	2	0	2	0	0	0	1
SUDESTE								
MG	81	73	89	84	76	80	93	73
ES	1	2	1	2	2	3	2	0
RJ	26	22	17	17	17	15	22	19
SP	54	49	70	66	56	53	62	62
SUL								
PR	12	7	9	9	8	10	3	9
SC	3	1	2	2	1	3	2	3
RS	5	4	3	3	4	4	4	3

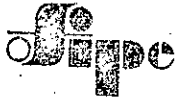


TABELA 67
 FINANÇAS GERAIS
 SALDO DO COMERCIO INTERNO: 1974 - 1981
 (EM MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NDPTE	201.8	206.4	279.5	260.4	213.2	300.6	462.0	535.1
AC	9.5	9.8	23.2	18.9	12.6	16.7	14.2	11.8
AM	53.8	1.9	57.1	70.1	70.8	108.2	105.8	71.8
PA	132.5	154.7	195.2	169.7	119.2	213.0	262.3	402.5
AP	0.0	0.0	0.0	1.3	1.3	3.6	7.5	13.8
AD	0.0	0.0	0.0	-4.2	0.7	-40.9	49.0	30.2
RR	0.0	0.0	0.0	4.6	2.6	-0.0	3.3	5.0
NDPTE	1175.6	1364.1	2100.4	1442.2	1818.9	2554.5	1946.6	2952.0
MA	19.1	30.5	28.3	-10.8	-9.9	93.4	111.7	136.9
PI	30.6	32.9	68.3	44.9	60.1	83.4	82.3	98.5
CE	153.5	123.3	350.6	219.3	224.2	355.0	220.2	326.0
RN	18.6	5.9	17.6	0.4	32.0	11.8	64.7	86.1
PR	4.9	-18.4	-13.7	-34.7	-35.4	12.5	0.5	39.9
PE	321.2	428.9	681.6	457.2	615.1	758.3	720.9	844.0
AL	20.3	48.7	70.7	49.0	42.0	68.6	68.8	72.5
SE	19.5	38.7	138.7	25.6	13.9	109.3	82.0	183.3
BA	565.1	650.6	1066.1	685.1	969.9	1158.7	582.7	1159.9
FN	9.0	0.0	0.0	6.6	0.9	14.7	9.0	6.7
C-OFSTE	1100.3	1440.5	2031.9	769.4	567.6	504.4	492.9	1043.1
MT	159.6	230.4	326.3	177.6	137.0	142.4	146.1	153.1
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	40.2	62.8	129.9
GO	595.0	753.5	671.3	78.7	-113.5	-271.0	-241.6	111.6
DF	345.7	522.6	838.3	512.1	544.1	692.9	523.7	650.5
SUDESTE	1181.9	1387.9	1129.5	-1051.5	-1056.6	-3749.0	-12495.3	-7590.1
MG	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ES	68.8	50.2	902.7	16.4	-69.6	-71.1	173.5	327.7
RJ	210.3	454.4	393.0	-479.2	-1207.8	1130.2	-3556.0	-1427.4
SP	902.8	1483.7	-1160.2	-10052.7	-3227.2	-3429.6	-9120.4	-6490.4
SUL	351.9	283.3	1024.3	3259.5	461.8	-642.4	-292.3	-583.3
PR	-189.0	102.7	-458.2	-770.8	158.1	5.1	52.5	181.7
SC	-187.6	305.9	-099.0	-428.2	-436.4	-616.5	-204.6	-421.9
RS	-5.3	-50.1	-67.1	-60.5	-183.5	-37.0	-140.2	-342.1
TOTAL	3277.7	4174.2	7622.6	9164.1	-9426.7	-9222.0	-9885.8	-3642.4

notadamente através da Bahia, e com o Sul, onde se destaca em alguns anos, o Rio Grande do Sul no que diz respeito ao fornecimento de mercadorias para o estado em análise. O intercâmbio com o Norte e o Centro-Oeste é fraco (v. Tabela 68).

Os saldos do comércio interestadual do Espírito Santo estão apresentados na Tabela 69. No que diz respeito aos estados e territórios do Norte e do Centro-Oeste, os saldos foram positivos na maior parte dos casos. O mesmo ocorreu em relação aos estados do Nordeste, mas com seu principal parceiro na região, o comércio só não foi deficitário em 1974. O intercâmbio com os estados do Sul e do Sudeste resultou também quase sempre em déficits. Em 1980, o Espírito Santo conseguiu um saldo positivo no comércio com São Paulo, o que se deveu a um substancial aumento das vendas para este estado. No cômputo geral, os déficits permaneceram ao longo de todo o período analisado.

O Estado do Rio de Janeiro também apresentou comércio bastante concentrado no Sudeste, conforme indicam os dados da Tabela 70. Nesta região encontram-se seus dois principais parceiros: São Paulo e Minas Gerais com predomínio substancial do primeiro, que forneceu ao Rio de Janeiro mais da metade de suas importações e absorveu parcelas de suas exportações que oscilaram em torno dos 50%. Em termos de região, o Sul apareceu como a segunda mais importante, tanto como compradora quanto como vendedora de mercadorias ao Rio de Janeiro. Dentro desta região, a maior parte do intercâmbio foi feita com o Rio Grande do Sul e com o Paraná. O Nordeste teve importância maior como absorvedor das exportações do Rio de Janeiro, comprando de 11 a 14% das mesmas, o que se deu em grande parte, através da Bahia e de Pernambuco. O comércio com o Norte e o Centro-Oeste foi pouco expressivo, predominando as exportações do Rio de Janeiro para estas regiões.

Os saldos que resultaram do seu comércio interestadual encontram-se na Tabela 71. O intercâmbio com os estados e territórios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi quase sempre su



TABELA 68

ESPIRITO SANTO
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	5	10	5	6	7	8	10	7
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	3	1	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	3	4	5	5	9	7	3	5
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-CESTE								
MS	0	0	0	0	0	3	0	0
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	2	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE								
MG	82	85	87	87	83	79	81	85
ES	12	11	17	10	10	13	12	15
RJ	36	28	27	32	23	29	24	25
SP	33	47	43	44	52	36	39	44
SUL								
PR	13	8	7	7	9	10	9	8
SC	2	1	2	2	2	2	2	2
RS	3	0	3	1	0	2	0	0
RS	8	5	3	4	7	6	5	4



TABELA 69

ESPIRITO SANTO
SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 a 1981
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORDE								
AC	27.7	24.1	7.1	13.6	11.5	12.4	22.6	-10.9
AM	8.1	0.8	6.1	0.5	0.1	2.4	2.0	2.7
PA	0.1	1.5	-3.2	-0.9	-5.2	-2.3	-2.6	-16.1
AP	19.5	21.8	4.2	9.7	21.5	7.5	19.7	6.9
RO	0.0	0.0	0.0	0.1	-0.1	3.2	1.4	1.9
RR	0.0	0.0	0.0	4.1	-4.9	2.0	2.2	1.4
	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.4	0.4	-7.7
NORDESTE								
MA	02.1	4.6	-105.9	-73.2	6.7	124.2	-152.2	-50.2
PI	6.1	8.1	1.0	-1.2	-0.2	10.4	11.7	16.4
CE	4.9	3.5	2.4	4.8	6.2	9.9	12.6	8.2
RN	12.8	6.7	28.7	2.0	3.2	16.4	17.7	1.6
PB	5.5	9.4	11.4	-0.8	8.1	11.7	2.7	8.8
PE	3.2	4.7	7.0	-2.6	2.6	3.0	-22.8	-6.8
AL	20.3	-1.6	24.8	-2.0	5.5	43.3	36.5	21.3
SF	2.6	-1.1	5.6	2.4	4.6	6.3	3.4	3.6
BA	1.9	5.0	9.4	-5.1	4.8	168.3	8.5	6.7
SE	24.8	-32.1	-193.6	-71.4	-28.0	-145.7	-218.8	-111.0
FE	0.0	0.0	0.0	0.7	0.3	0.3	0.3	-0.2
C-OESTE								
MT	18.2	12.1	17.1	11.9	3.5	55.0	16.5	9.9
MS	2.8	2.0	7.1	3.6	1.9	5.2	3.7	5.2
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5	6.2	2.9
DF	3.5	2.7	-0.1	3.1	0.3	1069.9	4.9	2.3
	11.7	7.4	10.2	5.2	1.2	72.3	1.7	-1.5
SUDESTE								
MG	-117.7	-1280.2	-5034.5	-3372.7	-2386.5	-1498.9	-320.1	-2787.2
ES	-66.8	-50.2	-502.7	-16.4	69.6	71.1	-173.5	-327.7
RJ	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SP	436.3	-12.0	-1021.1	-1753.2	-1532.2	-738.3	-1264.9	-1303.5
	-485.2	-1210.0	-2110.6	-2103.1	-693.5	-831.8	1126.7	-1156.0
SUL								
PR	-217.4	-214.6	-463.0	-306.7	-445.2	-383.7	-391.8	-403.0
SC	-23.2	-72.3	-86.6	28.6	32.3	35.3	-50.3	5.0
RS	-55.1	-50.9	-201.7	-59.2	-56.6	-69.2	-112.4	-117.5
TOTAL	-339.3	-141.4	-374.7	-274.3	-421.5	-329.3	-313.4	-290.5
	-207.1	-1453.7	-5978.6	-4222.1	-2819.9	-1690.2	-824.8	-3241.5



TABELA 70

RIO DE JANEIRO
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

ESTADO / REGIAO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
NORTE	0	2	1	2	1	3	1	3	1	3	2	3	1	2	3	1	3
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1
PA	0	1	0	2	0	2	0	2	0	2	0	0	1	0	0	0	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	5	12	3	14	4	13	4	13	4	13	4	14	5	12	5	11	11
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	2	1	2	1	2	0	2	0	2	0	2	1	1	0	0	0
RN	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
PE	2	4	1	4	1	3	1	4	1	4	1	4	1	1	1	1	3
AL	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
BA	2	4	1	5	1	5	1	5	2	5	2	4	3	3	3	4	4
FM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO-OESTE	1	3	1	4	1	5	1	5	0	4	1	4	1	0	0	0	4
MT	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	1	1	1	1	1	1	0	2	0	2	1	1	1	3	1	0	1
DF	0	2	0	2	0	3	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	2
SUDESTE	75	66	82	67	82	66	81	65	81	65	77	65	78	65	80	67	67
MG	15	12	11	14	12	13	11	14	11	14	14	13	10	13	12	15	15
ES	15	13	12	14	12	15	11	14	11	14	12	14	11	14	11	14	14
RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SP	56	53	69	49	69	47	70	49	70	49	61	48	67	44	67	43	43
SUL	18	15	13	13	13	13	13	13	13	13	13	14	15	15	13	13	13
PR	4	4	4	4	4	5	4	4	4	4	5	4	5	5	4	5	5
SC	4	2	4	2	4	2	2	2	2	2	3	2	3	2	2	2	2
RS	9	9	7	7	6	7	7	7	7	7	8	8	7	8	6	8	8

peravitário. As exceções que ocorreram foram os déficits com o Amazonas, de 1976 a 1981, e outro com Mato Grosso do Sul, em 1979. No Sudeste, o Rio de Janeiro conseguiu superávits no comércio com Minas Gerais e Espírito Santo durante quase todo o período, mas no que diz respeito a São Paulo, a situação predominante foi de déficit. No Sul, houve alguns saldos positivos alternados em relação aos três estados, mas o comércio do Rio de Janeiro com a região Sul como um todo só não foi deficitário em 1981. Apesar de ter sempre tido um número maior de saldos positivos, o grande peso dos saldos negativos, sobretudo com São Paulo fez com que a balança comercial do Rio de Janeiro se tornasse deficitária durante todo o período analisado, exceção feita ao ano de 1974.

Observe-se agora o padrão de comércio do Estado de São Paulo, representado na Tabela 72. Pela análise até aqui desenvolvida ficou evidente o papel preponderante que este estado desempenha no comércio interno, sendo quase sempre o principal fornecedor de mercadorias para os demais estados e territórios além de aparecer várias vezes também como o principal comprador dos produtos dos mesmos. A principal região com a qual o estado comercia continua sendo o Sudeste. Nela encontram-se seus dois parceiros de comércio mais importantes, quais sejam, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Depois é a vez do Sul, região com a qual São Paulo desenvolve parcela considerável de seu comércio, notadamente através do Paraná e do Rio Grande do Sul. Ainda em termos de região, a terceira posição é ocupada pelo Nordeste que absorveu parcelas das exportações paulistas que variaram de 11 a 17% e que vendeu a São Paulo de 8 a 13% do total de mercadorias adquirido pelo estado. Dentro do Nordeste, os principais parceiros de comércio foram Pernambuco e Bahia. Na seqüência, vem o Centro-Oeste e, finalmente, o Norte, onde se destaca o Amazonas como fornecedor de mercadorias para o estado paulista.



TABELA 71

RIO DE JANEIRO
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	439.7	439.0	697.8	902.3	677.8	525.9	412.1	816.2
AC	11.2	19.0	34.9	35.0	41.6	32.1	30.2	36.0
AM	121.5	91.1	-71.2	-26.3	-6.6	-227.3	-320.1	-39.1
PA	307.0	326.9	734.1	788.7	723.4	578.9	582.7	730.6
AP	0.0	0.0	0.0	36.9	35.1	0.0	34.8	28.2
RO	0.0	0.0	0.0	58.9	69.5	0.0	66.5	82.3
RR	0.0	0.0	0.0	9.1	14.3	8.0	22.1	24.3
NORDESTE	2236.5	2110.3	4867.2	4799.9	4603.0	4141.4	3507.0	3091.0
MA	106.1	80.0	16.6	197.4	137.9	94.2	135.8	229.9
PI	93.7	84.4	161.8	162.9	139.5	165.2	153.4	91.4
CE	330.7	332.5	572.2	721.2	773.4	760.6	781.2	542.2
RN	92.4	109.1	82.5	140.2	149.4	185.9	168.8	137.1
PB	18.6	50.8	111.1	132.2	75.2	63.6	25.2	90.0
PE	688.9	627.6	1521.5	600.1	1324.9	1399.6	1159.0	953.4
AL	75.4	134.0	280.6	255.0	300.0	143.1	141.4	270.5
SF	91.9	85.0	334.1	231.5	231.5	231.5	231.5	357.4
BA	732.0	597.9	1786.1	1827.4	1590.2	1076.6	754.8	402.8
FN	0.0	0.0	0.0	17.9	0.4	1.2	0.7	6.4
C-OESTE	691.6	885.2	1649.5	1950.9	2332.4	1364.0	1789.4	1933.3
MT	92.4	145.2	323.3	169.9	385.3	247.0	202.5	171.1
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-5.3	148.5	106.6
GO	147.9	165.5	223.1	529.8	836.5	289.8	579.4	652.2
DF	454.3	554.5	1103.1	1251.2	1112.2	826.5	858.0	1003.4
SUDOESTE	357.4	-4325.5	-16848.5	-11818.7	-11492.8	-9979.3	-9996.2	-10850.0
MG	-210.3	454.4	393.0	479.2	1207.8	-1130.2	3556.8	1427.4
ES	-436.3	12.0	1021.1	1733.2	1532.0	738.3	-1264.9	1303.5
RJ	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SF	1004.0	-4751.9	-10262.6	-11351.2	-14222.7	-9527.4	-14617.9	-13530.9
SUL	-295.1	-413.8	-1628.1	-284.7	-549.3	-1956.4	-594.8	1032.2
PR	143.5	390.0	-554.0	-433.2	-206.1	-640.7	149.7	1110.3
SC	-668.1	-527.4	-1440.4	-608.5	6.0	-567.0	-604.2	-534.0
RS	229.5	453.6	166.3	356.9	349.2	-750.9	-140.3	455.8
TOTAL	3433.2	-936.2	-11530.3	-4250.4	-4210.0	-5906.5	-4232.6	-3977.3

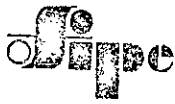


TABELA 72

SÃO PAULO
 ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

ESTADO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
ALAGOAS	2	2	2	4	4	4	5	5	4	4	5	5	3	3	6	5
AMAZONAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BAHIA	1	1	2	3	1	1	4	2	2	2	4	2	5	2	5	2
CAMPESINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEARÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPÍRITO SANTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOIÁS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PERNAMBUCO	10	17	11	15	3	15	10	16	10	15	11	15	13	15	10	15
PIAUÍ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
PARANÁ	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
PARANÁ	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
PARANÁ	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
PARANÁ	3	5	3	5	1	4	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
PARANÁ	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	5	6	6	5	5	5	6	5	5	5	7	5	3	5	6	5
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	4	10	4	8	3	9	8	9	6	10	5	9	6	10	6	9
PARANÁ	1	3	1	3	2	3	3	3	3	3	1	2	1	3	1	2
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	3	4	2	3	2	3	3	3	2	3	2	4	3	3	3	3
PARANÁ	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2
PARANÁ	52	40	55	42	50	39	44	44	49	42	47	40	44	40	43	41
PARANÁ	18	13	20	15	20	15	17	20	17	20	23	17	18	15	18	16
PARANÁ	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	4	2	2	2
PARANÁ	34	26	35	25	29	22	24	29	26	23	23	21	22	22	23	23
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANÁ	32	31	28	32	35	35	26	31	27	27	31	30	30	31	35	30
PARANÁ	12	12	9	13	13	21	14	12	11	12	14	13	12	13	19	15
PARANÁ	7	4	5	4	11	4	4	6	4	6	5	4	5	5	5	4
PARANÁ	14	14	13	14	11	10	11	12	11	12	12	13	13	13	14	12

Observando na Tabela 73 os saldos do comércio interno de São Paulo, nota-se que o único que logrou obter superávits sistemáticos sobre o estado paulista foi o Amazonas. Os outros superávits foram isolados. Assim sendo, São Paulo tem ocupado, através do comércio interno, de forma quase permanente, a posição de credor de todos os estados e territórios brasileiros, exceção feita ao Amazonas.

O Paraná, primeiro estado sulista a ser analisado, tem relações de comércio bastante fortes com o Sudeste, especialmente com São Paulo com quem efetuou, em geral, mais da metade de suas transações interestaduais. Esta é a conclusão a que se chega observando os dados da Tabela 74. O comércio dentro de sua própria região variou da seguinte forma: entre 10 e 25% de suas importações eram dela provenientes e de 18 a 31% de suas exportações a ela se dirigiram. Em termos relativos, Santa Catarina foi predominantemente absorvedora das importações e, o Rio Grande do Sul, gerador das exportações do Paraná. No pequeno intercâmbio com o Centro-Oeste, destaca-se o Estado do Mato Grosso do Sul, e no estabelecido com o Nordeste, Pernambuco e Bahia foram os parceiros mais frequentes. O comércio com o Norte foi menos expressivo ainda.

O saldo do reduzido comércio com estas três regiões foi positivo em relação à maior parte dos estados e territórios das mesmas. É o que mostram os dados da Tabela 75. No Sudeste, alternaram-se saldos positivos e negativos com Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e foram sistemáticos os déficits em relação a São Paulo. No Sul, o intercâmbio com Santa Catarina foi sempre superavitário mas com o Rio Grande do Sul ocorreu o inverso. Em consequência, o saldo global do comércio interestadual do Paraná foi negativo durante todo o período de 1974-81.

Dos estados do Sul, Santa Catarina é o que apresenta a maior concentração de comércio dentro da própria região (os da



TABELA 73

SAC FAULC
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHARES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORIC	137.6	984.4	1158.8	2174.8	3312.8	1505.6	410.2	1636.1
AC	36.2	50.1	196.9	172.5	511.4	190.2	182.2	157.3
AM	-403.9	-218.1	-1447.4	-888.9	-1127.8	-1445.3	-2336.4	-2091.4
PA	555.2	1172.4	2450.2	2408.6	3049.4	2301.5	2130.1	3015.5
AP	0.0	0.0	0.0	107.2	282.7	85.3	6.8	127.4
RO	0.0	0.0	0.0	326.9	558.1	385.2	337.7	321.6
RR	0.0	0.0	0.0	48.6	39.1	9.2	88.7	105.7
NORDESTE	5287.5	8202.7	21470.7	16667.7	18012.7	12726.8	11848.9	15207.3
MA	160.8	381.2	730.2	552.5	1132.4	690.0	850.9	1038.7
PI	382.7	363.3	759.2	644.3	868.5	1013.3	754.9	703.1
CE	549.2	1372.0	2598.2	2732.7	2868.4	2724.3	2798.2	3005.7
RN	200.8	339.1	876.9	605.4	568.1	489.7	655.8	828.0
PB	300.5	304.5	1084.2	876.2	1141.5	994.9	746.3	595.4
PE	1593.2	2899.0	7334.8	5313.9	5425.1	4884.5	4777.4	5198.1
AL	435.1	519.5	1482.8	1189.1	809.3	674.4	677.8	1129.0
SE	180.0	214.8	782.0	246.2	357.3	343.3	690.9	799.5
BA	1076.1	1025.3	5453.4	4498.5	4835.8	787.9	-28.4	1316.6
FN	0.0	0.0	0.0	4.0	9.3	8.2	-0.8	6.0
C-CESTE	3902.2	5114.9	12050.8	9160.4	10863.4	9089.1	9553.6	8671.4
MT	1365.8	1664.7	4353.5	2474.4	2973.5	2569.0	1594.8	1266.3
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1377.1	1300.8	1611.6
GO	1248.1	1434.7	4704.0	2185.0	4391.0	3139.5	3109.2	2841.7
DF	1288.9	2055.5	3793.3	3480.2	3498.0	3003.5	3289.0	3151.9
SUDESTE	-1421.7	9893.8	33180.5	28006.9	24443.2	15227.3	22811.6	21227.3
MG	-502.8	3483.7	11807.2	10052.7	9287.2	3439.6	5120.4	6490.4
ES	485.2	1210.0	3110.8	2105.1	933.9	831.8	-1126.7	1156.0
RJ	-1004.0	4791.9	18262.6	13851.2	14222.7	9587.4	14917.9	13580.9
SP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SUL	2577.7	13997.3	39773.9	17236.7	16055.8	15784.9	20883.0	13417.5
PR	1600.3	7399.8	30180.8	8781.4	9352.9	6578.0	9181.5	3464.1
SC	-878.5	866.5	-1321.0	2267.1	1162.5	1664.5	2761.9	1503.0
RS	1895.9	5989.0	10924.1	8188.2	7539.5	7342.3	9335.5	8450.4
TOTAL	10312.9	37816.6	108473.1	71286.5	76687.8	54333.7	85507.6	60359.6



TABELA 74

PARANA
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	1	0	1	0	2	1	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	1	0	0
NORDESTE								
MA	1	4	0	1	1	4	2	1
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	2	0	1	0	1	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	1	0	0	1	1	1	2
PN	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE								
MT	1	3	0	2	3	5	4	4
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	1	0	0	0	1	3	3
DF	0	1	0	0	0	1	0	0
SUL								
RS	73	71	89	80	78	75	75	80
SC	3	5	1	2	4	5	4	4
ES	0	0	0	1	0	1	0	0
RJ	11	9	4	9	7	6	9	9
SP	59	68	23	68	57	63	52	66
SUL	25	17	10	17	17	18	13	15
PR	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	9	5	4	5	6	8	7	6
RS	17	12	3	12	11	10	11	8



TABELA 75

PARANA

SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
(CR\$ MILHRES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NCRTF	42.5	44.5	121.9	255.9	163.0	416.2	120.2	131.2
AC	3.1	2.4	8.1	25.3	10.1	16.0	16.0	8.9
AM	12.9	13.0	17.3	53.9	16.5	13.2	5.6	15.5
FA	26.5	29.1	96.5	115.8	102.0	188.7	78.1	107.7
AP	0.0	0.0	0.0	10.0	1.9	6.7	3.4	6.7
RO	0.0	0.0	0.0	42.0	24.3	40.9	29.4	15.9
RR	0.0	0.0	0.0	7.1	10.2	152.8	1.0	7.6
NORDESTE	275.5	149.6	667.8	903.8	662.9	738.3	945.4	1222.0
MA	-10.1	9.5	28.7	26.2	25.8	28.8	27.4	37.6
PI	9.2	9.1	37.6	41.9	25.8	27.9	40.2	45.0
CE	16.5	1.7	84.3	93.8	50.9	103.3	117.1	130.8
RN	-3.5	-18.8	15.3	38.4	23.4	-10.0	18.5	10.7
PB	51.7	-6.1	47.5	71.0	79.8	64.0	100.1	84.3
PE	149.0	106.6	254.3	255.5	217.1	306.0	405.5	305.1
AL	5.8	5.4	41.1	55.5	22.4	26.7	20.9	20.4
SE	6.1	2.8	28.2	35.3	43.7	56.9	64.2	24.8
BA	29.7	35.4	146.6	228.0	173.4	150.3	142.2	355.2
FN	0.0	0.0	0.0	0.1	0.7	-0.1	0.2	0.3
C-OESTE	261.3	163.5	522.7	1080.2	222.7	24.2	203.8	101.3
MT	160.1	55.9	550.7	395.4	-163.8	151.6	127.0	98.7
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-453.7	-206.2	-274.4
GO	45.3	21.5	157.8	501.3	230.2	137.3	129.2	171.9
DF	55.9	46.1	144.2	184.1	156.2	189.1	153.1	105.6
SUDESTE	-1531.5	-7370.2	-29001.9	-56000.0	-9337.9	-5977.6	-9335.4	-4757.1
MG	109.0	-102.7	458.2	770.8	-156.1	-3.1	-52.9	-187.7
ES	23.2	22.3	85.6	-28.5	-32.9	-35.3	50.3	-5.0
RJ	-143.5	-390.0	554.0	432.2	206.1	640.7	-149.7	-110.3
SP	-1600.3	-7359.2	-30100.8	-6781.4	-9352.9	-8578.0	-9183.5	-3464.1
SUL	-1137.7	-1128.1	-658.3	-442.7	2586.3	1076.9	893.7	1495.8
PR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SC	289.2	266.2	674.3	1076.5	1295.6	1991.5	2261.1	2533.7
RS	-1426.8	-1374.3	-1113.7	-1519.3	1195.5	-914.6	-1377.4	-1038.0
TOTAL	-2069.9	-8600.7	-28076.1	-7008.3	-5798.1	-3718.9	-7182.4	-1018.4

dos relativos a este estado encontram-se na Tabela 76). Apesar disto, o Sudeste continuou a ocupar a posição de principal parceiro comercial, o que se deveu uma vez mais ao nível de intercâmbio estabelecido com São Paulo. Observando ainda o comércio com o Sudeste, constata-se que Minas Gerais e Rio de Janeiro são preponderantemente absorvedores das exportações de Santa Catarina. O mesmo ocorre em relação ao Nordeste, onde uma vez mais os parceiros mais importantes foram Pernambuco e Bahia. O intercâmbio com o Centro-Oeste e com o Norte foi pouco expressivo.

Santa Catarina obteve, salvo pequenas exceções, saldos comerciais positivos com os estados do Norte e do Nordeste, conforme indicam os dados da Tabela 77. O comércio com o Centro-Oeste foi sempre superavitário, o mesmo ocorrendo em relação aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo no Sudeste. Com o Rio de Janeiro, o saldo só não foi positivo em 1978 e, com São Paulo, o saldo só não foi negativo em 1974 e 1976. Seu intercâmbio com o Sul foi, em geral, deficitário. O resultado global da balança de comércio de Santa Catarina acompanhou o que ocorreu em São Paulo, ou seja, ele foi negativo em todos os anos que não 1974 e 1976.

Observe-se, finalmente, o padrão de comércio do Rio Grande do Sul através dos dados da Tabela 78. Este padrão difere pouco do relativo ao Paraná. O principal parceiro de comércio é São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro. Depois é a vez dos estados do Sul com posições não muito distintas e com tendência a participar no comércio com o Rio Grande do Sul mais como compradores do que como vendedores de mercadorias. Igual observação aplica-se ao Nordeste, ao Centro-Oeste e ao Norte, apesar dos diferentes pesos que cada uma destas regiões tem no comércio interestadual do Rio Grande do Sul.

Os saldos comerciais deste estado encontram-se na Tabela 79. Desconsiderando alguns resultados negativos isolados, o co

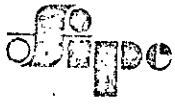


TABELA 76

SANTA CATARINA
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	1	0	1	0	1	0	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	4	7	2	7	4	3	3	4
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	1	1	0	1	0	1	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	2	2	0	2	2	2	3	3
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	1	2	0	1	1	3	1	3
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-SUDESTE								
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	1	0	1	0	1	0	1
DF	0	1	0	2	0	1	0	0
SUDESTE								
MG	49	67	60	57	54	51	51	49
ES	4	6	2	7	3	4	3	4
RJ	0	1	0	1	0	0	0	0
SP	37	44	50	44	44	44	43	40
SUL								
PR	47	23	36	23	30	37	44	46
RS	19	12	15	12	14	17	25	27
SC	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	28	17	22	10	19	20	19	18



TABELA 77

SANTA CATARINA
 SALDO DO COMERCIO INTERAO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	65.7	61.3	127.0	117.5	87.6	124.1	158.8	34.9
AM	1.5	1.6	25.3	6.9	6.3	11.2	11.4	5.9
PA	34.2	24.9	34.3	29.8	21.0	23.2	47.1	30.0
AP	29.9	34.0	27.4	63.4	44.4	72.6	65.2	34.8
RO	0.0	0.0	0.0	3.3	4.3	3.6	3.2	2.7
RR	0.0	0.0	0.0	10.1	9.2	10.3	22.6	3.7
	0.0	0.0	0.0	4.1	1.4	3.2	1.9	-95.3
NORDESTE								
BA	270.7	213.4	1259.7	392.0	564.2	618.0	804.6	827.7
PE	17.5	16.5	29.6	14.4	17.5	46.0	42.0	34.3
PI	17.7	19.9	30.2	30.6	31.5	23.7	35.0	48.4
CE	22.2	33.7	65.8	28.4	37.5	115.1	61.3	132.3
RN	22.3	3.0	13.7	24.2	16.4	16.8	26.2	59.6
PB	11.1	20.6	494.3	26.3	71.8	39.7	29.4	22.6
PR	24.5	-33.4	304.4	-75.4	-84.0	4.7	339.5	153.5
AL	11.0	13.6	33.7	11.4	39.3	25.1	32.5	29.7
SE	12.5	14.1	35.3	27.1	59.5	45.6	32.0	46.1
MA	132.9	125.4	251.7	305.1	374.2	295.0	395.9	303.2
FN	0.0	0.0	0.0	0.7	0.0	11.4	0.3	0.0
C-OESTE								
MT	169.0	144.8	790.0	179.0	212.4	298.3	290.0	800.9
MS	20.8	14.4	84.8	36.5	31.4	22.7	48.1	32.3
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	36.9	5.6	550.6
DF	64.3	68.0	243.6	68.9	67.9	105.8	97.6	109.7
	75.0	82.4	461.6	73.7	95.1	132.0	128.9	108.4
SUDESTE								
MG	1789.3	275.7	3472.1	-1571.2	-675.5	-597.9	-1442.6	-422.5
ES	187.6	305.9	499.0	428.2	436.4	610.5	204.6	428.9
RJ	55.1	50.9	201.7	59.2	56.6	88.2	112.4	117.5
SP	668.1	587.4	1440.4	208.5	-6.0	567.0	604.2	534.0
	878.5	-688.5	1331.0	-2267.1	-1162.5	-1084.6	-2363.9	-1503.0
SUL								
PR	-1209.5	-1481.8	282.3	-2506.9	-2796.9	-2615.0	-2549.9	-3042.8
RS	-289.2	-286.2	-674.3	-1076.6	-1295.6	-1971.5	-2261.1	-2533.7
SC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RS	-100.4	-915.6	956.7	-1430.4	-1601.3	-620.5	-398.8	-509.0
TOTAL	596.1	488.6	5931.1	-3369.7	-2703.3	-2066.8	-2849.2	-1804.8

mércio do Rio Grande do Sul com todos os estados e territórios brasileiros, exclusive São Paulo e Rio de Janeiro, foi superavitário. Com relação ao Rio de Janeiro, apareceram déficits de 1974 a 1977 e em 1981. Já no que diz respeito a São Paulo, os saldos de comércio foram sempre negativos e, em virtude de seu grande peso relativo, estes saldos acabaram por tornar deficitária a balança comercial do Rio Grande do Sul durante os anos de 1975 a 1981.

A análise individual do comércio interestadual de estados e territórios brasileiros aqui realizada, permitiu identificar os principais parceiros de comércio dos mesmos.

Para uma visão global deste aspecto, elaborou-se o Quadro 1, no qual se acham associados o estado ou território e os principais estados de origem de suas importações e de destino de suas exportações. Este quadro reflete a situação vigente especificamente no ano de 1981, mas que não difere muito do padrão de comércio dos anos anteriores, conforme se constatou na análise realizada.

O primeiro aspecto que fica evidenciado neste quadro é a elevada participação de São Paulo no comércio interno brasileiro. Notadamente no que diz respeito à origem das importações interestaduais, seu predomínio é indiscutível. Das vinte e seis unidades da Federação, vinte e três têm em São Paulo o principal fornecedor de mercadorias. Por outro lado, para dezoito delas São Paulo é também o principal comprador dos produtos que elas exportam para outras unidades da Federação.

Em todos os estados e territórios do Norte, a maior parcela de importações provêm de São Paulo. Os dois maiores estados da região têm, depois de São Paulo, outros estados do Sudeste como principais fornecedores. Ao mesmo tempo, Amazonas e Pará aparecem alternativamente entre os mais importantes parceiros comerciais dos demais estados e territórios do Norte, ao lado de estados do Nordeste e do Sul. Pelo lado das exportações, há



TABELA 79

GRANDE DO SUL
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CENS MILPES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NOPIF	84.3	60.9	87.6	170.9	133.0	372.8	324.4	292.9
AC	6.5	7.4	18.1	16.6	23.2	23.7	28.3	20.8
AX	44.6	19.5	-18.4	36.2	82.7	74.3	76.8	62.0
PA	33.2	34.0	55.8	86.6	85.8	117.5	136.2	103.7
AP	0.0	0.0	0.0	7.5	6.7	7.5	-16.5	8.0
RC	0.0	0.0	0.0	20.4	-77.2	32.4	58.0	57.2
RR	0.0	0.0	0.0	-0.3	11.2	116.8	41.6	35.5
NOFESTE	912.9	811.2	1820.9	1482.1	1661.5	2062.1	1272.4	1475.3
MA	22.2	15.9	46.5	25.7	53.5	44.6	70.6	54.9
PI	13.7	20.2	36.2	33.5	44.6	451.2	43.0	50.2
CE	81.3	75.6	110.6	125.6	163.7	149.7	193.0	144.4
RN	51.4	31.7	41.8	42.5	57.1	49.4	1.0	36.2
PR	53.4	37.6	206.5	95.3	71.6	52.9	58.6	46.4
PC	425.0	372.6	428.1	473.7	697.2	592.0	407.0	540.5
AL	33.8	36.6	68.1	80.9	81.1	82.9	31.4	93.6
SE	27.9	20.5	51.9	44.9	795.4	42.6	20.8	44.5
BA	218.6	239.9	331.1	553.3	692.4	601.7	447.6	465.1
FN	0.0	0.0	0.0	0.2	0.5	2.6	-50.4	-0.4
C-OFESTE	426.6	424.9	917.0	895.0	741.2	820.3	1002.1	901.7
MT	103.6	185.8	250.2	606.9	336.4	256.2	175.7	147.2
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	99.2	339.7	311.8
GO	79.6	140.5	304.0	111.5	202.4	237.8	278.9	255.6
DF	143.6	58.6	182.7	176.6	202.6	226.5	209.0	187.1
SUDESTE	-1541.0	-590.1	-10848.7	-8233.5	-6585.4	-6224.8	-8825.9	-8273.6
MG	5.3	80.1	67.1	60.5	183.5	37.0	140.2	342.1
ES	139.1	141.4	174.7	271.1	421.2	329.3	313.4	290.5
RJ	-229.5	-153.6	-266.3	-336.5	349.2	750.6	140.3	-455.8
SP	-1855.9	-5925.0	-10924.1	-8188.2	-7539.5	-7342.3	-9335.5	-8450.4
SUL	2427.2	2309.9	377.0	2949.6	405.8	1535.1	1766.2	1547.0
PR	1426.8	1354.3	1333.7	1519.3	-1195.5	914.6	1377.4	1038.0
SC	1050.4	915.0	-656.7	1430.4	1601.3	620.5	368.8	509.0
RS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	C.C.	C.C.
TOTAL	1909.9	-2244.2	-7645.6	-2715.9	-4343.2	-1434.6	-4460.9	-4056.8



QUADRO I
PRINCIPAIS PARCEIROS DE COMÉRCIO (*)
1981

Estados	Origem das Importações	Destino das Exportações
- Acre	SP (46), AL (11), AM (89), BA (07)	SP (46), AL (19), PA (16)
- Amazonas	SP (69), RJ (11)	SP (79), RJ (09)
- Pará	SP (54), RJ (11), MG (07)	SP (42), MA (06), AM (05), MG (05), PE (05)
- Amapá	SP (59), PA (30), RJ (08)	EA (30), SP (29), PR (09), RS (07), RJ (07)
- Roraima	SP (54), PR (09), AM (08)	SP (57), PR (16), AM (10)
- Rondônia	SP (38), AM (27), RS (13), RJ (08)	SP (41), AM (26), PR (15), RS (09) (**)
- Maranhão	SP (34), PI (12), CE (11), PE (11)	PI (21), SP (18), CE (11), RJ (09), PA (09)
- Piauí	SP (30), CE (17), PE (17), MA (08)	MA (49), CE (11), RJ (07), SP (06)
- Ceará	SP (45), PE (15), RI (10)	SP (18), PI (11), MA (10), PE (10), RN (09), RJ (07)
- Rio Grande do Norte	SP (32), PE (25), CE (09), PB (08)	SP (28), PE (11), PB (09), RJ (08)
- Paraíba	PE (40), SP (29), RJ (05)	PE (25), RJ (15), SP (14), CE (09), RJ (07)
- Pernambuco	SP (48), RJ (10), BA (09), MG (07)	SP (20), PB (14), AL (12), BA (10), CE (09), RN (08)
- Alagoas	PE (38), SP (31), RJ (08), BA (07)	PE (39), BA (21), SP (11)
- Sergipe	SP (34), RJ (13), BA (10), PE (08), MG (07)	EA (31), SP (26), PE (10), AL (09)
- Bahia	SP (49), RJ (11), MG (10), PE (07)	SP (50), RJ (11), PE (10), MG (05)
- Fernando de Noronha	DF (21), SP (20), BA (17), MG (17)	DF (37), SP (20), PE (17)
- Mato Grosso	SP (57), PR (11), MS (09), MG (08)	SP (51), PR (17), MG (09), MS (05)
- Mato Grosso do Sul	SP (65), PR (11), SC (09)	SP (61), PR (23), MT (08)
- Goiás	SP (60), MG (14), RJ (08)	SP (51), MG (22), DF (10)
- DF	SP (50), RJ (16), MG (13), 60 (09)	GO (33), SP (21), MG (15), CE (06)
- Minas Gerais	SP (62), RJ (19)	SP (52), RJ (18), BA (04), PR (04)
- Espírito Santo	SP (44), RJ (25), MG (15)	SP (49), MG (18), RJ (16)
- Rio de Janeiro	SP (67), MG (12), RS (06)	SP (48), MG (15), RS (08), PR (06)
- São Paulo	RJ (23), PR (19), MG (18), RS (11), BA (06)	RJ (23), MG (16), PR (15), RS (12), BA (05)
- Paraná	SP (66), RJ (09), RS (08), SC (06)	SP (60), SC (13), RJ (07), RS (06)
- Santa Catarina	SP (40), PR (27), RS (18)	SP (36), RS (17), PR (15), RJ (09), MG (06)
- Rio Grande do Sul	SP (63), RJ (13), SC (09), PR (07)	SP (43), RJ (13), PR (12), SC (12)

(*) Os valores entre parênteses correspondem à participação percentual de cada estado no total.

(**) Esta distribuição corresponde ao ano de 1980. Em 1981, a maior parte das exportações de Roraima (74%) destinou-se a Santa Catarina, fato que distorceu completamente o padrão de comércio verificado nos anos anteriores, sendo, portanto, duvidosa sua ocorrência nos anos seguintes.

também o predomínio de São Paulo como comprador e nas posições subseqüentes surgem estados de todas as regiões, exclusive o Centro-Oeste.

No Nordeste, desconsiderando Fernando de Noronha, os principais parceiros são, em geral, do Sudeste (SP, RJ e MG) e da própria região. Os estados nordestinos apresentam clara tendência a estabelecer comércio com seus vizinhos mais próximos. Isto vale também para aqueles que se encontram mais perto do Norte, que têm entre seus parceiros mais importantes o Pará e o Amazonas. Dentro do Nordeste, o estado com maior expressão no comércio é Pernambuco, aparecendo sempre entre os principais fornecedores de mercadorias para os estados da região. Ressalte-se inclusive que no intercâmbio com os estados a ele contíguos — Paraíba e Alagoas — Pernambuco supera São Paulo, tanto como comprador quanto como vendedor. A Bahia só aparece entre os principais parceiros dos estados situados mais ao sul do Nordeste, precisamente de Pernambuco para baixo. Ela está muito mais integrada ao Sudeste, em termos de comércio, que à região geográfica a que pertence.

O comércio dos estados do Centro-Oeste é feito basicamente com São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná e entre eles mesmos. Ressalte-se, porém, que internamente à região as transações mais freqüentes são feitas ou entre o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ou entre Goiás e o Distrito Federal.

No Sudeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro adquirem a maior parte de suas importações na própria região. Já entre as principais fontes de importação de São Paulo estão também incluídos o Rio Grande do Sul, o Paraná e a Bahia. Estes três estados aparecem ainda entre os principais destinos das exportações do Sudeste, ao lado, evidentemente, dos estados desta região.

O comércio dos estados do Sul é fundamentalmente feito entre eles próprios e com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Vê-se, portanto, que a tendência de aumento das transações extra-regionais, revelada pelos dados da Tabela 3, não de corre de uma ampliação substancial das relações de comércio entre estados de várias regiões. Ao que tudo indica, houve redução relativa do comércio intra-regional, mas o extra-regional encontra-se extremamente concentrado no Sudeste, destacando-se nesta região, São Paulo como o grande parceiro comercial de quase todos os estados e territórios brasileiros.

Outro aspecto considerado na análise anterior relacionou-se aos saldos que cada estado e território obteve no comércio interno. Também com o objetivo de proporcionar uma visão conjunta dos resultados obtidos por todas as unidades da Federação, construiu-se o Quadro 2 onde se acham indicados os déficits e/ou superávits, parciais e globais, do comércio interno destas unidades no ano de 1981.

Os estados da região Norte não conseguiram superávits com muitos estados. Foi apenas no comércio com o Piauí que todos eles evitaram a situação de déficit. O melhor desempenho foi apresentado pelo Amazonas que, apesar de não ter tido muitos superávits parciais, obteve significativos saldos positivos inclusive com São Paulo, o que lhe valeu um resultado positivo global. Vários estados do Nordeste conseguiram superávits no comércio com os do Norte. No comércio intra-regional nota-se o predomínio de saldos positivos de estados localizados mais a sudeste da região, obtidos no comércio com os estados mais ao norte ou noroeste da mesma. Houve também vários saldos positivos com os estados do Centro-Oeste, exclusive Goiás que só foi deficitário em relação a Alagoas. Os estados do Sudeste obtiveram, em geral, saldos positivos no comércio com os estados do Norte (exclusive Amazonas), Nordeste e Centro-Oeste e com o Paraná, no Sul. Em relação aos outros estados desta região só São Paulo teve sempre comércio superavitário. Os estados do Sul também conseguiram superávits no intercâmbio com quase todos os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



QUADRO 2
 DÉFICITS (-) E SUPERÁVITS (+) NO COMÉRCIO INTERNO (*)
 1981

Estados	AC	AM	PA	AP	RO	RR	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	EN	MT	MS	GO	DF	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RJ	Total
- Acre	+	-	+	N	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Amazonas	+	-	-	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	+	-	N	-	+	-	+	-	+	+	+	-	-	-	+
- Pará	-	+	-	N	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	N	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Amapá	N	-	-	-	N	N	N	+	-	-	-	-	-	+	+	N	N	N	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
- Roraima	+	-	-	N	N	N	N	+	-	-	-	-	-	-	-	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Rondônia	+	-	-	N	N	N	N	0	-	-	-	-	-	-	+	N	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-
- Maranhão	+	-	-	+	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Piauí	-	-	-	-	-	0	+	-	-	-	-	-	-	-	-	N	-	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ceará	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Rio Grande do Norte	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Paraíba	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Pernambuco	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Alagoas	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Sergipe	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Bahia	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Fernando de Noronha	N	N	N	N	N	N	N	N	-	N	N	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Mato Grosso	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Mato Grosso do Sul	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Goiás	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Distrito Federal	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Minas Gerais	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Espírito Santo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Rio de Janeiro	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- São Paulo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Paraná	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Santa Catarina	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
- Rio Grande do Sul	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

(*) O saldo de cada Estado ou Território pode ser lido na linha a ele correspondente.

A letra N indica que não houve comércio.

No cômputo final dos saldos da balança comercial, só São Paulo e Amazonas conseguiram superávits.

Os déficits do comércio interno que caracterizam, portanto, a maior parte dos estados e de todos os territórios brasileiros, podem ser compensados, por exemplo, através das transferências de capitais e de recursos fiscais. Outra possibilidade é a obtenção dos recursos necessários a tal compensação através do comércio internacional. Ou seja, se os estados com déficit interno conseguem superávit na balança de comércio externo, um resultado pode compensar o outro. Este aspecto será tratado na sequência da pesquisa e deverá fazer parte do próximo relatório.

3.5. Análise do Comércio Internacional por Estados Brasileiros

Conforme enfatizado anteriormente, o objetivo de promover exportações figurava em todos os planos governamentais da década dos setenta.

A política cambial, na medida em que atua diretamente sobre a relação entre o preço doméstico e o preço internacional dos produtos, seria, em princípio, um instrumento passível de ser utilizado para a consecução do objetivo mencionado. Mas, na realidade, não foi bem isso que ocorreu.

Como se sabe, a partir de 1968, o Brasil adotou o sistema de minidesvalorização cambial. A idéia era manter, através deste sistema, a paridade da moeda, reajustando a taxa de câmbio pela diferença entre a inflação brasileira e a inflação americana e de outros parceiros de comércio. Até dezembro de 1979 foi mantido este esquema. Neste mês, ocorreu uma maxidesvalorização do cruzeiro. Em 1980, houve pre-fixação da correção cambial que acabou ficando abaixo da inflação interna e, no ano seguinte, voltou o sistema de minidesvalorização, interrompido apenas por outra maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1983, necessária para compensar a subestimação da correção cambial desde 1980.

Assim, excluindo a maxidesvalorização de 1979, a política cambial adotada no Brasil a partir de 1968 pode ser vista como uma garantia de remuneração "real" (em moeda nacional) ao exportador e não propriamente, como um estímulo à expansão das exportações.

Em vista disto, para que o objetivo de promover exportações fosse efetivamente atingido, foi definida uma política explícita de promoção às exportações, capaz de criar ou aumentar a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional.

Embora alguns elementos desta política já houvessem sido previstos legalmente em 1964, conforme se verá adiante, ela só tomou corpo mais definido em 1968 e apresentou resultados efetivos a partir de 1970.

Na seção que segue será feita uma breve resenha dos documentos legais que regem a promoção às exportações e, nas demais, serão avaliadas as consequências reais de tal promoção.

3.5.1. A Legislação Referente à Promoção de Exportações

Os principais elementos da política de promoção de exportações estabelecida no período recente serão aqui agrupados em quatro categorias: incentivos fiscais, incentivos creditícios, *drawback* e programa BEFIEEX. Os documentos legais básicos que definem estas formas de estímulo às exportações serão tratados a seguir.

Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais concedidos às exportações englobam vários itens. Um deles refere-se à isenção do pagamento de IPI e de ICM nas vendas externas. Os documentos legais que regulamentam este ponto são vários. Serão citados aqui apenas os principais⁽¹⁾.

Ainda em novembro de 1964, a Lei nº 4.502 estabelecia em seu Artigo 7º, que os produtos exportados para o exterior seriam isentos de IPI, de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda. Esta norma foi reiterada, mais recentemente, pelo Decreto nº 83.263 de março de 1979 (Artigo 25). No que diz respeito ao ICM, encontra-se no Ato Complementar nº 35

(1) Para maiores detalhes sobre a legislação referente aos incentivos fiscais às exportações, consultar Castro (1983, a).

de 28-02-1967, Artigo 7º, o seguinte texto: "Nos termos do § 5º do Artigo 24 da Constituição de 24-01-1967, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias não incide sobre os produtos industrializados quando destinados ao exterior".

Observa-se, portanto, que a isenção de ICM estabelecida por lei federal, aplica-se apenas aos produtos industrializados. Os produtos primários exportados só terão isenção ou redução do pagamento do ICM se assim decidirem as Secretarias Estaduais da Fazenda e se a exportação for subsidiada pelo Governo Federal, conforme estabelece o Convênio ICM AE-1 de 15-01-1970.

Outra forma de incentivo fiscal é o crédito-prêmio de exportação, instituído pelo Decreto-Lei nº 491 de 05-03-1969, Artigo 1º. Este incentivo foi criado para beneficiar apenas os manufaturados. Inicialmente, o crédito-prêmio de exportação variava de acordo com o produto exportado pois, além de incorporar o ICM, incluía também o IPI que, como se sabe, não é um imposto de alíquota única. Este sistema de subsídio vigorou até dezembro de 1979. Foi, em seguida, suspenso, só retornando em abril de 1981, através da Portaria MF-78. A partir daí, a alíquota do crédito-prêmio, passou a ser a mesma para todos os produtos, independentemente do IPI, e a base à qual ela se aplica é o valor FOB, em cruzeiros, das exportações. De acordo com a Portaria MF-252 de 29-11-1982, o crédito-prêmio de exportação vigorará somente até 30 de abril de 1985.

A última forma de incentivo fiscal a ser mencionado neste trabalho está associada ao Imposto de Renda. De acordo com o Decreto-Lei nº 1.598, de 26-12-1977, é permitido deduzir do lucro tributável pelo Imposto de Renda, a parcela referente ao lucro obtido através de exportação. Ressalte-se que, uma vez mais, tal benefício só se aplica aos manufaturados.

Incentivos Creditícios

Serão destacados neste trabalho, três grandes categorias de incentivos creditícios. A primeira é representada pelos financiamentos à produção de bens destinados à exportação. Foi ativado pelo governo em 1971, o sistema de financiamento da produção de manufaturados para exportação, segundo as normas estabelecidas pela Resolução 71. De acordo com este sistema, as empresas podem obter, a juros subsidiados, financiamentos cujos montantes são definidos pela CACEX. O financiamento que uma empresa pode obter é uma porcentagem do valor FOB de suas exportações nos últimos doze meses. Uma vez estabelecido o montante do financiamento, a empresa recebe um Certificado de Habilitação que a credencia a obter, junto ao sistema bancário, o valor financiado. O sistema bancário, por sua vez, redesconta os títulos correspondentes no Banco Central.

Além do financiamento à produção de exportáveis existe o financiamento às empresas comerciais exportadoras - as *trading companies*. Para ter direito ao financiamento, estas empresas devem ser nacionais, ou seja, pelo menos 51% de suas ações nominativas com direito a voto devem pertencer a brasileiros residentes no Brasil. Entre os produtos beneficiados com este incentivo encontram-se quase todos os manufaturados e alguns poucos produtos básicos.

Outra categoria de incentivo creditício é representada pelo financiamento à exportação propriamente dita. A resolução nº 68, de 14-05-1971, estabelece em seus item I que "A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) poderá examinando o mérito das operações, financiar a exportação de produtos manufaturados para pagamento a médio e longo prazos mediante utilização de recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)". E, mais adiante, no item III: "Os financiamentos à exportação poderão abranger as seguintes modalidades de operações: a) financiamento direto à exportação, median

te refinanciamento dos títulos representativos das vendas realizadas no exterior por empresário nacional, a prazo superior a 180 dias; b) financiamento direto ao importador estrangeiro de produto manufaturado brasileiro, para pagamento à vista, no Brasil; c) financiamento à exportação em consignação". O alvo principal desta modalidade de financiamento são as exportações de bens de capital e de consumo durável com prazos de pagamento superiores a 180 dias.

Drawback

O regime de *drawback* é mais uma forma de incentivo às exportações, reduzindo seus custos de produção e, conseqüentemente, aumentando sua competitividade no mercado internacional.

Previsto no Decreto-Lei nº 37 de 18-11-1966 e regulamentado pelo Decreto nº 68.904 de 12-07-1971, o *drawback* consiste ou na restituição, total ou parcial, ou na suspensão do pagamento ou na isenção dos tributos incidentes sobre a importação de mercadoria que, transformada ou não, acaba sendo exportada. Conforme estabelece o Artigo 2º do referido Decreto, os incentivos aplicam-se: a) à mercadoria importada para beneficiamento no País e posterior exportação; b) à mercadoria - matéria-prima, produto semi-elaborado ou acabado - utilizado na fabricação de outra exportada ou a exportar; c) à peça, parte, aparelho e máquina complementar de aparelho, máquina, veículo ou equipamento exportado ou a exportar; d) à mercadoria destinada à embalagem, acondicionamento ou apresentação do produto exportado ou a exportar; e e) aos animais destinados ao abate e posterior exportação.

Entre os tributos considerados no regime de *drawback* encontram-se o Imposto de Importação, o IPI, o ICM, o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, a Taxa de Melhoria dos Portos; o IOF.

Mais recentemente, foi instituído o chamado "*drawback* verde-amarelo" (Portaria 68 de 28-03-1983). De acordo com este regime, é permitido às *trading companies* adquirir, no mercado interno, matérias-primas e produtos intermediários livres de impostos e com os incentivos previstos para a exportação, desde que seja industrializados por terceiros e exportados pelas próprias *trading companies*. Inicialmente, apenas os produtos têxteis podiam usufruir dos benefícios do "*drawback* verde-amarelo". Foram, em seguida, incorporados outros itens.

Programas BEFIEX

O Decreto-Lei nº 1.219 de 15-05-1972 criou a BEFIEX — Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação. Foi então facultado a empresas produtoras de manufaturados exportáveis, adquirir no mercado internacional, com isenção ou redução dos impostos incidentes sobre a importação, produtos destinados à modernização, reposição ou implantação de novas unidades de produção. Em contrapartida, as empresas comprometem-se a exportar, durante certo período de tempo, uma parcela de sua produção.

Na verdade, a empresa tem que se comprometer a apresentar em cada ano do período de execução do programa, saldo global de divisas positivo. No caso de não cumprir tal compromisso, estará sujeita a penalidades que envolvem o pagamento de valor equivalente aos benefícios concedidos para a importação, ao qual se aplica correção monetária e multa de até 50%, conforme uma escala inversamente proporcional a parcela do compromisso que foi cumprida.

Os programas BEFIEX permitem a importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, acessórios, ferramentas, matérias-primas, produtos intermediários, peças, partes e componentes. Do lado das exportações, a única restrição é que os pro-

duto devem ser manufaturados. Mas, como ressalta Castro (1984, b), "até o presente momento não foi aprovado pela BEFIEX nenhum programa de exportação que envolva a venda externa de produtos agroindustriais, apesar de passarem por industrialização" (p. 24).

Este breve relato sobre a política de promoção às exportações é suficiente para mostrar que se trata, indiscutivelmente, de uma política com o objetivo precípuo de promover a exportação de produtos industrializados. Portanto, os diversos estados são beneficiados por tal política na medida da participação dos produtos industrializados na sua pauta de exportação.

É evidente que, no cômputo geral, os estados que se apropriam da maior parcela dos benefícios da promoção às exportações são os mais industrializados, por apresentarem "vocaçào natural" para exportar manufaturados. Resta saber se os demais estados, a despeito de sua menor "vocaçào natural", estão conseguindo alterar a composição de suas exportações de forma a aumentar o peso relativo dos produtos industrializados. Na seção que segue, será avaliado este aspecto.

3.5.2. As Implicações Espaciais da Política de Promoção às Exportações no Brasil e a Distribuição de seus Benefícios

A adoção das citadas medidas de promoção à exportação acabou por gerar substancial elevação do valor exportado pelo País. De 1968, ano em que estas medidas eram ainda pouco expressivas, até 1981, as exportações brasileiras cresceram 11 vezes. Expressas como porcentagem do Produto Interno Bruto do Brasil, as exportações evoluíram de 5,21% em 1968, para 8,05% em 1981.

Não se deve, porém, deixar de fazer menção ao fato de que para este bom desempenho colaborou também a existência de uma conjuntura internacional favorável, com o comércio em expansão. Tanto assim que a participação das exportações brasileiras no volume total de comércio mundial cresceu apenas moderadamente: em 1968, 0,96% em 1970, 1,08% em 1980, 1,26% em 1981 e 1,19% em 1982.

A ênfase atribuída à promoção das exportações de manufaturados foi, certamente, fator determinante da grande alteração na composição das exportações brasileiras. Em 1968, os produtos industrializados eram responsáveis por apenas 20% do valor exportado. Sua importância relativa superou, pela primeira vez, a dos produtos básicos, dez anos mais tarde: 52% contra 48%. Em 1981, os industrializados representavam 61% do valor exportado, percentual este que deve continuar a crescer.

O desempenho observado para o Brasil como um todo não reflete necessariamente o que ocorreu a nível de estado, tanto no que diz respeito ao crescimento das exportações quanto no que se refere à alteração da composição das mesmas. Tendo em vista que o conhecimento destes aspectos é fundamental para que se possa identificar como os benefícios decorrentes da política de promoção às exportações vêm se distribuindo ao longo do espaço, será analisada, a seguir, a participação dos estados brasileiros no comércio internacional. Em virtude da disponibilidade de dados, o período a ser considerado vai de 1974 a 1981.

O primeiro aspecto tratado nesta análise é a evolução do valor das exportações, medido em dólares. Para se ter um ponto de referência para a avaliação desta variável a nível de estado, registrou-se que, em termos globais, o valor das exportações brasileiras cresceu 193% no período em questão. Este crescimento resultou do aumento de 86, 234 e 410% nas exportações de produtos básicos, semi-manufaturados e manufaturados, respectivamente. Fica mais uma vez evidenciado o melhor desempenho das exportações de industrializados, sobretudo dos produtos mais elaborados.

Os primeiros estados analisados são os da região Sul. Na Tabela 80 encontram-se índices de valor das exportações totais e por categorias de produtos. O crescimento das exportações totais do Sul foi superior ao do País em cerca de 90 pontos percentuais, ou seja, foi de 283%. Todos os estados da região superaram este crescimento médio brasileiro, destacando-se Santa Catarina, cujas exportações aumentaram 480%. Observando-se agora as exportações por categoria de produtos, constata-se que, no caso do Paraná, o maior crescimento ocorreu para a importação de semi-manufaturados (468%), vindo em seguida, os manufaturados (363%). Embora a menor taxa de crescimento tenha se verificado para os produtos básicos (291%), ela ainda foi bem superior à média brasileira. O desempenho do Rio Grande do Sul foi muito semelhante ao do Paraná, ressaltando-se apenas a diferença, para menor, na taxa de crescimento das exportações de produtos básicos do estado gaúcho. No que diz respeito a Santa Catarina, observa-se substancial aumento das exportações de produtos básicos: 910%. A segunda maior taxa refere-se aos manufaturados e é superior à média nacional em 10 pontos percentuais. Já os semi-manufaturados apresentaram expansão de apenas 94%.

Face a estas diferenças de crescimento por grupos de produtos, a composição percentual das exportações dos estados sulistas apresentou as seguintes alterações:

Estados	Ano	Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados
- Paraná	1974	80,5	10,0	9,5
	1981	66,6	10,6	22,9
- Santa Catarina	1974	25,8	21,5	52,8
	1981	45,2	7,2	47,6
- Rio Grande do Sul	1974	70,7	6,5	22,8
	1981	53,7	12,2	34,1

TABELA 80

ÍNDICES DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO SUL, POR GRUPOS DE PRODUTOS
1974-81

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BASICOS	SEMI-MAN.	MANUF.
REGIAO SUL				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	129.65	130.73	179.41	108.91
1976	161.72	169.08	194.12	128.71
1977	225.50	244.36	266.91	161.63
1978	176.74	150.56	290.44	205.94
1979	218.11	187.78	352.94	248.51
1980	306.64	274.53	396.32	351.73
1981	383.25	327.32	483.09	477.72
PARANA				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	120.32	132.16	152.27	65.81
1976	154.59	173.76	197.73	70.94
1977	278.62	325.50	275.00	117.09
1978	144.35	140.35	213.64	129.06
1979	244.35	247.77	450.00	151.28
1980	352.47	377.48	463.64	201.71
1981	424.38	390.59	568.18	463.25
SANTA CATARINA				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	130.67	147.62	111.43	130.23
1976	167.48	276.19	82.86	147.67
1977	210.43	347.62	105.71	184.88
1978	239.26	340.48	125.71	234.88
1979	324.54	564.29	134.29	284.88
1980	526.38	828.57	188.57	515.12
1981	580.37	1009.52	194.29	519.77
RIO GRANDE SUL				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	135.49	128.43	242.11	125.50
1976	165.76	158.48	259.65	155.00
1977	194.44	184.31	357.89	178.50
1978	186.17	144.26	452.63	239.00
1979	181.86	122.78	412.28	291.00
1980	236.96	168.34	471.93	371.00
1981	320.86	239.90	592.98	471.00

No Paraná, os produtos básicos tiveram sua participação nas exportações reduzidas em 14 pontos percentuais, sendo esses transferidos quase que integralmente para os manufaturados. Apesar desta alteração, o peso maior nas exportações paranaenses continua sendo dos produtos básicos, notadamente café e soja em grão ou farelo, que eram tanto em 1974 quanto em 1981 os três principais produtos exportados. O que houve foi apenas uma inversão na posição relativa ocupada pelos mesmos. O aumento das exportações de manufaturados foi, em grande parte, devido ao óleo de soja e à gasolina tipo B. Estas conclusões podem ser tiradas a partir da observação do Quadro 3 assim como as que seguem, referentes aos outros dois estados do Sul a exportação de produtos básicos aumentou. Em Santa Catarina, ao contrário do que ocorreu no Paraná, a perda de posição relativa dos industrializados deveu-se, em grande parte, aos semi-manufaturados. Colaboraram para estes resultados o aumento das exportações de carne de aves congelada, de farelo de soja e de fumo em folhas e, de outro, a redução das exportações de madeira e de roupas. O principal produto industrializado exportado por Santa Catarina foi, em 1981, açúcar refinado.

Tal como o Paraná, o Rio Grande do Sul reduziu, em termos relativos, sua exportação de produtos básicos mas eles ainda continuava gerando, em 1981, mais da metade das divisas do estado. Em 1974, o principal produto da pauta de exportação era soja em grão, substituído, no final do período em questão pelo farelo de soja, ambos básicos. Fumo em folha é o terceiro produto básico mais importante. No que diz respeito aos industrializados, aumentou o peso do óleo de soja bem como dos calçados de couro.

A evolução do valor das exportações dos estados do Sudeste encontra-se na Tabela 81. A região como um todo apresentou, para todas as categorias de produtos, crescimento superior ao verificado para o País.

QUADRO 3

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO SUL E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR EXPORTADO 1974-1981

Principais Produtos	1981 %	1974 %
PARANÁ		
- Farelo de soja	32	10
- Café cru em grão	20	40
- Óleo de soja em bruto	8	-
- Soja em grão	8	20
- Gasolina aut. tipo B, segundo normas do CNP	4	-
- Milho em grão	-	5
- Mentol	-	4
- Madeira de pinho aplainada	-	2
SANTA CATARINA		
- Carne de galo/frango ou galinha congelada	17	-
- Farelo de soja	16	5
- Açúcar refinado, mesmo em tabletes	13	-
- Fumo	8	12
- Roupa de cama, mesa e artigos semelhantes	7	12
- Óleo de soja em bruto	6	-
- Soja em grão	1	4
- Camisa e camiseta	1	-
- Motocompulsor	1	-
- Madeira de pinho serrada	-	16
- Óleo essência de sassafras	-	5
RIO GRANDE DO SUL		
- Farelo de soja	32	15
- Óleo de soja em bruto	9	-
- Fumo em folhas	8	5
- Sandálias, chinelos e semelhantes de couro	8	-
- Soja em grão	5	40
- Calçados de couro de uso comum	5	-
- Carne de bovino industrializada	4	5
- Calçados de couro	-	8
- Pasta química de madeira	-	4

As exportações totais do Estado de São Paulo foram, em 1981, 236% superiores às de 1974. No que tange aos produtos básicos, o aumento foi de apenas 39%, notando-se, inclusive, certa tendência de queda nas taxas de crescimento das exportações destes produtos durante o período em questão. Os industrializados tiveram melhor desempenho, com as exportações dos semi-manufaturados crescendo 202% e, a dos manufaturados, 409%.

No Estado do Rio de Janeiro, as exportações que apresentaram os maiores aumentos foram as de produtos básicos (2.240%), seguidos pelos manufaturados (714%). No caso dos semi-manufaturados o acréscimo foi de apenas 36%.

No Espírito Santo, aumentos expressivos registraram-se na exportação de básicos (5.580%) e semi-manufaturados (5.400%). Face ao desempenho destes dois produtos, os dos manufaturados foi bem inferior, com crescimento da ordem de 369%.

As exportações de Minas Gerais cresceram em razão direta com o grau de elaboração dos produtos: 129% para os básicos, 468% para os semi-manufaturados e 1.027% para os manufaturados.

As alterações na composições das exportações do Sudeste foram as seguintes:

Estados	Ano	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados
- São Paulo	1974	44,4	4,1	51,5
	1981	18,3	3,7	77,9
- Rio de Janeiro	1974	45,6	6,0	48,4
	1981	15,6	3,3	81,2
- Espírito Santo	1974	48,5	11,5	40,0
	1981	71,5	20,8	7,7
- Minas Gerais	1974	81,6	9,5	8,9
	1981	56,4	13,4	30,1

É interessante observar que apesar do Sudeste ser a região mais industrializada do País, dois de seus estados – Espírito Santo e Minas Gerais – continuaram tendo nos produtos bá-

TABELA 81

 ÍNDICES DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO SUDESTE, POR GRUPOS DE PRODUTOS
 1974-81

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BASICOS	SEMI-MAN.	MANUF.
REGIAO SUDESTE				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	106.00	88.14	162.50	117.81
1976	102.08	82.18	165.28	115.28
1977	180.88	189.10	163.89	178.24
1978	215.81	187.80	222.69	251.30
1979	258.18	188.71	339.35	332.58
1980	338.09	227.75	542.59	440.67
1981	377.85	214.07	400.46	565.09
SÃO PAULO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	92.92	50.53	200.00	120.00
1976	82.22	33.69	163.21	116.43
1977	176.72	181.31	155.66	177.34
1978	204.81	172.22	172.64	238.25
1979	227.32	142.85	216.04	304.87
1980	306.23	157.76	520.75	420.46
1981	335.55	138.98	301.89	509.43
RIO DE JANEIRO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	104.41	70.00	105.56	101.33
1976	102.20	30.00	75.00	111.33
1977	247.14	2420.00	88.89	171.33
1978	312.78	1320.00	169.44	318.00
1979	469.16	2120.00	297.22	465.57
1980	541.41	3420.00	244.44	474.00
1981	710.57	2340.00	136.11	814.00
ESPIRITO SANTO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	103.57	90.00	233.33	92.31
1976	164.29	150.00	533.33	107.69
1977	642.86	1180.00	800.00	284.52
1978	1510.71	3280.00	1266.67	430.77
1979	2335.71	4730.00	3600.00	553.85
1980	3214.29	6460.00	6433.33	446.15
1981	2839.29	5680.00	5500.00	469.23
MINAS GERAIS				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	152.21	158.55	130.99	116.67
1976	160.86	172.53	200.00	103.03
1977	157.85	150.66	187.32	190.91
1978	175.70	147.37	280.28	324.24
1979	223.49	167.93	408.45	536.36
1980	279.19	203.13	477.46	766.67
1981	331.54	229.28	467.61	1127.27

sicos, o fator gerador de mais da metade do valor exportado. O primeiro deles, inclusive, aumentou a participação relativa destes produtos na pauta de exportação.

São Paulo não se enquadra nem em um caso nem em outro. Reduziu a participação dos produtos básicos de 44,4 para 18,3% e aumentou a dos manufaturados de 51,5% para 77,9%. Observando, no Quadro 4 os principais produtos exportados pelo Estado paulista, nota-se que, em 1974, os dois mais importantes eram básicos – café com grão e açúcar em bruto – e representavam 39% das exportações totais do Estado. Em 1981, o café passou para a terceira posição e o açúcar teve participação inferior a 1%. Os dois principais itens de exportação são industrializados: material de transporte e caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos. Juntos, respondiam por quase 30% das exportações totais. Entre os quinze produtos que geraram 70% do valor exportado em 1981, a maioria é industrializado.

No Rio de Janeiro, o café era o principal produto de exportação em 1974. Em 1981, perdeu posição e participação relativa. O item mais importante passou a ser material de transporte e, tal como no caso de São Paulo, os principais produtos de exportação no referido ano foram os industrializados.

O aumento da importância dos produtos básicos nas exportações do Espírito Santo está fundamentalmente associado ao minério de ferro, aglomerado responsável, em 1981, por mais de 50% do valor exportado pelo Estado. O café, tanto em grão quanto industrializado, teve sua participação bastante reduzida. A madeira serrada cedeu lugar para a pasta química de madeira.

As exportações de Minas Gerais eram e continuaram sendo altamente baseadas no minério de ferro e suas transformações. Em 1974, a hematita, os minérios de ferro aglomerados e o ferro-gusa geraram 85% do valor exportado; em 1981, a porcentagem correspondente foi 56%. O desenvolvimento da indústria automobilística no estado mineiro explica a presença dos automóveis

QUADRO 4

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO SUDESTE E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR EXPORTADO (1974-1981)

Principais Produtos	1981	1974
	%	%
SÃO PAULO		
- Material de Transporte	16	5
- Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14	7
- Café cru em grãos	9	24
- Suco de laranja	8	-
- Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados ao uso eletrotécnico	5	-
- Produtos siderúrgicos manufaturados	5	-
- Farelo de soja	3	-
- Carne de bovino industrializada	2	-
- Produtos químicos orgânicos	2	-
- Gasoliba aut. tipo B, segundo normas do CNP	2	-
- Fios de algodão	2	2
- Papel para imprimir e escrever	2	-
- Calçados, suas partes e componentes	1	-
- Açúcar cristal	1	8
- Farelo de polpa cítrica	1	-
- Açúcar demeraro em bruto	-	15
- Aparelho receptor e transmissores	-	2
- Farelos	-	2
- Milho em grão	-	2
RIO DE JANEIRO		
- Material de transporte	14	-
- Café cru em grão	11	34
- Querosene de aviação	8	-
- Fuel-oil	7	4
- Matérias plásticas artificiais éteres e ésteres de celulose, resinas artificiais e obras destes materiais	7	-
- Gasolina aut. tipo B, segundo normas do CNP	7	-
- Caldeiras máquinas, apar. e instrumentos mecânicos	6	-
- Petróleo bruto	3	-
- Barras de ferro ou açolaminadas ou extrusadas	2	-
- Aparelhos para fotocópia por sistema ótico	2	-
- Gas-oil ou diesel-oil	1	-
- Máquinas de escrever	1	-
- Polibutadieno-estireno de borracha sintético	1	-
- Fios e tecidos de algodão	-	6
- Estanho em bruto	-	4
- Peles e couros	-	4
- Melaço não comestível	-	3

Quadro 4 - continuação

Principais Produtos	1981 %	1974 %
ESPÍRITO SANTO		
- Minérios de ferro aglomerados	54	-
- Pasta química de madeira, à soda e ao sulf.branqueada	16	-
- Manteiga de cacau, ind., gordura e óleo de cacau	3	4
- Café cru	-	30
- Madeira serrada exceto pinho	-	20
- Cacau em amêndoas	-	17
- Café industrializado	-	24
MINAS GERAIS		
- Hematita	46	76
- Minérios de ferro aglomerados	7	5
- Automôvel com motor diesel até 100 CV de potência	5	-
- Pasta química de madeira, à soda e ao sulfato branquia da	4	-
- Ferro-niôbio	4	-
- Ferro gusa	3	4
- Automôveis com motor até 100 CV de potência	2	-

entre os principais produtos exportados em 1981, e sua participação deve crescer ao longo do tempo.

O desempenho dos estados do Nordeste acha-se representado na Tabela 82. Em termos globais, as exportações da região tiveram crescimento inferior à média nacional. O mesmo comentário é válido para as três categorias de produtos considerados. Este comportamento da região como um todo é representativo do que ocorreu no Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Os demais estados apresentaram crescimento superior à média nacional ou na exportação de produtos básicos (Piauí, Alagoas e Sergipe), ou na de industrializados (Rio Grande do Norte e Bahia).

Observando, ainda para a região como um todo, a relação entre as taxas de crescimento das exportações por categoria de produto nota-se que o melhor desempenho foi dos manufaturados (361%), seguidos pelos semi-manufaturados (72%). Os produtos básicos tiveram crescimento de apenas 31%. A nível de Estado, o comportamento foi muito heterogêneo, não se constatando para todos esta associação direta entre taxa de crescimento das exportações e grau de elaboração dos produtos. Para comprovar tal observação, basta fazer uma breve inspeção à tabela em análise. Para avaliar o resultado final provocado pelas diferenças nas taxas de crescimento são apresentadas, a seguir, as composições das exportações dos estados nordestinos nos anos de 1974 e 1981.

Estados	Ano	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados
- Maranhão	1974	18,8	75,0	6,2
	1981	63,6	0,0	36,4
- Piauí	1974	9,1	72,7	18,2
	1981	28,6	28,6	42,8
- Ceará	1974	48,6	44,8	6,6
	1981	71,5	14,5	14,0

TABELA 82

INDICES DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORDESTE, POR GRUPOS DE PRODUTOS
1974-81

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BÁSICOS	SEMI-MAN.	MANUF.
REGIÃO NORDESTE				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	102.69	106.54	92.97	96.63
1976	65.47	56.44	75.78	94.23
1977	104.42	87.93	110.94	174.52
1978	113.74	89.88	199.61	120.67
1979	135.98	103.07	245.70	155.29
1980	160.22	128.53	193.75	264.42
1981	186.05	131.08	171.88	460.58
MARANHÃO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	19.35	66.67	0.00	50.00
1976	19.35	83.33	0.00	50.00
1977	32.26	100.00	8.33	100.00
1978	45.16	116.67	20.83	100.00
1979	83.87	133.33	62.50	200.00
1980	38.71	116.67	0.00	200.00
1981	38.71	116.67	0.00	200.00
PIAUI				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	54.55	100.00	50.00	50.00
1976	72.73	200.00	37.50	150.00
1977	63.64	300.00	50.00	0.00
1978	127.27	300.00	75.00	250.00
1979	172.73	500.00	112.50	300.00
1980	163.64	600.00	87.50	250.00
1981	190.91	600.00	75.00	450.00
CEARA				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	73.33	82.35	44.68	185.71
1976	78.10	84.31	59.57	142.86
1977	90.48	101.95	63.83	185.71
1978	120.95	143.14	76.60	257.14
1979	140.95	158.82	106.38	242.56
1980	148.57	203.92	70.21	271.43
1981	164.76	241.18	53.19	342.86
RIO GRANDE NORTE				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	65.71	63.33	100.00	100.00
1976	60.00	56.67	300.00	33.33
1977	91.43	86.67	300.00	100.00
1978	102.86	86.67	600.00	133.33
1979	137.14	96.67	700.00	366.67
1980	157.14	123.33	400.00	433.33
1981	177.14	136.67	400.00	566.67

(Tabela 82 - continuação)

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BASICOS	SEMI-FAN.	MANUF.
PARAIBA				
1974	100.00	100.00	0.00	100.00
1975	44.62	40.00	100.00	44.12
1976	40.00	26.67	300.00	41.18
1977	43.08	33.33	300.00	44.12
1978	50.77	40.00	500.00	47.06
1979	83.08	53.33	600.00	94.12
1980	73.85	30.00	300.00	102.94
1981	92.31	46.67	500.00	123.53
PERNAMBUCO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	105.12	85.17	550.00	87.23
1976	51.86	35.65	88.89	93.94
1977	73.26	52.68	133.33	130.85
1978	61.16	38.17	133.33	124.47
1979	67.67	47.63	150.00	119.15
1980	111.40	84.23	94.44	207.45
1981	119.07	64.67	100.00	304.26
ALAGOAS				
1974	100.00	100.00	0.00	100.00
1975	159.21	171.03	0.00	54.17
1976	27.19	27.94	0.00	20.83
1977	50.00	52.45	0.00	29.17
1978	59.21	63.24	0.00	29.17
1979	87.28	91.19	0.00	54.17
1980	187.28	205.88	0.00	29.17
1981	184.65	198.04	0.00	70.83
SERGIPE				
1974	100.00	100.00	0.00	0.00
1975	266.67	300.00	0.00	100.00
1976	33.33	...	100.00	50.00
1977	66.67	...	0.00	100.00
1978	66.67	...	0.00	100.00
1979	66.67	...	0.00	100.00
1980	366.67	400.00	0.00	50.00
1981	4766.67	6650.00	0.00	500.00
BAHIA				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	97.04	100.59	69.81	173.17
1976	95.75	91.10	15.72	160.98
1977	168.02	145.10	137.11	485.37
1978	189.26	151.94	270.44	195.12
1979	218.30	158.16	323.90	307.32
1980	205.73	117.80	271.07	658.54
1981	238.45	103.85	240.88	1336.59

- Rio Grande do Norte	1974	88,2	2,9	8,8
	1981	66,1	6,5	27,4
- Paraíba	1974	46,9	0,0	53,1
	1981	23,0	8,2	68,9
- Pernambuco	1974	73,9	4,2	21,9
	1981	40,3	3,5	56,2
- Alagoas	1974	98,5	-	1,5
	1981	96,0	-	4,0
- Sergipe	1974	98,0	-	2,0
	1981	93,0	0,0	7,0
- Bahia	1974	62,8	29,6	7,6
	1981	27,3	29,9	42,8

O Maranhão passou de uma situação em que predominava a exportação de semi-manufaturados para outra em que se destacam os produtos básicos. Observando os itens da pauta de importações deste Estado, contidos no Quadro 5 nota-se que quase a totalidade do valor exportado em 1974 era proveniente de um produto semi-manufaturado - óleo de babaçu em bruto e de outro básico - farelo e torta de babaçu, ou seja, uma exportação altamente dependente de um único produto. Em 1981, surge entre os produtos básicos, além dos resíduos de babaçu, a carne de equi-no e de asinino, responsável pela elevação da participação relativa desta categoria no total exportado. O óleo de babaçu deixa de figurar entre os principais produtos e ganha importância outro produto industrializado a rotina, elemento extraído da arruda.

No Piauí, aumenta a participação relativa dos básicos e manufaturados. Para o aumento dos primeiros, colaborou a exportação de camarão congelado que não esteve entre os principais produtos de exportação em 1974. No que se refere ao aumento dos manufaturados, a causa encontra-se na evolução da exportação de pilocarpina, alcalóide utilizado para fins medicinais. Quanto aos semi-manufaturados, sua perda de participação relativa de-

QUADRO 5

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORDESTE E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR EXPORTADO

1974-1981

Principais Produtos	1981 %	1974 %
MARANHÃO		
- Rutina	33	3
- Qualquer outro resíduo de semente de babaçu	16	-
- Carne de bovino congelada	14	-
- Carnes de asinino	11	-
- Óleo de babaçu em bruto	-	75
- Farelo e torta de babaçu	-	19
PIAUÍ		
- Pilocarpina	43	19
- Cera de carnaúba	20	55
- Camarão congelado	18	-
- Óleo de babaçu em bruto	-	15
CEARÁ		
- Castanha de caju, sem casca	42	13
- Lagosta congelada	22	19
- Cera de carnaúba	7	18
- Algodão em rama	-	7
- Óleo de babaçu em bruto	-	5
- Óleo de mamona em bruto	-	5
- Peles em bruto	-	5
- Óleo de oiticica em bruto	-	4
- Tecidos de algodão	-	4
RIO GRANDE DO NORTE		
- Scheelita	17	22
- Lagosta congelada	14	22
- Tantalita	14	-
- Fios de algodão	10	-
- Cordéis, cordas e cabos de sisal	8	-
- Castanhas de caju sem casca	7	-
- Açúcar demerara em bruto	6	-
- Sisal em bruto	-	39

Quadro 5 - Continuação

Principais Produtos	1981 %	1974 %
PARAÍBA		
- Cordéis, cordas e cabos de sisal	38	48
- Sisal em bruto	12	37
- Roupas de cama, mesa e artigos semelhantes	11	-
- Álcool etílico hidratado in natura	8	-
- Outras carnes e miúdos frescos refrigerados ou congelados	4	-
- Algodão em rama	-	4
- Abacaxis frescos	-	3
PERNAMBUCO		
- Açúcar refinado mesmo em tabletes	45	8
- Açúcar demerara em bruto	30	64
- Melaço de cana impr. para alimentação humana	7	6
- Óleo de mamona em bruto	-	4
ALAGOAS		
- Açúcar demerara em bruto	82	82
- Melaço de cana, impr. para alimento humano	8	10
- Qualquer outro tipo de fumo em folha	6	5
SERGIPE		
- Petróleo Bruto	93	65
- Cocos sem casca	-	11
- Cacau em amêndoas, cru	-	4
BAHIA		
- Cacau em amêndoas, cru	18	37
- Produtos químicos orgânicos	16	-
- Pasta de cacau refinada	14	-
- Manteiga de cacau ind., gordura e óleo de cacau	9	18
- Fuel-oil	9	-
- Cordéis, cordas e cabos de sisal	3	-
- Ferro-cromo	2	-
- Qualquer outro tipo de fumo em folha	2	-
- Sisal em bruto	-	13
- Óleo de mamona em bruto	-	6
- Petróleo bruto	-	5

veu-se basicamente à redução percentual da exportação de cera de carnaúba (de 55 para 20%) e de óleo de babaçu em bruto.

Os três principais itens da pauta de exportação do Ceará continuaram os mesmos, mas houve consideráveis variações em suas participações relativas. A castanha de caju aumentou sua participação de 13 para 42%. Este fato, associado à manutenção da importância da exportação da lagosta faz com que a maior parcela do valor exportado pelo Ceará em 1981, resultasse dos produtos básicos. Em compensação, caiu a participação dos semi-manufaturados em decorrência da redução relativa das exportações de cera de carnaúba e dos óleos vegetais, em bruto. O aumento da participação dos manufaturados deve estar associado à indústria têxtil e de confecções.

Cerca de 83% das exportações do Rio Grande do Norte no ano de 1974, provinham de apenas três produtos básicos: minério de tungstênio, lagosta e sisal. Em 1981, embora os básicos continuassem a predominar, sua participação foi reduzida de 88 para 66% e os itens da categoria também sofreram alterações. O minério de tungstênio e a lagosta permaneceram entre os principais produtos de exportação, mas com participações percentuais menores. Outro minério, a tantalita passou a figurar como o terceiro item da pauta. Completou a lista dos básicos mais importantes, dois produtos agrícolas: castanha de caju e açúcar demerara. O sisal em bruto deixou de ser exportado em grande quantidade e aumentou, em contrapartida, a exportação do sisal manufaturado. Este item, associado aos fios de algodão, explicam a elevação da participação relativa dos manufaturados na exportação total ao Rio Grande do Norte.

Na Paraíba, o sisal manufaturado era um importante item da pauta de exportações de 1974. Decorre daí, em grande parte, o fato de que, já neste ano, 53% das exportações do estado eram de manufaturados. A parcela complementar era constituída por produtos básicos, notadamente o sisal em bruto, algodão em ramos e abacaxi fresco. Em 1981, aumentou ainda mais a participação dos manufaturados em virtude da exportação de roupas

de couro, mesa e similares e do álcool etílico, além da manutenção do sisal industrializado entre os principais itens. O sisal bruto teve sua participação reduzida de 37 para 12%.

As exportações de Pernambuco eram, em 1974, e continuaram sendo em 1981, predominantemente baseadas no açúcar, vindo em segundo plano, a melação de cana. A alteração que se observa na composição das exportações em favor dos industrializados deve-se basicamente ao aumento da importância relativa do açúcar refinado e a correspondente perda de importância do açúcar demerara em bruto.

Também as exportações de Alagoas são baseadas no açúcar, mas sem tratamento industrial, ou seja, no açúcar demerara e no melação de cana. Estes dois produtos mais o fumo em folha, geraram 97% do valor exportado em 1974 e 96% em 1981, ficando, portanto, praticamente inalterada a composição de suas exportações.

A pauta de exportações de Sergipe é bastante interessante: seu principal item é petróleo bruto. Este produto gerou 65% do valor exportado em 1974. Em 1981, sua participação subiu para 93%, respondendo, assim, por quase todo o valor de exportação. Os outros 7% resultaram da venda de manufaturados.

A Bahia é o Estado nordestino que apresenta a mais diversificada pauta de exportações. De 1974 para 1981, a participação dos produtos básicos no valor exportado caiu de 62,8 para 27,3% enquanto a de manufaturados evoluiu de 7,6 para 42,8%. Os semi-manufaturados ficaram com sua posição relativa praticamente inalterada. A redução de cerca de 35 pontos percentuais na participação dos básicos foi em grande parte devido ao cacau em amêndoas e ao sisal em bruto. Entre os itens que levaram ao aumento da exportação de manufaturados destacam-se os produtos químicos orgânicos, a pasta de cacau refinada e o *fuel-oil*.

A evolução das exportações de estados e territórios da região Norte pode ser observada na Tabela 83. A participação destas unidades geográficas na exportação brasileira, em geral, é

pouco significativa ou nula. Daí o aparecimento de vários índices de valor exportado nulos na referida tabela. Considerada como um todo, a região Norte apresentou, para todas as categorias de produtos, crescimento das exportações superior à média nacional. Tal fato reflete basicamente o desempenho do Pará, principal Estado exportador da região. Nos demais estados e territórios, salvo algumas exceções, os aumentos estiveram abaixo da média brasileira.

A composição das exportações sofreu as alterações indicadas a seguir:

Estados	Ano	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados
- Rondônia	1974	100,0	0,0	0,0
	1981	18,2	36,4	45,4
- Acre	1974	100,0	0,0	0,0
	1981	...	(73,0)	...
- Amapá	1974	92,6	1,9	5,6
	1981	76,7	0,0	23,3
- Roraima	1974	0,0	0,0	100,0
	1981	...	(79,0)	(13,0)
- Pará	1974	62,8	20,9	16,3
	1981	51,0	24,5	24,5
- Amazonas	1974	34,5	10,3	55,2
	1981	12,0	5,3	82,7

Rondônia e Acre tiveram sua pauta de exportação alterada de forma muito semelhante. Tal como se pode constatar, observando o Quadro 6, em 1974, a castanha do Brasil era o principal produto de pauta, gerando 88 e 98% do valor exportado por Rondônia e Acre, respectivamente. Em 1981, este produto básico perde importância e a madeira, manufaturada ou semi-manufaturada, passa a ser o item responsável por mais de 70% das exportações de ambos os estados.

ÍNDICES DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORTE, POR GRUPOS DE PRODUTOS
1974-81

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BÁSICOS	SEMI-MAN.	MANUF.
REGIÃO NORTE				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	115.79	129.31	68.18	95.97
1976	118.71	119.83	113.64	113.18
1977	127.49	113.79	159.09	154.55
1978	174.85	152.59	95.45	300.00
1979	229.24	177.59	136.36	469.70
1980	348.54	231.90	554.55	612.12
1981	386.55	275.85	604.55	624.24
RORAIMA				
1974	0.00	0.00	0.00	0.00
1975	0.00	0.00	0.00	0.00
1976	100.00	0.00	100.00	0.00
1977	200.00	0.00	200.00	0.00
1978	300.00	0.00	300.00	0.00
1979	400.00	0.00	400.00	0.00
1980	400.00	0.00	400.00	0.00
1981	400.00	0.00	400.00	0.00
RONDONIA				
1974	100.00	100.00	0.00	0.00
1975	100.00	100.00	0.00	0.00
1976	50.00	50.00	0.00	0.00
1977	0.00	0.00	0.00	0.00
1978	250.00	150.00	100.00	0.00
1979	350.00	100.00	200.00	0.00
1980	450.00	100.00	150.00	100.00
1981	500.00	100.00	200.00	120.00
ACRE				
1974	0.00	0.00	0.00	0.00
1975	0.00	0.00	0.00	0.00
1976	0.00	0.00	0.00	0.00
1977	0.00	0.00	0.00	0.00
1978	0.00	0.00	0.00	0.00
1979	0.00	0.00	0.00	0.00
1980	0.00	0.00	0.00	0.00
1981	0.00	0.00	0.00	0.00
AMAZONAS				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	96.55	110.00	33.33	93.75
1976	89.66	100.00	666.67	87.50
1977	113.79	100.00	66.67	125.00
1978	175.86	110.00	33.33	243.75
1979	210.34	110.00	56.67	300.00
1980	265.52	120.00	66.67	375.00
1981	258.62	90.00	133.33	387.50
PARÁ				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	97.65	103.70	72.22	100.00
1976	123.53	116.67	11.11	150.00
1977	174.12	172.22	155.56	200.00
1978	216.47	214.81	77.78	373.57
1979	300.00	253.70	116.67	692.86
1980	510.59	362.96	622.22	892.86
1981	585.88	470.37	677.78	371.43
AMAPÁ				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	157.41	162.00	100.00	100.00
1976	131.48	130.00	100.00	133.33
1977	64.81	58.00	300.00	100.00
1978	100.00	92.00	100.00	200.00
1979	120.37	112.00	0.00	300.00
1980	133.33	115.00	0.00	433.33
1981	133.33	112.00	0.00	566.67

No Amapá, os produtos manufaturados aumentaram em cerca de 18 pontos percentuais sua participação no valor exportado. Mesmo assim, os básicos, mais especificamente, os minérios de manganês, continuaram sendo responsáveis por 77% do valor exportado em 1981.

A existência de manufaturados, exclusivamente, na pauta de exportações de Roraima em 1974 foi um fato que não se repetiu nos anos posteriores. Neles, o produto mais freqüente foi a madeira que, ainda em 1981, era responsável pela maior parte do valor exportado (79%).

No Pará, os básicos continuavam sendo, em 1981, o item mais importante da pauta de exportações, apesar de terem perdido, desde 1974, 12 pontos percentuais na participação no valor exportado. Dos principais produtos básicos de 1974 — pimenta, castanha, palmito e peixe — apenas o primeiro permaneceu entre os mais importantes de 1981. O outro produto básico de maior peso neste ano foi a bauxita. Entre os industrializados, predominaram as madeiras e derivados.

O Estado do Amazonas que já em 1974 apresentava como principal categoria de exportação, os manufaturados, teve ainda mais ampliada a participação destes produtos na exportação de 1981: 82,7%. Em 1974, predominavam entre os industrializados o óleo de pau-rosa, produtos químicos e combustíveis. Em 1981, em decorrência do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, os produtos da indústria eletroeletrônica foram os responsáveis por grande parte do valor exportado.

O Centro-Oeste, região que tem volume de exportação relativamente pouco significativo, apresentou, de 1974 a 1981, crescimento superior à média brasileira, na exportação de básicos e semi-manufaturados. Este resultado é devido, no caso da primeira categoria de bens, aos dois Mato Grosso, e a Goiás no que se refere à segunda categoria. O Distrito Federal teve participação insignificante no comércio externo (vide Tabela 84).

A pauta de exportação dos estados do Centro-Oeste foi assim modificada:

QUADRO 6

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORTE E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR EXPORTADO

1974-1981

Principais Produtos	1981 %	1974 %
RONDÔNIA		
- Qualquer outra madeira não conífera, aplainada, em talhada, etc.	41	-
- Aguano serrado, cortado em folhas de espessura superior a 5 mm	36	-
- Castanha do Brasil	-	88
- Arroz sem casca	-	8
ACRE		
- Cedro serrado, cortado em folhas com espessura superior a 5mm	37	-
- Aguano serrado, cortado em folhas com espessura de 5 mm	36	-
- Castanha do Brasil	-	98
TERRITÓRIO DO AMAPÁ		
- Qualquer outro minério de manganês	61	} 91
- Minérios de manganês aglomerados	15	
TERRITÓRIO DE RORAIMA		
- Outra madeira serrada, cortada em folhas, espessura superior a 5mm	79	-
- Guindaste fixo com capacidade até 100 toneladas	13	-
- Roupas femininas	-	88
- Tecido de poliester	-	12

Quadro 6 - continuação

Principais Produtos	1981 %	1974 %
PARÁ		
- Bauxita não calcinada	23	-
- Pasta química de madeira, à soda e ao sulfato branqueado	20	-
- Qualquer outra madeira não conífera, aplainada, entalhada etc	17	-
- Pimenta	11	30
- Madeira serrada, exceto pinho	-	21
- Castanha do Brasil	-	15
- Palmitos em conserva	-	8
- Peixes e camarões frescos ou congelados	-	7
AMAZONAS		
- Aparelhos receptores de televisão e radiodifusão	20	-
- Aparelhos de barbear e suas lâminas	11	-
- Máquinas de calcular eletrônicas	8	-
- Outros produtos químicos e preparados não compreendidos em outra parte	8	-
- Castanha do Brasil	6	-
- Vidros e seus manufaturados	6	-
- Amplificadores elétricos de baixa frequência	3	-
- Madeira laminada	3	-
- Cacao em amêndoas	3	-
- Artigos de bijouterias em ouro	3	-
- Óleo essencial de pau-rosa	-	19
- Produtos químicos diversos	-	15
- Óleos combustíveis, gasolina e querosene	-	7
- Pele de jacaré, curtida	-	5
- Peles	-	5

TABELA 84

ÍNDICES DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO CENTRO-OESTE, POR GRUPOS DE PRODUTOS
1974-81

ESTADOS E ANOS	TOTAL	BÁSICOS	SEMI-PAN.	MANUF.
REGIÃO C-OESTE				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	111.11	166.67	25.00	82.35
1976	105.56	133.33	50.00	94.12
1977	233.33	366.67	200.00	117.65
1978	86.11	66.67	325.00	47.06
1979	108.33	100.00	350.00	58.82
1980	175.00	180.00	500.00	94.12
1981	283.33	380.00	500.00	147.06
MATO GROSSO				
1974	100.00	100.00	100.00	100.00
1975	118.18	366.67	50.00	82.35
1976	100.00	133.33	0.00	94.12
1977	113.64	233.33	50.00	100.00
1978	54.55	100.00	100.00	41.18
1979	54.55	233.33	50.00	23.53
1980	122.73	566.67	100.00	47.06
1981	168.18	800.00	100.00	58.82
MATO GROSSO SUL				
1974	0.00	0.00	0.00	0.00
1975	0.00	0.00	0.00	0.00
1976	0.00	0.00	0.00	0.00
1977	0.00	0.00	0.00	0.00
1978	100.00	100.00	0.00	0.00
1979	128.57	71.43	0.00	100.00
1980	142.86	42.86	100.00	150.00
1981	471.43	314.29	0.00	250.00
GOIAS				
1974	100.00	100.00	100.00	0.00
1975	100.00	116.67	0.00	0.00
1976	123.08	133.33	0.00	0.00
1977	446.15	400.00	700.00	100.00
1978	146.15	1.33	1100.00	33.33
1979	130.77	25.00	1300.00	33.33
1980	192.31	50.00	1700.00	66.67
1981	238.46	83.33	1700.00	133.33

Estados	Ano	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados
- Mato Grosso	1974	13,6	9,0	77,3
	1981	66,7	5,6	27,7
- Mato Grosso do Sul	1981	66,7	3,0	30,3
- Goiás	1974	92,3	7,7	0,0
	1981	32,3	54,8	12,9

Em 1974, ainda sem a divisão do Estado, Mato Grosso tinha nos manufaturados a principal fonte de divisas. A exportação de carne industrializada era, a rigor, a razão de tal fato, conforme indicam as informações contidas no Quadro 7. No ano de 1981, a carne industrializada figura entre os principais produtos de exportação do novo estado de Mato Grosso, apenas, e com participação no valor exportado bastante reduzida em relação à observada em 1974. Os principais itens da pauta passam a ser os produtos básicos: a própria carne bovina e a soja, em grão e em farelo. No Mato Grosso do Sul, 55% do valor exportado em 1981 proveio da soja em grão. O segundo produto mais importante foi um manufaturado: cimento Portland.

As exportações de Goiás eram essencialmente compostas por produtos básicos: em 1974: arroz e carne de eqüino constituíam-se nos principais produtos da pauta. Em 1981, os semi-manufaturados, haviam aumentado sua importância relativa, chegando a gerar 55% do valor exportado neste ano. Esta alteração na composição das exportações goianas devem-se basicamente a um produto de origem mineral — o ferro-nióbio — que respondeu por 53% do valor das exportações. Os outros dois itens que seguem em importância pertencem à categoria dos básicos: carne bovina congelada e soja em grão.

A avaliação da evolução das exportações de cada estado brasileiro revelou que a tendência de aumento da participação

QUADRO 7

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO CENTRO-OESTE E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR EXPORTADO

1974-1981

Principais Produtos	1981	1974
	%	%
MATO GROSSO		
- Soja em grão	27	-
- Carne de bovino congelado sem osso ou desossada	17	-
- Farelo de soja	17	-
- Carne de bovino em conserva, cozida	9	-
- Carne bovina industrializada	-	54
- Extrato de carne	-	16
MATO GROSSO DO SUL		
- Soja em grão	55	-
- Cimento Portland comum	23	-
GOIÁS		
- Ferro-niôbio	53	-
- Carne bovina congelada sem osso ou desossada	14	-
- Soja em grão	10	-
- Arroz	-	29
- Carne bovina congelada	-	13
- Madeiras serradas, exceto pinho	-	7
- Sementes de sésamo ou gergelim	-	5

dos produtos industrializados no valor exportado, verificada para o País como um todo, foi característica de muitos estados, mas não de todos. As exceções foram Santa Catarina, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Ceará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados em que os produtos básicos ampliavam seu espaço na pauta de exportações. Assim, a exceção à tendência nacional não pode ser atribuída à especificidade de uma dada região, visto que os estados acima mencionados encontram-se em quatro das cinco regiões brasileiras.

Outra característica que não é peculiaridade de estados de uma região é a predominância dos produtos industrializados na pauta de exportações. Os estados em que mais da metade do valor exportado em 1981 foi gerado por estes produtos são: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Amazonas, Pernambuco, Bahia e Goiás. Destes estados, apenas os três últimos não apresentavam esta característica em 1974.

Quando porém, se observa a grande diversificação e a natureza dos produtos industrializados exportados pelos estados, individualmente, nota-se algumas diferenciações.

Na região Norte, exceção feita ao Amazonas, os estados e territórios têm sua exportação de industrializados baseada em apenas um produto: o minério de manganês no Amapá e a madeira nos demais.

No Nordeste, permanece a pequena diversificação dos produtos, baseados, em geral, nas culturas características da região: carnaúba, sisal e cana-de-açúcar. A exceção agora é a Bahia.

A situação é semelhante no Centro-Oeste. A pequena exportação industrial do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás é baseada, respectivamente, na carne bovina, no cimento e no ferro-niôbio.

No Sul, a pauta de exportação de industrializados é um pouco mais diversificada, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. O óleo de soja é elemento presente na pauta dos

três estados, associado à gasolina, no Paraná, ao açúcar refinado e às roupas em Santa Catarina, aos calçados e à carne industrializada no Rio Grande do Sul.

Mas é somente no Sudeste, em particular, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se encontra uma pauta realmente diversificada, com produtos de grande elaboração industrial. Minas Gerais, com a indústria automobilística, deve apresentar alterações nos anos que seguem.

Voltando à exceção mencionadas anteriormente, a Bahia já apresenta exportação menos concentrada, em virtude do desenvolvimento da indústria química e petroquímica no Estado. O Amazonas, conforme já mencionado, distingue-se interiormente das demais unidades da região Norte, apresentando em sua pauta de exportações vários itens da indústria eletroeletrônica.

Face a este quadro, que reflete a concentração espacial, ainda elevada, da atividade industrial, não se pode esperar que os estados cuja exportação de industrializados é pouquíssimo diversificada e concentrada em produtos de pequena expressividade no comércio internacional, obtenham sensíveis melhoras em sua participação relativa no valor exportado pelo País.

A Tabela 85 apresenta informações que elucidam este ponto. Nela pode-se observar a distribuição espacial da exportação de semi-manufaturados e de manufaturados ao longo do período de 1974 a 1981. Em ambos os casos, as tendências de alteração na distribuição são poucos e não muito definidas. Há várias oscilações, algumas bem expressivas, mas tal fato decorre da própria natureza do mercado externo.

Na parte referente aos semi-manufaturados, o Sudeste mantém-se na posição de principal fornecedor. Dentro da região, São Paulo e Minas Gerais são os estados mais importantes. Destaca-se, ainda, o Espírito Santo pela elevação em sua participação no valor exportado que evoluiu de 0,5% em 1974, para 7,8% em 1981. A região Sul foi, em 1981, a segunda em importância, vindo em seguida, o Nordeste, cujas vendas ao exterior provêm basicamen

te da Bahia. No Norte, cabe ressaltar o aumento da participação relativa do Pará nos dois últimos anos do período em questão, estado que foi, também, quase sempre, o de maior expressão no comércio externo da região. No Centro-Oeste, Goiás sobressaiu-se a partir de 1977, em virtude do processamento do minério de ferro.

No que diz respeito aos manufaturados, a distribuição é mais concentrada. Ao longo de todo o período, o Estado de São Paulo exportou sempre mais da metade do total. Rio de Janeiro e Minas Gerais aumentaram suas participações, cujos valores foram, respectivamente, 1,3 e 6,3% em 1981. No Sul, o principal Estado exportador é o Rio Grande do Sul, seguido por Santa Catarina e Paraná. No restante do País, destaca-se apenas a Bahia que, apesar das oscilações em suas participações relativas, apresenta, a partir de 1978, tendência crescente de participação. Da exportação total de manufaturados de 1981, 94,6% tiveram origem nos estados do Sul e Sudeste e na Bahia.

A concentração espacial da exportação de produtos industrializados está certamente associada à própria concentração da atividade industrial.

Este ponto fica evidente quando se analisa a exportação industrial por gênero de indústria, e se relembra as características da distribuição espacial da atividade industrial também por gênero de indústria, identificadas na Seção 3.3 a partir das informações da Tabela 22. Os dados sobre esta classificação das exportações provêm de publicação do Ministério da Fazenda relativa ao IPI e não são, portanto, plenamente comparáveis aos dados até aqui utilizados, fornecidos pela CACEX.

A Tabela 86 traz a referida distribuição das exportações para 1980. Pode-se constatar, uma vez mais, o predomínio dos estados do Sudeste e do Sul no comércio com o exterior. Em particular, São Paulo aparece como a origem da maior parcela das exportações de muitos dos gêneros de indústria. Os demais estados brasileiros têm, em geral, pequena ou nula participação na

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA EXPORTAÇÃO, SEGUNDO OS
ESTADOS, POR GÊNERO DE INDÚSTRIA

1980

	PR	SC	RS	SP	RJ	MG	ES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	AM	PA	AP	ME	MS	GO	
Min. não Met.	18,8	9,8	2,5	45,8	9,7	7,0	0,1						0,1			0,8		0,0				30,7	0,7
Metalúrgica	4,8	4,3	8,5	57,4	16,7	0,0	1,2						0,3			0,6	0,9						0,1
Mecânica	5,9	3,9	18,6	65,0	4,3	0,1							0,3			2,3	0,0						
Mat. Elét. e Com.	2,4	1,4	1,1	85,5	1,1	1,3			0,1				2,5			0,1	4,5						
Mat. Transp.	0,7	0,2	5,0	88,7	5,1	0,3							0,1				0,0						
Madeira	35,1	7,4	3,1	34,0	0,2	0,0	9,8									0,3	0,4	5,2	3,0	1,7			
Mobiliário	39,8	4,2	12,4	41,2	0,2	0,1							0,3	0,1		1,8							
Papel e Papelão	1,0	0,0	0,3	21,2	0,7	24,3	34,5											18,2					
Borracha	0,0		7,9	87,8	2,9	0,0										0,8		0,6					
Couro e Peles	4,3	1,4	37,4	21,0	18,1	1,4	0,0			6,8	1,4	0,2				5,2		3,0					
Química	14,0	0,1	14,1	35,0	9,1	0,6		1,0	0,6	3,0	0,2	0,0	2,3			19,5							
Prod. Farm. e Vet.	14,4	14,4		57,7	13,3	0,2				0,1													
Perf. Sab. Velas	3,2	0,6	0,1	93,3	0,3					2,6													
Prod. Mat. Plast.	3,7	0,4	5,3	41,3	48,6	0,6							0,0										
Têxtil	16,3	13,4	3,3	54,2	1,5	4,7	0,0			0,6	0,6	4,1	1,1	0,1	0,1	3,8	4,2	0,4					
Vest. Calç. etc.	0,2	0,1	76,1	20,6	2,6	0,1	0,0			0,1	0,0				0,0							0,0	
Prod. Alim.	26,6	12,0	16,6	22,9	1,0	1,7	1,7		0,0	2,0	0,0	0,0	4,1	0,8		10,2	0,6						0,0
Bebidas	0,1	0,0	8,7	71,4	0,6					3,7			4,7			10,7							
Fumo	0,8		13,3	78,4	0,4											7,1							
Editorial e Gráf.	5,2		2,4	41,2	51,3																		
TOTAL	11,9	5,4	12,7	46,9	5,8	5,1	2,2	0,1	0,1	0,8	0,1	0,3	1,5	0,2	0,0	5,2	0,4	1,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0

exportação. Há, novamente, que distinguir o Estado da Bahia, onde têm origem parcelas não desprezíveis da exportação de ramos industriais tais como: química, produtos alimentares, bebidas e fumo.

Do total das exportações industriais de 1980, 90,1% saíram dos estados do Sudeste e do Sul. Considerando também as exportações da Bahia, esta parcela eleva-se para 95,3%. O Estado de São Paulo, sozinho, foi responsável por 46,9% do valor exportado.

Comparando estes valores aos relativos à distribuição espacial da produção industrial constata-se que as exportações são ainda mais concentradas nestas duas regiões e na Bahia, pois a parcela do valor da transformação industrial (exclusive extração de minerais) gerada nesta área é igual a 91,9% inferior, portanto, à parcela referente às exportações.

A análise da origem das exportações por ramo da indústria evidencia, uma vez mais, que a elevada concentração das exportações industriais que acompanha, de perto, a concentração da atividade industrial. Sendo a política de promoção às exportações essencialmente voltadas para os produtos industrializados, quanto maior a exportação destes produtos realizada por um determinado estado, tanto mais beneficiado ele será por tal política. Portanto, a concentração espacial das exportações implica também em concentração espacial dos benefícios.

Cabe ressaltar, no entanto, que a distribuição, entre os estados, dos benefícios gerados pela política de promoção às exportações não é necessariamente igual à distribuição espacial do valor exportado. Isto porque os instrumentos de promoção utilizados não conferem a todos os produtos industrializados, o mesmo incentivo "quantitativo".

Tyler (1981) avaliou estas diferenças quantitativas da política de promoção às exportações vigente no ano de 1981. Ele avaliou os incentivos creditícios e os incentivos fiscais (exclusive do Imposto de Renda) concedidos naquele ano e obteve.

a partir daí, o que ele denominou de "taxa nominal de subsídio à exportação". Esta taxa representa a parcela do valor de exportação que foi subsidiado pelo governo através de incentivos creditícios, como o pagamento de juros subsidiados por financiamento destinados à produção para exportação. As taxas que ele obteve para cada um dos gêneros da indústria encontram-se na Tabela 87. Elas variam do mínimo de 4,9%, referente ao ramo de produção de alimentos até o máximo de 26,3% relativo ao ramo de vestuário, calçados, etc. Sendo as taxas de subsídio variáveis, os estados que tiveram suas exportações concentradas nos gêneros industriais mais incentivados promovidos serão, portanto, mais beneficiados.

As taxas de subsídio às exportações foram aplicadas aos valores exportados pelos estados brasileiros em 1981, o que permitiu obter uma medida dos benefícios decorrentes da política de promoção às exportações, em particular, dos incentivos fiscais e creditícios. Os resultados obtidos encontram-se na Tabela 88.

O valor total dos benefícios aqui considerados é igual a Cr\$ 167.682 milhões, valor que corresponde a 0,65% do Produto Interno Bruto de 1981 e a 2,63% do PIB da indústria de transformação.

Conforme se pode observar, o predomínio de São Paulo na apropriação dos benefícios da promoção às exportações é absoluto: a parcela apropriada é igual a 58,5%. A segunda melhor posição é ocupada pelo Rio Grande do Sul, com 11,4%. Os outros seis mais beneficiados são os demais estados do Sul e do Sudeste e a Bahia. Dos benefícios totais, 96,5% foram para estas duas regiões e para a Bahia.

Comparando-se a parcela de benefícios destinada a um dado estado à sua participação no valor exportado, pode-se verificar se a apropriação dos benefícios por parte deste estado é superior a sua contribuição ao valor de exportação. Uma situação como esta é indicada pela ocorrência de valores superiores à unidade na última coluna da Tabela 89.

TABELA 87
TAXAS NOMINAIS DE SUBSÍDIO ÀS EXPORTAÇÕES
1981

Gênero de Indústria	TAXA
- Minerais não-metálicos	22,5
- Metalúrgica	20,1
- Mecânica	25,6
- Materiais elétricos e de comunicações	25,4
- Material de transporte	23,7
- Madeira	14,4
- Mobiliário	26,2
- Papel e papelão	23,2
- Borracha	22,4
- Couros, peles e similares	22,8
- Química	10,2
- Produtos farmacêuticos e veterinários	22,6
- Perfumarias, sabões e velas	20,0
- Produtos de material plástico	25,6
- Têxtil	25,2
- Vestuário, calçados, etc.	26,3
- Produtos alimentares	4,9
- Bebidas	15,4
- Fumo	9,1
- Editorial e gráfica	23,9
- Diversos	25,0

FONTE: TYLER (1981).

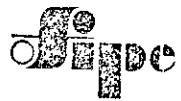
TABELA 88

DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO
1981

Estados	Benefícios		Exportação %	(2) (3)
	Cr\$ Milhões (1)	% (2)		
SUL				
- Paraná	7737	4,6	7,1	0,65
- Santa Catarina	6522	3,9	6,0	0,65
- Rio Grande do Sul	19049	11,4	13,2	0,86
SUDESTE				
- São Paulo	98003	<u>58,5</u>	50,1	1,17
- Rio de Janeiro	10051	6,0	5,6	1,07
- Minas Gerais	10077	6,0	5,9	1,02
- Espírito Santo	3644	2,2	1,8	1,22
NORDESTE				
- Maranhão	58	0,0	0,0	-
- Piauí	39	0,0	0,0	-
- Ceará	888	0,5	0,9	0,56
- Rio Grande do Norte	178	0,1	0,1	1,00
- Paraíba	652	0,4	0,3	1,33
- Pernambuco	1201	0,7	1,7	0,41
- Alagoas	85	0,1	0,1	1,00
- Sergipe	7	0,0	0,0	-
- Bahia	6513	3,9	5,6	0,70
NORTE				
- Amazonas	481	0,3	0,2	1,50
- Pará	1924	1,2	0,9	1,33
CENTRO-OESTE				
- Mato Grosso	27	0,0	0,0	-
- Mato Grosso do Sul	161	0,1	0,1	1,0
- Goiás	384	0,2	0,2	1,0
- Distrito Federal	1	0,0	0,0	-
T O T A L	167682	100,0	100,0	-

Observando, por exemplo, o caso de São Paulo, verifica-se exatamente esta situação, sendo o valor a ele correspondente igual a 1,17. Isto ocorreu porque este estado recebeu 58,5% dos benefícios totais da política de promoção às exportações e gerou 50,1% do valor exportado. Vale dizer, suas exportações estavam relativamente mais concentradas nos gêneros de indústria mais incentivados. Em igual situação encontram-se os demais estados do Sudeste. No Sul, ocorreu o inverso, assim como na Bahia. Situação semelhante à dos estados do Sudeste, verificou-se apenas na Paraíba, Amazonas e Pará.

Assim sendo, os estados do Sudeste, além de serem, juntamente com os do Sul e com a Bahia, os estados naturalmente mais beneficiados pela política de promoção às exportações em função de sua elevada participação na exportação industrial, foram também, em 1981, os estados mais favorecidos por terem suas exportações concentradas nos ramos industriais que apresentaram as maiores taxas de promoção.



4. O COMÉRCIO EXTERIOR COMO MECANISMO DE AJUSTE DO COMÉRCIO ENTRE ESTADOS

4. O COMÉRCIO EXTERIOR COMO MECANISMO DE AJUSTE DO COMÉRCIO ENTRE ESTADOS

O ponto central deste capítulo consiste na comparação dos resultados finais obtidos pelos estados e territórios brasileiros no intercâmbio comercial interno e internacional.

O interesse por tal comparação originou-se a partir da constatação de que todas as unidades da Federação, exclusive São Paulo e Amazonas, apresentaram, pelo menos ao longo do período de 1975 a 1981, déficits sistemáticos no comércio interno.

Para fazer frente a esta situação, alguns mecanismos de ajustamento podem ser utilizados. Um deles em particular, qual seja, transferências e gastos governamentais foi analisado na primeira fase da pesquisa, desenvolvida em 1983. Pôde-se então verificar uma "transferência líquida de recursos dos estados com superávit para aqueles com déficit através do sistema de arrecadação de impostos do Governo Federal, fazendo sobressair um mecanismo compensador entre estados, via política fiscal" (Abbas, Rizzieri e Müller, 1983, p. 97).

Outra possibilidade de compensação ou de redução dos déficits crônicos no comércio interno é a obtenção de saldos positivos no comércio internacional por parte dos estados deficitários. Assim sendo, o interesse concentra-se agora em investigar em que medida a participação no comércio mundial está funcionando como mecanismo efetivo de ajustamento do desequilíbrio comercial interno.

O primeiro dado a ser levado em conta é o saldo ~~de estado~~ da balança de comércio exterior de cada estado brasileiro. Esta informação encontra-se na Tabela 89 e cobre o período de 1974 a 1981.

Observando primeiramente os estados da região Sul nota-se que, de 1974 a 1976, todos apresentaram superávit comercial. A partir de 1977, Santa Catarina passou a ter déficits crescentes no seu comércio com o exterior, ficando assim descartada a

TABELA 89

 SALDO DA BALANÇA DE COMÉRCIO EXTERIOR DAS REGIÕES E ESTADOS BRASILEIROS
 1974-81 (Em US\$ Milhões)

ESTADOS E REGIÕES	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
REGIÃO SUL								
PARANÁ	227	1502	2313	2319	1059	1252	2056	3334
SANTA CATARINA	797	895	1467	1622	824	1410	2098	2608
RIO GRANDE SUL	100	162	129	-204	-337	-461	-597	-892
	30	512	717	931	582	304	556	1619
REGIÃO SUDESTE								
SÃO PAULO	-8412	-5869	-4522	-2390	-2546	-4594	-5449	-3600
RIO DE JANEIRO	-4041	-3849	-3107	-1359	-1003	-2273	-2752	-1677
ESPIRITO SANTO	-2730	-2528	-1992	-2110	-2417	-3159	-4146	-3099
MINAS GERAIS	390	516	481	583	879	836	1455	973
	-31	-5	-4	-4	-6	1	-5	2
REGIÃO NORDESTE								
PERNAMBUCO	272	240	196	696	811	720	919	1419
ALAGOAS	21	-1	-7	-1	-13	8	-35	-30
SERGIPE	0	0	0	0	0	0	0	0
BAHIA	57	27	30	72	77	64	61	77
REGIÃO NOROESTE								
PIAUÍ	15	8	-15	1	-6	7	4	9
GOIÁS	47	20	7	16	15	37	29	40
TOCANTINS	183	191	-33	73	38	-28	116	232
MATO GROSSO DO SUL	197	334	29	90	89	143	339	327
MATO GROSSO	0	1	-3	-30	-1	0	12	125
PARANÁ	352	260	186	482	611	491	293	689
REGIÃO NORTE								
AMAZONAS	-127	-136	-224	-158	-478	-286	-272	-121
PARÁ	-5	-2	-4	-5	-11	-37	-14	-10
ACRE	0	0	0	4	7	1	2	0
AMAZONAS	-215	-243	-334	-272	-337	-445	-559	-825
PARÁ	42	20	46	81	-195	127	227	298
AMAPA	53	79	67	32	54	63	68	70
RODRIGUES	-2	0	0	2	3	4	5	5
REGIÃO SUDOESTE								
PARANÁ	50	115	80	130	120	67	23	100
MATO GROSSO DO SUL	57	123	0	0	0	0	0	0
MATO GROSSO	0	0	104	137	132	78	34	107
GOIÁS	0	0	0	0	0	0	0	0
DISTRITO FEDERAL	-7	-8	-23	-7	-11	-10	-10	-7
TOTAL	-4690	-3540	-2255	97	-1024	-2040	-2623	1202

possibilidade deste estado compensar o saldo negativo do intercâmbio interno através do comércio com outros países.

No Sudeste, encontra-se em situação semelhante o Estado do Rio de Janeiro cujos déficits comerciais foram superiores a dois bilhões de dólares em todos os anos do período considerado, exclusive 1977. Também negativos foram os saldos do comércio externo de Minas Gerais em seis dos oito anos do período. Mas a magnitudes dos déficits foram substancialmente menores que as verificadas para o Rio de Janeiro. O Espírito Santo foi o único estado da região a apresentar saldos sempre positivos com certa tendência de crescimento.

No Nordeste, nenhum estado apresentou saldos sistematicamente negativos no comércio com o exterior. O Maranhão teve déficits em seis anos, Sergipe em três e Rio Grande do Norte e Pernambuco em dois. Nota-se também que no Piauí os saldos foram sempre aproximadamente nulos. Fica, assim, aberta, em princípio, a possibilidade de vários estados nordestinos terem compensado seus déficits no comércio interno.

Na região Norte, a situação predominante é de superávit comercial regular. Rondônia constitui-se em exceção apresentando déficits ao longo de todo o período. Os saldos negativos do Amazonas devem ser interpretados de forma distinta, assim como os relativos a São Paulo, tendo em vista que estes dois estados não necessitam do comércio exterior para compensar saldos do comércio interno pois, como já se viu, estes saldos não são negativos.

No Centro-Oeste, o único estado com possibilidade de ajustar seu desequilíbrio no intercâmbio doméstico é Mato Grosso do Sul. Os outros dois estados da região apresentaram saldos nulos no comércio internacional e o Distrito Federal só teve déficits.

Em síntese, os estados para os quais o comércio exterior não aparece como alternativa para compensação dos resultados desfavoráveis obtidos no comércio interno, são os seguintes: Santa Catarina (a partir de 1977), Rio de Janeiro, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

No que diz respeito aos demais estados, interessa averiguar agora se os saldos positivos por eles obtidos no comércio internacional foram suficientes para cobrir os déficits internos, ou colaboraram apenas para reduzi-los.

Tendo em vista este objetivo, foram somados os saldos do comércio interno e externo dos estados brasileiros em cada um dos anos do período 1974-81. Resultou, assim, o saldo final do comércio de cada estado com os demais estados brasileiros e o resto do mundo. Este saldo pode ser observado na Tabela 90.

Para os estados acima mencionados e, também, para o Distrito Federal, os saldos finais são necessariamente negativos, não cabendo maiores comentários. Entre os dezesseis outros estados para os quais havia, em princípio, possibilidade de compensação do déficit interno através do superávit externo, poucos lograram obter este resultado.

Entre estes poucos, encontram-se os do Sul e do Sudeste — Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Apesar de alguns saldos negativos no início do período, estes três estados conseguiram saldos finais regularmente positivos a partir de 1977.

No Nordeste, predominaram os saldos finais negativos. As exceções foram Pernambuco em 1974, Alagoas em 1974-75 e 1980-81 e Bahia nos três últimos anos do período em questão. Pelo que se observou anteriormente a respeito da evolução das exportações da Bahia, é possível que este resultado favorável esteja se repetindo depois de 1981.

Somente o Amapá, no Norte, conseguiu compensar seu déficit interno através do comércio exterior. No Centro-Oeste, a situação geral foi de déficit no cômputo final do saldo de comércio.

Quanto aos dois estados cujos saldos no comércio interno são positivos, quais sejam, São Paulo e Amazonas, constata-se, no caso do primeiro, que estes saldos foram mais do que suficientes para cobrir o déficit internacional ocorrendo o inverso no caso do segundo.

Tabela 90
SALDO FINAL DO COMÉRCIO INTERNO
E EXTERNO DOS ESTADOS BRASILEIROS
1974-1981

(em US\$ milhões)

Região/Estado	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Sul	1027	113	-1353	1099	-512	361	272	2389
PR	540	-163	-1988	1153	310	952	1214	2384
SC	223	45	+ 853	- 621	-670	-717	- 948	-1114
RS	264	232	- 224	567	48	127	7	1120
Sudeste	-4318	-1648	5683	3688	4742	1044	694	2491
SP	-2747	805	10242	7406	8188	4413	5310	5951
RJ	-2307	-2643	-3411	-2633	-2936	-3886	-4745	-3589
ES	367	337	- 206	+ 63	532	628	1353	574
MG	372	- 145	- 942	-1149	-1043	- 112	-1223	- 446
Nordeste	- 338	- 712	-3778	-2434	-2518	-2032	-1604	-1451
MA	- 113	- 164	- 257	- 185	- 289	- 203	- 332	- 350
PI	-82	-80	-154	-153	-160	-249	-171	-201
CE	- 131	- 188	- 448	- 427	- 421	- 442	- 412	- 445
RN	- 72	- 79	- 149	- 175	- 174	- 150	- 223	- 279
PB	- 9	- 48	- 7	- 4	- 211	- 164	- 150	- 237
PE	49	- 88	-1330	- 440	- 519	- 665	- 470	- 161
AL	96	212	- 225	- 166	- 112	- 29	135	54
SE	- 66	- 90	- 232	- 160	- 129	- 187	- 191	- 107
BA	- 12	- 186	- 978	- 548	- 502	92	205	277
Norte	- 310	- 403	- 918	- 667	-1119	- 796	- 595	- 671
RO	-	-	-	- 62	- 88	- 110	- 95	- 88
AC	- 18	- 16	- 56	- 40	- 80	- 41	- 42	- 42
AM	- 228	- 267	- 160	- 195	- 216	- 255	- 254	- 242
PA	- 110	- 197	- 418	- 360	- 720	- 379	- 225	- 315
AP	-	-	-	4	0	28	51	32
RR	-	-	-	- 14	- 16	- 41	- 28	- 15
Centro-Oeste	- 762	- 892	-2240	-1588	-1703	-1408	-1591	-1557
MT	- 196	- 188	-773	-479	-468	-319	-308	-252
MS	-	-	-32	-184	-167
GO	-245	-262	-725	-537	-673	-413	-444	-177
DF	- 321	- 442	- 844	- 709	- 694	- 642	- 654	- 661

Enfim, excluindo estes dois estados por sua condição peculiar no comércio interno, pode-se estabelecer a seguinte distinção: para os estados do Sul e do Sudeste, a participação no comércio internacional ou atua efetivamente como mecanismo de compensação total do déficit no comércio interno, ou é ela própria deficitária, não permitindo compensação alguma; nas demais regiões do País, ou não há, também, compensação, ou ela é apenas parcial, salvo as exceções já mencionadas, em particular, a Bahia.

A regularidade de comportamento, da maior parte dos estados, ao longo do período de oito anos aqui considerado, não sugere alterações futuras, ao menos no curto prazo.

Assim sendo, embora o comércio exterior tenha representado para dezesseis estados brasileiros, um mecanismo de ajustamento dos desequilíbrios observados no comércio interno, não foi, na maior parte dos casos, suficiente para resolver integralmente o problema, sendo, portanto, necessária a adoção paralela de outros mecanismos de compensação dos desequilíbrios.



5. CANAIS DE SÍNTESE E ALGUMAS CONCLUSÕES

5. CANAIS DE SÍNTESE E ALGUMAS CONCLUSÕES

O relato da presente pesquisa, como foi evidenciado na introdução da mesma, refere-se quase que a uma complementação de alguns pontos deixados em aberto por pesquisa anterior, que pretendeu determinar os grandes traços da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro vistos sob uma ótica de análise inter-regional.

Basicamente, os aspectos relevantes tratados no presente relatório referem-se aos rebatimentos espaciais do processo substitutivo de importações, aos aspectos relativos à promoção às exportações -- complementarmente à etapa de substituição de importações --, e aos mecanismos de ajuste dos déficits crônicos de balanças comerciais entre os estados, através do comércio internacional.

Nesses três aspectos prevalecem, de uma forma geral, características ligadas ao comércio internacional, tendo em vista que tais características haviam sido relegadas a segundo plano, como estratégia de análise, no relatório anterior.

Como deve ter sido notado ao longo do relatório da presente etapa da pesquisa, basicamente, foram mantidas as mesmas posturas metodológicas assumidas na etapa anterior. De uma forma geral, os movimentos populacionais foram considerados sob uma ótica puramente descritiva, enquanto que os aspectos interpretativos se basearam mais profundamente sobre as características das estruturas produtivas especializadas procurando-se detectar algumas evidências a partir de dados ligados, principalmente, ao aspecto externo da economia brasileira.

Pode-se dizer, de uma forma geral, que as grandes linhas conclusivas apresentadas no relatório anterior permanecem válidas na presente etapa da pesquisa.

Inicialmente, a tendência observada de ocupação do território brasileiro, constatada a partir de dados preliminares

do Censo Demográfico confirmam-se através dos resultados finais (cfe. Seção 3.2 do Capítulo 3) e das análises de cunho histórico realizadas ao longo do Capítulo 2. Reafirmam-se assim as duas tendências observadas anteriormente, quais sejam, a de reforço de ocupação dos centros mais dinâmicos do território nacional, situados basicamente ao redor da área metropolitana de São Paulo, e, paralelamente, de ocupação de espaços demograficamente mais rarefeitos, através da ampliação da fronteira agrícola.

No que se refere especificamente aos rebatimentos espaciais do processo de substituição de importações, pode-se detectar, pelos resultados da análise efetuada ao longo do Capítulo 2, que a concentração da atividade econômica na região Sudeste e notadamente no Estado de São Paulo, têm suas origens na forma de ocupação agrícola verificada nessa região e em características peculiares da cultura e comercialização do café que propiciaram as bases para a acumulação de capital nessas porções do território nacional.

O processo substitutivo que se desenvolveu principalmente a partir da Grande Depressão teve características concentradoras, basicamente em razão da localização da demanda no território paulista e no seu entorno imediato. Em momentos posteriores, a integração observada entre o centro e suas periferias mais imediatas permitiu a ampliação espacial do processo de crescimento, inicialmente na direção do Sul do país e, mais recentemente, na do seu Centro-Oeste.

No período recente, ou seja, basicamente a partir de 1970, a política de promoção às exportações, conforme analisado no Capítulo 3, tem beneficiado de uma forma mais acentuada a região que, tradicionalmente, tem se constituído no centro dinâmico da economia brasileira. De uma forma geral, esse benefício pode ser explicado através da prevalência de produtos industriais nos instrumentos legais de promoção às exportações, na medida em que a estrutura industrial já implantada termina por definir completamente o rebatimento espacial dos incenti-

vos dados às vendas externas. Como tais incentivos são diferenciados por setores de indústrias, foi possível detectar que quase 60% dos benefícios concedidos foram apropriados apenas pelo Estado de São Paulo.

Finalmente, quando se considera a possibilidade de compensação dos déficits verificados no comércio interestadual para a maioria dos estados na relação com o centro dinâmico, percebe-se que apesar dessa situação ser amenizada, não há uma solução final para o fenômeno. \Aparentemente, pelos resultados obtidos no Capítulo 4 da pesquisa, apenas os estados da região Sul e o Espírito Santo chegam a compensar os seus déficits no comércio interno através de um superávit com o resto do mundo. O Nordeste, embora superavitário no comércio externo, não chega a equilibrar sua situação face ao comércio interior. Confirmando a análise efetuada ao longo do trabalho como um todo, o Estado de São Paulo, especificamente, e a região Sudeste de uma forma mais ampla, são os grandes utilizadores de divisas geradas em outras regiões, visto que nessa região o déficit de comércio internacional é significativo, sem alcançar, no entanto, o superávit obtido no comércio interno.

of
type

6. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, Luiz A. Q.; RIZZIERI, Juarez A. B. e MULLER, Alberto . .
(1983). *Análise Inter-Regional da Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro*. Relatório FIPE-FEA, São Paulo
- BAER, Werner e GEIGER, Pedro P. (1978). "Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades Regionais no Brasil", em *Dimensão do Desenvolvimento Brasileiro*, W. Baer, P. P. Geiger e P. R. Haddad (coord.). Editora Campus, Rio de Janeiro
- CANO, Wilson (1981). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, T.A. Queiroz Editor, 2^a edição, São Paulo
- CASTRO, José A. (1983a). *Incentivos Fiscais e a Formação de Preços para Exportação*. Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro
- _____ (1983b). *Drawback*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Rio de Janeiro
- _____ (1984a). *Incentivos Creditícios à Exportação*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Rio de Janeiro
- _____ (1984b). *Befiex e Programas Ciex*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Rio de Janeiro

- CARVALHO, J. L. e HADDAD, C. (1978). "A Promoção de Exportações: A Experiência Brasileira até 1974". *Revista Brasileira de Economia*, 32 (1)
- CME-PIMES/UFPE (1978a). *Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal - Efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial*. Relatório de Pesquisa nº 2, Parte I, Recife, PE
- _____. (1978b). *Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal - Efeitos Espaciais da Política do Comércio Exterior*. Relatório de Pesquisa nº 2, Parte II, Recife, PE
- _____. (1978c). *A Interação Regional: Um Estudo dos Efeitos da Integração Econômica e do Comércio Sobre as Desigualdades Regionais*. Relatório de Pesquisa nº 5, Recife, PE
- DEAN, Warren (1971). *A Industrialização de São Paulo*, Difel, São Paulo
- DENSLOW, David (1978). "As Exportações e a Origem do Padrão de Industrialização Regional do Brasil", em *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, W. Baer, P. P. Geiger e P. R. Haddad (coord.), Editora Campus, Rio de Janeiro
- DOELLINGER, C., FARIA, H. B. e CAVALCANTI, L. C. (1973). *A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967-73*, Coleção Relatórios de Pesquisa IPEA/INPES, nº 22
- FISHLOW, Albert (1977). "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil", em *Formação Econômica do Brasil - A Experiência da Industrialização*, F. R. Versiani e J. R. M. Barros (org.), Saraiva, São Paulo

- GOODMAN, David (1978). "Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil", em *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, W. Baer, P. P. Geiger e P. R. Haddad (coord.), Editora Campus, Rio de Janeiro
- GRAHAM, Douglas H. e HOLLANDA FILHO, Sérgio B. (1984). *Migrações Internas no Brasil: 1872-1970*, IPE/USP, CNPq, São Paulo
- GRAHAM, Douglas H. e MERRICK, Thomas W. (1981). *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- KATZMAN, Martin T. (1974). "Urbanização e Concentração Industrial: 1940-70". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, volume 4, nº 3
- LEFF, Nathaniel H. (1972). "Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Regional: Origem do Caso Brasileiro". *Revista Brasileira de Economia*, jan-mar
- LUZ, Nícia Vilela (1978). *A Luta Pela Industrialização do Brasil*. Editora Alfa Ômega, 2ª edição, São Paulo
- MUSALEM, A. R. (1981). "Política de Subsídios e Exportações de Manufaturados no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, 35 (1)
- OLIVEIRA, E. G. (1980). "Balança Comercial de Produtos Industriais", *Revista Brasileira de Economia*, 34 (4)
- REDWOOD III, J. (1976). "Algumas Notas sobre Exportações e Desenvolvimento Regional", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 6 (2)

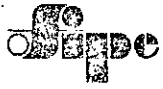
SILBER, Simão (1977). "Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira Durante o Período 1929-1939", em *Formação Econômica do Brasil - A Experiência da Industrialização*, F. R. Versiani e J. R. M. de Barros (org.), Saraiva, São Paulo

TAVARES, Maria da C. (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro

TYLER, William G. (1981). "Trade Policies and Industrial Incentives in Brazil, 1980-81", IPEA, mimeo



7. ANEXOS



ANEXO 1

MATRIZ DE MIGRAÇÃO INTERESTADUAL

1970-80

FONTE: FIBGE, *Censo Demográfico - Brasil*, Tabela 2.15 (p. 107-111)

CENSO DEMOGRAFICO - BRASIL

2- MIGRACAO

2.15- PESSOAS NAO NATURAS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM, QUE MIGRARAM HA MENOS DE 10 ANOS, POR LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

(CONTINUA)

REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR					
	TOTAL	RONDONIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARA
BRASIL.....	24 002 713	46 726	34 412	130 110	3 921	432 875
REGIAO NORTE.....	1 196 630	35 499	30 327	110 658	2 299	361 498
RONDONIA.....	296 207	30 080	5 584	10 468	212	2 929
ACRE.....	33 128	1 144	17 331	4 404	7	676
AMAZONAS.....	152 502	2 710	6 143	84 126	1 199	23 326
RORAIMA.....	18 981	341	146	4 330	539	1 226
PARA.....	668 013	1 162	1 115	7 201	309	315 754
MAPA.....	27 819	62	8	129	34	17 587
REGIAO NORDESTE.....	4 869 063	970	794	5 278	382	19 727
MARANHAO.....	675 940	188	78	452	65	9 064
PIAUI.....	242 031	26	61	255	11	848
CEARA.....	697 273	388	357	2 007	77	4 209
RIO GRANDE DO NORTE.....	333 322	109	46	935	54	1 193
PARAIBA.....	350 840	77	93	358	48	515
PERNAMBUCO.....	948 666	121	56	850	85	1 656
ALAGOAS.....	301 631	15	8	101	4	187
FERNANDES DE NORONHA.....	345	-	-	-	-	-
SERGIPE.....	163 317	4	24	73	24	170
BAHIA.....	1 155 710	42	71	607	14	1 885
REGIAO SUDESTE.....	11 084 251	3 920	1 761	8 681	567	32 901
MINAS GERAIS.....	2 328 713	878	149	773	80	3 044
ESPIRITO SANTO.....	481 461	513	47	195	41	766
RIO DE JANEIRO.....	1 671 619	637	931	4 862	232	14 787
SAO PAULO.....	6 602 458	1 892	634	2 851	214	14 304
REGIAO SUL.....	4 390 203	1 468	338	1 120	241	2 651
PARANA.....	2 219 382	1 077	137	491	149	1 263
SANTA CATARINA.....	759 427	124	33	154	8	477
RIO GRANDE DO SUL.....	1 411 394	267	168	475	84	951
REGIAO CENTRO-OESTE.....	2 462 526	4 871	1 192	4 373	432	16 058
MATO GROSSO DO SUL.....	473 415	934	151	286	31	554
MATO GROSSO.....	456 351	3 110	352	918	38	1 662
GOIAS.....	1 053 990	316	169	785	91	7 463
DISTRITO FEDERAL.....	476 770	511	520	2 384	272	8 179

1X RECENSEAMENTO GERAL - 1980

2- MIGRACAO

2.19- PESSOAS NAO NATURAS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM, QUE MIGRARAM HA MENOS DE 10 ANOS, POR LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

(CONTINUA)

REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR					
	AMAPA	PARANA	PIAU	CEARA	RIO GRANDE DO NORTE	PARAIBA
BRASIL.....	15 404	813 406	380 110	1 020 796	406 028	597 548
REGIAO NORTE.....	13 581	122 587	15 342	45 690	6 437	5 332
ACRE.....	24	194	54	1 242	222	102
AMAZONAS.....	450	3 492	839	7 472	1 146	995
PARAIBA.....	31	5 706	472	1 761	339	253
PARA.....	6 743	109 240	13 421	31 271	3 991	3 124
AMAPA.....	6 257	1 128	61	503	300	101
REGIAO NORDESTE.....	487	573 611	256 172	699 444	304 372	370 907
PARANA.....	67	524 780	59 649	29 300	1 751	3 664
PIAU.....	23	32 237	166 697	20 337	1 360	1 172
CEARA.....	188	10 116	14 148	584 503	11 921	13 178
RIO GRANDE DO NORTE.....	47	854	1 371	13 262	255 569	28 067
PARAIBA.....	53	732	757	7 613	18 793	257 812
PERNAMBUCO.....	20	2 521	5 694	20 469	9 001	46 531
ALAGOAS.....	4	172	336	2 001	923	2 909
FERNANDO DE NORONHA.....	-	-	4	6	17	17
SERGIPE.....	-	237	267	1 411	746	816
BAMIA.....	85	1 962	7 009	20 542	4 271	16 141
REGIAO SUDESTE.....	931	47 551	59 333	211 918	75 594	189 767
MINAS GERAIS.....	296	2 293	1 329	4 755	3 364	2 786
ESPIRITO SANTO.....	4	421	367	1 843	396	508
RIO DE JANEIRO.....	316	22 185	8 439	57 650	27 760	95 938
SAO PAULO.....	315	22 652	49 198	147 670	44 074	90 555
REGIAO SUL.....	125	773	725	5 241	1 221	2 057
PARANA.....	27	477	425	3 482	710	1 497
SANTA CATARINA.....	16	159	100	456	191	185
RIO GRANDE DO SUL.....	82	142	200	1 303	320	375
REGIAO CENTRO-OESTE.....	280	68 884	48 538	58 503	18 404	29 465
MATO GROSSO DO SUL.....	4	227	340	3 433	444	868
MATO GROSSO.....	18	1 221	501	1 930	591	498
GOIAS.....	35	33 612	9 180	13 447	6 471	5 172
DISTRITO FEDERAL.....	229	33 824	38 517	39 693	10 988	22 927

CENSO DEMOGRAFICO - BRASIL

2- MIGRACAO

 2.15- PESSOAS NAO NATURAS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM, QUE MIGRARAM HA MENOS DE 10 ANOS, POR LUGAR DO
 DOMICILIO ANTERIOR, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

(CONTINUA)

REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR					
	PERNAMBUCO	ALAGOAS	FERNANDO DE NORONHA	SERGIPE	BAHIA	MINAS GERAIS
BRASIL.....	1 339 734	393 723	605	197 176	1 519 537	2 973 490
REGIAO NORTE.....	8 713	1 731	14	808	26 238	43 386
RONDONIA.....	1 318	438	-	230	4 214	18 295
ACRE.....	162	69	10	-	220	913
AMAZONAS.....	1 054	216	4	64	678	1 749
RODRINA.....	247	10	-	27	95	160
PARA.....	5 743	985	-	475	20 891	22 191
AMAPA.....	149	13	-	12	140	78
REGIAO NORDESTE.....	917 194	287 185	389	136 719	927 927	49 243
MARANHO.....	5 956	1 006	-	671	6 127	5 331
PIAU.....	5 230	372	18	69	2 978	518
CEARA.....	14 368	2 347	-	393	4 133	1 501
RIO GRANDE DO NORTE.....	8 434	593	82	498	1 760	1 266
PARAIBA.....	31 973	1 661	48	452	2 362	864
PERNAMBUCO.....	744 660	27 366	261	1 540	22 486	2 146
ALAGAS.....	45 709	223 401	-	4 489	4 607	536
FERNANDO DE NORONHA.....	278	-	-	-	-	18
SERGIPE.....	5 938	17 256	-	104 136	16 614	611
BAHIA.....	54 646	13 183	-	24 471	866 860	36 452
REGIAO SUDESTE.....	382 415	97 219	86	55 223	486 397	2 654 333
MINAS GERAIS.....	5 050	1 321	22	906	42 967	1 866 531
ESPIRITO SANTO.....	935	452	-	269	20 170	78 195
RIO DE JANEIRO.....	68 248	13 937	38	11 058	46 794	155 049
SAO PAULO.....	308 182	81 509	26	42 992	376 466	554 558
REGIAO SUL.....	6 123	2 616	16	1 555	9 406	32 380
PARANA.....	4 430	2 406	-	1 400	7 690	26 722
SANTA CATARINA.....	566	100	-	86	688	2 352
RIO GRANDE DO SUL.....	1 127	110	16	69	1 048	3 306
REGIAO CENTRO-OESTE.....	25 309	4 970	100	2 871	69 569	194 148
MATO GROSSO DO SUL.....	3 211	1 332	-	669	2 700	7 472
MATO GROSSO.....	1 390	844	-	390	6 677	27 121
GOIAS.....	5 062	1 366	-	255	26 921	83 574
DISTRITO FEDERAL.....	15 646	1 428	100	1 557	33 271	76 181

IX CENSO GERAL - 1990

2- MIGRAÇÃO

2.15- PESSOAS NAO NATURAIS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM, QUE MIGRARAM HA MENOS DE 10 ANOS, POR LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

(CONTINUA)

REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR					
	ESPIRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SAO PAULO	PARANA	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
BRASIL.....	487 136	1 272 365	4 459 168	2 578 072	756 233	1 550 971
REGIAO NORTE.....	33 533	11 926	27 245	115 196	4 634	7 020
PONDDNIA.....	23 650	1 502	10 563	95 405	2 219	1 661
ACRE.....	261	465	869	2 015	147	187
AMAZONAS.....	310	3 431	4 054	1 828	203	1 156
RORAIMA.....	48	298	272	451	154	531
PAPA.....	9 248	5 944	11 274	15 376	1 902	3 370
AMAPA.....	16	346	213	90	9	115
REGIAO NORDESTE.....	16 608	65 556	122 073	16 140	1 655	6 435
MARANHAO.....	1 307	2 394	2 605	1 234	235	916
PIAUI.....	23	1 171	3 137	218	45	163
CEAPA.....	243	7 467	12 214	1 600	217	602
RIO GRANDE DO NORTE.....	116	7 817	5 804	413	123	325
PARAIBA.....	119	11 663	6 955	664	122	263
PERNAMBUCO.....	251	14 214	32 706	3 225	291	1 137
ALAGOAS.....	84	2 916	8 538	1 452	104	324
FERNANDO DE NORONHA.....	-	-	-	-	-	-
SERGIPE.....	140	3 574	7 546	1 495	128	236
BANIA.....	14 323	17 140	43 168	5 839	550	2 363
REGIAO SUDESTE.....	427 298	1 104 446	4 010 173	724 071	27 399	48 482
MINAS GERAIS.....	33 666	63 712	153 383	39 514	1 637	4 696
ESPIRITO SANTO.....	324 108	32 295	9 188	3 965	310	1 060
RIO DE JANEIRO.....	50 778	904 986	74 122	14 206	5 334	16 774
SAO PAULO.....	18 746	103 453	3 773 480	667 186	20 118	25 952
REGIAO SUL.....	2 572	24 622	126 047	1 916 311	709 749	1 449 290
PARANA.....	1 943	9 308	109 025	1 813 033	100 865	83 377
SANTA CATARINA.....	274	6 209	13 691	76 370	560 702	88 033
RIO GRANDE DO SUL.....	355	9 105	13 331	21 908	48 182	1 277 880
REGIAO CENTRO-OESTE.....	7 125	62 755	163 030	206 354	12 996	39 344
MATO GROSSO DO SUL.....	361	4 556	74 855	98 371	3 780	14 014
MATO GROSSO.....	3 591	2 111	35 577	96 877	6 699	15 330
GCIAS.....	961	4 070	29 511	5 629	714	2 724
DISTRITO FEDERAL.....	2 212	52 018	23 087	5 277	1 493	7 276

CENSO DEMOGRAFICO - BRASIL

2- MIGRACAO

2.15- PESSOAS NAO NATURAS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM, QUE MIGRARAM HA MENOS DE 10 ANOS, POR LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

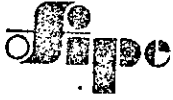
(CONCLUSAO)

REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR						
	* MATO GROSSO * DO SUL	* MATO * GROSSO	* GOIAS	* DISTRITO * FEDERAL	* BRASIL * SEM ESPE- * CIFICACAO	* EXTERIOR	* SEM * DECLARACAO
BRASIL.....	397 361	274 874	1 065 141	129 522	7 490	163 856	154 503
REGIÃO NORTE.....	31 129	47 361	71 297	4 296	650	6 258	5 905
RORONONIA.....	27 201	43 754	4 409	662	256	1 887	1 234
ACRE.....	432	800	347	120	16	393	302
AMAZONAS.....	566	505	905	928	86	1 533	1 296
RORAIMA.....	182	164	469	62	6	558	53
PARA.....	2 696	2 123	65 073	2 440	288	1 679	2 995
AMAPA.....	52	15	94	64	-	208	35
REGIÃO NORDESTE.....	5 018	2 028	21 645	17 687	2 345	7 026	30 246
MARANHÃO.....	174	304	12 679	1 924	292	268	3 237
PIAUI.....	87	66	959	2 354	59	113	824
CEARA.....	508	167	1 099	3 061	240	632	5 323
RIO GRANDE DO NORTE.....	185	317	1 431	1 273	81	485	1 210
PARAIBA.....	200	77	723	2 276	131	570	2 604
PERNANBUCO.....	638	186	888	2 634	266	1 832	4 895
ALAGOAS.....	395	91	224	285	142	176	1 498
FERNAND DE NORONHA.....	-	5	-	-	-	-	-
SERGIPE.....	363	72	122	456	100	285	473
BAHIA.....	2 468	743	3 520	3 442	1 034	2 645	10 202
REGIÃO SUDESTE.....	76 872	22 793	94 147	45 740	2 251	198 582	82 580
MINAS GERAIS.....	3 316	4 457	58 011	14 389	318	5 848	9 224
ESPIRITO SANTO.....	178	630	526	1 840	108	1 000	1 131
RIO DE JANEIRO.....	4 950	1 697	3 932	12 309	768	30 693	22 209
SÃO PAULO.....	68 428	16 009	31 678	17 202	1 057	71 041	50 016
REGIÃO SUL.....	16 423	3 987	4 889	4 233	575	29 165	25 244
PARANA.....	13 640	2 946	3 941	1 795	138	14 418	7 575
SANTA CATARINA.....	1 074	429	482	765	187	2 404	3 132
RIO GRANDE DO SUL.....	1 709	612	466	1 673	250	11 343	14 537
REGIÃO CENTRO-OESTE.....	267 919	198 705	873 163	57 966	1 669	13 825	10 508
MATO GROSSO DO SUL.....	230 381	9 993	6 111	1 275	71	5 455	1 336
MATO GROSSO.....	29 991	174 247	39 705	1 500	185	1 855	1 602
GOIAS.....	4 944	12 211	741 212	54 791	221	769	4 114
DISTRITO FEDERAL.....	2 603	2 254	88 135	-	1 192	5 546	3 456



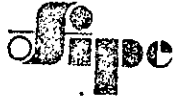
ANEXO 2
FLUXO INTERESTADUAL DE COMÉRCIO
1974-81

FONTE: *Revista de Finanças Públicas*, vários números.



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1974
(CR\$ MILHOES DE 1975)

ENTRADA	SAÍDAS													CE	
	N	AC	AN	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CE				
MORTE	195.9	1.2	43.7	151.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	103.0
AC	38.8	0.0	35.0	3.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.5
AN	148.3	1.2	0.0	147.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	37.3
PA	8.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	64.1
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NORDESTE	210.3	21.0	32.3	157.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	387.2	1143.0
MA	56.0	0.0	1.9	54.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	265.9	300.5
PI	5.4	0.0	1.3	4.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	258.7
CE	45.2	0.0	4.8	41.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	58.6	0.0
RN	13.8	0.0	6.6	5.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.9	122.8
PB	3.1	0.0	1.7	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	129.6
PE	33.0	0.0	11.9	21.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	58.2	249.5
AL	1.9	0.0	0.3	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	12.5
SE	21.7	21.0	0.3	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	8.3
BA	29.2	0.0	1.6	27.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	65.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
C-CESTE	48.8	0.0	13.3	35.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	47.6	19.6
MT	3.4	0.0	0.6	2.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.5
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	32.9	0.0	11.6	21.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.9	9.5
DF	12.5	0.0	1.0	11.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4.5
SUDESTE	970.8	0.0	739.1	231.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	23.5	645.5
MG	18.1	0.0	2.3	15.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	6.5	72.3
ES	5.4	0.0	0.0	5.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4.0
RJ	57.3	0.0	33.0	24.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	7.9	126.5
SP	690.1	0.0	703.7	186.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	9.2	443.2
SUL	77.4	0.0	17.8	59.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8	58.5
PR	21.2	0.0	2.6	18.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11.5
SC	9.7	0.0	0.1	9.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	35.9
RS	46.6	0.0	15.1	31.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.5	12.5
TOTAL	1503.2	22.2	846.2	634.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	417.5	1971.4



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1974
(CR\$ MILHOES DE 1975)

SAIDAS

(CONT.)

ENTRADA	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CO	MT	MS	GO
NORTE	17.5	42.6	316.0	5.8	1.2	28.5	0.0	143.6	2.6	0.0	131.7
AC	1.2	0.6	57.2	1.4	0.3	1.9	0.0	6.8	1.5	0.0	5.0
AM	3.5	25.3	107.5	1.4	0.5	4.3	0.0	5.2	0.4	0.0	4.0
PA	12.9	15.6	171.4	3.0	0.4	22.3	0.0	131.6	0.6	0.0	122.7
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
INGRESSO	322.1	659.2	3334.2	522.7	209.3	823.0	0.0	132.9	0.6	0.0	102.9
MA	15.7	69.4	178.3	6.7	7.7	28.9	0.0	40.9	0.0	0.0	36.9
PI	14.7	15.1	155.2	5.0	2.8	19.1	0.0	4.9	0.0	0.0	4.3
CE	9.4	120.4	666.3	36.0	15.7	69.2	0.0	24.6	0.0	0.0	24.4
RN	0.0	180.8	356.5	9.7	1.9	14.3	0.0	1.0	0.1	0.0	0.5
PB	55.2	0.0	664.2	34.5	7.7	19.5	0.0	4.8	0.1	0.0	4.5
PE	84.4	375.7	0.0	284.3	35.5	396.9	0.0	15.9	0.0	0.0	15.0
AL	9.9	36.0	608.4	0.0	35.0	53.6	0.0	1.0	0.0	0.0	0.9
SE	5.8	12.4	96.1	50.6	0.0	211.5	0.0	3.6	0.3	0.0	3.2
EA	42.8	49.4	608.5	85.5	102.8	0.0	0.0	36.1	0.1	0.0	19.0
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
L-OESTE	25.9	17.2	26.7	6.6	1.8	28.9	0.0	800.8	12.4	0.0	487.7
MT	9.0	1.7	3.1	0.8	0.3	2.2	0.0	136.8	0.0	0.0	121.3
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	11.7	6.6	15.4	3.7	1.2	12.0	0.0	297.7	12.0	0.0	0.0
DF	5.2	8.9	8.3	2.1	0.4	14.7	0.0	356.3	0.4	0.0	365.9
SUDESTE	281.0	503.1	1878.5	164.0	122.6	3052.4	0.0	2645.7	723.6	0.0	1784.8
MG	23.2	52.6	131.9	14.2	5.7	242.2	0.0	376.5	21.7	0.0	312.6
ES	4.0	3.2	33.4	0.9	2.1	73.5	0.0	1.9	0.0	0.0	1.5
RJ	57.3	126.6	441.5	64.0	34.5	550.2	0.0	253.0	57.9	0.0	148.5
SP	195.5	320.6	1271.6	84.9	80.4	2186.5	0.0	2014.2	644.0	0.0	1322.1
SUL	49.5	41.7	250.3	17.4	14.8	203.6	0.0	133.2	54.3	0.0	31.5
PR	19.2	6.5	38.1	7.2	2.7	53.8	0.0	62.5	47.4	0.0	10.6
SC	7.9	21.0	121.0	3.1	6.2	49.5	0.0	15.9	10.7	0.0	4.3
RS	21.4	14.2	91.2	7.1	5.9	180.3	0.0	54.6	36.3	0.0	16.6
TOTAL	695.1	1463.7	5805.7	716.5	349.7	4216.4	0.0	3774.0	833.5	0.0	2544.6



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1974
(CRS MILHOES DE 1975)

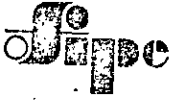
(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	DF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	I	I	
NORTE	9.3	1827.7	219.9	33.2	497.0	1077.7	269.8	63.6	75.4	130.8	2991.1	2991.1	
AC	0.3	64.1	8.5	8.1	11.2	36.3	11.1	3.1	1.5	6.5	165.0	165.0	
AM	0.3	510.7	56.1	0.1	154.6	299.9	109.5	19.5	34.3	59.7	954.5	954.5	
PA	8.3	1252.9	155.2	24.9	331.2	741.5	149.2	45.0	39.5	64.6	1871.6	1871.6	
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
INORDESTE	23.6	15498.1	1755.0	203.2	3652.1	9887.7	2177.7	414.8	515.6	1247.5	25737.5	25737.5	
MA	4.0	337.4	49.9	6.1	113.3	168.1	51.0	10.2	17.5	23.2	1352.6	1352.6	
PI	0.6	535.4	37.0	4.9	101.5	391.9	47.4	9.2	17.9	20.3	1030.9	1030.9	
CE	0.3	2094.1	227.7	16.8	457.2	1392.4	178.2	23.0	57.0	93.9	3495.7	3495.7	
RN	0.0	598.3	41.8	9.5	149.7	597.3	98.6	15.6	30.2	52.8	1402.8	1402.8	
PB	0.1	930.3	57.5	6.5	145.2	621.2	157.9	58.2	32.1	67.6	1915.5	1915.5	
PE	0.9	4502.1	453.0	53.7	1130.5	2864.9	843.9	137.1	145.5	516.3	6291.7	6291.7	
AL	0.3	692.3	34.5	3.5	139.4	521.0	67.0	14.1	14.1	40.9	2535.0	2535.0	
SE	0.1	423.9	25.2	4.0	126.3	268.4	61.3	8.8	18.7	33.8	864.3	864.3	
BA	17.0	5478.3	828.3	98.3	1289.2	3262.6	661.8	83.5	182.5	398.8	7171.0	7171.0	
FV	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
SUDESTE	300.6	8361.5	1476.8	20.1	947.6	5917.0	981.0	323.7	175.9	431.4	10370.3	10370.3	
MT	15.0	2344.3	181.3	2.8	150.3	2009.8	378.8	207.5	31.5	139.9	2855.2	2855.2	
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
GO	285.7	3779.4	907.6	5.2	296.4	2570.2	320.6	55.9	68.5	196.3	4535.0	4535.0	
DF	0.0	2237.9	387.9	12.1	500.9	1337.0	291.5	60.4	75.9	145.3	2945.5	2945.5	
SUDESTE	137.1	59143.2	12858.1	1752.8	20756.9	23735.5	22345.5	7337.4	4989.3	9958.0	91842.7	91842.7	
MG	42.2	11976.1	0.0	212.6	3729.2	7734.3	1594.0	533.2	449.1	713.5	14344.9	14344.9	
ES	0.4	1670.5	281.4	0.0	825.6	763.2	295.4	44.3	60.4	190.7	2294.3	2294.3	
RJ	46.6	20439.5	3939.5	1262.1	0.0	15237.9	4825.5	1175.4	1207.6	2442.6	26591.0	26591.0	
SP	40.1	25157.2	8637.2	270.1	16241.9	3.0	15525.8	5644.6	3273.2	6612.0	48212.5	48212.5	
SUL	7.4	24028.8	1312.9	77.9	4530.5	13107.5	7606.0	2920.5	1335.1	3949.4	32567.0	32567.0	
PR	4.5	8928.9	344.1	21.0	1318.8	7244.9	3058.2	0.0	92.4	2134.1	12209.8	12209.8	
SC	0.9	3200.0	260.5	5.3	539.5	2394.7	3028.6	1233.3	0.0	1815.4	6695.1	6695.1	
RS	1.9	11899.9	708.3	51.6	2672.1	8467.9	1522.2	707.2	835.0	0.0	13858.1	13858.1	
TOTAL	396.6	102859.4	17622.6	2687.2	36424.1	58725.4	33381.1	10119.9	7495.2	15760.0	163502.6	163502.6	



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1975
(CRS MILHÕES DE 1975)

ENTRADA	SAÍDAS												
	N	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CE		
NORTE	163.0	1.0	28.9	133.1	0.0	0.0	0.0	515.9	31.2	2.3	126.1		
AC	23.6	0.0	23.2	5.4	0.0	0.0	0.0	5.7	0.0	0.0	2.5		
AM	123.7	1.0	0.0	127.7	0.0	0.0	0.0	183.8	0.1	0.1	51.6		
PA	5.7	0.0	5.7	0.0	0.0	0.0	0.0	325.4	31.1	2.2	72.0		
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
INORDESTE	273.8	0.0	20.1	258.7	0.0	0.0	0.0	7602.2	103.0	393.9	1059.3		
PA	148.6	0.0	0.3	148.3	0.0	0.0	0.0	732.4	0.0	285.2	241.7		
PI	45.1	0.0	0.6	44.5	0.0	0.0	0.0	478.5	11.3	0.0	239.6		
CE	18.2	0.0	2.6	15.6	0.0	0.0	0.0	969.5	70.6	35.8	0.0		
RN	3.5	0.0	0.5	2.5	0.0	0.0	0.0	603.3	1.9	0.6	110.0		
PB	3.5	0.0	2.5	1.0	0.0	0.0	0.0	896.0	6.4	1.5	86.5		
PE	29.7	0.0	8.0	20.9	0.0	0.0	0.0	1476.5	6.3	62.5	237.5		
AL	7.4	0.0	0.8	6.6	0.0	0.0	0.0	880.3	0.2	0.5	32.5		
SE	0.8	0.0	0.2	0.6	0.0	0.0	0.0	502.9	0.0	0.0	13.2		
BA	22.0	0.0	3.2	18.6	0.0	0.0	0.0	1058.9	6.3	7.6	78.3		
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
C-OESTE	42.5	0.0	2.6	39.9	0.0	0.0	0.0	226.3	30.8	12.8	22.5		
MT	2.6	0.0	0.4	2.2	0.0	0.0	0.0	35.6	0.0	3.8	4.3		
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	28.8	0.0	0.8	28.0	0.0	0.0	0.0	112.5	26.3	8.9	13.6		
DF	11.1	0.0	1.4	9.7	0.0	0.0	0.0	78.2	4.5	0.1	4.6		
SUDESTE	130.5	25.2	1117.0	198.3	0.0	0.0	0.0	8312.3	56.2	34.1	639.0		
MG	24.8	0.0	1.6	23.2	0.0	0.0	0.0	737.3	18.9	9.6	28.7		
ES	4.9	0.0	0.2	4.7	0.0	0.0	0.0	206.2	0.0	0.0	8.3		
RJ	147.9	0.0	100.4	47.5	0.0	0.0	0.0	1789.3	25.6	7.4	183.0		
SP	1162.9	25.2	1014.8	122.9	0.0	0.0	0.0	5579.5	11.7	17.1	383.0		
SUL	39.8	0.0	34.1	55.7	0.0	0.0	0.0	820.1	0.2	0.1	55.1		
PR	26.4	0.0	4.1	22.3	0.0	0.0	0.0	165.3	0.2	0.0	15.3		
SC	5.2	0.0	1.4	3.8	0.0	0.0	0.0	290.9	0.0	0.0	21.3		
RS	53.2	0.0	28.6	29.6	0.0	0.0	0.0	364.0	0.0	0.1	14.5		
TOTAL	1914.6	26.2	1202.7	685.7	0.0	0.0	0.0	17478.7	221.4	443.2	1902.0		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1975
(CFS MILHOES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CC	MT	MS	GO		
NORTE	17.6	50.3	216.3	13.5	0.9	59.6	C.C	154.4	4.9	C.0	139.6		
AC	1.2	0.6	1.2	0.0	0.0	0.2	0.0	7.2	3.0	0.0	3.7		
AM	4.5	31.1	72.0	3.1	0.5	22.8	0.0	10.9	1.5	0.0	16.1		
PA	11.9	18.6	143.1	10.5	0.4	35.6	C.C	128.3	0.4	0.0	119.8		
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RD	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
NORDESTE	349.8	671.3	3387.3	607.9	143.2	986.5	0.0	163.1	0.1	0.0	136.6		
MA	13.7	46.0	124.4	8.0	3.2	0.6	0.0	68.8	0.0	0.0	62.0		
PI	16.3	23.5	162.6	9.1	2.2	13.9	0.0	5.3	0.0	0.0	4.6		
CE	72.7	96.6	594.2	31.3	5.7	62.4	0.0	15.9	0.0	0.0	15.5		
RN	0.0	14.8	318.3	6.7	1.3	20.2	0.0	2.5	0.0	0.0	2.4		
PB	72.3	0.0	681.6	23.2	3.6	20.9	0.0	3.3	0.0	0.0	2.8		
PE	100.4	255.1	0.0	372.2	26.5	396.1	0.0	24.1	0.0	0.0	23.1		
AL	15.1	24.7	727.4	0.0	19.1	60.3	0.0	2.4	0.0	0.0	2.2		
SE	11.8	14.8	97.5	62.6	0.0	303.0	C.C	0.4	0.0	0.0	0.3		
BA	47.5	61.9	681.3	94.8	81.0	0.0	0.0	40.8	0.1	0.0	23.7		
FM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	C.C		
C-OESTE	22.0	24.8	65.1	10.7	2.3	35.3	0.0	920.5	8.9	0.0	645.4		
MT	8.4	2.3	10.1	3.8	0.2	2.7	0.0	165.5	0.0	0.0	173.3		
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	9.2	8.3	33.9	4.1	1.8	6.4	0.0	262.3	8.3	0.0	0.0		
DF	4.4	14.2	21.1	2.8	0.3	26.2	0.0	472.7	0.6	0.0	472.1		
SUDESTE	283.8	491.2	2536.0	242.0	183.1	3066.9	0.0	2490.0	749.0	0.0	1594.5		
MG	25.9	67.1	182.3	21.4	6.3	319.1	0.0	366.8	22.9	0.0	281.9		
ES	5.3	3.7	34.7	9.6	1.4	142.2	0.0	2.1	0.0	0.0	1.3		
RJ	36.5	107.1	724.0	53.2	29.2	645.3	0.0	355.2	55.6	0.0	223.1		
SP	195.1	313.3	1595.0	157.8	146.2	2750.3	C.0	1773.9	670.5	0.0	1058.2		
SUL	65.4	58.7	322.9	25.4	14.7	277.6	0.0	204.5	139.1	0.0	57.4		
PR	27.3	17.2	39.7	10.8	4.2	46.6	0.0	140.3	114.1	0.0	19.2		
SC	15.0	10.1	183.7	4.6	3.3	52.8	0.0	21.9	12.3	0.0	2.7		
RS	23.1	31.4	99.5	10.0	7.2	178.2	C.C	42.3	6.7	0.0	34.9		
TOTAL	718.6	1296.3	8520.5	899.6	344.2	5124.9	0.0	3940.5	902.0	0.0	2543.5		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1975
(CR\$ MILHOES DE 1975)

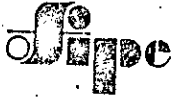
(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	CF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	I	T	
NORTE	0.9	2994.4	233.2	29.0	585.9	2147.3	256.5	70.9	56.5	119.1	4085.2		
AC	0.5	104.9	9.8	0.8	19.0	75.3	11.4	2.4	1.6	7.4	157.8		
AM	1.3	973.4	3.5	1.7	191.5	775.7	91.5	17.1	26.3	48.1	1398.3		
PA	8.1	1916.1	217.9	26.5	376.4	1295.3	153.6	51.4	38.6	63.6	2529.1		
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
NORESTE	26.4	20020.0	2121.4	210.8	3899.6	13789.2	2024.3	314.9	504.2	1205.2	39052.4		
NA	6.8	556.0	49.4	8.1	105.6	392.9	42.1	9.7	16.5	15.9	1545.9		
PI	0.7	518.2	42.5	3.5	91.8	390.4	49.3	9.1	19.9	20.3	1096.4		
CE	0.4	2475.5	210.0	17.0	493.5	1755.0	166.1	21.0	55.0	90.1	3645.0		
RN	0.1	729.3	34.8	15.7	144.6	534.2	81.3	8.5	18.0	54.8	1424.9		
PB	0.5	832.8	48.7	8.4	157.9	617.3	111.0	11.1	30.7	69.2	1846.6		
PE	1.0	6499.9	611.2	33.1	1361.6	4494.0	768.7	146.3	150.3	472.1	9799.0		
AL	0.2	933.1	70.1	8.5	187.2	667.3	71.0	15.2	18.2	36.6	1994.2		
SE	0.1	526.6	45.0	6.4	114.2	361.0	52.5	7.0	17.4	25.1	1083.2		
BA	15.6	6943.6	1009.7	110.1	1243.2	4595.6	692.3	86.0	173.2	418.1	8752.2		
FA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
C-OESTE	266.2	9976.7	1813.3	14.2	1240.4	6908.8	557.7	303.8	189.7	467.2	12123.2		
MT	12.2	2771.3	253.3	2.0	200.8	2315.2	435.2	210.0	32.7	192.5	3429.7		
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	254.0	3980.9	1075.4	4.0	408.6	2492.9	287.4	41.3	70.7	175.4	4571.9		
DF	0.0	3224.5	484.5	8.2	631.0	2100.7	235.1	52.5	83.3	99.3	4021.5		
SUDESTE	184.5	75073.4	13521.0	1711.1	22366.7	37074.6	20742.8	6005.9	4297.8	9839.1	107888.2		
MS	62.0	17808.9	0.0	314.2	4104.3	13363.4	1613.7	420.4	475.5	717.8	20351.5		
ES	0.8	2991.3	391.4	0.0	971.5	1628.4	264.5	33.5	59.3	156.8	3469.1		
RJ	76.5	26692.2	3645.9	959.5	0.0	22082.8	4673.8	1203.6	1172.1	2498.1	33059.3		
SP	45.2	27581.0	9879.7	410.4	17290.9	0.0	13590.7	4341.4	3150.9	6438.4	50088.3		
SUL	8.0	34198.4	1330.4	50.0	4830.0	27988.0	7137.5	1791.3	1642.0	3704.2	42450.3		
PR	6.4	13336.1	523.1	16.2	1555.6	11701.2	2919.4	0.0	885.4	2033.0	17097.5		
SC	0.9	4522.1	169.6	8.4	584.7	3859.4	2823.8	1152.6	755.6	1671.2	17763.8		
RS	0.7	15740.2	637.7	25.4	2649.7	12427.4	1394.3	638.7	0.0	0.0	17599.0		
TOTAL	495.0	142262.7	19417.3	2015.4	32923.1	87906.9	31112.0	8486.8	7297.2	15334.8	196715.3		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1976
(CRE MILHOES DE 1975)

ENTRADA	SAIDAS												
	N	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CF		
NORTE	271.5	4.5	120.5	146.4	0.0	0.0	0.0	708.9	71.2	12.5	202.3		
AC	80.4	0.0	73.0	7.4	0.0	0.0	0.0	52.7	0.0	0.0	7.6		
AM	139.5	0.0	0.0	139.5	0.0	0.0	0.0	147.2	10.6	0.7	70.1		
PA	51.6	4.0	47.5	0.0	0.0	0.0	0.0	493.8	60.6	11.8	130.5		
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
SUDESTE	561.2	0.0	132.8	428.4	0.0	0.0	0.0	12548.1	357.5	679.4	2100.4		
MA	159.4	0.0	5.2	154.2	0.0	0.0	0.0	1355.7	0.0	436.1	395.4		
PI	57.3	0.0	3.4	53.9	0.0	0.0	0.0	762.7	114.2	0.0	350.3		
CE	125.5	0.0	33.4	92.1	0.0	0.0	0.0	1842.7	131.7	182.9	0.0		
RN	20.9	0.0	8.5	12.4	0.0	0.0	0.0	1119.5	8.0	3.8	229.5		
PB	18.6	0.0	3.4	15.2	0.0	0.0	0.0	1230.6	19.9	6.5	261.5		
PE	107.0	0.0	43.1	63.9	0.0	0.0	0.0	2729.5	49.0	106.5	691.0		
AL	14.8	0.0	7.6	7.2	0.0	0.0	0.0	995.4	3.4	1.0	53.6		
SE	3.5	0.0	1.2	2.4	0.0	0.0	0.0	826.9	0.6	0.3	29.4		
RA	54.3	0.0	27.1	27.2	0.0	0.0	0.0	1624.1	40.9	16.2	132.9		
FM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
C-CESTE	93.8	0.0	33.2	57.6	0.0	0.0	0.0	297.5	59.9	10.9	44.5		
MT	5.3	0.0	4.4	0.9	0.0	0.0	0.0	32.2	0.0	0.0	9.3		
MS	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	54.3	0.0	21.3	33.0	0.0	0.0	0.0	150.0	47.8	10.4	19.9		
DF	21.2	0.0	7.4	13.8	0.0	0.0	0.0	115.3	12.1	0.0	12.3		
SUDESTE	464.7	26.7	350.5	533.2	0.0	0.0	0.0	10155.5	359.0	75.4	1355.0		
MS	153.8	0.4	9.3	44.1	0.0	0.0	0.0	990.0	57.5	23.4	183.2		
ES	9.9	0.0	5.1	4.8	0.0	0.0	0.0	451.9	1.0	0.2	19.8		
RJ	497.7	0.0	422.9	74.7	0.0	0.0	0.0	2024.4	193.8	3.1	356.2		
SP	3487.4	26.3	3071.5	389.6	0.0	0.0	0.0	6683.3	106.8	41.8	821.9		
SUL	207.8	4.4	164.5	38.6	0.0	0.0	0.0	984.0	7.8	12.9	131.2		
PR	37.1	0.0	30.9	6.2	0.0	0.0	0.0	220.3	2.0	1.3	29.6		
SC	14.7	0.0	12.2	2.5	0.0	0.0	0.0	248.7	1.0	5.8	54.7		
RS	156.1	4.4	121.9	29.8	0.0	0.0	0.0	525.0	4.8	5.3	47.9		
TOTAL	5206.1	41.1	3980.9	1384.2	0.0	0.0	0.0	24804.2	665.5	790.4	3872.4		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1976
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

(CONT.)

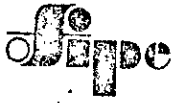
ENTRADA	SAÍDAS												
	RN	PA	PE	AL	SE	BA	FN	CC	MT	MS	GO		
NORTE	38.0	134.3	136.6	55.9	2.3	49.9	C.C.	248.2	12.8	0.0	208.1		
AC	1.5	1.0	1.8	49.4	0.7	0.7	0.0	14.3	8.3	0.0	5.6		
AM	11.6	9.1	36.0	2.3	0.3	6.6	0.0	27.0	1.8	0.0	23.5		
PA	24.8	124.2	98.7	4.2	1.3	42.7	0.0	206.1	2.7	0.0	178.5		
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
NORDESTE	1261.2	2906.5	2700.2	878.0	433.4	1521.3	0.0	331.5	6.3	0.0	265.2		
MA	17.5	428.9	72.7	16.0	12.6	16.5	0.0	51.4	0.1	0.0	75.4		
PI	24.0	132.8	98.4	4.3	6.6	42.2	0.0	18.4	0.0	0.0	15.8		
CE	435.8	526.0	459.4	14.6	21.2	145.1	0.0	61.3	0.7	0.0	57.3		
RN	0.0	525.9	309.7	6.9	2.7	33.1	0.0	2.5	0.0	0.0	2.0		
PB	278.0	C.C.	669.2	17.8	6.3	31.4	0.0	11.9	0.3	0.0	9.6		
PE	195.2	733.4	C.C.	278.0	47.9	630.6	0.0	55.3	0.8	0.0	52.1		
AL	22.9	120.0	625.6	0.0	68.9	103.0	0.0	4.8	0.0	0.0	3.7		
SE	31.6	28.1	73.6	241.9	0.0	519.4	0.0	9.3	1.8	0.0	7.2		
BA	56.2	411.5	389.6	300.5	269.3	0.0	0.0	72.7	2.7	0.0	41.2		
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	C.C.		
SUDESTE	21.6	23.5	66.1	6.0	4.2	60.8	0.0	1479.4	51.7	0.0	91.4		
MT	7.0	1.6	6.1	0.7	0.5	6.6	0.0	267.3	0.0	0.0	283.5		
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	9.5	11.8	29.3	3.7	2.6	14.8	0.0	551.2	48.3	0.0	0.0		
DF	5.0	10.1	30.7	1.6	1.2	39.3	0.0	640.9	5.4	0.0	637.5		
SUDESTE	596.2	633.0	1444.6	103.5	266.3	5293.4	0.0	4082.9	1436.3	0.0	2375.5		
MG	43.1	82.5	86.4	10.2	10.8	490.9	0.0	759.8	34.3	0.0	609.3		
ES	5.9	7.0	19.5	1.6	2.0	396.9	0.0	8.6	0.0	0.0	6.5		
RJ	195.6	149.6	357.9	21.4	47.8	896.5	0.0	544.3	29.3	0.0	654.9		
SP	351.6	393.9	580.8	70.4	205.9	3709.2	0.0	2770.2	1372.2	0.0	1294.5		
SUL	89.5	107.5	199.0	16.4	35.8	391.0	0.0	223.5	152.4	0.0	56.6		
PR	22.0	14.5	53.9	8.1	4.0	84.4	0.0	108.3	77.1	0.0	22.2		
SC	39.9	51.5	13.2	3.3	11.7	67.6	C.C.	31.6	25.5	0.0	4.1		
RS	27.6	41.4	131.9	5.1	20.1	239.0	C.C.	83.7	49.8	0.0	30.3		
TOTAL	1806.4	3804.8	4546.4	1059.9	742.0	7316.4	C.C.	6433.9	1727.9	0.0	3806.9		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1976
(CMR MILHÕES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS															
	DF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	T					
NORIE	27.2	5232.9	333.2	17.0	1195.5	4687.2	544.4	159.0	141.7	243.7	8011.3					
AC	0.3	287.9	23.6	6.1	34.9	223.2	47.9	8.1	25.3	14.5	493.2					
AM	2.0	204.2	66.3	1.9	351.7	162.4	198.2	48.2	46.4	103.5	2552.5					
PA	24.3	3900.8	243.3	8.9	808.8	2839.8	298.3	102.7	70.0	125.7	4955.7					
AP	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
RO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
RR	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
INDOESTE	60.0	38797.0	3398.4	347.9	6891.6	27979.1	4762.4	908.1	1508.4	2345.9	57100.1					
MA	15.9	1142.9	85.7	1.9	210.4	844.9	112.6	30.6	30.6	51.3	2964.0					
PI	2.6	1057.2	93.7	2.6	169.9	801.0	116.9	39.5	36.0	41.5	2042.4					
CE	5.4	5332.9	533.8	46.1	926.8	3925.1	394.9	113.9	120.5	160.5	7759.4					
RN	0.5	1584.6	60.8	17.3	278.1	1228.5	164.3	41.4	53.5	69.4	2891.7					
PB	2.0	1801.6	88.8	14.0	260.7	1450.1	255.8	62.0	545.9	247.8	3916.5					
PE	2.5	11007.6	768.3	44.4	1879.4	8135.6	1185.7	308.2	317.5	559.9	15085.1					
AL	1.1	1944.4	80.9	7.2	302.1	1554.3	159.3	49.1	37.0	73.2	3119.7					
SE	0.3	1510.5	145.5	11.3	381.7	989.0	152.2	32.2	48.0	72.1	2602.5					
BA	28.9	13405.3	1557.0	203.1	2482.5	9162.6	1620.5	231.2	319.3	1070.0	15775.9					
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
C-ESTE	525.3	20632.2	2791.7	25.7	2193.8	15621.0	2783.5	961.0	821.6	1001.3	25293.8					
MT	23.4	6446.5	360.5	7.1	353.1	5725.7	1238.2	627.8	110.4	495.9	8009.4					
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
GO	502.9	8173.9	1480.6	6.5	687.9	5998.8	762.8	180.0	247.7	339.1	9702.1					
DF	0.0	6011.9	950.5	12.2	1152.8	3896.5	782.9	153.1	463.5	166.3	7572.2					
SUDESTE	271.0	13659.0	25167.0	2213.2	33742.3	75470.6	42022.0	15024.9	13155.3	13841.9	196952.6					
MG	115.2	3544.5	0.0	487.4	6928.0	29049.1	3151.3	1053.2	957.0	1143.1	41441.8					
ES	2.0	7247.7	1390.1	0.0	2259.5	3590.1	610.6	130.1	208.9	271.5	8330.5					
RJ	49.6	50596.7	6534.9	1230.4	0.0	42823.3	8169.9	2691.1	2344.5	3134.3	61501.3					
SP	103.1	42290.1	17241.9	487.4	24560.8	0.0	30098.3	11150.4	9644.8	9293.0	85324.2					
SUL	14.5	78480.5	2129.0	147.6	6341.8	69862.1	16492.7	4336.3	6111.6	5984.9	96398.0					
PR	3.9	44106.8	595.0	43.5	2137.1	41331.1	5055.6	0.0	2112.9	2942.7	49527.4					
SC	2.0	9883.2	458.0	7.2	904.1	8313.9	5829.3	2787.2	0.0	3042.0	15807.5					
RS	1.6	24590.6	1076.0	96.9	3300.6	20217.1	5607.6	1609.1	3992.7	0.0	31063.1					
TOTAL	499.0	200741.6	33819.2	2752.0	50371.0	193799.3	66605.5	21449.3	21738.6	23417.5	103791.2					



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1977
(CR\$ MILHOES DE 1975)

		SAÍDAS																								
ENTRADA	N	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CF															
NORTE	781.8	61.0	283.5	309.5	23.7	85.5	18.1	943.1	62.0	16.8	130.7															
AC	109.4	0.0	66.6	9.5	0.0	33.0	0.0	30.9	0.1	0.0	3.0															
AM	293.6	15.2	0.0	172.2	0.4	48.0	17.9	274.8	4.4	1.7	57.9															
PA	151.2	44.3	88.5	0.0	23.3	4.5	0.0	604.9	57.5	12.3	65.6															
AP	112.3	0.0	0.7	111.5	0.0	0.0	0.0	15.7	0.0	0.4	2.7															
RO	71.4	1.5	56.5	13.4	0.0	0.0	0.0	12.7	0.0	0.1	1.2															
RR	74.0	0.0	71.1	2.8	0.0	0.0	0.0	3.9	0.0	0.2	0.3															
INCRDESTE	724.8	10.5	151.1	507.9	39.9	13.7	1.8	12915.1	449.5	605.7	1591.6															
MA	169.2	0.0	5.7	163.4	0.1	0.0	0.0	1014.6	0.0	0.0	399.7															
PI	59.5	0.0	4.4	53.8	0.1	0.1	0.0	248.6	37.3	0.0	391.2															
CE	106.6	0.8	20.5	80.6	3.5	0.6	0.5	1681.6	160.6	117.3	0.0															
RN	28.3	0.5	10.8	15.5	1.1	0.3	0.0	1186.0	11.4	3.8	209.5															
PB	33.6	0.4	3.9	8.7	0.3	0.2	0.0	1458.8	23.7	6.6	126.6															
PE	144.7	6.4	44.9	91.6	1.3	0.2	0.3	2435.3	50.8	49.4	155.0															
AL	40.9	0.2	25.6	15.0	0.0	0.0	0.0	1465.5	1.8	1.0	23.4															
SE	5.4	0.0	1.6	3.8	0.0	0.0	0.0	862.3	3.1	2.2	23.9															
BA	157.6	2.3	33.5	75.5	33.4	12.2	0.7	1961.4	61.0	25.8	152.0															
FM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0															
C-DESTE	193.5	0.2	27.7	151.3	2.9	10.6	0.8	365.7	56.8	17.2	34.2															
MT	20.3	0.0	6.8	11.1	0.0	1.9	0.4	42.9	0.3	6.2	3.8															
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0															
GO	73.2	0.2	10.2	53.9	0.0	8.5	0.2	120.5	44.5	9.8	29.0															
DF	100.1	0.0	10.7	86.3	2.8	0.2	0.0	142.3	12.1	1.2	5.1															
SUDESTE	4116.1	45.9	3153.8	691.2	28.9	176.6	19.6	12196.4	321.4	89.0	836.5															
MG	182.0	1.5	22.9	119.3	2.2	35.2	0.9	1243.0	62.6	12.7	128.0															
ES	17.4	0.3	4.6	4.9	0.2	7.3	0.1	482.7	3.4	0.5	10.8															
RJ	565.4	0.0	492.1	73.3	0.0	0.0	0.0	2027.3	41.0	15.7	159.2															
SP	3351.3	44.0	2634.3	493.7	26.5	134.1	18.8	8443.4	214.5	60.1	497.5															
SUL	203.1	2.6	132.1	84.6	6.8	14.8	8.2	1257.0	15.9	12.2	119.4															
PR	74.2	0.6	42.7	24.3	0.2	8.3	0.9	255.4	2.5	2.8	19.7															
SC	22.8	0.1	15.5	4.5	0.0	0.6	2.0	460.2	0.6	3.6	60.6															
RS	166.1	2.0	73.9	58.7	0.5	5.8	5.2	549.4	12.8	5.8	39.1															
TOTAL	6059.3	120.3	3748.6	1744.4	96.3	301.2	48.5	27677.2	905.9	738.9	2712.2															



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1977
(CR\$ MILHOES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CC	MT	MS	GO		
MORTE	57.0	37.6	429.7	93.8	3.2	114.2	0.0	214.3	33.0	0.0	142.9		
AC	1.4	0.4	15.9	7.9	0.1	2.0	0.0	11.4	5.1	0.0	4.9		
AM	17.6	5.4	55.1	66.1	1.5	21.2	0.0	32.0	5.4	0.0	22.7		
PA	32.9	25.5	304.6	13.5	1.4	86.6	0.0	136.2	5.3	0.0	190.0		
AP	1.1	1.3	7.8	0.6	0.0	1.8	0.0	0.9	0.0	0.0	0.6		
RO	2.8	0.1	4.6	0.4	0.1	2.5	0.0	32.7	17.1	0.0	14.4		
RR	1.2	0.1	1.7	0.2	0.1	0.2	0.0	1.0	0.0	0.0	0.2		
INGRESSO	569.5	1017.5	5462.5	570.0	491.5	1750.5	0.2	406.8	25.1	0.0	196.5		
MA	14.7	59.3	194.7	6.4	17.3	27.6	0.1	73.0	1.7	0.0	63.0		
PI	17.1	19.7	227.8	6.1	7.4	42.5	0.0	8.1	0.1	0.0	4.3		
CE	160.5	138.7	848.0	20.5	21.0	212.7	0.0	98.0	0.7	0.0	36.7		
RN	0.0	216.3	644.4	12.7	3.4	84.1	0.0	5.6	2.1	0.0	3.3		
PB	103.1	0.0	1120.9	22.0	3.8	52.0	0.0	25.9	0.3	0.0	3.1		
PE	168.7	412.4	0.0	639.3	99.2	646.6	0.0	65.6	5.4	0.0	37.2		
AL	5.8	33.5	1238.5	0.0	44.1	102.5	0.0	1.7	0.4	0.0	1.2		
SC	21.5	29.2	153.2	49.1	6.0	580.1	0.0	23.3	5.8	0.0	4.5		
BA	68.3	104.4	1040.6	213.9	295.2	0.0	0.1	83.9	8.5	0.0	38.6		
FM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.0	1.6	0.0	0.0	1.6		
C-OESTE	20.2	23.4	120.5	8.2	27.9	56.7	0.5	1103.1	103.8	0.0	549.1		
MT	8.7	3.4	10.4	1.1	5.5	3.2	0.0	130.1	0.0	0.0	105.1		
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
GO	7.4	9.1	45.2	5.1	14.4	19.5	0.5	519.8	94.6	0.0	9.0		
DF	4.1	10.9	64.9	2.0	7.9	34.0	0.0	453.3	9.3	0.0	444.0		
SUDESTE	531.2	626.0	3047.5	216.0	672.6	5853.7	2.4	6579.2	2925.1	0.0	3225.9		
MG	54.7	93.5	274.5	23.7	48.0	544.1	1.1	1327.1	133.3	0.0	1105.4		
ES	9.3	9.7	36.1	1.0	14.6	395.5	0.7	7.7	0.3	0.0	4.4		
RJ	132.5	110.9	685.0	22.1	40.6	779.7	0.0	391.9	173.0	0.0	178.8		
SP	334.7	411.9	2051.7	169.2	569.5	4133.3	0.5	4842.6	2610.5	0.0	1937.3		
SUL	97.9	68.7	525.3	31.3	33.2	352.8	0.3	707.2	572.2	0.0	121.0		
PR	41.6	8.0	62.4	15.3	9.3	94.8	0.1	551.4	481.0	0.0	65.1		
SC	18.5	22.8	291.5	5.2	7.1	50.4	0.0	27.5	23.6	0.0	2.3		
RS	37.8	37.9	171.4	10.7	16.8	207.6	0.3	128.4	67.6	0.0	53.5		
TOTAL	1275.8	1773.3	9591.9	1319.4	1228.4	8127.9	3.5	9010.6	3659.1	0.0	4235.5		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1977
(CR\$ MILHOES DE 1975)

SAIDAS
(CONT.)

ENTRADA	CF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	I
NORTE	38.5	7457.1	442.4	33.0	1457.7	5526.1	787.3	330.0	140.3	317.0	10193.5
AC	1.4	272.7	20.4	0.9	35.0	216.5	51.4	25.9	7.0	18.5	475.9
AM	3.9	2307.8	93.0	3.6	455.8	1745.4	254.0	95.0	45.4	112.0	3122.2
AP	30.9	4067.9	289.4	14.6	852.0	2902.3	353.4	138.2	67.9	147.3	5323.6
PA	0.3	174.5	3.5	0.3	36.9	133.7	21.5	10.3	3.3	2.0	325.0
RO	1.2	562.2	30.9	11.4	58.9	451.0	80.0	51.1	10.7	25.2	787.0
RR	0.8	82.0	5.5	0.1	9.1	67.2	19.1	3.0	6.1	5.0	179.9
SUDESTE	185.2	35033.1	2685.2	409.6	6827.2	25111.1	4034.0	1160.2	852.2	2022.4	53114.5
MA	5.3	1059.4	51.2	2.2	238.4	766.9	82.3	23.7	15.1	38.5	2398.5
PI	3.8	945.5	57.1	5.3	178.6	704.5	118.1	44.7	34.1	39.3	1979.8
CC	58.5	4511.7	347.3	12.8	920.9	3230.7	357.2	113.5	89.0	164.7	6765.1
RN	0.2	1276.5	55.1	0.4	272.7	940.2	208.6	80.0	42.7	86.1	2705.2
PB	22.4	1577.2	58.9	7.2	243.1	1238.1	261.9	79.1	49.0	133.7	3357.3
PE	42.4	9919.1	731.7	34.2	1253.2	7370.8	1178.2	317.9	215.1	645.1	13751.6
AL	0.1	1711.5	72.7	3.4	277.1	1330.2	179.1	70.8	16.6	91.7	3392.7
SE	12.6	1138.3	73.6	9.4	289.7	815.6	140.5	44.5	34.2	51.7	2219.9
EA	36.7	12793.3	1229.3	325.1	2807.1	2631.9	1497.2	380.8	355.5	760.9	16493.4
FM	0.0	31.5	7.7	1.5	17.9	4.5	1.5	0.2	0.7	0.3	35.6
C-DESTE	450.2	18450.8	2105.4	19.6	2342.8	13993.0	2862.0	1632.2	206.4	1023.4	22975.1
MT	24.9	5750.6	310.9	3.9	342.9	5092.9	1611.0	875.4	60.1	574.5	7554.2
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	425.3	7023.3	1184.1	7.5	708.6	5123.1	802.7	566.5	71.2	165.1	8599.6
DF	0.0	5876.9	610.4	8.1	1291.3	3757.0	440.2	189.4	75.1	183.7	6320.7
SUDESTE	428.2	130070.6	24182.4	3109.4	3407.5	68771.4	37575.7	16343.5	6525.9	14706.4	190538.1
MG	98.4	34597.9	0.0	814.5	691.3	26923.1	3622.0	1409.9	507.3	1324.9	41032.1
ES	2.9	6932.1	830.8	0.0	2600.6	3530.6	588.0	173.9	72.5	322.3	2052.7
RJ	40.1	45626.2	6481.1	847.4	0.0	38237.6	7233.7	2830.6	1053.3	3359.9	55854.5
SP	286.8	42764.4	16870.5	1447.5	24446.5	0.0	26141.2	11929.1	4512.0	9699.3	355425.9
SUL	13.9	52966.5	2362.5	267.1	6559.0	43377.9	14284.0	4260.9	3432.8	6590.3	69457.7
PR	5.3	21945.5	635.0	202.5	2397.4	18710.5	4703.6	0.0	1468.2	3215.4	27535.1
SC	1.5	8097.1	459.1	13.3	844.8	6779.8	5535.7	2564.7	0.0	3374.9	14547.2
RS	7.2	22919.9	1264.4	51.2	3716.8	17887.5	3640.7	1895.1	1944.6	0.0	27375.5
TOTAL	1116.0	243908.1	31776.0	3836.6	51604.1	156789.4	59543.2	23726.8	11157.5	24659.5	346279.1



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1978
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

ENTRADA	SAIDAS										
	N	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CF
NORTE	522.1	46.9	447.9	307.6	21.8	92.5	5.5	1221.7	72.3	15.2	252.5
AC	99.6	0.0	90.9	7.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.6	12.9
AM	263.2	15.5	0.0	149.9	0.3	92.1	5.4	342.1	3.2	0.8	75.9
PA	267.6	31.5	214.3	0.0	21.4	0.4	0.1	727.0	66.5	13.5	136.6
AP	123.9	0.0	1.8	127.1	0.0	0.0	0.0	21.5	0.1	0.4	7.5
RO	90.1	0.0	59.7	20.4	0.0	0.0	0.0	29.7	2.3	0.3	12.9
RR	73.0	0.0	71.3	2.5	0.0	0.0	0.0	9.0	0.0	0.3	6.2
NORDESTE	798.6	54.4	188.6	519.1	19.6	14.6	2.2	1558.4	591.9	921.1	2142.2
MA	120.7	0.2	2.7	111.5	0.2	0.0	0.0	1426.5	0.0	621.6	372.2
PI	51.3	0.1	6.2	56.7	0.2	0.1	0.0	985.9	268.7	0.0	388.3
CE	122.8	1.6	22.6	94.5	3.3	0.6	0.3	2119.1	199.5	156.1	0.0
RN	30.9	0.1	7.7	21.7	1.3	0.1	0.0	1676.2	16.0	6.1	414.9
PB	22.1	0.2	6.5	33.7	1.5	0.1	0.1	2543.0	36.6	10.2	193.7
PE	191.7	3.3	71.9	113.2	2.0	0.1	1.3	2865.0	52.9	94.0	456.0
AL	74.0	4.7	17.7	9.9	0.3	1.4	0.1	1496.9	7.4	2.5	52.4
SE	11.1	0.6	3.5	6.7	0.1	0.2	0.1	1038.6	4.7	4.4	59.3
BA	180.7	3.6	43.8	90.1	10.8	12.1	0.4	2320.9	66.0	32.2	203.5
FN	1.2	0.0	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0	1.5	0.0	0.0	0.1
COESTE	201.2	0.0	38.6	152.5	3.0	6.0	1.0	333.9	41.4	15.4	45.0
MT	26.4	0.0	10.8	10.3	0.0	4.2	1.0	62.5	0.2	2.6	13.9
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
GO	59.9	0.0	17.1	42.8	0.0	0.0	0.0	153.3	32.6	12.1	0.0
DF	115.0	0.0	10.7	99.5	3.0	1.8	0.0	119.0	8.5	0.6	12.4
SUDESTE	6199.7	55.0	4914.6	503.6	25.7	275.5	15.3	14713.1	310.7	132.9	1465.6
MG	199.9	1.4	34.3	115.8	1.4	37.1	0.2	1328.6	61.4	17.6	187.0
ES	23.0	0.2	5.4	8.1	0.1	5.1	0.1	517.1	5.9	1.0	18.4
RJ	711.7	0.0	614.2	117.5	0.0	0.0	0.0	2416.4	80.9	26.6	286.5
SP	5254.0	63.3	4256.6	862.1	24.2	233.4	14.4	10431.0	162.6	87.7	973.7
SUL	489.8	3.0	184.9	152.3	2.1	145.7	1.2	1793.0	16.9	29.4	181.9
PR	97.7	0.3	34.9	57.7	1.9	21.4	1.5	272.9	3.9	1.6	37.2
SC	38.1	0.0	20.3	14.2	0.0	3.5	0.1	522.9	1.1	18.9	76.7
RS	354.0	2.6	129.7	100.5	0.1	120.8	0.2	397.1	11.9	8.9	68.0
TOTAL	8611.4	169.4	5774.6	2035.1	72.1	534.3	25.0	34570.0	1033.2	1114.5	4066.8



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1978
(CR\$ MILHOES DE 1975)

(CONT.)

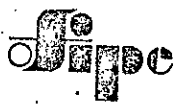
ENTRADA	DF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	I	Y
NORTE	41.4	10635.1	404.1	34.6	1609.5	8586.8	873.4	260.7	125.7	487.0	13819.6	
AC	2.3	630.7	14.0	0.4	41.6	574.7	43.2	10.5	5.3	26.4	874.7	
AM	5.9	3845.7	105.1	4.2	607.6	3128.0	303.9	49.3	42.1	212.5	4755.7	
PA	29.5	4817.1	235.0	29.7	840.9	3711.5	384.5	139.7	58.6	186.2	6299.3	
AP	0.3	344.9	2.7	0.1	35.3	305.8	15.0	3.8	4.3	6.8	510.6	
RO	4.3	905.3	43.8	0.2	69.9	791.4	102.0	45.7	12.6	43.6	1160.3	
RR	0.1	71.4	3.4	0.1	14.3	55.6	24.8	11.7	1.7	11.4	177.0	
NORDESTE	189.5	39154.3	3147.5	523.7	7019.4	28463.7	4681.5	935.9	1187.1	2558.5	61621.8	
MA	4.7	1570.2	51.4	5.1	218.7	1295.0	114.2	29.9	13.6	65.8	3279.3	
PI	1.4	1211.4	93.7	7.2	166.2	954.3	131.4	27.2	50.8	53.5	2411.2	
CE	91.8	5334.9	411.2	21.6	1060.0	3842.1	433.8	88.2	116.3	231.3	8155.7	
RN	0.4	1495.4	90.1	14.9	291.7	1090.6	282.3	66.1	50.5	86.0	3415.9	
PB	16.1	1951.9	76.9	11.2	244.9	1618.9	225.5	96.3	110.5	122.6	4910.4	
PE	2.0	10575.6	835.5	38.1	2023.4	7673.6	1393.9	265.0	266.6	862.3	15092.4	
AL	0.4	1426.9	64.0	6.8	238.6	1117.5	169.5	35.5	44.1	110.0	3150.7	
SE	1.2	1259.7	84.0	9.0	304.3	952.3	219.4	60.8	68.8	89.7	2553.5	
BA	49.6	14313.9	1449.3	408.9	2471.2	9984.5	1665.1	265.8	462.8	936.4	18613.5	
FN	0.0	14.5	1.3	1.0	6.4	11.9	1.6	0.7	0.0	0.9	18.3	
C-OESTE	544.2	21371.1	2160.4	16.2	2388.4	16803.2	2383.6	1252.1	246.8	886.7	25442.5	
MT	31.4	6977.5	301.0	2.7	354.9	6270.9	1203.7	757.6	46.7	399.4	8435.7	
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
GO	512.8	8768.9	1202.0	2.2	836.9	6727.9	688.4	339.7	104.1	249.7	10187.5	
DF	0.0	5824.7	657.4	9.3	1158.5	3501.4	495.5	163.8	94.0	237.7	6819.3	
SUDESTE	469.2	139297.6	26871.6	3638.2	35650.2	73097.6	41131.3	14971.4	8326.3	47833.5	208945.9	
MG	113.3	37436.2	0.0	795.9	7321.8	29313.5	3433.7	1029.8	890.9	1513.0	43962.1	
ES	8.2	6034.7	726.3	0.0	2060.3	3248.1	665.8	21.6	67.4	476.8	7251.3	
RJ	44.3	47173.0	6114.0	528.1	0.0	40530.9	7622.9	2384.8	1145.1	4093.0	58900.1	
SP	303.5	48653.7	20031.3	2314.2	26308.2	0.0	29408.8	11435.1	6222.9	11750.8	99712.3	
SUL	43.8	57730.0	2971.9	220.7	7073.6	47463.8	19114.4	7931.4	4162.3	7115.8	80334.4	
PR	7.6	24305.3	1187.9	154.6	2178.8	20783.1	5345.1	0.0	1996.4	3348.6	31054.5	
SC	0.9	9001.8	454.5	10.3	1151.1	7395.4	7059.2	3282.1	0.0	3767.2	16754.5	
RS	35.3	24418.9	1329.5	55.3	3743.8	19290.3	6710.0	4544.2	2165.9	0.0	32525.5	
TOTAL	1259.0	268168.1	35555.4	4431.4	53761.1	174400.1	69184.1	25256.4	14046.2	28184.2	390164.3	

SRIOMAS



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1979
(CR\$ MILHOES DE 1975)

ENTRADA	SAIDAS												
	N	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CE		
NORTE	294.2	66.3	399.9	322.1	16.7	57.9	21.3	1491.9	137.7	26.1	263.5		
AC	31.7	0.0	53.0	5.0	0.0	23.6	0.0	38.6	3.3	0.1	10.2		
AM	254.0	16.4	0.0	164.9	0.4	31.0	21.3	215.6	2.0	1.9	58.5		
PA	240.1	48.9	171.7	0.0	16.3	3.3	0.0	1159.7	129.9	16.5	153.5		
AP	130.3	0.0	1.3	129.0	0.0	0.0	0.0	35.7	0.2	0.4	26.3		
RO	107.9	1.0	87.5	19.4	0.0	0.0	25.2	1.1	1.1	0.9	11.3		
RR	90.3	0.0	86.5	3.8	0.0	0.0	7.1	1.2	1.2	0.3	3.3		
NORDESTE	757.4	24.0	147.2	563.7	30.6	10.7	1.3	14697.8	685.0	790.0	1960.1		
MA	232.4	0.1	11.6	219.3	0.2	1.1	0.1	1072.4	0.0	496.2	405.0		
PI	63.1	0.3	6.6	55.5	0.8	0.0	0.0	988.5	214.8	0.0	370.7		
CE	105.8	0.3	14.6	85.7	3.4	1.5	0.2	1958.3	215.3	147.2	0.0		
RN	27.8	0.0	6.3	20.2	1.1	0.1	0.1	1557.4	17.5	7.1	288.3		
PB	24.9	0.0	4.4	18.9	1.5	0.1	0.0	1083.4	36.5	11.3	211.6		
PE	134.5	1.1	51.3	78.1	3.1	0.8	0.1	2694.2	99.3	95.8	374.1		
AL	26.9	10.1	6.0	10.6	0.0	0.1	0.0	1205.3	11.5	1.0	60.7		
SE	10.6	0.2	3.7	6.6	0.1	0.0	0.0	1221.6	2.7	2.8	41.4		
BA	131.4	11.8	42.7	68.8	0.5	7.0	0.5	2113.0	63.3	28.0	206.4		
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.8	0.0	0.0	1.9		
C-DESTE	245.0	0.3	42.9	176.0	3.0	18.9	3.5	406.2	90.8	17.9	56.6		
MT	21.6	0.1	6.1	6.9	0.0	6.4	0.1	35.1	1.9	1.0	13.5		
MS	10.1	0.1	3.7	2.1	0.0	0.7	3.3	35.6	0.1	0.5	4.5		
GO	167.9	0.1	21.7	134.2	0.6	11.3	0.1	227.8	66.0	15.0	23.6		
DF	45.4	0.0	9.5	32.8	2.3	0.5	0.3	107.6	22.8	1.3	8.9		
SUDESTE	658.0	31.4	535.0	286.1	23.6	258.1	58.7	15529.6	415.6	96.4	1037.5		
MG	300.2	2.4	58.1	150.8	2.4	83.2	3.2	1512.7	89.1	16.4	156.0		
ES	24.9	0.2	10.3	12.5	0.0	1.4	0.4	588.4	4.5	1.1	13.9		
RJ	501.6	0.0	801.0	100.6	0.0	0.0	0.0	2406.2	174.3	17.9	251.4		
SP	581.2	28.8	460.6	622.1	21.1	173.5	55.0	11022.2	147.6	61.0	633.5		
SUL	531.1	9.3	242.4	137.5	2.0	84.1	55.6	2077.3	38.7	50.4	233.0		
PR	158.6	0.9	42.9	42.3	0.6	55.7	10.3	492.9	20.1	2.7	52.3		
SC	54.3	0.0	32.0	15.9	0.1	5.5	0.8	525.6	1.4	29.2	51.5		
RS	118.2	8.3	161.8	79.2	1.3	23.0	44.6	998.8	17.1	18.5	149.2		
TOTAL	9125.7	131.3	6182.7	2085.3	55.8	429.7	146.9	34202.9	1347.8	974.8	3564.7		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1979
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS													
	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CO	MT	MS	GO			
NORTE	206.4	96.6	472.0	58.1	12.2	219.2	0.0	395.9	35.1	71.0	249.9			
AC	1.4	1.3	11.4	7.9	3.0	2.0	0.0	9.0	1.9	1.9	3.6			
AM	11.8	18.4	69.3	30.0	3.8	19.9	0.0	53.2	13.3	0.5	32.1			
PA	189.0	74.1	387.9	17.6	7.0	193.9	0.0	284.6	3.2	60.8	192.8			
AP	1.8	1.9	3.1	1.4	0.1	0.6	0.0	0.6	0.0	0.0	0.5			
RO	1.9	0.7	5.1	1.3	0.3	2.7	0.0	46.0	16.6	5.9	18.5			
RR	0.6	0.1	1.3	0.1	0.0	0.2	0.0	2.5	0.1	1.9	0.4			
MIDWESTE	665.3	1427.8	5151.2	603.6	487.0	2747.1	0.0	529.0	29.5	32.4	354.7			
MA	12.8	92.0	195.1	26.2	11.8	40.2	0.0	101.5	1.5	0.8	23.4			
PI	22.8	39.5	254.6	9.5	9.9	65.5	0.1	26.3	0.1	0.0	24.6			
CE	200.0	236.0	804.6	84.9	27.6	237.0	0.2	27.5	1.0	0.1	35.1			
RN	0.0	331.0	583.8	12.1	15.4	102.2	0.0	13.9	1.2	0.0	12.2			
PB	157.6	0.0	1239.7	35.5	11.0	179.7	0.0	19.8	0.9	0.0	11.1			
PE	170.7	518.7	0.0	308.3	60.5	1056.4	0.3	53.7	1.5	0.2	49.9			
AL	15.1	51.4	812.5	0.0	59.2	166.8	0.0	7.2	0.8	0.0	3.4			
SE	13.4	27.9	179.4	64.6	0.0	889.2	0.1	65.9	0.8	3.4	60.5			
BA	72.5	141.2	1054.0	283.5	290.0	0.0	0.1	144.2	11.9	27.7	62.4			
FN	0.4	0.0	0.4	0.0	0.0	0.1	0.0	9.1	0.0	0.0	9.1			
SUDESTE	28.3	21.3	70.0	10.6	20.4	85.7	9.7	1890.0	257.3	228.4	614.2			
MT	5.3	1.0	8.3	0.9	0.5	1.9	0.0	455.4	0.0	201.7	225.3			
MS	2.8	1.4	5.2	0.4	6.4	14.4	0.0	79.7	65.0	0.0	13.4			
GO	15.9	10.1	35.5	7.4	11.3	33.1	9.5	766.0	180.7	24.1	0.0			
DF	4.4	8.0	20.6	1.9	2.2	37.4	0.1	589.6	11.6	2.5	575.5			
SUDESTE	701.1	671.2	2211.5	445.1	546.1	9357.8	46.3	8469.9	987.7	2339.1	4536.1			
MG	80.7	88.6	235.5	29.4	35.7	736.8	44.2	2187.9	212.3	96.4	1635.3			
ES	9.2	10.6	20.6	3.0	5.2	52.0	0.3	177.2	1.7	0.9	144.5			
RJ	123.2	173.5	440.8	89.0	37.9	1099.3	0.0	685.0	2.8	165.0	403.5			
SP	487.9	398.6	1514.6	324.7	467.3	7002.7	1.5	5419.8	770.9	2081.9	2302.8			
SUL	171.3	113.2	606.1	59.6	74.4	710.3	0.2	1897.0	350.2	1287.9	227.6			
PR	55.2	22.7	113.5	14.9	14.9	187.1	0.1	1590.1	278.2	1183.4	121.8			
SC	40.2	33.4	256.6	32.4	12.4	150.3	0.0	44.6	19.9	9.6	12.2			
RS	75.0	57.1	235.5	32.3	32.3	372.9	0.2	262.3	52.7	94.9	93.5			
TOTAL	1772.4	2330.1	8516.8	1378.0	1378.0	13121.2	57.1	13182.6	1651.4	3959.9	6182.5			



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1979
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA		SAIDAS																														
UF	SE	MG	ES	FJ	SP	S	PR	SC	RS	T	DF	SE	MG	ES	FJ	SP	S	PR	SC	RS	T											
AC	39.8	8952.4	600.8	37.3	1427.5	6986.8	1446.2	576.9	178.4	691.0	13170.7	8952.4	600.8	37.3	1427.5	6986.8	1446.2	576.9	178.4	691.0	13170.7	8952.4	600.8	37.3	1427.5	6986.8	1446.2	576.9	178.4	691.0	13170.7	
AL	1.6	278.0	15.1	2.6	38.1	219.0	60.2	16.9	11.2	32.1	489.2	278.0	15.1	2.6	38.1	219.0	60.2	16.9	11.2	32.1	489.2	278.0	15.1	2.6	38.1	219.0	60.2	16.9	11.2	32.1	489.2	
AM	5.3	3782.9	166.3	8.0	573.8	3034.8	353.8	52.1	55.2	236.6	4639.5	3782.9	166.3	8.0	573.8	3034.8	353.8	52.1	55.2	236.6	4639.5	3782.9	166.3	8.0	573.8	3034.8	353.8	52.1	55.2	236.6	4639.5	
PA	27.8	3997.0	363.8	20.1	679.4	2923.6	516.3	231.0	83.5	195.8	6197.7	3997.0	363.8	20.1	679.4	2923.6	516.3	231.0	83.5	195.8	6197.7	3997.0	363.8	20.1	679.4	2923.6	516.3	231.0	83.5	195.8	6197.7	
AP	0.0	150.8	6.0	3.2	35.2	106.5	19.9	7.3	3.7	8.8	337.3	150.8	6.0	3.2	35.2	106.5	19.9	7.3	3.7	8.8	337.3	150.8	6.0	3.2	35.2	106.5	19.9	7.3	3.7	8.8	337.3	
RO	5.0	672.4	42.3	3.4	82.0	533.7	167.7	96.5	15.8	55.4	1619.2	672.4	42.3	3.4	82.0	533.7	167.7	96.5	15.8	55.4	1619.2	672.4	42.3	3.4	82.0	533.7	167.7	96.5	15.8	55.4	1619.2	
RR	0.2	80.4	3.2	0.0	13.0	64.2	328.4	163.1	4.0	161.3	508.7	80.4	3.2	0.0	13.0	64.2	328.4	163.1	4.0	161.3	508.7	80.4	3.2	0.0	13.0	64.2	328.4	163.1	4.0	161.3	508.7	
INDOESTE	121.4	35086.5	4077.2	712.6	6547.6	23749.1	5496.6	1232.3	1203.6	3060.9	56567.5	35086.5	4077.2	712.6	6547.6	23749.1	5496.6	1232.3	1203.6	3060.9	56567.5	35086.5	4077.2	712.6	6547.6	23749.1	5496.6	1232.3	1203.6	3060.9	56567.5	
HA	15.8	1305.7	86.2	14.9	288.5	937.6	153.1	50.0	41.4	61.7	3681.8	1305.7	86.2	14.9	288.5	937.6	153.1	50.0	41.4	61.7	3681.8	1305.7	86.2	14.9	288.5	937.6	153.1	50.0	41.4	61.7	3681.8	
PI	1.6	1358.3	99.8	14.0	183.1	1074.3	553.1	30.6	52.9	467.7	2997.3	1358.3	99.8	14.0	183.1	1074.3	553.1	30.6	52.9	467.7	2997.3	1358.3	99.8	14.0	183.1	1074.3	553.1	30.6	52.9	467.7	2997.3	
CE	49.5	4911.4	510.9	30.3	1032.0	3353.2	616.0	155.6	161.0	298.9	7379.0	4911.4	510.9	30.3	1032.0	3353.2	616.0	155.6	161.0	298.9	298.9	7379.0	4911.4	510.9	30.3	1032.0	3353.2	616.0	155.6	161.0	298.9	7379.0
RN	0.5	1420.0	112.4	20.9	308.1	977.6	227.4	45.2	56.9	125.3	3846.5	1420.0	112.4	20.9	308.1	977.6	227.4	45.2	56.9	125.3	3846.5	1420.0	112.4	20.9	308.1	977.6	227.4	45.2	56.9	125.3	3846.5	
PB	7.7	1765.3	101.1	13.7	257.0	1393.5	267.2	86.7	73.1	110.0	3363.3	1765.3	101.1	13.7	257.0	1393.5	267.2	86.7	73.1	110.0	3363.3	1765.3	101.1	13.7	257.0	1393.5	267.2	86.7	73.1	110.0	3363.3	
PE	15.9	9298.3	994.8	63.9	1840.4	6399.2	1508.9	419.6	261.4	627.9	13169.6	9298.3	994.8	63.9	1840.4	6399.2	1508.9	419.6	261.4	627.9	627.9	13169.6	9298.3	994.8	63.9	1840.4	6399.2	1508.9	419.6	261.4	627.9	13169.6
AL	1.0	1338.6	98.0	9.3	232.1	999.1	194.3	41.6	37.5	115.2	2772.3	1338.6	98.0	9.3	232.1	999.1	194.3	41.6	37.5	115.2	2772.3	1338.6	98.0	9.3	232.1	999.1	194.3	41.6	37.5	115.2	2772.3	
SE	1.0	1399.2	145.5	17.7	259.4	810.6	198.7	65.8	58.1	74.9	2895.0	1399.2	145.5	17.7	259.4	810.6	198.7	65.8	58.1	74.9	2895.0	1399.2	145.5	17.7	259.4	810.6	198.7	65.8	58.1	74.9	2895.0	
EA	81.6	12209.3	1865.5	374.3	2174.9	7790.6	1761.2	337.3	449.4	974.6	16365.2	12209.3	1865.5	374.3	2174.9	7790.6	1761.2	337.3	449.4	974.6	16365.2	12209.3	1865.5	374.3	2174.9	7790.6	1761.2	337.3	449.4	974.6	16365.2	
FM	0.0	70.4	52.9	0.6	1.2	9.7	14.3	0.0	11.4	2.8	95.5	70.4	52.9	0.6	1.2	9.7	14.3	0.0	11.4	2.8	95.5	70.4	52.9	0.6	1.2	9.7	14.3	0.0	11.4	2.8	95.5	
C-OESTE	590.9	19593.2	2792.4	233.0	2048.9	14308.9	3039.9	1614.3	342.9	1082.6	25165.1	19593.2	2792.4	233.0	2048.9	14308.9	3039.9	1614.3	342.9	1082.6	25165.1	19593.2	2792.4	233.0	2048.9	14308.9	3039.9	1614.3	342.9	1082.6	25165.1	
MT	29.4	2951.3	354.7	6.8	249.8	2339.9	781.2	429.7	42.6	305.9	4244.5	2951.3	354.7	6.8	249.8	2339.9	781.2	429.7	42.6	305.9	4244.5	2951.3	354.7	6.8	249.8	2339.9	781.2	429.7	42.6	305.9	4244.5	
MS	1.3	3758.5	136.5	2.4	160.6	3459.0	570.9	729.7	46.5	194.7	4534.8	3758.5	136.5	2.4	160.6	3459.0	570.9	729.7	46.5	194.7	4534.8	3758.5	136.5	2.4	160.6	3459.0	570.9	729.7	46.5	194.7	4534.8	
GO	561.2	7671.3	1414.3	1216.5	693.3	5442.3	708.5	259.2	118.0	331.3	9541.7	7671.3	1414.3	1216.5	693.3	5442.3	708.5	259.2	118.0	331.3	9541.7	7671.3	1414.3	1216.5	693.3	5442.3	708.5	259.2	118.0	331.3	9541.7	
DF	0.0	5202.1	286.8	102.3	945.2	3267.7	579.3	195.8	135.8	247.7	6524.0	5202.1	286.8	102.3	945.2	3267.7	579.3	195.8	135.8	247.7	6524.0	5202.1	286.8	102.3	945.2	3267.7	579.3	195.8	135.8	247.7	6524.0	
SUDESTE	607.0	128371.4	30475.1	4053.7	31698.6	62344.1	44354.9	17969.3	7542.7	18842.9	203533.7	128371.4	30475.1	4053.7	31698.6	62344.1	44354.9	17969.3	7542.7	18842.9	203533.7	128371.4	30475.1	4053.7	31698.6	62344.1	44354.9	17969.3	7542.7	18842.9	203533.7	
PG	194.0	34224.1	0.0	1098.1	6264.4	26861.6	4314.0	1423.5	1275.4	1613.7	42539.6	34224.1	0.0	1098.1	6264.4	26861.6	4314.0	1423.5	1275.4	1613.7	42539.6	34224.1	0.0	1098.1	6264.4	26861.6	4314.0	1423.5	1275.4	1613.7	42539.6	
ES	30.1	5552.7	1027.0	0.0	2032.4	2493.2	665.7	135.9	109.4	424.4	7012.9	5552.7	1027.0	0.0	2032.4	2493.2	665.7	135.9	109.4	424.4	7012.9	5552.7	1027.0	0.0	2032.4	2493.2	665.7	135.9	109.4	424.4	7012.9	
RJ	118.7	4177.9	7394.6	3294.1	0.0	32939.2	8370.3	2630.9	1489.7	4449.7	54211.0	4177.9	7394.6	3294.1	0.0	32939.2	8370.3	2630.9	1489.7	4449.7	54211.0	4177.9	7394.6	3294.1	0.0	32939.2	8370.3	2630.9	1489.7	4449.7	54211.0	
SP	284.2	47116.2	23432.0	1661.4	23401.8	0.0	30800.2	13776.9	4668.2	42355.1	99740.2	47116.2	23432.0	1661.4	23401.8	0.0	30800.2	13776.9	4668.2	42355.1	99740.2	47116.2	23432.0	1661.4	23401.8	0.0	30800.2	13776.9	4668.2	42355.1	99740.2	
SUL	30.9	57155.2	3672.2	286.0	6612.0	46385.1	19116.0	5967.0	5380.1	6768.9	80775.7	57155.2	3672.2	286.0	6612.0	46385.1	19116.0	5967.0	5380.1	6768.9	80775.7	57155.2	3672.2	286.0	6612.0	46385.1	19116.0	5967.0	5380.1	6768.9	80775.7	
PR	6.7	23946.9	1430.6	171.2	1990.2	20354.9	5890.1	0.0	2560.9	3329.2	32078.7	23946.9	1430.6	171.2	1990.2	20354.9	5890.1	0.0	2560.9	3329.2	32078.7	23946.9	1430.6	171.2	1990.2	20354.9	5890.1	0.0	2560.9	3329.2	32078.7	
SC	3.0	8140.6	664.9	20.2	922.7	8532.9	7392.1	4552.3	0.0	3439.7	16817.2	8140.6	664.9	20.2	922.7	8532.9	7392.1	4552.3	0.0	3439.7	16817.2	8140.6	664.9	20.2	922.7	8532.9	7392.1	4552.3	0.0	3439.7	16817.2	
RS	21.2	25067.7	1576.6	94.6	3659.1	19697.3	5233.8	2414.7	2819.2	0.0	31860.8	25067.7	1576.6	94.6	3659.1	19697.3	5233.8	2414.7	2819.2	0.0	31860.8	25067.7	1576.6	94.6	3659.1	19697.3	5233.8	2414.7	2819.2	0.0	31860.8	
TOTAL	1393.0	249349.7	41617.6	5322.6	48234.5	154073.9	73453.7	28359.7	14736.4	30446.2	379233.6	249349.7	41617.6	5322.6	48234.5	154073.9	73453.7	28359.7	14736.4	30446.2	379233.6	249349.7	41617.6	5322.6	48234.5	154073.9	7345					



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1980
(CR\$ MILHOES DE 1975)

ENTRADA	SAÍDAS												
	N	AC	AM	PA	AP	RD	RR	NE	MA	PI	CE		
NORTE	582.3	65.1	444.5	334.7	11.6	113.2	13.3	1507.8	121.7	27.6	267.3		
AC	87.2	0.0	53.1	7.1	0.0	7.1	0.0	82.7	0.1	1.6	7.4		
AM	294.0	9.5	0.0	170.0	0.7	104.7	13.0	346.4	10.6	3.0	65.7		
PA	255.2	55.5	187.2	0.0	10.8	1.4	0.3	1004.3	112.3	21.2	178.9		
AP	121.4	0.0	1.2	119.6	0.0	0.0	0.0	26.5	0.6	0.8	5.2		
RD	152.8	0.1	117.9	34.7	0.0	0.0	0.0	21.4	0.0	0.7	9.2		
RR	87.7	0.0	64.4	3.3	0.0	0.0	0.0	26.5	0.0	0.3	2.8		
INORDESTE	293.4	22.8	217.2	613.6	35.6	5.7	2.4	16744.5	525.1	807.7	2208.7		
MA	191.2	0.0	9.5	180.6	0.1	0.0	0.4	1585.6	0.0	547.5	573.5		
PI	53.4	0.0	8.7	53.8	0.8	0.0	0.1	1015.0	202.8	0.0	381.5		
CE	90.8	0.1	24.8	62.7	2.4	0.7	0.1	2120.1	155.6	93.5	0.0		
RN	34.0	0.0	7.4	25.6	0.7	0.3	0.0	1558.8	14.5	12.0	330.2		
PB	65.3	1.6	6.1	57.0	1.5	0.0	0.0	2134.9	29.9	10.4	164.2		
PE	238.9	1.5	93.7	135.0	6.9	1.2	0.7	3299.9	64.6	22.3	467.1		
AL	24.8	2.2	5.2	12.5	0.8	0.0	0.0	1693.2	8.1	1.5	52.7		
SE	8.7	0.0	2.8	4.8	0.0	1.1	0.0	985.9	2.9	1.3	26.2		
BA	180.3	17.2	54.6	81.8	23.3	2.3	1.0	2305.4	46.6	25.5	203.1		
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	12.8	0.0	0.0	0.1		
SUDESTE	151.1	0.5	53.5	80.4	3.0	13.0	0.7	428.3	70.7	26.1	54.0		
MT	31.4	0.1	19.5	1.4	0.0	10.4	0.1	36.2	0.4	1.2	13.6		
MS	9.7	0.0	5.7	2.0	0.0	0.6	0.3	29.5	0.3	0.7	5.1		
GO	70.6	0.3	20.6	48.0	0.0	1.3	0.3	219.8	53.5	14.4	24.1		
DF	40.4	0.1	7.6	29.1	2.9	0.6	0.0	142.9	16.5	9.7	11.3		
SUDESTE	9121.1	62.7	7353.0	1254.0	105.3	324.1	22.0	18290.3	362.2	115.9	1296.4		
MG	118.1	0.5	38.3	86.6	1.2	10.6	1.0	1615.5	50.0	16.5	162.4		
ES	23.1	1.0	12.4	13.6	0.1	0.9	0.2	704.2	14.4	0.6	23.7		
RJ	593.8	0.0	902.0	96.8	0.0	0.0	0.0	2852.2	85.4	17.0	303.2		
SP	7558.0	61.2	6460.4	1057.0	104.0	332.6	20.8	13318.4	212.5	81.8	807.0		
SUL	655.6	3.0	204.8	192.1	37.5	125.9	12.3	2482.3	57.9	46.9	263.5		
PR	269.0	1.0	89.3	78.1	2.4	90.8	7.4	677.9	42.0	2.1	66.9		
SC	69.5	0.2	31.5	24.4	0.0	12.8	0.5	637.1	2.9	29.3	96.0		
RS	317.1	1.8	163.9	69.5	35.1	22.3	4.4	1167.4	13.0	15.5	105.6		
TOTAL	1103.5	154.1	8353.0	2474.8	194.0	581.9	50.8	39453.2	1139.6	1024.3	4039.9		



FLUXO INTERESIAJUAL DE COMERCIO
1980
(CR\$ MILHOES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	FN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CO	MT	MS	GO		
MORTE	55.9	128.6	524.2	64.8	12.5	303.2	0.0	252.2	45.0	9.5	129.4		
AC	0.9	1.0	16.8	9.8	0.4	44.6	0.0	37.8	7.1	2.0	4.0		
AM	12.0	23.2	145.4	34.2	6.8	45.5	0.0	28.7	4.4	0.9	13.4		
PA	37.5	100.1	323.7	17.2	5.0	210.3	0.0	148.4	7.5	0.5	102.8		
AP	1.5	3.4	12.0	1.6	0.0	1.2	0.0	0.4	0.0	0.0	0.3		
RO	3.0	0.7	5.9	0.4	0.2	1.2	0.0	49.0	26.5	6.1	8.8		
RR	0.9	0.2	20.3	1.5	0.0	0.4	0.0	7.8	0.5	0.0	0.2		
EMPRESTE	659.7	1550.4	6124.1	1028.8	474.7	3355.6	9.7	547.7	40.6	34.3	325.4		
NA	18.0	63.2	293.5	20.7	7.6	56.4	0.1	87.5	1.3	0.3	69.1		
PI	29.8	44.5	266.7	13.0	9.7	67.8	0.2	49.4	13.7	0.0	31.8		
CE	209.7	227.9	998.5	55.9	29.0	350.3	0.0	80.6	3.1	0.0	31.9		
RN	0.0	349.6	710.4	12.9	15.1	143.7	0.0	26.4	0.8	0.3	17.2		
PB	130.1	0.0	1442.2	34.4	9.1	308.4	0.1	23.7	1.1	5.5	15.7		
PE	174.7	619.0	0.0	375.0	58.5	1417.1	9.0	114.8	3.3	11.0	77.3		
AL	16.1	69.2	1161.1	0.0	50.5	335.9	0.0	5.6	1.1	0.0	3.7		
SE	13.2	31.9	123.4	48.9	0.0	675.1	0.0	17.6	0.5	11.0	4.5		
BA	69.3	145.9	1049.6	468.1	295.2	0.0	0.7	134.4	15.7	6.2	69.3		
FN	0.0	0.1	12.6	0.0	0.0	0.0	0.0	6.7	0.0	0.0	4.6		
EMPRESTE	25.4	33.3	84.2	14.2	10.0	106.8	3.7	184.3	160.8	197.6	859.9		
MT	4.6	2.4	6.4	0.4	0.3	3.8	0.1	385.1	0.0	177.2	167.0		
MS	3.5	6.2	7.7	0.5	0.5	3.6	1.1	59.9	45.9	0.0	12.2		
GO	10.4	12.5	47.5	6.3	4.7	43.9	2.5	660.8	75.8	16.7	5.0		
DF	6.9	12.1	19.6	7.0	4.5	55.2	0.0	723.3	39.1	4.0	680.7		
EMPRESTE	668.3	879.7	2848.7	367.5	445.2	11299.0	8.4	884.4	428.9	2875.5	4562.0		
MG	60.2	100.9	221.7	22.9	37.7	739.9	3.3	1819.0	133.6	88.9	1416.2		
ES	17.9	37.6	25.6	4.3	4.6	574.4	1.2	25.8	0.7	0.2	15.8		
RJ	127.2	199.0	348.2	36.8	55.8	1679.7	0.0	263.7	2.7	51.0	133.4		
SP	463.0	542.1	2253.2	303.6	347.2	8304.0	3.9	6767.9	691.8	2735.4	2996.5		
SUL	242.1	168.9	492.7	40.5	86.1	1030.4	53.3	1814.9	359.3	1440.4	242.8		
PR	42.5	27.2	84.5	13.2	14.2	383.0	0.2	1437.1	281.6	991.2	145.0		
SC	54.0	63.6	93.5	7.5	21.6	274.7	0.0	89.9	20.2	51.5	10.7		
RS	145.5	78.2	314.7	17.8	50.3	372.8	53.0	287.9	57.4	97.7	37.1		
TOTAL	1651.5	2760.9	10073.8	1515.8	1028.5	16093.8	75.1	13337.5	1435.5	4257.5	6119.6		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1980
(CR\$ MILHOES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA		SAIDAS												
DF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	I	F			
NORTE	57.3	10428.2	600.1	1410.9	8366.2	1259.1	389.2	220.3	641.5	14429.7				
AC	4.7	292.2	14.6	30.2	243.5	58.7	17.0	11.7	30.0	518.7				
AM	10.0	4795.4	144.1	577.9	4053.9	403.1	83.7	78.6	240.8	5871.5				
PA	37.7	4258.8	368.9	679.5	3137.1	473.6	154.2	93.6	225.2	5150.3				
AP	0.2	153.0	8.7	34.8	110.8	27.6	5.8	3.2	18.6	331.8				
RO	7.6	772.4	59.6	66.5	650.3	233.5	120.2	35.4	80.4	1238.5				
RR	7.1	136.5	4.3	22.1	109.6	60.2	8.3	2.5	46.0	319.8				
NORDESTE	147.4	35440.8	3362.3	6359.2	25167.3	5504.7	1623.2	1441.7	2439.7	59136.1				
MA	16.8	1480.2	161.5	221.1	1071.4	199.0	62.5	44.0	83.5	3543.5				
PI	3.9	1119.2	98.8	170.5	836.7	165.0	42.3	64.3	58.4	2412.0				
CE	45.6	5008.6	388.5	1067.4	3515.2	634.9	164.0	151.3	299.6	7935.1				
RN	8.1	1558.4	125.0	293.9	1118.9	285.4	61.0	80.8	146.5	3495.9				
PB	3.4	1628.9	101.4	224.2	1283.4	357.0	127.2	93.0	136.3	4212.7				
PE	23.3	9533.5	942.6	1503.2	7030.6	1644.8	450.7	433.0	721.8	14336.9				
AL	1.7	1256.9	89.7	178.1	931.4	189.3	44.1	46.0	99.2	3172.7				
SE	1.4	1444.4	115.7	265.5	1046.1	202.9	78.4	53.5	70.9	2659.6				
PA	43.2	12393.1	1322.5	2434.5	8275.5	1821.1	528.2	474.5	820.4	16329.4				
FN	0.1	17.6	12.3	6.7	3.1	3.4	0.5	0.4	2.5	30.5				
C-OESTE	622.7	20734.1	2311.9	2058.1	16321.7	3200.8	1643.9	370.0	1289.9	26455.6				
MT	40.9	2772.0	279.7	206.3	2286.6	715.1	488.6	68.3	233.1	3939.2				
MS	1.9	4553.8	151.7	199.5	4296.2	1279.3	785.0	55.9	437.4	5031.2				
GO	589.0	8013.3	1174.6	712.8	6105.8	747.1	274.9	109.3	364.0	9723.8				
DF	0.0	5239.4	706.0	939.5	3533.1	564.3	172.4	136.4	255.5	6760.8				
SUDESTE	615.0	134242.2	25846.4	34354.8	68730.6	44262.0	16801.8	0249.0	13208.2	214797.1				
MG	180.2	38141.7	0.0	9304.5	28139.1	3514.2	1502.2	756.6	1615.3	48428.4				
ES	9.1	5830.5	880.0	2113.6	2336.9	623.6	166.1	131.9	327.6	7212.3				
RJ	81.6	44351.0	5747.7	0.0	37754.6	8290.9	2663.4	1570.0	4057.5	58761.6				
SP	344.1	45919.0	19018.7	22926.7	0.0	31433.4	12475.1	5730.5	11207.8	103394.8				
SUL	72.5	63966.2	3621.9	7696.1	52316.4	20353.8	7190.1	5732.5	7431.2	89172.8				
PR	19.2	26140.3	1554.7	2113.1	21658.5	6306.4	0.0	2490.2	3808.1	34230.6				
SC	7.5	9891.8	595.1	965.8	8114.4	8382.4	4759.4	0.0	3623.0	18870.6				
RS	45.7	28034.1	1475.1	3917.2	22543.3	5685.0	2430.7	3234.3	0.0	35471.5				
TOTAL	1824.9	264711.6	35542.6	51879.1	170902.3	74680.4	27648.2	16021.6	31010.6	403991.2				



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1981
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

ENTRADA	SAÍDAS												
	A	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NE	MA	PI	CE		
NORTE	735.7	56.4	343.3	239.6	6.5	32.5	7.2	1847.1	90.6	24.5	332.2		
AC	75.4	0.0	54.6	5.5	0.0	15.2	0.1	136.3	0.8	0.0	10.5		
AM	213.9	12.3	0.0	130.1	1.2	53.2	7.1	592.2	3.7	1.2	81.5		
PA	156.7	41.3	105.9	0.0	5.4	4.1	0.0	1231.9	85.8	22.0	217.6		
AP	114.5	0.0	3.5	111.0	0.0	0.0	0.0	40.7	0.3	0.7	7.8		
RO	144.0	2.8	95.6	41.8	0.0	0.0	35.7	0.0	0.0	0.5	16.2		
RR	81.2	0.0	80.0	1.2	0.0	0.0	12.2	0.0	0.0	0.1	4.5		
INORDESTE	936.2	67.6	206.7	622.6	29.5	11.9	1.8	1920.5	4.95.4	672.3	2100.7		
BA	166.4	0.0	16.7	167.7	0.0	0.0	0.0	1432.3	0.0	436.4	339.3		
PE	75.8	0.5	8.7	64.3	0.8	1.3	0.2	1218.9	212.5	0.0	425.4		
CE	111.3	0.3	20.4	82.5	2.2	5.7	0.1	220.7	111.5	97.6	0.0		
RN	35.1	0.1	5.5	29.2	0.2	0.0	0.0	1891.3	16.9	6.6	358.1		
PB	103.3	0.0	6.7	94.5	1.0	0.6	0.5	2383.8	22.8	6.8	150.5		
PE	201.9	4.8	76.8	114.3	2.9	2.8	0.2	3726.6	77.1	91.7	403.3		
AL	79.1	50.3	11.5	12.0	4.5	0.5	0.2	2162.9	7.3	4.0	66.6		
SE	12.3	0.5	7.3	4.3	0.2	0.0	0.0	1194.5	4.6	2.3	65.3		
SC	149.0	11.1	45.2	73.6	17.7	1.0	0.5	2573.0	42.6	26.9	235.5		
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	13.1	0.0	0.0	0.4		
SUDESTE	215.7	1.0	58.1	137.0	1.9	13.6	4.2	510.6	45.1	39.5	108.1		
MT	24.7	0.0	14.3	1.2	0.0	9.1	0.0	43.0	2.2	1.0	11.5		
MS	19.0	0.0	6.8	6.6	0.0	2.8	2.8	67.2	0.7	1.2	35.5		
GO	123.2	0.0	19.0	107.5	0.1	0.4	1.2	210.7	32.2	18.4	40.0		
DF	43.8	0.8	17.9	21.7	1.8	1.3	0.1	292.7	10.0	19.0	21.2		
SUDESTE	863.7	136.2	6913.0	1228.6	28.9	373.9	17.1	17135.2	383.7	134.7	1177.7		
MG	212.6	13.9	61.0	122.9	2.0	11.5	1.2	1391.3	49.7	11.8	138.1		
ES	52.5	0.1	23.6	18.3	0.0	2.1	6.6	591.6	3.3	1.0	25.9		
RJ	794.9	0.1	734.0	60.8	0.0	0.0	0.0	3110.5	87.2	66.0	286.9		
SP	7627.6	122.1	6094.4	1026.6	16.9	360.3	7.2	12062.8	177.5	56.0	726.8		
SUL	631.9	1.9	236.7	161.4	2.2	145.7	108.0	2190.2	49.1	21.6	253.7		
PR	247.5	1.2	77.1	67.3	0.0	100.4	0.9	576.4	21.6	3.1	80.9		
SC	154.5	0.3	19.0	12.4	0.2	20.0	102.5	779.5	2.9	9.4	64.5		
RS	251.8	0.3	140.6	81.2	1.9	25.3	6.5	843.3	24.6	9.2	108.4		
TOTAL	11279.2	263.0	7751.9	2439.3	59.2	627.6	132.2	40601.6	983.8	892.6	3978.5		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1981
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	CC	MT	MS	GO		
NORTE	42.9	142.0	665.5	137.4	16.8	399.2	0.0	335.6	73.5	12.8	204.4		
AC	0.7	2.3	8.6	64.7	3.7	42.9	0.0	16.7	7.3	1.9	2.3		
AM	7.2	9.7	187.4	29.7	4.9	65.9	0.0	77.1	34.2	1.5	32.6		
PA	29.7	124.9	444.4	24.8	7.3	274.9	0.0	182.9	6.6	2.2	144.2		
AP	1.4	3.3	10.0	14.6	0.0	2.6	0.0	1.5	0.0	0.0	1.3		
RO	2.9	1.0	11.4	1.8	0.3	1.8	0.0	53.4	24.8	7.2	19.7		
RR	0.9	0.5	3.7	1.8	0.0	0.2	0.0	4.0	0.5	0.0	3.3		
NORDESTE	701.3	1368.2	7994.7	1525.3	611.2	3336.0	3.4	690.6	30.7	39.4	389.9		
MA	19.2	55.0	407.0	23.3	11.9	90.2	0.0	79.9	0.6	1.8	65.6		
PI	20.4	36.0	425.9	14.0	18.6	80.0	0.0	33.8	1.6	0.3	30.2		
CE	174.3	191.7	1195.9	64.8	36.3	337.0	0.0	173.3	7.6	2.8	52.1		
RN	0.0	323.0	1001.0	23.6	22.7	134.4	0.0	29.5	3.2	1.3	24.2		
PB	154.6	0.0	1783.9	57.7	7.4	170.0	0.0	23.1	1.5	0.7	15.6		
PE	204.4	563.2	0.0	823.2	103.0	1452.6	3.0	138.5	2.6	5.9	61.1		
AL	18.3	50.9	1623.5	0.0	93.7	298.4	0.1	46.3	2.0	0.4	5.9		
SE	14.3	29.6	260.4	63.2	0.0	295.1	0.0	6.2	0.4	0.3	4.4		
BA	95.8	109.0	1292.8	449.5	325.8	0.0	0.1	144.6	11.2	5.7	70.4		
FN	0.0	0.0	4.3	0.0	0.0	9.4	0.0	10.3	0.0	0.0	0.0		
C-OESTE	11.8	24.0	222.3	26.3	19.7	85.5	7.2	1897.3	232.4	361.6	734.0		
MT	8.6	2.4	7.1	1.3	0.1	5.2	0.6	446.8	0.0	338.6	85.7		
MS	5.7	4.1	10.0	0.5	5.8	1.0	0.0	121.1	93.0	0.0	23.7		
GO	9.1	8.9	44.4	11.5	2.4	43.8	0.0	655.0	91.1	21.5	0.0		
DF	18.4	8.7	160.8	13.0	2.5	32.7	6.5	674.4	48.3	1.4	624.7		
SUDESTE	670.0	539.4	3569.7	340.4	356.4	10031.2	6.0	9120.5	1131.2	2618.7	4456.1		
MG	63.0	55.5	285.4	42.5	45.6	697.4	1.4	1807.7	163.4	92.5	1297.2		
ES	11.5	27.5	40.6	5.6	6.6	459.7	0.9	44.1	0.8	0.3	12.5		
RJ	133.5	147.7	650.8	62.1	38.0	1638.4	0.0	294.8	26.2	95.9	85.8		
SP	461.9	308.7	2593.0	230.3	266.2	7235.8	3.6	6973.8	940.8	2629.9	3060.5		
SUL	195.7	163.9	697.6	71.0	52.2	693.2	1.1	1753.9	370.0	1111.9	234.0		
PR	55.3	23.0	114.8	28.7	14.4	228.4	0.1	1474.5	316.8	1810.0	135.9		
SC	60.4	58.3	377.5	26.1	11.0	169.4	0.0	69.1	10.8	40.3	15.4		
RS	80.0	82.6	205.3	16.2	26.8	295.4	1.0	211.2	42.4	61.6	23.5		
TOTAL	1651.6	2237.6	13149.9	2100.4	1049.3	14935.2	17.6	13797.0	1837.7	4344.3	5959.2		



FLUXO INTERESTADUAL DE COMERCIO
1981
(CR\$ MILHOES DE 1975)

(CONT.)

ENTRADA	SAIDAS												
	CF	SE	MG	ES	RJ	SP	S	PR	SC	RS	T		
RORNE	44.8	11664.2	747.7	41.7	1611.1	9263.7	1111.9	378.7	186.4	546.8	15744.4		
AC	4.6	344.0	25.7	2.8	36.1	279.4	37.4	10.1	6.2	21.1	607.3		
AM	8.7	4792.3	132.9	7.5	548.0	4003.1	314.0	61.5	49.0	203.4	5789.4		
PA	29.4	5324.0	523.3	25.1	791.4	4042.1	462.7	173.5	57.3	190.0	7419.3		
AP	0.2	190.1	15.8	1.9	28.2	144.3	19.6	6.7	2.9	9.9	366.5		
RO	1.7	805.3	41.8	3.5	82.3	591.9	222.5	116.3	23.7	82.4	1264.9		
RR	0.2	144.4	6.2	1.0	24.3	112.9	55.7	9.5	7.2	40.0	297.5		
NORDESTE	290.6	38317.0	4334.1	531.4	6201.5	27270.0	5724.1	1792.3	1607.2	2324.5	64494.4		
MA	11.6	1730.4	171.5	19.6	317.0	1215.2	175.9	59.2	37.2	79.5	3584.5		
PI	1.6	1037.0	110.3	10.2	157.4	759.1	165.2	48.0	57.8	59.3	2522.5		
CE	95.8	5053.4	464.1	27.7	829.1	3732.5	669.1	219.7	126.7	252.7	8221.3		
RN	0.6	1730.0	349.2	20.3	270.6	1299.9	302.1	65.0	120.0	116.1	3922.0		
PB	5.3	1657.0	94.4	20.7	237.2	1304.1	317.0	107.2	80.8	129.0	4484.2		
PE	60.9	10576.5	1128.4	61.9	1604.2	7781.1	1696.8	413.9	531.0	745.7	18340.2		
AL	39.0	1816.0	113.0	9.2	312.5	1359.3	214.8	49.1	55.8	109.9	4319.0		
SE	1.2	1721.0	228.9	13.3	405.4	1064.3	167.6	39.2	57.1	71.3	3093.9		
BA	57.3	12999.5	1857.2	347.7	2841.2	8753.4	2014.7	783.6	470.7	760.5	17265.9		
FN	10.3	24.9	8.2	0.7	6.4	9.6	1.1	0.4	0.0	0.6	49.4		
C-OESTE	569.4	20978.3	2850.8	54.0	2228.2	15845.3	3558.3	1576.3	89.1	1112.9	27260.3		
MT	22.6	2727.9	316.5	7.1	197.3	2207.0	648.2	413.6	43.0	189.6	3237.7		
MS	4.5	4655.6	218.4	3.2	202.6	4241.5	1695.5	733.6	590.9	373.4	5572.3		
GO	542.4	8065.8	1416.9	14.8	738.0	5902.2	771.9	307.8	129.0	339.1	9331.7		
DF	0.0	5518.9	905.2	28.9	1050.3	3494.6	458.3	117.4	110.1	210.8	6663.1		
SUDESTE	714.5	14964.6	3054.6	4659.1	3890.4	7375.4	5491.0	2721.8	8631.6	18640.5	237299.9		
MG	254.5	38136.7	0.0	1109.7	8777.2	28350.2	3547.4	1350.1	1090.0	1517.2	45425.7		
ES	30.4	7446.3	1336.4	0.0	2266.3	3203.6	676.4	155.7	137.0	333.7	8301.0		
RJ	86.9	49754.1	7350.4	902.7	3.0	41501.0	7591.5	2564.7	1473.0	3943.9	61935.2		
SP	342.5	52527.5	21855.4	2747.6	27920.0	0.0	41985.6	23148.3	5941.6	12795.7	121077.4		
SUL	37.2	67954.3	3364.1	273.4	9413.7	55303.1	19505.1	7405.9	5386.1	5792.0	92142.2		
PR	11.8	31996.0	1537.8	160.8	3675.0	26612.4	5511.2	0.0	2507.2	3434.0	40129.5		
SC	1.8	9054.1	651.1	19.4	939.0	7444.6	8428.9	5049.9	0.0	3398.0	14245.2		
RS	23.7	26914.1	1175.1	93.2	4399.7	21245.1	5245.6	2365.0	2379.0	0.0	33473.5		
TOTAL	1656.6	236792.3	41843.3	5559.5	57958.5	181436.9	84470.3	39373.1	16680.4	29416.7	416947.2		



ANEXO 3

PADRÃO DE COMÉRCIO INTERESTADUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS

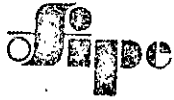
1974-81

FONTE: Anexo 2.



REGIÃO NORTE
ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERVIJ : 1974 - 1981
(EM PORCENTAGEM)

ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	7	13	3	5	7	11	7	8
AC	0	0	0	1	0	1	0	1
AM	1	10	2	3	3	3	3	1
PA	5	3	2	1	2	3	2	2
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	1	1	1	1	1
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	19	14	9	11	9	9	10	12
MA	1	4	1	3	1	1	1	1
PI	0	0	0	1	0	1	0	0
CE	3	3	2	1	2	1	1	1
RN	1	1	0	1	2	1	2	2
PB	1	0	0	0	0	0	0	0
PE	11	2	2	4	3	2	1	1
AL	0	0	1	0	1	1	0	1
SE	0	1	0	0	0	0	0	0
BA	1	2	1	1	1	2	2	2
FX	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	5	3	3	2	1	2	2	2
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	4	2	3	1	1	1	1	1
DF	0	1	0	0	0	1	0	0
SUDESTE	61	65	78	63	77	72	77	77
MG	7	1	4	3	3	2	1	5
ES	1	0	0	0	0	0	0	0
RJ	17	4	15	14	12	9	10	10
SP	36	59	59	54	62	61	59	59
SUL	9	5	7	4	6	6	9	7
PR	2	1	2	1	2	1	3	2
SC	3	1	2	0	1	0	2	1
RS	4	3	3	3	4	4	4	3



REGIÃO NOROCCIDENTAL
 SALDO DO COMÉRCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMÉRCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NUPIE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
AC	37.7	57.6	75.9	48.4	51.7	15.4	2.1	19.1
AM	104.5	59.6	16.9	-30.3	-184.7	-165.9	-146.5	-129.5
PA	-142.2	-127.4	-94.8	-140.4	-40.0	-82.0	-79.4	-132.9
AP	0.0	0.0	0.0	88.5	107.1	113.6	109.9	107.9
RO	0.0	0.0	0.0	-14.1	-2.4	49.9	39.6	61.5
RR	0.0	0.0	0.0	55.8	60.2	66.9	74.4	74.0
NDROESTE	-343.7	-238.1	-147.7	-219.2	-423.2	-734.5	-609.4	-912.9
MA	17.7	117.4	88.2	107.2	42.4	94.7	67.4	75.6
PI	4.3	42.8	44.6	43.7	47.5	43.0	35.8	51.3
CE	-56.8	-107.9	-82.8	-24.1	-129.2	-157.8	-176.5	-226.9
RN	-3.7	-14.1	-17.1	-28.7	-23.7	-178.6	-21.9	-7.8
PB	-39.5	-46.8	-115.7	-24.0	-80.0	-71.7	-82.3	-38.6
PE	-283.0	-186.6	-29.6	-285.0	-267.1	-343.5	-285.2	-463.6
AL	-3.9	-6.2	-41.1	-53.0	-42.2	-31.3	-40.0	-58.4
SE	29.5	-6.1	1.3	2.2	0.5	-1.6	-3.8	-4.5
BA	0.6	-26.6	4.4	43.5	21.5	-0.3	-122.9	-240.1
FN	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	-0.0	0.0
C-OFESTE	-94.8	-111.9	-157.4	-20.7	13.6	-150.9	-101.1	-119.8
MT	0.0	-2.3	-7.6	-12.7	-42.1	-13.5	-14.5	-48.8
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-61.0	-0.9	6.2
GO	-92.8	-110.8	-143.8	-69.7	-17.6	-82.0	-58.8	-76.2
DF	3.2	1.2	-6.0	61.6	73.6	5.6	-26.9	-1.1
SUDESTE	-556.9	-1653.9	-2184.2	-3351.0	-4415.4	-2344.4	-1307.2	-2976.5
MG	-201.8	-206.4	-279.5	-260.4	-213.2	-300.6	-462.0	-535.1
ES	-27.7	-24.1	-7.1	-13.6	-11.5	-12.4	-22.8	10.9
RJ	-439.7	-479.0	-657.8	-902.3	-877.8	-525.9	-412.1	-816.2
SP	-187.6	-984.4	-1199.8	-2174.8	-3312.8	-1595.6	-410.2	-1636.1
SUL	-192.4	-166.7	-336.5	-544.3	-383.5	-915.1	-603.5	-480.0
PR	-42.5	-44.5	-121.9	-255.9	-183.0	-418.2	-120.2	-131.2
SC	-65.7	-61.3	-127.0	-177.5	-87.6	-124.1	-158.6	-31.9
RS	-84.3	-60.9	-87.6	-170.9	-133.0	-372.3	-324.4	-292.9
TOTAL	-1487.9	-2170.6	-2805.2	-4134.3	-5202.2	-4145.0	-2621.2	-4465.2



REGIÃO NORDESTE
 ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERNO = 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

ESTADO / ESTADO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE	1	3	1	3	1	28	1	3	1	4	1	4	2	4	1	5
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	1	0	1	0	25	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
PA	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	3	1	3	1	3
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	30	49	25	43	22	51	24	47	27	48	26	43	28	42	29	46
MA	1	5	0	4	1	6	1	4	1	4	1	3	1	4	1	4
PI	2	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3
CE	4	7	4	5	4	7	3	6	3	5	3	5	4	5	3	5
RN	1	4	1	3	2	5	1	4	2	5	1	4	1	4	1	5
PB	3	5	2	3	3	5	2	5	3	7	3	6	3	5	2	6
PE	13	9	11	8	5	11	10	9	10	8	9	8	10	8	12	9
AL	2	5	2	5	2	4	2	5	2	4	1	4	2	4	2	5
SE	1	2	0	3	1	4	1	3	1	3	1	4	1	2	1	3
BA	3	6	3	6	3	7	3	7	3	7	5	6	6	6	5	6
FN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	60	42	67	48	56	41	66	44	64	43	62	45	50	45	59	42
MS	7	4	7	4	6	4	5	4	5	4	7	6	6	4	7	3
ES	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	2	1	2	1	1
RJ	14	9	13	10	12	8	13	7	11	7	12	7	11	7	10	3
SP	38	29	45	32	37	27	47	31	46	30	42	32	43	34	42	30
SUL	8	5	7	5	8	4	9	5	8	5	10	6	9	6	9	5
PR	2	1	1	1	2	1	2	1	2	1	2	1	3	2	3	1
SC	1	2	2	2	3	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
RS	5	2	4	2	4	2	4	2	4	3	5	3	4	3	4	2



RECIAC NORDESTE
 SALDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (CARI MILHES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	343.7	238.1	147.7	218.2	423.2	734.5	609.4	912.9
AL	23.1	5.7	62.7	20.5	38.1	14.6	59.9	66.7
AP	148.5	155.7	14.4	123.8	153.5	66.4	125.2	191.5
PA	172.1	66.7	70.4	554.1	207.8	556.0	390.7	609.3
PE	0.0	0.0	0.0	-24.2	2.0	25.2	-10.2	13.2
PI	0.0	0.0	0.0	-1.0	15.0	14.5	15.7	23.8
PR	0.0	0.0	0.0	2.2	6.8	5.8	24.1	10.4
RJ	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
RN	734.3	620.4	1028.1	97.0	834.6	407.4	1061.4	936.9
RO	100.6	84.6	103.3	242.8	64.8	196.4	207.3	544.7
RS	0.8	-50.0	-257.7	90.0	-23.1	-1.0	-88.0	103.4
SC	269.3	258.5	58.3	616.4	536.1	652.1	929.1	1190.0
SE	61.2	224.7	-1675.9	441.3	491.8	453.7	584.5	1015.5
SP	-1842.3	-1910.7	28.3	-3033.5	-3355.6	-2456.9	-2824.2	-4258.1
TO	243.0	272.4	118.4	495.5	502.2	401.7	666.4	637.6
MT	195.5	355.7	493.5	370.9	526.7	734.6	511.2	583.3
MS	132.6	172.4	102.6	210.9	418.8	-628.1	-1050.2	-759.1
DF	0.0	0.0	0.0	0.7	0.0	2.0	3.1	9.7
C-OFESTE								
MT	45.3	63.2	-34.1	-41.1	-145.1	-122.8	-119.4	-80.0
MS	21.8	35.5	25.9	17.8	-7.4	14.7	-4.4	9.4
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.2	-4.8	27.8
DF	-4.5	-24.1	-115.2	-16.0	-80.2	-126.9	-105.6	-119.2
SP	27.9	51.6	55.3	-43.0	-51.5	-11.8	-4.5	2.1
SUDESTE								
MG	-8781.7	-11707.7	-28640.4	-22936.6	-24441.2	-19556.9	-17150.5	-21200.8
ES	-1175.6	-1384.1	-2108.4	-1442.2	-1818.9	-2554.5	-1946.8	-2952.8
RJ	-82.1	-4.6	105.9	73.2	-6.7	-124.2	152.2	50.2
SP	-2236.5	-2110.3	-4807.2	-4759.9	-4603.0	-4141.4	-3507.0	-3091.0
PR	-5287.5	-5208.7	-21470.7	-16667.7	-18012.7	-12726.8	-11648.9	-15207.3
SUL								
PR	-1459.1	-1204.2	-3768.4	-2777.8	-2868.6	-3419.5	-3022.4	-3524.9
SC	-275.5	-149.6	-868.8	-903.8	-862.9	-739.3	-945.4	-1222.0
RS	-270.7	-213.4	-1259.7	-382.0	-564.2	-618.0	-804.6	-827.7
MS	-912.9	-841.2	-1820.9	-1482.1	-1681.5	-2062.1	-1272.4	-1475.3
TOTAL	-9830.7	-12609.7	-32295.9	-25437.3	-27031.7	-22364.6	-19682.9	-23892.8



REGIÃO CENTRO - OESTE
 ORIGEM E DESTINO DO COMÉRCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (% PORCENTAGEM)

REGIÃO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	0	4	0	1	1	3	1	2
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	3	0	1	1	2	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NOROESTE								
MA	2	4	1	5	1	4	2	3
PI	0	2	0	1	0	1	0	0
CE	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	1	0	1	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	1	0	1	0	0	0	1
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	1	0	1	0	1	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
C-OESTE								
MT	8	23	6	12	5	14	7	14
MS	0	5	0	1	0	3	1	3
GO	5	7	4	6	2	6	3	5
DF	3	12	2	5	2	4	2	5
SUDESTE								
MG	61	63	82	73	84	84	78	65
ES	14	15	11	15	8	17	9	10
RJ	9	9	0	0	0	1	0	0
SP	57	57	62	54	66	61	62	58
SUL								
PR	9	5	11	8	9	14	12	13
SC	3	4	5	6	5	12	5	6
RS	2	1	3	1	1	3	1	3
	5	4	4	4	3	4	3	4



REGIÃO CENTRO - OESTE
 SPLDO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (C88 MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE								
AC	94.0	111.9	157.4	20.7	-13.8	150.9	101.1	119.3
AM	8.8	7.2	14.3	11.2	9.2	8.6	17.4	15.7
PA	-0.1	16.3	-5.4	4.3	2.2	10.3	-24.8	19.0
AP	96.1	88.4	148.5	-15.0	-49.4	108.6	68.0	45.9
RR	0.0	0.0	0.0	-2.0	-2.8	-2.4	-2.6	-0.4
RO	0.0	0.0	0.0	22.0	-27.2	27.1	38.0	39.8
RS	0.0	0.0	0.0	0.2	-0.9	-1.4	7.1	-0.2
NORDESTE								
MA	-45.3	-63.2	34.1	41.1	145.1	22.9	119.4	80.0
PI	-6.7	28.0	33.4	18.0	-6.6	10.7	18.9	34.8
CE	1.0	-7.5	7.4	-9.1	3.8	8.5	23.3	-5.8
RN	5.0	-6.6	19.8	64.1	89.1	36.9	26.6	70.2
PB	-24.9	-19.5	-19.1	-14.5	-1.2	-14.4	0.9	-12.3
PE	-12.4	-21.5	-11.5	2.5	20.0	-1.5	-7.6	-0.9
AL	-10.8	-11.0	-10.8	-34.9	-45.6	-16.3	30.7	-83.8
SE	-5.5	-8.3	-1.2	-6.5	-7.8	-3.4	-7.6	19.9
SF	1.9	-1.9	5.1	-4.6	-2.8	45.5	-7.6	-4.5
BA	7.2	5.1	11.9	27.1	91.8	57.5	27.7	59.1
FN	0.0	0.0	0.0	1.1	0.0	-0.6	1.0	3.1
C-GESTE								
MT	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MS	124.4	176.6	235.8	26.2	147.0	198.1	224.2	214.5
GO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-148.6	-137.9	-240.5
DF	-190.1	-383.1	-350.2	-29.3	-69.0	-48.1	-193.0	-78.9
SP	65.7	206.5	114.6	3.1	-78.0	-1.3	101.1	105.0
SUDESTE								
MG	-5715.9	-7478.7	-16549.3	-13871.6	-13766.6	-11113.3	-11852.7	-11857.8
ES	-1100.7	-1416.5	-2731.0	-788.4	-567.6	-604.4	-492.9	-1043.1
RJ	-18.2	-12.1	-17.1	-11.9	-3.5	-55.8	-18.5	-9.9
SP	-694.6	-935.2	-1649.5	-1950.9	-2332.4	-1354.0	-1189.4	-1933.3
PR	-3902.0	-5234.9	-12850.0	-5140.4	-10863.4	-5069.1	-9553.8	-3871.4
SUL								
RS	-847.9	-753.2	-2560.3	-2154.8	-1176.3	-1142.8	-1485.9	-1804.4
SC	-261.3	-183.5	-552.7	-1020.8	-222.7	-24.2	-201.2	-101.8
PR	-160.0	-164.8	-790.0	-179.0	-212.4	-258.3	-290.0	-600.9
RS	-126.8	-424.9	-517.6	-895.0	-743.2	-830.3	-1002.1	-901.7
TOTAL	-6595.5	-8187.7	-18449.9	-13964.5	-14811.9	-11982.5	-13118.0	-13462.4



REGIAO SUDESTE
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERNO : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGIAO / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	E	S	E	S	E	S	E	S
NORTE								
AC	1	2	2	3	4	3	4	4
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	1	1	2	1	1	3	2	3
AP	0	1	0	2	2	0	2	1
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE								
MA	7	14	5	11	15	8	14	7
PI	0	0	0	0	1	0	1	0
CE	1	2	1	2	2	2	1	0
RN	0	1	0	1	1	0	1	0
PR	1	1	0	1	1	0	1	0
PE	2	4	1	5	4	1	4	2
AL	0	1	0	1	1	0	1	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	3	5	3	5	5	5	5	4
FM	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE								
MT	3	0	2	7	6	4	8	4
MS	1	2	1	2	3	0	1	0
GO	0	0	0	0	0	1	2	1
DF	2	3	1	3	3	2	3	2
SUDESTE								
MG	54	70	69	53	52	63	52	52
ES	14	13	13	14	14	15	14	13
RJ	2	2	1	3	2	2	3	2
SP	23	19	17	18	18	16	17	16
SUL	26	23	30	15	13	31	17	13
PR	24	22	21	22	22	22	21	23
SC	8	5	0	9	9	9	10	11
RS	5	3	7	3	3	4	4	4
	11	11	7	9	9	9	9	9



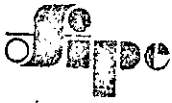
REGIAO SUDFESTE
 SALDO DO COMERCIO INTERNO: 1974 - 1981
 (CR\$ MILHÖES DE 1975)

PARCEIRO DE COMERCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	856.9	863.9	2184.2	2351.0	4415.4	2344.4	1307.2	2976.5
AC	64.1	79.7	281.2	226.8	565.7	247.3	225.5	207.8
AM	-228.4	-143.6	-1484.7	-846.1	-1068.9	-1567.2	-2557.6	-2120.7
PA	1021.2	1717.8	3387.6	3376.7	3913.6	3100.9	3014.8	4155.4
AP	0.0	0.0	0.0	145.6	319.1	127.3	47.7	171.2
RC	0.0	0.0	0.0	585.6	629.8	414.4	455.3	435.4
RR	0.0	0.0	0.0	62.3	56.1	21.7	114.5	127.3
NORDESTE	8781.7	11177.7	28640.4	22036.6	24641.2	15556.9	17150.5	21200.3
MA	292.0	459.8	764.0	738.0	1259.5	890.1	1118.0	1421.7
PI	511.9	484.1	591.7	856.5	1078.5	1271.5	1201.3	902.2
CE	1448.1	1816.5	3547.9	3575.1	3869.3	3074.0	3712.3	3875.7
RN	217.3	485.5	582.4	745.3	757.6	718.9	890.0	1060.0
PB	327.2	341.6	1182.5	971.2	1184.3	1094.1	745.2	1117.6
PE	2623.5	3583.9	2736.5	6870.7	7370.9	7086.8	6688.8	7606.8
AL	534.3	651.1	1870.9	1495.4	1034.6	852.5	885.3	1475.5
SE	101.3	343.5	1244.2	515.7	607.6	853.1	999.2	1362.6
BA	2425.9	3061.7	8111.8	6939.6	7207.5	2051.5	1090.2	2968.3
FX	0.0	0.0	0.0	29.2	11.1	24.1	5.2	19.0
C-OESTE	5715.9	7478.7	16549.3	11871.6	13766.8	11113.3	11852.7	11257.3
MT	1620.6	2022.3	5610.2	2025.5	3497.6	1953.6	1948.2	1596.7
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1419.4	1778.3	1847.0
GO	1594.6	2416.4	5758.2	3797.4	5113.7	3135.3	3451.8	3609.8
DF	2100.6	3040.0	5740.5	5248.7	5155.5	4595.1	4674.4	4804.3
SUDESTE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MG	-1181.9	3887.9	11297.5	10515.5	10564.6	3749.0	12495.3	7590.1
ES	117.7	1260.2	5034.5	3872.7	2396.5	1458.9	-320.1	2787.2
RJ	-357.4	4325.5	16848.5	11618.7	11482.8	5979.3	9996.2	10850.0
SP	1421.7	-9493.6	-33100.5	-26006.9	-24443.8	-15227.3	-22811.6	-21227.3
SUL	1623.2	13455.6	38458.5	15390.3	16598.7	12800.4	19604.2	13463.3
PR	1531.5	7830.2	29021.9	5806.0	9337.5	5977.6	9335.4	4767.1
SC	-1709.3	-275.7	-3672.1	1571.2	675.5	597.9	1442.8	422.5
RS	1541.0	7961.1	10848.7	8213.5	6585.4	6224.8	8325.9	8273.6
TOTAL	17016.6	34254.5	83743.5	51450.0	59222.1	45815.0	49914.5	49493.4



REGIAO SUL
 ORIGEM E DESTINO DO COMERCIO INTERVJ : 1974 - 1981
 (EM PORCENTAGEM)

REGTAD / ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
MPJE	0	0	0	0	1	1	2	1
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	1	0	1	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE	2	7	1	2	7	3	3	7
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	0	1	0	0	1	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	1	2	0	1	2	1	2	1
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	1	2	0	1	2	1	1	2
FN	0	0	0	0	0	0	0	0
C-DESTE	0	3	0	1	3	2	2	4
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SUDESTE	74	67	61	76	60	60	72	65
MG	4	5	2	3	5	5	4	5
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	14	11	7	10	11	8	9	10
SP	56	47	42	62	43	58	59	60
SUL	23	23	17	21	26	24	23	23
PR	6	4	5	6	8	8	8	8
SC	5	4	5	5	10	7	5	6
RS	12	9	6	9	10	8	8	7



REGIÃO SUL
SAÚDE DO COMÉRCIO INTERNO - 1974 - 1981
(CR\$ MILHÕES DE 1975)

PARCEIRO DE COMÉRCIO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORIE	192.4	166.7	336.5	544.3	383.5	915.1	603.5	480.0
AC	11.1	11.4	43.5	48.7	40.2	50.9	55.7	35.5
AP	91.7	57.4	33.2	121.9	119.0	111.4	118.3	77.3
PA	89.5	57.9	259.7	266.8	232.2	378.8	281.5	301.3
AP	0.0	0.0	0.0	20.7	12.5	17.8	-9.9	17.4
RC	0.0	0.0	0.0	73.2	-43.7	81.6	110.1	76.8
RR	0.0	0.0	0.0	10.9	22.5	275.8	47.8	-52.3
NOROESTE	1459.1	1204.2	3768.4	2777.0	2888.6	3419.5	3022.4	3574.9
MA	50.5	41.9	104.8	66.4	97.1	114.4	140.0	126.8
PI	45.5	49.2	104.0	106.0	102.1	502.7	118.1	143.5
CE	119.0	111.0	200.8	247.9	251.8	363.1	371.5	415.4
RN	50.1	15.9	74.8	110.9	97.0	58.1	46.3	196.4
PB	216.3	52.3	748.3	193.1	223.2	156.5	198.0	153.1
PE	598.6	445.8	508.8	652.9	625.3	902.8	1152.1	999.0
AL	51.5	45.8	142.9	147.9	142.9	134.7	148.8	143.8
SC	46.5	37.8	116.5	107.3	-92.1	124.3	116.8	115.4
BA	281.2	404.7	1229.6	1144.4	1240.2	1050.9	790.7	1321.5
FN	0.0	0.0	0.0	1.1	1.2	14.0	-45.9	-0.0
C-OESTE	847.9	753.2	2560.3	2154.8	1176.3	1142.8	1485.9	1804.4
MT	284.5	256.1	1685.7	1038.8	204.0	476.5	350.8	278.3
MS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-317.0	138.9	599.0
GO	289.2	210.0	706.2	681.7	520.8	480.9	504.3	537.1
DF	274.2	227.1	768.4	434.3	651.7	548.4	491.8	401.1
SUDESTE	1683.2	1345.6	3645.5	25390.8	-16598.7	-12800.4	-19606.2	-13463.3
MG	381.9	283.3	1024.3	1259.5	461.8	642.4	292.3	583.3
ES	217.4	214.6	463.0	301.7	445.2	333.7	191.8	403.0
RJ	295.3	43.8	1828.1	284.7	549.3	1958.4	594.8	1032.2
SP	-2577.7	-13957.3	-39773.9	-17236.7	-18055.0	-15764.9	-20683.0	-13417.5
SUL	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
PR	1137.7	1128.1	659.3	442.7	-2506.3	-1076.9	-883.7	-1495.9
SC	1289.5	1181.8	-282.3	2506.9	2896.9	2612.0	2648.9	3042.8
RS	-2427.2	-2309.9	-377.0	-2949.6	-405.8	-1533.1	-1768.2	-1547.0
TOTAL	316.1	-21321.5	-29752.6	-5913.9	-12150.3	-73233.0	-14492.4	-7677.9

